

# Industrialização e organização corporativa da baleação costeira portuguesa (1937-1958)

Francisco Maia Pereira Bruno Henriques

Dissertação  
de Mestrado em História Contemporânea

**Nota:** Francisco Maia Henriques,  
Industrialização e organização  
corporativa da baleação costeira  
(1937-1958). 2014

Fevereiro 2014

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica de Maria Fernanda Rollo e Álvaro Garrido.

## AGRADECIMENTOS

A realização deste exercício contou com muitos contributos durante o último ano. Em Lisboa e nos Açores fui recebido com extraordinária simpatia e amizade por profissionais, colegas e amigos que tornaram a investigação estimulante e partilhada.

Devo um especial agradecimento aos meus orientadores científicos. A Professora Fernanda Rollo acolheu com entusiasmo o projecto e obrigou-me a rever o desmedido plano de trabalhos inicial. O rigor que procurou incutir a este exercício e a recomendação para me deter no processo de industrialização influenciaram muito a nossa linha de rumo. Ao Professor Álvaro Garrido devo um duplo agradecimento: pela linha de investigação que tem cultivado, há mais de uma década, sobre a história das pescas no Estado Novo, contribuindo muito para que este caso de estudo se pudesse desenvolver sem enredar-se em áreas pouco conhecidas, apesar da sua especificidade; e pelo acompanhamento atento e interessado, com comentários pontuais e assertivos, ao longo de todo o percurso.

Este trabalho nasceu entre as paredes da Fábrica da Baleia de Porto Pim na ilha do Faial, hoje um belo museu e sede do Observatório do Mar dos Açores, onde trabalhei como técnico superior estagiário entre Outubro de 2011 e Setembro de 2013 com o apoio financeiro do Governo Regional dos Açores. Na cidade da Horta tive o privilégio e prazer do convívio com vários biólogos marinhos que me ajudaram a olhar o mar com outro prisma. Ao Filipe Porteiro, então director do OMA, devo todo o tempo que pude dedicar à investigação, e dele recebi não só curiosidade mas também estímulo constante para a finalização deste projecto. A todos os meus colegas no OMA estou grato por permitirem as minhas ausências sem exigências suplementares.

A dispersão das fontes para este estudo obrigou-nos a visitar diversos arquivos e centros de documentação. No Museu dos Baleeiros nas Lajes da ilha do Pico fui recebido calorosamente pelo seu director, Manuel da Costa Jr.. Em São Miguel fui amavelmente recebido por Albano Cymbron na Agência Melo, que ainda hoje dirige energeticamente, onde pude consultar o arquivo da empresa baleeira gerida por seu pai durante mais de 30 anos. A ocidente e oriente, mesmo com a distância que o Atlântico impõe, recebi a generosa partilha de Luís Gomes Vieira (Flores) e Ricardo Carvalho (Madeira) nas várias questões colocadas sobre a baleação costeira nesses territórios. No porto seguro da Horta encontrei muitos dias refúgio na Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, onde todos os funcionários e o Dr. Luís São Bento me fizeram sentir em casa. Em Lisboa contei com a imensa ajuda da Dra. Isabel Beato para a consulta da documentação das delegações marítimas açorianas no Arquivo Histórico da Marinha. A Dra. Natividade Anastácio deu-me um apoio inestimável e decisivo, respondendo pacientemente a todas as minhas solicitações e acompanhando-me várias vezes, mesmo em horário pós-laboral, ao arquivo onde está depositada a documentação base deste estudo.

Durante este ano tive a honra de conhecer homens que andaram à baleia e guardam como tesouros as memórias da sua experiência. Em Porto Pim escutei os relatos apaixonados do Sr. Patrão Manuel que tanto ajudou a preservar a Fábrica depois de terminada a actividade. Na ilha do Pico fui recebido pelo Sr. Ermelindo Ávila, um exemplo de vitalidade e de persistente actividade cívica. Em Lisboa, o Professor Cristóvão Manuel da Mota Soares partilhou com emoção a sua experiência na ilha Graciosa e deu-me alento para prosseguir com a investigação.

Estou ainda muito grato à Leandra Peixoto pelas ideias que trocámos sobre o seu extraordinário trabalho, pouco lembrado pelas instituições locais. Ao Gonçalo Graça,

camarada desde os tempos de Espanha, por todas as discussões que preencheram os últimos anos. Ao Luís Bicudo pela cumplicidade nestes assuntos. À família espontânea da Horta, Sílvia, Inês, Carla e An toni, pela camaradagem e a vida comunitária que nos uniu.

Os meus pais e o meu irmão Manuel fizeram sempre dos caminhos complicados os mais fáceis de percorrer. A Carla esteve sempre ao meu lado, esperando pacientemente pela conclusão do trabalho.

**Industrialização e organização corporativa  
da baleação costeira portuguesa (1937-1958)**

**Francisco Maia Henriques**

O objecto deste estudo é a transformação que se dá na baleação costeira portuguesa (Açores, Madeira e Continente) entre 1937 e 1958 a partir dos dois fenómenos de industrialização e integração na organização corporativa das pescas. À partida estes fenómenos estão profundamente relacionados com o Estado e as opções de política económica tomadas na época. Por um lado, as iniciativas na transformação dos meios de produção estarão sujeitas à intervenção administrativa pela restrição da concorrência entre privados e o favorecimento a investimentos considerados de “interesse nacional”. Por outro, a organização corporativa dos sectores produtivos do País reflectirá mais a intervenção do Estado do que a autodirecção económica e social que os modelos doutrinários atribuíam às corporações. Ao longo do exercício procuramos debater as intersecções entre uma pequena indústria sediada nas Ilhas Adjacentes e as instituições que lhe foram impostas pelo Estado Novo. A análise permitiu-nos estabelecer uma hipótese de partida: a construção de unidades industriais e a formação de um grémio patronal de “armadores” parece um processo unívoco, com os mesmos actores, embora sujeito a vários condicionalismos.

**Industrialization and corporate organization in portuguese shore-whaling  
(1937-1958).**

**Francisco Maia Henriques**

The aim of this work is to understand the transformation that takes place in the Portuguese shore-whaling between 1937 and 1958 with the industrialization and the integration into the corporate organization of fisheries. At the outset these changes are deeply related to the State and the economic policy options taken at the time. On the one hand, the initiatives in the transformation of the means of production will be submitted to administrative intervention by the restriction of competition between private and favouring investments deemed of "national interest". Second, the corporate organization of the productive sectors of the country will reveal more state intervention than the self-direction that the doctrinal models attached to corporations. Throughout this work we try to discuss the intersections between a small industry and institutions that have been imposed by the Portuguese New State. The analysis allowed us to establish a starting hypothesis : the rising of industrial units and the constitution of a guild of " shipowners" seems a univocal process , with the same actors , although subject to various constraints .

## ÍNDICE

<b>1. Introdução</b> .....	1
1.1. Definição e objeto de estudo .....	1
1.2. Estado da Questão .....	2
1.3. Cronologia .....	5
1.4. Metodologia e Fontes .....	5
1.5. Estrutura .....	7
<b>2. A estrutura de uma indústria-relíquia</b> .....	13
2.1.1. Da Baleação costeira à pelágica.....	8
2.1.2. As permanências estruturais: evidências e diagnósticos .....	14
2.2. Tendências evolutivas da baleação internacional até à 2ª Guerra Mundial	20
2.2.1. Tecnologia e capturas.....	21
2.2.2. Produtos e mercados.....	23
2.2.3. Quadro geopolítico.....	24
2.3. A exportação do óleo de cachalote em tempos de guerra.....	26
2.3.1. A especificidade açoriana .....	26
2.3.2. A exportação e a Guerra (1938-1945).....	28
<b>3. As “forças vivas” na etapa de industrialização</b> .....	34
3.1. Iniciativa privada: o processamento integral .....	34
3.2. A composição das primeiras empresas industriais.....	39
3.3. A intervenção administrativa: o condicionamento industrial .....	45
3.3.1. Primeiro período: 1936-1940 .....	48
3.3.2. Segundo período: 1940-1947.....	49
3.3.3. Terceiro período: 1948-1954.....	51
3.3.4. Cristóvão da Mota Soares .....	52
3.3.5. Álvaro Soares de Barros .....	55
3.3.6. Sociedade Indústria Baleeira Insular Lda. ....	57
3.4. A extensão ao arquipélago da Madeira e ao Continente.....	61
<b>4. A pesca e indústria baleeira no pós-guerra: a actuação do Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia</b> .....	73
4.1. A integração da baleação na organização corporativa das pescas.....	73
4.1.1. O corporativismo como regime .....	73
4.1.2. A posição dos Açores no Estado Novo em construção.....	74
4.1.3. Aspirações particulares a uma organização patronal. ....	77

4.1.4. Henrique Tenreiro e a organização corporativa das pescas. ....	79
4.2. Um grémio, uma cooperativa, uma mútua? .....	81
4.3.1. Fiscalização e regulação corporativa: os meios de actuação do Grémio patronal. ....	88
4.3.2. Um novo Regulamento a favor da reorganização da indústria .....	94
4.4.Os impasses da indústria baleeira nos anos 50 .....	100
4.4.1. Crise commercial 1948-1950 .....	100
4.4.2. Mercado interno e Subprodutos: ideias forjadas em tempo de crise .....	104
4.3. A baleação e os planos de fomento das pescas .....	107
4.4. O projecto ultramarino e a superação da indústria-relíquia .....	112
<b>5. Conclusão</b> .....	120
<b>6. Fontes e Bibliografia</b> .....	122
<b>7. Anexos</b> .....	136

## LISTA DE ABREVIATURAS

DGRM – Arquivo Histórico da Direcção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

ABR – Arquivo das Armações Baleeiras Reunidas.

AIP – Associação Industrial Portuguesa.

SIMAL – Sociedade Industrial Marítima Açoriana Lda.

UABSM – Arquivo da União das Armações Baleeiras de São Miguel.

CTC – Conselho Técnico Corporativo.

FIMA – Fábrica Imperial de Margarinas Lda.

DGI – Direcção Geral da Indústria.

DGSI – Direcção Geral dos Serviços Industriais.

BPARJJG – Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça (Horta, ilha do Faial).

GAPB – Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia.

## 1. Introdução.

### 1.1. Definição e objecto de estudo.

O objecto deste estudo é a transformação que se dá na baleação costeira portuguesa entre 1937 e 1958 a partir dos dois fenómenos de industrialização e integração na organização corporativa das pescas. À partida estes fenómenos estão profundamente relacionados com o Estado e as opções de política económica tomadas na época. Por um lado, as iniciativas na transformação dos meios de produção estarão sujeitas à intervenção administrativa pela restrição da concorrência entre privados e o favorecimento a investimentos considerados de “interesse nacional”. Por outro, a organização corporativa dos sectores produtivos do País reflectirá mais a intervenção do Estado do que a autodirecção que os modelos doutrinários atribuíam às corporações. Ao longo do exercício procuramos debater as intersecções entre uma pequena indústria e as instituições que lhe foram impostas pelo Estado Novo. A análise permitiu-nos estabelecer uma hipótese de partida: a construção de unidades industriais e a formação de um grémio patronal de “armadores” parece um processo unívoco, com os mesmos actores, embora sujeito a vários condicionalismos.

Neste sentido propomos, mais que discutir a modernização tecnológica ou a evolução da teoria e doutrina do “corporativismo português”, a abordagem empírica sobre a actuação das forças vivas na actividade baleeira, reivindicativas ou protegidas perante o Estado, unidas e concorrentes entre si, conservadoras ou dadas à mudança, incluídas ou excluídas do ordenamento corporativo. Manuel de Lucena destacou cedo que o “acento tónico da organização corporativa portuguesa está na economia”<sup>1</sup>. O estudo dos poderes administrativos e do poder político em relação à iniciativa privada também ganha relevância neste enfoque.

É certo que nos apercebemos, especialmente a partir de Lewis Mumford, do papel da técnica, da mecanização e da máquina para a transformação cultural das sociedades contemporâneas<sup>2</sup>. Neste caso de estudo, porém, há especificidades: um tecido industrial reduzido e assimétrico de sete fábricas, em convivência com unidades artesanais, e uma produção industrial sazonal orientada por maquinismos de laboração contínua. As ideias de território e comunidades industriais poderão não ser aplicáveis a este contexto. No entanto, as mudanças tecnológicas exigem uma classificação: enquanto os tradicionais caldeiros de ferro fazem a *extração* do óleo das

---

<sup>1</sup> Cfr. Lucena, Manuel de, *A evolução do sistema corporativo português*. 2 Vols. Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976, p. 261. Entre várias sugestões, M. Lucena já referira em 1976 a necessidade de estudar os processos de condicionamento industrial e o comportamento dos grêmios perante os conflitos de interesses, estudar a política dos organismos de coordenação económica e a vida interna das associações patronais. Cfr. *Ob. Cit.* p. 284.

<sup>2</sup> Cfr. Mumford, Lewis, *Technics and Civilization*, Nova Iorque, Harcourt, Brace and Company, 1940.

gorduras de cachalote, as novas plantas industriais vão realizar a *transformação* integral das capturas em óleos e farinhas.

No mar, a perseguição aos grupos de cachalote em canoas com lanças e arpões é uma das experiências mais extraordinárias do passado recente. Pejada de memórias e genealogias protagonizadas pelo “baleeiro”, figura corajosa e autêntica, forjada nos caminhos para a América e mais tarde circunscrita, como uma relíquia, aos espaços insulares. A história da baleação é necessariamente regional, praticada em todas as ilhas, como poucas actividades no arquipélago; também internacional, ao explorar um recurso marinho que navega e é capturado em todos os oceanos.

Importa aqui fazer uma distinção preliminar. A baleação costeira nos Açores e Madeira refere-se quase exclusivamente às capturas de cachalote, baleia com dentes. Os produtos extraídos do cachalote são o óleo das gorduras e uma substância cerosa retida na cabeça, o espermacete, com várias aplicações industriais. Ao contrário das baleias-de-barbas, os produtos extraídos do cachalote não são comestíveis. Como veremos, esta diferença fundamental faz com que a indústria do cachalote ao longo do século XX seja uma minoria específica quando comparada com a dominante indústria de aproveitamento de baleias-de-barbas.

As condições internas da economia açoriana em relação com a “pesca da baleia”, enquanto actividade complementar, sazonal e aleatória, não serão porventura suficientes para entender todas as suas tendências evolutivas. Os efeitos da crise capitalista que encerra os anos vinte ou as consequências da Segunda Guerra Mundial, com propagações nas décadas seguintes, deverão ser abordadas na leitura de um sector tão dependente do comércio externo. Reflexão permanentemente adiada, parece-nos incisiva na compreensão das evoluções da pesca e da indústria de transformação.

Eis as três dimensões percorridas neste exercício: a realidade insular, que alberga uma *indústria-relíquia* em transformação; a “nacional”, conquanto artificial, representada por um Estado autoritário e conservador que dispõe de instrumentos para ordenar a vida económica e social; o espaço internacional, sede de uma indústria de aproveitamento de cetáceos que fabrica produtos para uma economia de escala. Os Açores são o eixo de uma história que também se espraia pelo arquipélago da Madeira e Continente.

## **1.2. Estado da Questão.**

Tanto os estudos sobre a industrialização portuguesa no século XX como a caracterização do(s) corporativismo(s) históricos receberam contributos recentes na historiografia

portuguesa<sup>3</sup>. A história das pescas no período do Estado Novo tem sido amplamente estudada por Álvaro Garrido<sup>4</sup>.

Quanto à literatura dedicada especificamente à baleação nos últimos anos, podemos agrupá-la em três grandes grupos, correndo um certo risco de generalização: um primeiro, de memórias escritas por actores dessa história, participantes na faina e na gestão da pesca e indústria<sup>5</sup>; um segundo centrado no estudo e identificação do património material, fomentado por processos de patrimonialização das antigas fábricas, vigias e “casas dos botes”<sup>6</sup>; e um terceiro, de estudos monográficos, históricos e etnográficos sobre a baleação em determinadas ilhas<sup>7</sup>. Desde a história ambiental, são excepcionais os trabalhos de Cristina Brito. Dentro de uma produção que se pode considerar profusa, muitos temas ficaram por abordar. Não foi ainda estudado, por exemplo, o impacte económico da baleação na economia regional ao longo do século XX. Poder-se-ia ter avançado na interpretação sobre grupos de ilhas, como o triângulo Faial-Pico-São Jorge, certamente mais operacional para compreender as forças em movimento. A industrialização como fenómeno regional e a actuação dos organismos corporativos carecem de qualquer exercício historiográfico. Uma das causas terá sido o difícil acesso às principais fontes documentais. Outra, já referida, parece-nos ser a pouca atenção às condições exógenas que limitaram a actividade e às instituições em que foi enquadrada. Paradoxalmente, a centralidade dos Açores na política externa do Estado Novo terá inibido o estudo da vida económica interna, com vários sectores virados para a exportação e os mercados europeus – os lacticínios, ananás, chá, entre outros - ainda por

---

<sup>3</sup> Destaquemos duas obras de síntese. Para uma análise sucinta de grandes temas da história da tecnologia, inovação e do perfil de vários sectores industriais, cfr. Heitor, Manuel, Brito, J. M. Brandão de Brito, Rollo, M. Fernanda (coord.), *Momentos de inovação e engenharia em Portugal*. 3 Vols. Lisboa, Dom Quixote, 2004. Para um recente debate académico em torno do corporativismo como doutrina e com estudos sobre experiências concretas, cfr. Rosas, Fernando e Garrido, Álvaro (coord.) *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra, Almedina, 2012.

<sup>4</sup> Cfr., entre outras obras, Garrido, Álvaro, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*. Rio Tinto, Círculo dos Leitores, 2010 [2ª ed.].

<sup>5</sup> Cfr., entre outros, Bettencourt, M. Moniz, *Os Picoenses na Odisseia da Baleação*. Lajes do Pico, Câmara Municipal, 1996; Mendonça, Nun'Álvares, *Memórias de um Baleeiro: Caça à Baleia nos Açores – Anos 1930 a 1945*. São Jorge, Câmara Municipal da Calheta, 1985; e Pereira, Rufino Cordeiro Dias, *Caça à Baleia: uma memória descritiva*. Santa Cruz da Graciosa, Câmara Municipal, 2005. Destaque para a recente obra de Albano Cymbron sobre a União das Armações Baleeiras de São Miguel, pela forma como apresenta o arquivo da empresa e os ricos comentários que introduz na análise da documentação, *A fase industrial da baleação micaelense (1936-1970): contributos para a sua história*. Ponta Delgada, OMA, 2011.

<sup>6</sup> Cfr. Garcia, José Carlos, *A Fábrica da Baleia em São Roque do Pico*. Pico, Município de São Roque, 2008, e Dutra, Márcia e Porteiro, Filipe (et. Al.), *A Baleação no Faial. Fase industrial 1940-1984/Whaling in Faial. Industrial phase 1940-1984*. Horta, OMA, 2010. Para uma perspectiva comparada, cfr. Costa Jr., Manuel [et.al.], *Património Baleeiro dos Açores: Herança e Modernidade*. Ponta Delgada, Direcção Regional da Cultura, 2011.

<sup>7</sup> Para o caso das ilhas Flores e Corvo, cfr. Gomes, Francisco António Pimentel, *Caça à Baleia nas Flores*. Lajes das Flores, Câmara Municipal, 1992; na ilha de Santa Maria, Puim, Arsénio Chaves, *A pesca da Baleia em Santa Maria*, Vila do Porto, Museu de Santa Maria, 2011.

estudar <sup>8</sup>. Alguns estudos de referência de história económica contemporânea, como os de Sacuntala de Miranda, Fátima Sequeira Dias ou Carlos Enes, remetem-nos a um período anterior<sup>9</sup>.

A bibliografia internacional sobre a baleação é vasta e não caberá aqui qualquer diagnóstico. De salientar apenas a realização na última década dos encontros de Sandefjord com perspectivas temáticas sobre vários períodos da História<sup>10</sup>. As referências à baleação nos Açores e Madeira são esparsas e algo monótonas, assentes na leitura de excertos da obra de Robert Clarke. Por outro lado, denota-se a ausência de uma síntese da “pesca do cachalote” no século XX enquanto categoria específica no universo dominante da indústria de transformação das grandes baleias-de-barbas.

Recuando no tempo, notamos que a baleação insular não foi integrada em grandes sínteses de história das pescas ou ensaios de economia marítima, como as obras de Baldaque da Silva, Oliveira Martins ou Armando Gonçalves Pereira<sup>11</sup>. Pelo contrário, merecem todo o destaque os trabalhos do médico veterinário Mousinho de Figueiredo (1946) e do biólogo britânico Robert Clarke (1954)<sup>12</sup>. Ambos partiram da observação *in loco* da jovem indústria. No primeiro caso, o autor desenvolve uma longa descrição das instalações artesanais e industriais no imediato pós-guerra, cruzada com informações eruditas sobre os produtos baleeiros e abundantes comentários sobre as falhas e contradições que descobre na organização do trabalho e na utilização da tecnologia. No segundo caso, o cientista do National Institute of Oceanography fixa num exercício magistral de natureza antropológica as características da *indústria-reliquia*, comparando os métodos e técnicas utilizados nos Açores em 1949 com as descrições literárias da baleação norte-americana clássica do século XIX.

---

<sup>8</sup>Vários autores têm referido esta ausência. A título de exemplo sobre esta opção historiográfica, cfr. a entrada “Açores”, da autoria de António José Telo, em Rosas, Fernando e Brito, J. M. Brandão de, *Dicionário e História do Estado Novo*. 2 Vols. Lisboa, Círculo dos Leitores, 1996; matizado pelo contributo de F. Sequeira Dias para a entrada homónima em Barreto, António e Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa, Figueirinhas, 1999.

<sup>9</sup> Dois deles relacionados com o importante ciclo da laranja: Miranda, Sacuntala, *O Ciclo da laranja e os “gentlemen farmers” da ilha de S. Miguel: 1780-1880*. Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1989; Dias, Fátima Sequeira, *Uma estratégia de sucesso numa economia periférica: a Casa Bensaúde e os Açores, 1800-1878*. [2ª ed.]. Ponta Delgada, Ribeiro&Caravana Editores, 1999; e Enes, Carlos, *A economia açoriana entre as duas Guerras Mundiais*. Lisboa, Edições Salamandra, 1994.

<sup>10</sup> Cfr. Basberg, Bjorn, “In the wake of Tønenessen and Johnsen: Trends in the Whaling History Research after 1970” in *Whaling and History II. New Perspectives*. Sandefjord, 2006, pp. 11-20. A diversidade de nacionalidades dos participantes nestes encontros atesta a dimensão planetária da captura e transformação de cetáceos.

<sup>11</sup> Cfr., respectivamente, *Estado actual das Pescas em Portugal compreendendo a pesca marítima, fluvial e lacustre em todo o continente do reino, referido ao anno de 1886*. Lisboa, Ministério da Marinha, 1908; Martins, Oliveira, *Portugal nos Mares*. Lisboa, Guimarães Editores 1994; e Pereira, Armando Gonçalves, *A Economia do Mar*. Lisboa, Livraria Moraes, 1932. Armando G. Pereira dedica-lhe apenas um breve capítulo.

<sup>12</sup> Cfr. Clarke, Robert, *Baleação em botes de boca aberta nos mares dos Açores: história e métodos actuais de uma indústria-reliquia*. [s.l.], Ed. Do Autor e Tradutor, 2001. [Tradução do original publicado em 1954, por Fernando J. F. Da Silva]; Figueiredo, José Mousinho, *Introdução ao estudo da indústria baleeira insular*. Lajes do Pico, Museu dos Baleeiros, 1996 [1ª Ed: Direcção Geral dos Serviços Pecuários, 1946].

### 1.3. Cronologia.

O início temporal deste estudo vem balizado pela construção da primeira unidade industrial nos Açores em 1937, embora prestemos atenção às permanências e rupturas pressentidas nas décadas anteriores. O outro extremo, 1958, coincidente com notáveis tensões e mudanças políticas no regime, vem determinado por um conjunto de alterações regionais: a erupção do Vulcão dos Capelinhos e a emigração maciça de baleeiros para os EUA e Canadá, a concorrência do recrutamento para a pesca do atum, a desvalorização do óleo de cachalote nos mercados internacionais e os primeiros indícios de escassez relacionados com uma eventual sobrepesca. Relegamos para outra ocasião a necessária discussão do segundo ciclo da “fase industrial” (1960-1984), ciclo de verdadeira resistência e crise.

### 1.4. Metodologia e Fontes.

Para o período em análise procurámos consultar um amplo conjunto de fontes primárias e secundárias sem descuidar a metodologia analítica. Por vezes debatemo-nos com vazios e silêncios das fontes documentais. Sendo grande parte da documentação produzida por organismos oficiais e corporativos, muitos dos discursos estão subordinados à propaganda doutrinária e à defesa de um modelo político exemplar, por vezes desconectados dos acontecimentos reais, o que nos levou a ter atenção aos desafios da hermenêutica<sup>13</sup>. Com a consulta de outras fontes estabelecemos uma dialéctica entre vários discursos sobre os mesmos problemas. Em segundo plano, consultámos documentação de natureza privada ou empresarial, em particular sobre o funcionamento interno e inter-empresarial (livros de actas, correspondência da gerência, etc.)<sup>14</sup>. Esta consulta permitiu identificar um importante conjunto de decisões que influenciaram a nossa interpretação sobre o fenómeno de industrialização. Contudo, pela composição retalhada e insuficiente, incapaz de substituir outras ausências, a parcialidade destes arquivos exige especial cautela. Foi no seu carácter relativo, por vezes acessório, que foram valorizados.

No Arquivo Histórico da Direcção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, consultámos as pastas afectas à “pesca da baleia” no fundo da Direcção das Pescarias do Ministério da Marinha (1930-1955) bem como o fundo do Grémio dos Armadores da Pesca da

---

<sup>13</sup> Sobre esta advertência e outras reflexões, cfr. Garrido, A. “Estado Novo e Corporativismo. Um programa em investigação de História económica e das instituições”, in Ribeiro, Maria Manuela Tavares [coord.] *Outros combates pela História*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010; pp. 297-309.

<sup>14</sup> Dentro do mesmo debate, veja-se o estado da questão, com múltiplas reflexões, traçado por José Amado Mendes em “História empresarial: da Monografia apologética ao instrumento de Gestão estratégica”, pp. 279-297; no âmbito da história da indústria um excelente exemplo de recurso às fontes empresariais, conjugadas com outras, é a obra de Pereira, João Martins, *Para a história da indústria em Portugal: 1941-1965. Adubos azotados e siderurgia*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2005.

Baleia (1945-1973), fundamental à compreensão do funcionamento do organismo corporativo. Complementámos a consulta no Arquivo Histórico da Marinha com a leitura das circulares emitidas pelo Grémio e Cooperativa de armadores às respectivas Delegações das Ilhas Adjacentes. No universo empresarial consultámos os arquivos da Reis&Martins (Faial), das Armações Baleeiras Reunidas (Pico) e sobretudo o arquivo da União das Armações Baleeiras de São Miguel.

Quanto às principais fontes impressas, frente à impossibilidade de consultar os processos de condicionamento industrial, foi indispensável a leitura do *Boletim da Direcção Geral da Indústria/Serviços Industriais* (1937-1955) para a recolha sistemática dos dados sobre o condicionamento industrial. Do lado da organização corporativa, os *Relatório e Contas* anuais dos organismos enriqueceram a base empírica da análise. As publicações oficiosas da organização das pescas, o *Boletim da Pesca* e o *Jornal do Pescador*, tal como a revista da Associação Industrial Portuguesa, *Indústria Portuguesa*, quase não referem a baleação, especialmente no segundo caso. Ausência esclarecedora quanto à exposição dos interesses da baleação à audiência nacional. É na imprensa periódica regional e metropolitana que encontramos as principais tribunas de interesses e aspirações: entre outros, *O Dever* (Lajes do Pico), as *Flores*, *Correio da Horta* (Faial) e *Portugal, Madeira e Açores* (Lisboa). Atendemos às ocasiões pontuais de diagnóstico da economia e sociedade insular, em particular no Congresso Açoriano de 1938 e na Conferência Económica do Distrito da Horta de 1939.

Além da legislação e da informação quantitativa compilada nas estatísticas oficiais das pescas e do comércio externo, no plano internacional é muito conveniente a consulta das *International Whaling Statistics* publicadas pela *Norwegian Whaling Gazette*. Dada a dificuldade de acesso e os próprios limites do trabalho, foi suficiente contar com as estatísticas coligidas a partir desta fonte na obra de Tonessen&Jonessen, *The History of Modern Whaling* (1982). Para uma perspectiva comparada do mercado global de óleos de baleia com outros óleos vegetais e animais até aos anos cinquenta do século XX, são indispensáveis os estudos de Karl Brandt, *Whale oil: an economic analysis* (1940) e *Whaling and Whale oil during and after Worl War II* (1949). A partir de 1949 são de consulta obrigatória os relatórios anuais da Comissão Baleeira Internacional.

Resta-nos um comentário sobre as fontes para o estudo da etapa de industrialização. Enquanto indústria transformadora, não nos foi possível analisar certas variáveis operativas na história da indústria portuguesa<sup>15</sup>. Nem a *Estatística Industrial* do INE, nem a documentação dos organismos corporativos ou outras fontes adiantam dados quantitativos sobre a população activa

---

<sup>15</sup> Para uma análise global, cfr. Rollo, Maria Fernanda. “A Indústria Nacional”, in *História de Portugal: o Estado Novo (1926-1974)*, ed. José Mattoso, vol. 7, 8 vols. Lisboa: Estampa, 1998.

da indústria, o grau de concentração industrial, a potência e capacidade de produção das instalações, a origem do capital investido ou os salários auferidos pelo operariado. Em alternativa, procurámos localizar as escrituras de constituição das empresas industriais e inquirir a documentação empresarial. Não pudemos destringir a produção de óleo com laboração industrial ou artesanal por terem sido indistintamente agrupadas nas estatísticas das pescas.

### **1.5. Estrutura.**

Além do primeiro capítulo introdutório, o trabalho divide-se em três partes.

No segundo capítulo procuramos discutir as permanências e mudanças da *indústria-reliquia*. Partimos dos diagnósticos sobre a pesca e extracção artesanal até à comparação com as tendências evolutivas da baleação internacional. A exportação do óleo de cachalote é a ligação umbilical com o exterior e a actividade que sofrerá mais alterações com a Segunda Guerra Mundial.

O terceiro capítulo discute o papel da iniciativa privada no lançamento da fase industrial e as relações estabelecidas com o Estado durante esse processo. Entre os movimentos de instalação do processamento integral, de constituição de empresas industriais e expansão a novas áreas, o condicionamento industrial jogará um papel de árbitro que importa esclarecer.

O último capítulo é em grande medida um estudo de caso sobre a actuação de um organismo corporativo. O Grémio de Armadores constituído em 1945 procurará uma agenda própria estando subordinado à organização nacional das pescas. A forma como tenta exercer os seus poderes e reagir às diversas conjunturas serão os principais elementos de análise.

## 2. A Estrutura de uma indústria-relíquia.

### 2.1. Da Baleação pelágica à baleação costeira.

A captura de grandes cetáceos com vista à extracção de óleos e aproveitamento da carne e dos ossos resulta numa actividade de maior complexidade quando comparada à exploração dos recursos marinhos a partir da costa ou sistemas lagunares para abastecimento dos povoados marítimos. Sair da orla costeira à “pesca da baleia”, da sardinha ou do atum, para citar exemplos comuns na costa continental portuguesa, requeria organização e reunião de meios para o armamento de embarcações e aparelhos específicos<sup>16</sup>. No domínio peninsular é bem conhecida a preponderância basca na captura de Baleia Franca no Golfo da Biscaia a partir do século X. Em Portugal, investigações recentes apontam o início da baleação costeira em diversos pontos do território no século XI<sup>17</sup>. Ao longo dos séculos XIII e XIV, as cartas de foral das zonas marítimas atestam a importância dos “pescadores de baleia” com a discriminação dos seus privilégios e obrigações. Com a exploração de novos mares, a faina estende-se pelos territórios coloniais e é abandonada na metrópole. No Brasil, as capturas costeiras que alimentam os “engenhos de azeite” constituem um monopólio régio desde 1614<sup>18</sup>. Na encruzilhada do Atlântico, o arquipélago dos Açores manteve-se por muito tempo alheio às baleações do Reino. Dominado por uma economia agrícola e pecuária dirigida à exportação, sustentada pela fertilidade dos solos e especializada em ciclos de produção com uma evolução secular - cereais, pastel, linho, laranja e vinho, lacticínios – pouco se dedicou às actividades da pesca costeira ou enquanto base da pesca longínqua portuguesa. Até à segunda metade do século XVIII encontramos apenas evidências de aproveitamento de cetáceos que arrojaram à costa<sup>19</sup>.

É por isso de crer, não só pela estrutura económica arquipelágica mas também pelo testemunho dos métodos e tecnologia da futura *indústria-relíquia*, que o contacto com a baleação não partiu de terra e do impulso das comunidades autóctones, mas do mar e da chegada aos Açores das primeiras frotas de navios norte-americanos. Desde o início de Setecentos que se intensificara o contacto das ilhas com as colónias britânicas no comércio transatlântico. Com o

---

<sup>16</sup> Cfr. a definição proposta para “pescador costeiro e do alto” e “baleeiro” em Amorim, Inês(org.)“AsPescas”, in Nuno L. Madureira (coord.),“*História do Trabalho e das Ocupações*.Vol II. Oeiras, Celta, 2001; pp. 95-119; 85-87, respectivamente.

<sup>17</sup> Cfr. Brito, Cristina, “Portuguese Sealing and Whaling Activities as Contributions to Understand Early Northeast Atlantic Environmental History of Marine Mammals”, in Romero, Aldemaro e O. Keith, Edward, *New Approaches to the Study of Marine Mammals*,[s.l.],InTech,2012.

<sup>18</sup> Cfr. a descrição crítica de José Bonifácio Silva em “Memória sobre a Pesca das Baleias, e Extracção do seu Azeite, com algumas Reflexões a Respeito das nossas Pescarias”, in *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrade e Silva* [s.l.], [s.n.], pp. 24-48.

<sup>19</sup> Cfr. os relatos recolhidos por Gaspar Fructuoso em *Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1988. [1ª ed 1586-1590].

crescimento da viticultura na ilha do Pico e a escala de colonos a caminho do Novo Mundo, os interesses comerciais convergem na troca do vinho por bacalhau, arroz e cereais trazidos do continente europeu. A resguardada baía da Horta na ilha do Faial assume uma preponderância geo-económica, em detrimento da centralidade de Angra do Heroísmo na ligação às Índias ocidentais, à medida que Inglaterra assume a supremacia nos mares<sup>20</sup>. A Ocidente, colonos britânicos, holandeses e bascos, da península de Long Island à Terra Nova, já capturavam grandes cetáceos com bases costeiras, extraíndo o óleo em caldeiros de ferro e aproveitando as barbas de baleia exportadas para o velho continente. Desde a ilha de Nantucket intensificam-se as capturas de cachalote, cujo óleo serve como combustível de iluminação às cidades da Nova Inglaterra e o espermacete como matéria-prima preferida no fabrico de velas. Em poucos anos armam-se as primeiras frotas pelágicas que se adentram no Atlântico em busca de novas áreas de baleação. É quando em Outubro de 1768, o Capitão Geral Antão de Almada relata a Francisco Xavier de Mendonça Furtado a presença de sessenta embarcações inglesas ao largo dos Açores, seguidas de “duzentas pequenas embarcações de um mastro” no ano seguinte. Ao demonstrar de forma inequívoca a abundância de pescarias de cachalote, apelava ao desenvolvimento da pesca para proveito do consumo interno e da Fazenda Real<sup>21</sup>.

A jovem indústria norte-americana sofreria um refluxo com a perda de frotas nas guerras da Revolução (1775-1783) e de 1812, reabilitando-se só na década de 1820, recentrada em New Bedford<sup>22</sup>. Com maiores disponibilidades de armamento, facilidade de recrutamento de tripulações e um crescente mercado interno com procura de combustíveis para a iluminação pública e doméstica, as viagens da baleação alongam-se por dois a três anos, em diversas partes do globo, cadenciadas pela perseguição aos grupos de cachalote. Primeiro e derradeiro ponto de paragem, os Açores revalidam a posição como escala multiusos de refresco e reparação naval, recrutamento e desembarque de tripulantes indesejados, ou desertores, e oportunidade de baldeação do óleo já produzido, permitindo seguir viagem com os porões vazios. Com os navios saem também os primeiros açorianos a caminho do continente americano, onde muitos se instalam depois das viagens de baleação. A presença consular da família Dabney na ilha do Faial, em particular desde Charles W. Dabney na década de 1830, atrai à baía da Horta homens e navios com a certeza de poder tratar todos os assuntos de navegação e auxílio em terra. Modelo só

---

<sup>20</sup> Meneses, Avelino de Freitas, “A preponderância geo-económica da ilha do Faial na Conjuntura Açoriana de Setecentos”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Volume IX (1989-1990), pp. 3-23.

<sup>21</sup> Cfr. Almada, Antão, “Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado de 1 de Outubro de 1768, sobre a pesca das baleias”, in *Arquivo dos Açores*, Vol. VI, Ed. Fac-similada, pp. 7-9. Na realidade, e por efeito do monopólio, o “azeite de baleia” era importado do Brasil para consumo interno nos Açores. Cfr. Machado, Margarida de Mendonça V. Rego, *Uma fortuna do Antigo Regime: A casa comercial de Nicolau Maria Raposo de Amaral*. Cascais, Patrimonia, 2006.

<sup>22</sup> Cfr. Dolin, Eric Jay, *Leviathan: The History of American Whaling* [s.l.], W.W. Norton, 2008, pp. 41-139.

contestado nos anos sessenta do século XIX pela construção da doca de Ponta Delgada em São Miguel e a instalação da Casa Bensaúde&C<sup>a</sup> na cidade da Horta<sup>23</sup>.

Instaurada a monarquia constitucional, a chamada de Antão de Almada para a “pesca da baleia” carecia, todavia, de resposta. Em 1833, o governador militar da Comarca da Horta questionava novamente porque não se dedicavam a dinamizar uma pesca com tanta abundância a poucas milhas da costa e delegada a uma nação estrangeira<sup>24</sup>. Mas nessa mesma década, a Companhia de Pescarias Lisbonense, responsável pela mobilização de capitais para relançar a “grande pesca” do bacalhau na Terra Nova, adquiriu embarcações inglesas para a baleação em redor das ilhas e outros territórios, “pesca incerta mas com lucros consideráveis”, embora sem grande sucesso<sup>25</sup>. A família Dabney daria novo impulso em 1849 com o brigue americano *Harbinger*, seguida de outros, chegando a oito navios baleeiros fundeados no porto da Horta, entre 1848 e 1861, embandeirados com pavilhão americano<sup>26</sup>. Só em 1862 surge o primeiro documento legal dedicado à baleação pelágica portuguesa, o mais significativo até à entrada no século XX<sup>27</sup>. Publicava um conjunto de incentivos que isentava de direitos fiscais por dez anos as embarcações estrangeiras que fossem nacionalizadas e reduzia a metade os encargos das matrículas para a baleação. Convincentes, não terão sido suficientes à retoma. São ainda pouco claras as razões de desistência, mas a inconstância da pesca e a falta de capitais derivada da crise das produções frumentárias (laranja e vinho) serão factores a ter em conta.

Nos anos setenta do século XIX, o projecto da baleação pelágica aproximava-se do ocaso sem ter sido abandonado. Segundo o semanário faialense, o entusiasmo arrefecera porque os lucros não corresponderam à expectativa dos investidores. Tentava-se, todavia, corrigir a acção com o armamento de embarcações de menor porte, iates de 120 a 130 toneladas, que pudessem efectuar carreiras a Lisboa e transporte de mercadorias para Inglaterra, com todos os tripulantes associados na empresa. Entusiasmo que tão rápido se manifestou como desapareceu. Entretanto,

---

<sup>23</sup> Cfr. Costa, Ricardo Madruga da, *A ilha do Faial na logística da frota baleeira americana no “século Dabney”*. Horta, OMA/CHAM, 2012. Na mesma linha de reivindicação da participação portuguesa na baleação norte-americana, cfr. Warrin, Donald, *So ends this day: The Portuguese in American Whaling 1765-1927*. Dartmouth, University of Massachusetts, 2010.

<sup>24</sup>Cfr. Coutinho, António Ramos da Silveira, *Memorias relativas à ilha do Fayal Apresentadas à Junta Geral da Provincia Occidental dos Açores, Pelo Procurador pelo Concelho da Cidade da Horta em 1833*. Angra do Heroísmo, A. J. G. Costa, 1835.

<sup>25</sup> Cfr. Franco, Francisco Soares, *História resumida da Companhia de Pescarias Lisbonense*. Lisboa, Typ do Gratis, 1840, pp. 26-40.

<sup>26</sup> Segundo R. Madruga da Costa, entre 1849 e 1860 foram descarregadas no porto da Horta 403 toneladas de óleo e 4 toneladas de barba (o que evidencia a captura de outras espécies além do cachalote), num valor total de 87 contos.

<sup>27</sup> Lei de 26 Maio 1862.

o aparecimento das primeiras *canoas de terra* tinha permitido enfrentar o empreendimento com menor risco<sup>28</sup>.

Tudo indica que a fixação da baleação nos Açores implicou *a priori* um fracasso no armamento pelágico e uma segunda opção pelo uso de bases costeiras. Fenómeno que inverte a evolução histórica na costa leste norte-americana e a evolução internacional no decurso do século XX. Do ponto de vista tecnológico, as pequenas armações de canoas e sistemas de caldeiros em terra seriam um passo retrógrado. Mas a modéstia de meios e capitais, junto ao baixo número de capturas anuais, darão continuidade à prática enquanto a tendência contemporânea global será para a rápida depleção dos recursos baleeiros costeiros.

No último quartel do século XIX, a baleação costeira divulgou-se rapidamente nos grupos ocidental e central do arquipélago com as primeiras armações a importarem canoas americanas para baleiar a partir dos pequenos varadouros abertos no recorte vulcânico das ilhas<sup>29</sup>. Nos pontos altaneiros, os vigias assinalavam os grupos de cachalote e orientavam as canoas na perseguição aos cetáceos assinalados. O óleo deixara de ser visto como um produto para o consumo interno, como sugerira Antão de Almada, passando a integrar as exportações para as duas margens do Atlântico. Sintoma de compensação à quebra do modelo agro-exportador da economia da laranja e do vinho e ao decréscimo das actividades auxiliares da navegação e comércio transatlântico que a navegação a vapor começava a prescindir. São estas dificuldades que acentuarão a emigração insular nas últimas décadas do século XIX, a saída de comerciantes “estrangeiros” e a criação alternativa de novos projectos agro-industriais que prosseguem até ao século XX (tabacos, ananás, beterraba sacarina, entre outros)<sup>30</sup>.

Outra circunstância imprevista terá dinamizado, senão mesmo impulsionado, o início da baleação costeira: o regresso às ilhas de baleeiros recrutados ou embarcados a salto, adestrados na gesta americana, e que rapidamente terão um papel central enquanto marítimos especializados na direcção das primeiras armações e no suporte às autoridades marítimas para a fiscalização da nova faina. Em Julho de 1876 é assinado o primeiro contrato conhecido de uma armação costeira na

---

<sup>28</sup> Cfr *O Fayalense* de 13 de Setembro de 1873. Seguem-se vários artigos neste semanário que revelam o entusiasmo por este derradeiro plano de armamento de uma frota pelágica no porto da Horta.

<sup>29</sup> Gomes, F. A. Pimentel, *Caça à Baleia nas Flores*, Lajes das Flores, Câmara Municipal, 1992; e o *Inquérito Industrial de 1890*, pp. 541-542.

<sup>30</sup> Cfr. Dias, Fátima Sequeira, “A economia ao sabor das circunstâncias. Produções, agentes e intercâmbios”, in AAVV, *História dos Açores: do Descobrimento ao século XX*. 2 Vol., Angra do Heroísmo, IAC - Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p. 35. Como refere a autora, a espiral da crise relaciona estes factores: a grande vantagem da produção agrícola no arquipélago eram os baixos custos do trabalho capazes de compensar a distância dos mercados consumidores e a exiguidade da terra; com o encurtamento das viagens marítimas pela generalização do vapor, a aproximação das regiões e o aumento do comércio internacional, as produções açorianas perderão competitividade.

Calheta de Nesquim, no Sul da ilha do Pico. Entre os signatários está o cônsul americano Samuel Dabney e um baleeiro retornado, Anselmo Silveira, também reconhecido como “capitão Anselmo”<sup>31</sup>. As cláusulas identificam características estruturantes: a armação, propriedade de ambos, era constituída por duas embarcações, uma canoa e uma embarcação de pesca com sete tripulantes; o produto da pesca seria distribuído a metade pela tripulação das duas embarcações e pelo proprietário; para a tripulação, dividia-se em quinhões a metade do produto da pesca entre o *oficial* (mestre), o *trancador* (arpoador), os remadores e os tripulantes da embarcação de pesca. Anselmo seria o mestre da canoa e só poderia usá-la para “fins lícitos”, enquanto Dabney forneceria o vasilhame para o armazenamento do óleo, sendo certamente o responsável pela sua exportação<sup>32</sup>. Um ano mais tarde, a nova modalidade vinha confirmada por um diploma legal que prolongava por dez anos os incentivos publicados em 1862, agora aplicáveis aos aparelhos das *canoas de terra*, e isentava de qualquer taxa alfandegária o “azeite” nacional exportado para países estrangeiros<sup>33</sup>. A imprensa coetânea dá voz, nos anos setenta e oitenta, às várias tentativas mal sucedidas de captura de cachalote. Mas nem por isso a actividade deixou de prevalecer. Os relatos de Henri Drouet, G. Pouchet, do Príncipe Alberto I do Mónaco e do Capitão d’Albertis, entre outros, bem como os requerimentos para infraestruturas de apoio à varagem de canoas e animais capturados, reforçam o argumento da baleação costeira se ter instalado em definitivo nos anos 80 do século XIX.

Fosse pela origem exógena, pelo desafio de caçar grandes mamíferos marinhos com arpões e lanças manuais ou pelos dividendos da exportação do óleo, a baleação costeira logo se demarcou de outras actividades marítimas pela sua especialidade. Num opúsculo dedicado às pescas nas ilhas do Faial e Pico, em 1886, José Serpa atribuía como causa de insignificância das pescarias a negligência dos homens do mar em contraste com a riqueza da fauna marinha. Incitava ao progresso com a utilização de embarcações a vapor e a instalação de conservas de peixe, seguindo o exemplo recente do Algarve. Apesar do tom crítico, o comentário à baleação é entusiasmante. Se nos anos anteriores as tentativas falharam pelo “retrahimento de capitaes”, assistia-se agora a um “renascimento” em que participava o *pescador-marinheiro* insular, regressado a terra com um

---

<sup>31</sup> É desconhecida a dimensão deste movimento de regresso. No plano memorial e literário, foi especialmente cultivado por Dias de Melo em *Vida vivida em terra de baleeiros*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1983.

<sup>32</sup> Cfr. a reprodução da escritura na obra de M. Moniz Bettencourt, *Os Picoenses na Odisseia da Baleação...* Na Primavera de 1883, o cônsul americano advertia Washington do aumento das exportações açorianas para países estrangeiros à custa do óleo de cachalote e também referia que “Não se encontra uma única freguesia nas referidas ilhas que não tenha um número maior ou menor de baleeiros regressados, alguns dos quais foram promovidos a trancadores e oficiais [...] e, presentemente, não menos do que sete navios partindo dos Estados Unidos, são comandados por capitães nascidos nos Açores”. Cfr. Costa, R. Madruga da, *Uma Perspectiva das relações entre os Açores e os Estados Unidos da América à luz da Correspondência Consular*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2009 [Anexo Documental – Documento 71].

<sup>33</sup> Lei 10 de Abril 1877.

pequeno pecúlio, a rudeza e as façanhas dos anos passados no mar. Além das remessas dos emigrantes, também os baleeiros regressados invertiam os sinais de crise.<sup>34</sup>

No final da década, o Inquérito Industrial de 1890 acrescenta uma informação detalhada que não podemos aqui detalhar. Segundo Faria e Silva, a emigração provocada pela fuga de jovens ao recrutamento militar e o mau aproveitamento dos recursos contavam-se entre os principais óbices ao desenvolvimento das pescarias. A baleia seria exceção a nível organizacional, com sistemas de parcerias e pagamento de soldadas fixas com *primagens* sobre o produto da pesca. No distrito da Horta, com exceção da ilha das Flores, já se dera uma autonomização com a substituição das canoas importadas pela construção local. Na ilha do Pico, por exemplo, estavam matriculados 13 armadores, distribuídos por 6 portos com uma frota total de 37 canoas. A maioria da produção era exportada para Inglaterra onde concorria como lubrificante para maquinismos industriais com outro tipo de óleos. A pesca continuava, contudo, muito modesta. Na ilha das Flores, por exemplo, entre 1886 e 1890 foram capturados apenas 22 cachalotes em diferentes estações do ano. O inquérito revela um perfil que se mantém até aos anos vinte do século XX: número elevado de canoas matriculadas e baixos níveis de capturas, com níveis de produtividade anual em média inferiores a dois cachalotes por embarcação<sup>35</sup>.

Perante o crescimento modesto, a baleação terá que ser revista, num primeiro ciclo, pela importância relativa que assumiu na economia local das áreas costeiras onde mais se intensificou e menos pelo seu crescimento até à primeira Grande Guerra. Seguindo este raciocínio, não deixa de surpreender o estado global da indústria neste período fundacional. A concorrência de óleos minerais, petróleo e querosene, substituídos mais tarde pela eletricidade, ditará o abrandamento da indústria baleeira norte-americana até definharem nas primeiras décadas do século XX. Em Londres, os preços do óleo de cachalote sofreram uma queda abrupta, mais acentuada que os óleos de baleia, ao longo de toda a década de 1880<sup>36</sup>. As capturas mundiais de cachalote também decresciam à medida que novos métodos permitiam a perseguição de grandes baleias-de-barbas.

Mas é neste contexto adverso que a pesca se intensifica e generaliza nos Açores. Em paralelo surgem as primeiras dificuldades em arbitrar os conflitos no mar durante a perseguição aos grandes cetáceos. Em 1890 Faria e Silva diagnosticara o problema demonstrando a falta de regulamentação específica e o desequilíbrio entre localidades com baleeiros experientes e outros que perigosamente se aventuravam sem conhecimentos técnicos<sup>37</sup>. Serão as autoridades marítimas

---

<sup>34</sup> Serpa, José de, *A indústria piscatória nas ilhas Fayal e Pico*. Coimbra, Imp. Academia. 1886.

<sup>35</sup> Cfr. *Inquérito Industrial de 1890*, Vol. 5, “Pesca”, Vol. II, pp. 541-545.

<sup>36</sup> Cfr. os Gráficos apresentados por K. Brandt, para o período 1800-1940 em *Whale oil: an economic analysis*. California, Stanford University, 1940, p. 238.

<sup>37</sup> *Inquérito*, p. 543.

a impor a tutela sobre quase todos os aspectos quotidianos das armações. No caso da Capitania do porto da Horta, as normas consuetudinárias partilhadas com os delegados marítimos e administradores concelhios elucidam-nos sobre as formas experimentais para dirimir conflitos não só entre baleeiros, mas também entre baleeiros e pescadores de toninhas<sup>38</sup>.

Após um longo processo de consulta entre autoridades é aprovado em 1902 (com alterações introduzidas em 1904) o primeiro *Regulamento para a pesca da baleia por embarcações costeiras nos mares dos Açores*<sup>39</sup>. Dividido em 5 capítulos e 38 artigos, regulamentava o exercício da pesca e a composição das tripulações bem como a atribuição dos vencimentos, penalizações e outras disposições. Por primeira vez definia-se legalmente a “armação baleeira” constituída pelo conjunto do material da pesca e da extracção dos seus produtos (arts. 1º e 2º). Cumpria-se com o ascendente norte-americano: as canoas matriculadas de acordo com os modelos de 8 e 9 metros (art. 5); nos exames de mestres, as autoridades contariam com o auxílio de dois indivíduos “que sirvam ou servissem como oficiais em navios baleeiros” (art 18); a quem podiam ser atribuídas licenças especiais, eximindo-os de tirar a cédula marítima (art. 21). Além de zelarem pela segurança com regras definidas, as Capitánias também arbitrariam possíveis conflitos sobre a distribuição do produto da pesca recebendo uma conta anual de receitas e despesas de cada armação (arts. 23 a 25). Para diminuir a conflituosidade ou contrariar os escassos meios de fiscalização fixara-se um extenso grupo de penalizações que invariavelmente admitiam penas de prisão(arts 26 a 34). Apesar das omissões, ressalta neste documento uma ostensiva gravidade e o esforço de homogeneização dos costumes sem presumir um desenvolvimento das estruturas primitivas de extracção e das unidades de pesca.

### **2.1.2. As Permanências estruturais: evidências e diagnósticos.**

Ao longo da segunda metade do século XIX a legislação liberal pouco mais fizera que apoiar a iniciativa privada na importação de material de pesca e exportação dos seus produtos<sup>40</sup>. Não se supunha, nem era ainda de supor, uma intervenção do Estado por via de financiamento público ou participação directa na baleação pelágica que continuava a ser praticada pelas “nações estrangeiras” nas águas dos Açores. A baleação costeira fora, em certo sentido, um ajuste tecnológico e económico à dimensão fragmentada da economia insular e à sua quase inexistente

---

<sup>38</sup> A título de exemplo, cfr. BCM-AH, Núcleo/Fundo 208 – Capitania do Porto da Horta, *Copiador de Correspondência Expedida 1879-1902* (7 liv.). A partir de 1882 cresce o envolvimento da Capitania na aplicação de medidas de segurança, integração dos americanos naturalizados e a diferenciação profissional ente a nova “pesca da baleia” e a pesca das toninhas, alimento das populações mais pobres.

<sup>39</sup> Cfr. Decreto de 15 de Janeiro de 1904.

<sup>40</sup> Para uma análise recente do “século liberal” nos Açores, sob diferentes perspectivas, cfr. AAVV, *Actas do Colóquio O Liberalismo nos Açores: do Vintismo à Regeneração. O Tempo de Teotónio de Ornelas Bruges (1807-1870)*, IAC – Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

vocação marítima. Nascia em todas as ilhas associada ao perfil ocupacional da pesca costeira, complemento da actividade agro-pecuária, mas afirma a sua especialidade dados os fins e meios em que é praticada. A entrada no século XX acarreta o desafio de interpretar as permanências e mudanças nas principais conjunturas políticas e económicas, em particular a primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão de 1929-33. No que toca apenas à produção, é notável no primeiro caso o crescimento acompanhado da valorização do produto; pelo contrário, em 1931, a quebra a mais de metade evidencia os efeitos da conjuntura depressiva que afecta a procura externa no mercado dos óleos. Mas já a meio da década de 30 o aumento exponencial da produção evidencia a recuperação e crescimento da actividade sustentado em novas aplicações do óleo de cachalote<sup>41</sup>.

No entanto, se nos recentrarmos na expressão material da pesca, nas evidências regulamentares e nos raros diagnósticos, deparamo-nos com um quadro de permanências. Em 1924, o Coronel Francisco Afonso Chaves resumia as diferenças fundamentais com a baleação norte-americana, referindo que se reduzira a área de exploração ao alcance das 30 milhas com aparelhos ópticos, deixara de ser feita a separação do espermacete para o fabrico de velas e a exportação de óleos misturados centrara-se em Inglaterra. Segundo o autor, a nova decadência da “pesca da baleia” radicava na imperfeição do material de derretimento dos *toucinhos* que não permitia um aproveitamento completo do cachalote<sup>42</sup>. Em 1932, o publicista faialense Florêncio Terra assinalava o desaparecimento do “velho e genuíno baleeiro açoriano” que frequentara a “escola de trabalhos” dos navios americanos e que agora não perdia a terra de vista, onde fixara os caldeiros de ferro em construções de alvenaria. Revisitando as notas que redigira em 1906, só encontrava mudanças no comprimento das canoas e na utilização de embarcações a motor<sup>43</sup>.

A difusão das *gasolinas* na “pesca da baleia”, perfil excepcional na pesca costeira não motorizada do arquipélago, foi uma das mais assinaláveis alterações no primeiro pós-guerra. O aumento da tonelagem parece derivar da aplicação de capitais obtidos com a venda do óleo durante a Grande Guerra. As embarcações a motor serviam o reboque das canoas e dos animais capturados para terra. Não substituíram a aproximação e captura manual mas melhoraram a segurança como embarcações auxiliares. Além do mais, a utilização das lanchas será um importante factor de concorrência nas corridas aos grupos de cachalote avistados pelos vigias. O armamento, a importação de motores e as despesas de combustível oneram e complexificam a actividade. Mas a motorização parcial não acentua excessivamente as hierarquias no exercício da

---

<sup>41</sup> Cfr. Anexo I.

<sup>42</sup> Cfr. “A pesca da baleia nos Açores”, *A Pesca Marítima*, Lisboa, Ministério da Marinha, nº 14, 1924.

<sup>43</sup> Cfr. “Caça à baleia nos Açores”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Vol. I, nº 3, 1958, pp. 193-211.

pesca: mestres e tripulantes serão frequentemente baleeiros veteranos<sup>44</sup>. A partir de 1924, o aumento de embarcações auxiliares e do número de capturas será uma evidência sólida de crescimento da actividade.

Em segundo lugar, há que considerar as tentativas de uso de armas de fogo durante as capturas. José de Serpa, na sua visão progressista, já criticara em 1886 o “aferro intransigente aos processos rudimentares”<sup>45</sup>. Em 1890 Faria e Silva regista o uso de espingardas com explosivos (*bomb-lance*), prática comum no último ciclo da baleação norte-americana. Nas estatísticas oficiais, as “espingardas” incluem-se no material de pesca em todo o arquipélago até 1929<sup>46</sup>. Será em 1924 que a questão é retomada em maior peso com três requerimentos das armações de São Roque do Pico para a instalação de um canhão-arpão numa embarcação. Ouvidas as armações locais e autoridades marítimas, a Comissão Central de Pescarias do Ministério da Marinha autoriza o pedido com a condição de alterar a regulamentação da pesca. Mas como descreve o capitão do Porto da Horta, talvez por receio das tripulações ou pelo efeito dispersivo dos tiros sobre os “cardumes”, os canhões-arpões foram retirados das embarcações a motor pouco depois das primeiras experiências<sup>47</sup>. A par do insucesso da baleação pelágica, o paulatino abandono das armas de fogo ajuda a configurar uma *indústria-reliquia* relíquia original.

Em 1925, a publicação de um novo regulamento de pesca nos mares dos Açores parece ter sido provocada tanto pelas tentativas do uso de canhão-arpão como pela evolução internacional da baleação<sup>48</sup>. Passados vinte anos, deixava de haver referência legal à mão de obra especializada composta por americanos e açorianos naturalizados. O diploma reorganizava a tutela da Marinha com a afirmação da Direcção das Pescarias na coordenação da fiscalização, mantinha as funções disciplinadoras com a recepção de contas das armações e preservava o modelo de armação composto pelos meios da pesca e as instalações terrestres. Ao mesmo tempo, o legislador regulamentava a utilização do canhão-arpão salvaguardando a nacionalidade portuguesa e adoptava um conjunto de medidas preventivas com a proibição de captura de fêmeas em período de amamentação e “cetáceos não adultos”, além da autoridade para fixar tonelagens máximas na pesca. A maior novidade era, porém, o novo incentivo dado aos armadores “que introduzam nos Açores o aproveitamento de cetáceos que afundam pouco depois de mortos pela insuflação de ar

---

<sup>44</sup> Veja-se, a título de exemplo, a entrada das lanchas a motor na ilha Graciosa em Rufino, *Caça à Baleia: uma memória descritiva...*, p. 7 e ss.

<sup>45</sup> Serpa, *A indústria piscatória...*, p. 27.

<sup>46</sup> Apescto já referido em Clarke, R., *A Baleação em botes de boca aberta...*, p. 23.

<sup>47</sup> Cfr. Lei 1:562 de 10 de Março de 1924. Veja-se também as informações da Capitania do Porto da Horta, da Direcção e Comissão Central de Pescarias sobre a utilização do canhão-arpão em DGRM, Fundo Direcção das Pescarias. *Código 23 – Pesca da Baleia (1930-1945)*.

<sup>48</sup> cfr. Dec. 11011 de 31 de Julho de 1925.

comprimido pelo processo de Sven Foyn, e a indústria da extracção das margarinas de baleia e realizem o completo aproveitamento dos cetáceos” (art.18)<sup>49</sup>. Incentivo à captura de baleias-de-barbas, mesmo que pouco ou nada se soubesse sobre a sua existência nos Açores, à luz das novas tendências internacionais e da pesca concessionada a empresas norueguesas em territórios portugueses, nas costas de Angola, Moçambique e em Setúbal entre 1925 e 1927. A estas medidas não concorrem, porém, incentivos à produção e exportação do óleo de cachalote nem à sua colocação no mercado interno. Não encontraremos durante a República (1910-1926), a Ditadura Militar (1926-1933) e a primeira década do Estado Novo nenhum sinal de apoio público ao desenvolvimento da *indústria relíquia* existente.

Na realidade, o que o novo documento legal releva é a fixação da *indústria-relíquia*. No modelo híbrido cabia a estranha convivência durante a faina de embarcações a motor com canhão-arpão e de reboque e auxílio às canoas baleeiras (art. 21). Sem condenar os métodos artesanais, a indivisibilidade entre a propriedade do material da pesca e extracção consentirá a sobrevivência dos sistemas de caldeiros até aos anos cinquenta. Como se não pudesse haver uma separação possível, a transformação fabril ou artesanal estaria legalmente subordinada à capacidade de obter a matéria-prima. Modelo que talvez pela persistência das baixas capturas não presumia transformações para a industrialização e processamento integral do cachalote.

Como referimos atrás, a crise capitalista de início dos anos trinta terá afectado a baleação a nível internacional e também nos Açores, com a descida do valor do óleo exportado e a redução das capturas e produção de óleo. No rescaldo da crise, acentuar-se-á a intervenção do Estado português em todo o território e sob diversos prismas: com medidas protecionistas sobre os principais sectores ligados à exportação, pelas divisas e empregos que asseguram; com a regulação autoritária da importação e distribuição de bens alimentares essenciais, com vista ao abastecimento regular e à reserva de mercado a produtos de origem nacional e colonial; com a intensificação de alguns projectos de autarcia económica, entre os quais a Campanha do Trigo (1928-1938), iniciada ainda antes da crise. Muitas medidas serão defendidas como pontuais para assegurar o equilíbrio da balança de pagamentos e a “paz social” interna, sendo certo, contudo, que em conjunto vão criando os mecanismos de intervenção do Estado Novo sobre as estruturas económicas e sociais.

---

<sup>49</sup> “ [...] gosarão, pelo espaço de dez anos, de completa isenção de pagamento de emolumentos [...]”(art. 18, nº2); “Nas embarcações das armações que empregam o canhão lança arpão, poderá durante um período de dois anos [...] ser admitido um técnico estrangeiro [...] e para o ensino deste manejo aos pescadores nacionais.”(art. 45, nº único). Cfr. *Idem*.

A leitura da crise do capitalismo liberal, presentida desde o início do século XX, junto ao rechaço do socialismo comunista instaurado pela revolução de 1917, darão alento a uma larga produção de discursos doutrinários e teóricos que se situam numa “terceira via corporativa”. Modelo ideal, inspirado na doutrinação do fascismo italiano e no resgate de uma tradição corporativa do Antigo Regime, sugeria a regulação da vida económica por intermédio da cooperação dos agentes económicos, reunidos em grupos ou corporações, e a colaboração solidária entre classes com relações normalizadas através de acordos colectivos. Sem repudiar as instituições do capitalismo, a propriedade e a iniciativa privada, os vários corporativismos propunham uma reforma dos modelos anteriores e admitiam a intervenção do Estado para o seu lançamento na sociedade. Em simultâneo, mas rodeado de pragmatismo, edifica-se uma “economia nacional corporativa” em que novas instituições – algumas consideradas “pré-corporativas”, organismos de coordenação económica que terão a mesma longevidade do regime – se convertem no suporte instrumental de execução do dirigismo económico decretado pelo governo de Salazar.

No caso das actividades relacionadas com o mar, o controle de todo o circuito de abastecimento interno de bacalhau e a cartelização imposta ao sector pulverizado das conservas de peixe serão das áreas mais intervencionadas nos primeiros anos do novo regime<sup>50</sup>. Panorama a que a baleação costeira nas Ilhas Adjacentes permanecerá alheia até 1937. Não haverá necessidade em proteger o comércio exportador do óleo de cachalote, como houve, pelo seu peso na economia micaelense, no controle estatal da exportação de ananás para a Europa setentrional, que teria contribuído para conter a quebra dos preços à custa de uma redução da produção e melhoria da qualidade, ou o controle político estabelecido sobre as importações de cereais, de que as ilhas, especialmente no distrito da Horta, continuavam a depender<sup>51</sup>. De resto, como se depreende da leitura de Armando Gonçalves Pereira, da “pesca do cachalote” nos Açores esperava-se poucos desenvolvimentos e era apenas aconselhável realizar estudos oceanográficos e sobre os seus aproveitamentos industriais<sup>52</sup>.

Em 1935 é publicado um relatório de Guilherme Otero Salgado dedicado às pescarias dos mares dos Açores no boletim criado para divulgar a acção dos novos organismos de coordenação económica do Estado. Mais ou menos explícitos estavam os interesses em averiguar as possibilidades de expansão da indústria conserveira ao arquipélago. O autor depara-se com as

---

<sup>50</sup> Cfr. Garrido, Álvaro, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*. Rio Tinto, Círculo dos Leitores, 2010, pp. 82-100.

<sup>51</sup> Cfr. Enes, Carlos, Enes, Carlos, *A economia açoriana entre as duas Guerras Mundiais*. Lisboa, Edições Salamandra, 1994, pp. 65 e ss.

<sup>52</sup> Pereira, Armando Gonçalves, *A Economia do Mar*. Lisboa, Livraria Morais, 1932, pp. 290 e ss.

dificuldades estruturais das frotas artesanais – com duas dezenas de embarcações a motor frente a mais de um milhar de pequenas embarcações à vela e a remos “quase exclusivamente entregue à acção dos pescadores” – e com o clima e mar instáveis que provocam uma marcada sazonalidade na pesca. Critica os pequenos portos sem defesas e espaço para varar embarcações de maior porte, além dos fundos de pedra que não permitiam artes de arrasto. A compensar, só os sinais de abundância de pescado comprovado pelo avultado número de capturas à linha e o valor do produto da pesca. O universo de pequenas embarcações com pouca capacidade de carga seria um entrave ao abastecimento regular das fábricas de conserva. Generoso na reflexão sobre os problemas da pesca do atum e o estímulo que lhe traria a indústria de transformação, o mesmo não podemos dizer quanto à captura de cachalote. A distância com que descreve o “modo muito primitivo” da pesca, os barracões de caldeiros e o desperdício de 40 % dos animais capturados não prevê nenhuma possibilidade de subordinação da pesca à concentração e transformação industrial. Para o autor o baleeiro era tão-só o guardião de uma tradição que ostentava “coragem e valentia” conciliada com a miséria e resignação<sup>53</sup>.

Já em 1939, o extenso relatório de Fastio Boavida revela as primeiras alterações criadas com a instalação de unidades industriais no distrito da Horta. O autor começa por reunir outro elenco de reprovações sobre a estreiteza dos varadouros onde se desmancham os cetáceos, as deploráveis instalações de caldeiros e a má persistência na mistura de óleos. Referia depois o problema legal da baleação estar submetida a três tutelas, enquanto indústria insalubre (Obras Públicas), pesca e extracção (Marinha) e ao novo condicionamento industrial (Comércio e Indústria), não cumprindo na íntegra com todos. Sobravam ainda críticas às autoridades marítimas, incapazes de conter as rivalidades à hora de arpoar os cachalotes, a que se somava a falta de assistência e enquadramento dos baleeiros nas já criadas Casas dos Pescadores. Dando voz aos armadores picoenses que viam com apreensão a autorização de duas unidades fabris no grupo Faial-Pico, o engenheiro agrónomo propunha uma solução conservadora de estabilização das pequenas armações com um anteprojecto para a remodelação das instalações artesanais, a executar pelos próprios com capitais resultantes da isenção do imposto de pescado por 5 anos<sup>54</sup>.

Além destes relatórios negativos, a tensão entre o afloramento de unidades industriais e os sistemas tradicionais de caldeiros é revelada nos diagnósticos apresentados pelos Capitães dos Portos das Ilhas Adjacentes à Direcção das Pescarias. Desde logo, os diagnósticos apresentam uma apreciável variabilidade, seja pelo tempo a que o responsável já exerce a sua comissão de

---

<sup>53</sup> Cfr. Salgado, Guilherme de Sousa Otero, “Relatório sobre as pescarias nos mares dos Açores”, Separata do *Boletim dos organismos de coordenação económica criado pelo Ministério do Comércio e Indústria*, nº 2, 1935.

<sup>54</sup> Cfr. Boavida, Fastio, *Relatório sobre a indústria baleeira no distrito da Horta, 1939* (inédito). Bibl. Ex-IPIMAR.

serviço, pela intensidade da pesca na sua área de jurisdição ou até pela filiação de cada um dos oficiais de Marinha às ideias antiliberais da política económica do Estado Novo<sup>55</sup>. À entrada na Segunda Guerra Mundial, a Direcção das Pescarias e a sua Comissão consultiva ver-se-ão, como nunca, ocupadas com solicitações de revisão do regulamento de 1925, licenciamento de novas armações e queixas de armadores pela excessiva concorrência. Figuras próximas às “forças vivas”, os Capitães produzem as análises mais circunstanciadas sobre os velhos e novos problemas da indústria<sup>56</sup>.

Outros elementos serviriam para interpretar as permanências estruturais até às transformações da fase industrial. O Inquérito de 1941 da Direcção de Pescarias revela a complexa estrutura e assimetrias regionais, produtoras de uma dispersão imobilizadora, em que se edificará aos poucos a nova ordem industrial<sup>57</sup>; a Missão de Portos das Ilhas Adjacentes do Ministério das Obras Públicas(1943-45) – subestimada na historiografia atlântica - concluiu que, dado o valor do óleo de cachalote, mesmo em tempos de guerra, as infraestruturas dos portos “baleiros” só mereciam despesas do Estado em caso de concentração fabril<sup>58</sup>.

Indiferentes às dificuldades geomorfológicas e a um certo desprezo do Estado que intervinha directa e indirectamente na economia, as armações debatiam-se com outras dificuldades. Regra geral, dispunham de escassas receitas líquidas devido à pesada tributação de imposto de pescado, impostos camarários e contribuição industrial, a última só anulada em 1950. O desconhecimento dos mercados de exportação terá permitido a venda de óleos sem atenção às flutuações muito frequentes no curto prazo. As modestas estruturas de depósito e armazenagem impunham limites ao crescimento das capturas e da produção. As carcaças dos cachalotes arpoados, despojos de um aproveitamento parcial, convertiam-se frequentemente num problema de saúde pública e penalizações que oneravam o exercício da pesca.

## **2. 2. Tendências evolutivas da baleação internacional até à 2ª Guerra Mundial.**

Quando Robert Clarke elaborou a descrição densa dos métodos e tecnologias da baleação açoriana, encontrou nela a *sobrevivência* dos métodos utilizados a bordo dos navios norte-

---

<sup>55</sup> Cfr. Freire, João, *A Marinha e o poder político em Portugal no século XX*. Lisboa, Colibri, 2010, em especial pp. 73-99.

<sup>56</sup> Cfr. os vários processos tratados pela Comissão de Pescarias entre 1938 e 1941, em DGRM, Fundo Direcção de Pescarias, *Código 23 – Pesca da Baleia (1930-1945)*.

<sup>57</sup> Cfr. Anexo II. Note-se, em especial, a diversidade do nr. de proprietários entre cada armação, segundo as zonas, bem com as diferenças das instalações terrestres.

<sup>58</sup> Cfr. Dec 33:175 de 28 de Outubro de 1943 que cria a Missão; e o extenso relatório em vinte volumes, com referência a mais de 20 portos “baleiros”: *Plano Geral de Melhoramento dos portos do arquipélago/Missão técnica de Estudo dos Portos dos Açores*. Lisboa, Ministério de Obras Públicas, 1948.

americanos, amplamente descritos nos tratados e literatura de viagens<sup>59</sup>. Sobram indícios suficientes para crer que o arcaísmo da baleação no período entreguerras não foi estático e antes produziu avanços e recuos que configuraram opções de investimento das pequenas armações. Com as restrições levantadas à emigração para os Estados Unidos na segunda metade dos anos vinte, principal destino desde as últimas décadas de Oitocentos, o aumento da população insular resultou numa maior disponibilidade de mão de obra que a baleação, entre outras actividades, foi absorvendo<sup>60</sup>.

Entretanto, a nível global a baleação tinha conhecido importantes transformações na selecção das capturas, nas tecnologias da pesca e na criação de novos produtos colocados na economia de mercado.

### **2.2.1. Tecnologia e capturas.**

Com a concorrência do petróleo e os usos do óleo de cachalote limitados à indústria do sabão e lubrificantes industriais, poucas hipóteses se vislumbrariam para a continuidade dos avultados investimentos da baleação pelágica norte-americana. A transferência de capitais e de mão de obra para o mercado interno relegara a indústria a um segundo plano. Somava-se, no caso da Baleia Franca no Ártico, fortes indícios de escassez derivados de uma precoce sobrepesca sobre os limitados *stocks* de mamíferos marinhos. Entretanto, no lado oposto do Atlântico, houve quem soubesse introduzir mudanças tecnológicas significativas. Entre 1863 e 1868, o armador norueguês Sven Foyn porá em prática o uso do canhão-arpão instalado na proa do vapor *Spes et Fides*, com o propósito de capturar os rorquais assinalados desde a costa de Finnmark. Bem sucedido, inaugura o período da baleação contemporânea<sup>61</sup>. Até aos anos 80 Foyn assegura um monopólio com as patentes da nova tecnologia e um novo modelo de abastecimento de estações costeiras com as capturas resultantes dos navios-caçadores (*catchers*) a vapor. Aplicação que seria, contudo, breve: em 1903, depois do aumento de capturas e concorrência entre novas companhias, aliado à pressão dos interesses da pesca costeira, é decretada a proibição da baleação costeira na Noruega. Mas já outras companhias norueguesas se haviam espreado pelo Atlântico Norte, de Labrador a Spitzbergen, mantendo elevadas capturas apesar das baixas cotações do óleo de baleia.

---

<sup>59</sup> Cfr. *Baleação em botes de boca aberta...*, pp. 12 e ss.

<sup>60</sup> Cfr. o exercício de demografia histórica de Rocha, Gilberta Pavão Nunes, “O crescimento da população e os novos destinos da emigração”, in AAVV, *História dos Açores: do Descobrimento ao século XX*. 2 Vol., Angra do Heroísmo, IAC - Instituto Açoriano de Cultura, 2008. pp. 265-305; sobre a influência da política doméstica norte-americana na emigração açoriana, pp. 301-302.

<sup>61</sup> Segundo a historiografia clássica, o uso de embarcações movidas a vapor e munidas de canhão-arpão são os marcos fundadores da baleação contemporânea (*modern whaling*). Dentro desta convenção definem-se três períodos: as capturas ao largo de Finnmark, as capturas globais (1883-1924) e as capturas pelágicas (1925 até ao presente); no que respeita ao direito e diplomacia: a baleação livre; regulada por meios locais ou nacionais e por regulação internacional. Cfr. a introdução de Tonessen&Johnsen, *The History of Modern Whaling*, Londres, Australian National University Press, 1992. pp. 3-15.

A proibição doméstica não condicionaria, antes promoveu, a expansão planetária do modelo norueguês que manterá a primazia da mão de obra especializada, principalmente entre os famosos atiradores<sup>62</sup>.

A expansão mais significativa da indústria dá-se a partir de 1903 no Antártico, onde se regista uma extraordinária abundância de baleia-de-barbas que o converterá no solar da indústria até ao final dos anos sessenta. A captura de grandes rorquais, como a Baleia-Azul, ditará o maior rendimento das pescarias e a necessária evolução tecnológica. Com bases costeiras nos arquipélagos da Geórgia do Sul e Shetland, sob soberania britânica, instala-se uma política restritiva de concessões e de alta tributação dos produtos exportados. Modelo de que só se libertarão as frotas do Antártico com o regresso à baleação pelágica<sup>63</sup> a partir de 1927.

A Primeira Grande Guerra (1914-1918) encerrará um ciclo de expansão caracterizado pelo paulatino aumento das capturas e produção. Pese a elevada procura de óleo de baleia como lubrificante e matéria prima para explosivos (glicerina), as várias contingências do conflito travam o desenvolvimento. Até então, a indústria estendera-se com fábricas flutuantes do Atlântico Norte e Antártico à Austrália, Pacífico Sul, e África Austral, onde, como veremos, se instalaram companhias nos territórios coloniais portugueses. Depois das paralisações durante o conflito, a maioria das companhias com bases costeiras fora do Antártico sucumbirão. A década de 20 é de progressiva concentração nas capturas de Baleia Azul no Antártico acompanhada das primeiras concentrações empresariais. Na segunda metade da década assiste-se a uma extraordinária expansão, a par da instalação dos primeiros navios-fábrica, violentamente travada pela crise que alastra no comércio internacional no início dos anos trinta. A enorme descida de preços das gorduras animais afecta o preço do óleo de baleia e provoca uma quebra abrupta das capturas e da produção, crise que se prolonga até 1933. Hesitante por pouco tempo, as capturas no Antártico voltam a crescer a meados dos anos 30, com o aumento da capacidade de pesca provocada pela entrada de novas nações e a procura elevada para a constituição de reserva de gorduras animais entre os futuros países beligerantes na Segunda Guerra Mundial.

Subjacente ao crescimento da indústria estão as relevantes evoluções tecnológicas finisseculares. Às técnicas de captura somara-se a utilização do vapor nos processos de extracção do óleo em autoclave, o recurso a guinchos mecânicos para a alagem e desmancho das presas marinhas e o fabrico de subprodutos. Com o uso dos autoclaves tipo Hartmann o óleo extraído a

---

<sup>62</sup> A título de exemplo, cfr. Dickinson, Anthony e Sanger, Chesley W., *Twentieth-century Shore-station whaling in Newfoundland and Labrador*. Montreal, McGill-Queen's University Press, 2005. Pp. 23 e ss.

<sup>63</sup> Cfr. Tonessen&Johnsen, *ob. Cit.*, p. 164. As espécies de capturas predominantes no Antártico seriam, segundo períodos: baleia-de-bossas, 1904-1912; baleia-azul, 1913-1937; baleia-comum, 1937 a 1965; baleia-sardineira, 1965 a 1975; e baleia-anã a partir de 1975.

temperaturas controladas tornara-se mais homogêneo e de melhor qualidade. Mas será o processo químico de hidrogenação, patenteado em 1902 e generalizado uma década depois, a impulsionar em definitivo a indústria, transformando o óleo numa matéria prima alimentar utilizada no fabrico de margarinas, em concorrência, portanto, com outras gorduras animais e vegetais. Só no segundo pós-guerra se alterará o perfil de preponderância do óleo entre os produtos baleeiros com a generalização de aparelhos de refrigeração que permitirão o abastecimento dos mercados europeus com carne de baleia, além da maior produção de farinhas<sup>64</sup>.

A utilização dos navios fábrica com rampa de alagem na popa será a segunda inovação tecnológica mais significativa. Generalizados nos anos 30, aboliram a dependência das estações costeiras, permitiram a exploração de novas áreas e apuraram os meios de aproveitamento integral, contra o desperdício, convertidos em núcleos do desenvolvimento tecnológico. Bases auxiliadas por *catchers* cada vez mais rápidos e eficazes que envolvem as companhias numa concorrência que tardará a ser regulada internacionalmente. Comunicados por sistemas de telefonia que se generalizam nos anos 20. Todos eles exigem investimentos avultados que requerem produção a larga escala e concentração de capitais.

### **2.2.2. Produtos e mercados.**

A extração em autoclave e a hidrogenação tornam o óleo de baleia equiparável a outros óleos comestíveis que circulam numa economia de escala. Segundo K. Brandt, no final dos anos 30 a produção do Antártico gerava uma significativa percentagem de 9,4% das disponibilidades globais de gorduras animais, entre outros óleos<sup>65</sup>. Em maior quantidade, as colheitas de óleos vegetais dependiam de factores climáticos, humanos e tecnológicos; a baleação tinha a particular dependência do estado do mar, do sucesso das companhias anglo-norueguesas e os custos acrescentados da hidrogenação. Sofreria com dúvidas quanto à fluidez, qualidade e sabor, tanto do óleo como da carne. Por estas e outras razões que não podemos avaliar exaustivamente, no que respeita aos preços, quando não protegidos, situavam o óleo de baleia na base de outros óleos, todos eles subordinados a uma grande flutuação derivada das condições de oferta. Desta forma, a forte descida do preço do óleo de baleia nos primeiros anos do século XX deve muito à entrada de grandes quantidades de óleo de semente de linho no mercado, incitando, por sua vez, à inovação tecnológica e ao descobrimento da hidrogenação. Já durante a conjuntura da primeira Grande Guerra, a procura imediata por gorduras e glicerina, aliada à quebra da produção, quadruplica os preços do óleo de baleia até às 90 libras/tonelada em Londres. Com a importação europeia dos óleos vegetais retidos nos países ou colónias produtores, os preços voltam a descer

---

<sup>64</sup> Tonessen&Johnsen, *ob. Cit.*, 1982, p. 720.

<sup>65</sup> Brandt, Karl, *Whale oil...*, 1940, p. 4.

no início da década de 20 e mantêm uma flutuação até ao final da década, quando, pelo efeito da crise depressiva generalizada e a sobreprodução dos últimos anos, descem para mínimos históricos. Os preços só voltarão a subir em 1935, com um menor número de gorduras importadas para a Europa, pelo efeito do *New Deal* norte-americano.

De maneira geral, a quantidade de óleo de baleia disponível aumenta de forma exponencial durante todos os anos 20, batendo o recorde de produção no Antártico em 1930. Na temporada seguinte, a queda de preços leva capturas e produção a descer para um quarto. Mas logo a partir de 1933 a produção aumenta e com a entrada de novas nações atingirá um novo máximo em 1937. Registam-se também outras alterações significativas. Até à segunda metade dos anos 30, as companhias anglo-norueguesas controlam a grande maioria da produção apesar da redução drástica de companhias com bases costeiras. Aliança cimentada no saber-fazer acumulado das tripulações norueguesas e no investimento de capital britânico privado no armamento e na transformação das matérias-primas em margarina e sabão. Do outro lado, a Alemanha irá adquirir uma frota norueguesa e o Japão construirá os seus navios, ambas subsidiadas pelo Estado, para acederem a grandes quantidades de gorduras animais que substituam as importações. Ao longo dos anos 30, os principais produtores de óleo noruegueses reúnem-se mais que uma vez numa *Sales Pool* no intento de concentrar as condições de oferta em momentos de sobreprodução (1931-33; 1938-9).

De parte da procura, desde 1930 dá-se uma grande concentração na Unilever, *trust* resultante da união entre os Lever Brothers e Margarine Unie. Na convulsa década de 1930, a Unilever interliga as indústrias de sabão e margarina e possui vários interesses nas companhias a operar no Antártico. Como revela K. Brandt, uma parte da produção não chega a entrar no mercado, e quando entra tem a procura concentrada por contratos que abrangem a produção anual das principais companhias<sup>66</sup>. A Unilever estabelece as variações possíveis dos preços que continuam subordinados aos óleos vegetais. De resto, os principais países importadores no período entreguerras foram a Inglaterra e a Alemanha, o último tradicionalmente deficitário de gorduras animais. Antes do deflagrar da Segunda Guerra, as potências adversárias absorviam 80 % do óleo disponível no mercado.

### **2.2.3. Quadro legal e geopolítico.**

A aliança anglo-norueguesa nas primeiras décadas do século XX tinha vários interesses: a Noruega, seguidora dos métodos de Sven Foyn, assegura mão de obra especializada, enquanto a Inglaterra guarda patentes e os potentados do sabão e margarina. A venda do óleo norueguês a

---

<sup>66</sup> Brandt, K., *ob. Cit.*, 1940, p. 143.

Inglaterra é o enlace de uma relação duradoura, com períodos de tensão. Durante a primeira Grande Guerra, a Inglaterra procura bloquear a Alemanha envolvendo a Noruega na proibição de venda de gorduras animais. Por outro lado, a soberania inglesa nos arquipélagos do Sul permite a regulação das capturas e o condicionamento – a qualquer nação – das concessões de pesca. Com a difusão da baleação pelágica, a disputa pelos recursos marinhos passaria a assentar em acordos bilaterais firmados entre os dois países, onde se incluem os primeiros limites traduzidos em quotas anuais de capturas.

O risco da chamada “sobrepesca”<sup>67</sup> foi, muito cedo, uma realidade tangível no meio da baleação internacional. O passado demonstrara de forma inequívoca a depleção de várias espécies na orla costeira europeia, na costa leste norte americana e no Ártico, entre outras paragens. Ascendente negativo a que corresponde um alerta formal e precoce sobre a necessidade de limitar as capturas no novo centro, o Antártico. Em 1929 o *Comité international pour la protection de la baleine* da Sociedade das Nações tomara em conta o assunto<sup>68</sup>, inspirado nas medidas tomadas no *Norwegian whaling act* de 1929. Depois da temporada recorde de 1930, a Convenção de Génova de 1931 estabeleceu princípios de protecção às crias e fêmeas, a proibição de captura de Baleia Franca e um incitamento ao aproveitamento integral e regularização das estatísticas. Apresentava, no entanto, vários limites: só se aplicava às baleias-de-barbas e às baixas latitudes a 40° Sul e firmava-se em acordos voluntários. Durante o ciclo depressivo dos primeiros anos trinta todas as empresas norueguesas e inglesas, com excepção de uma, formam um cartel de produção que estabelece limites às capturas e produção, incentivo à maior eficiência no aproveitamento, mas que não solucionaria o problema de pesca excessiva. Segundo Mackintosh, só a acção governamental concertada poderia funcionar<sup>69</sup>. No entanto, a partir de 1935, a situação internacional altera-se com a entrada de novas nações ávidas por matérias-primas adicionais capazes de reduzir a sua dependência do comércio externo. A concorrência opunha os grupos privados anglo-noruegueses, defensores de “direitos históricos”, às frotas alemãs e japonesas subsidiadas pelo Estado, se necessário com a fixação dos preços ao produtor<sup>70</sup>. Novo cenário que requeria acordos para que uns e outros pudessem ratificar, sob o princípio de conter as capturas, sendo necessário reduzir ou controlar o número de unidades de pesca, reduzir o período das temporadas (a que se opõem com veemência os sindicatos noruegueses) e, se possível, fixar um máximo anual absoluto de capturas.

---

<sup>67</sup> Discutido na série de conferências de E. Russell, *O problema da sobrepesca*. Lisboa, Estação de Biologia Marítima, 1943. [trad. de Alfredo Magalhães Ramalho].

<sup>68</sup> Cfr. Gambell, Ray, “International Management of Whales and Whaling: an Historical Review of the Regulation of Commercial and Aboriginal Subsistence Whaling”, *Arctic*, Vol. 46, n° 2, Junho de 1993, pp. 97-107.

<sup>69</sup> Cfr. Mackintosh, N. A., *The Stocks of Whales*. Londres, Fishing News Books, 1965, pp. 150 e ss.

<sup>70</sup> Brandt, K., *ob. Cit.*, 1940, pp. 72 e ss.

Os acordos de Londres em 1937, não ratificados pelo Japão, respondem em larga medida, pelo menos em intenção, ao problema entrevisto por armadores e alguns biólogos que começam a tomar partido nas instâncias de regulação internacional. A Inglaterra estabelece o *Discovery Comitee* encarregue de comandar as expedições científicas no Antártico, a expensas das taxas cobradas sobre os produtos baleeiros nos arquipélagos do Sul. A redução espontânea das capturas em 1935 e o risco de manter a exploração comercial da Baleia-Azul constituíam evidências num clima de acirrada competição. Além da redução da temporada e do número de *catchers*, são estabelecidos tamanhos mínimos e máximos das frotas pelágicas e costeiras, zonas proibidas de baleação em favor da reprodução (santuários), obrigação de combater o desperdício com o aproveitamento integral e manter os navios-fábrica abaixo dos 40º de latitude. Apesar de todas as limitações, a temporada de 1937 encerra com um novo recorde de capturas. Só em 1944, sem a Alemanha e o Japão e num contexto de guerra em que a baleação internacional diminuirá drasticamente, se fixará a unidade *Blue Whale Unit* como elemento fundamental de limite global de capturas e instrumento de posterior gestão multilateral de recursos.<sup>71</sup>

### **2.3. A exportação do óleo de cachalote em tempos de guerra (1938-1945).**

#### **2.3.1. A especificidade açoriana.**

Se é certo que a baleação no século XX esteve dominada pela captura de baleias-de-barbas, as capturas de cachalote nunca cessaram, apesar de níveis muito baixos, em comparação com outras capturas e com os valores da baleação norte-americana no século anterior<sup>72</sup>. O cerne da mudança está na aplicação do óleo e carne de baleia como matérias-primas alimentares, pelo valor económico e político que lhes é conferido nas lógicas de abastecimento privadas e públicas. Dada a sua composição química, o óleo de cachalote não assimilou esta inovação revolucionária. Manteve contudo uma extraordinária versatilidade nas suas aplicações industriais, servindo como combustível de iluminação, lubrificante de vários tipos de maquinaria, óleo secativo de pinturas, anti-oxidante e tanante para a curtimenta de peles, produção de sabão e detergentes, entre outros.

---

<sup>71</sup> Além dos já citados, a partir dos anos 70 do século XX abundam testemunhos retrospectivos e críticos dos biólogos participantes na Comissão Baleeira Internacional. Cfr. na bibliografia as obras de S. J. Holt (2001), K. Allen (1980), Slipjer (1962), Mchugh (1974).

<sup>72</sup> Cfr. Smith, T., Lund, J. (et al.), “Spatial Dynamics of American Offshore whaling in the 19th century: were Spermwhales depleted?”, *Whaling and History III*. Sandfjord, The Whaling Museum, 2010, pp. 85-93. Desde 1910 até 1935, com exceção de 1929, as capturas anuais globais de cachalote foram inferiores a 2000 indivíduos. A partir de então, sobem para mais de 5000 (1936) e 7392 em 1937, voltando a descer para estabilizar nos anos da Guerra entre os quatro e cinco milhares. No caso do Antártico, perante as descidas de capturas de Baleia-Azul, o número de cachalotes capturados aumenta desde 1927 até à temporada de 1938-39, com um recorde de 2591 indivíduos. Numa comparação abrangente, R. Ellis mostra como entre 1904 e 1939 se capturaram, nos mares do Sul (Southern Seas) 27433 cachalotes, frente a 261945 baleias azuis e 216688 baleias comuns. Valores que representam bem o predomínio das baleias-de-barbas. Cfr. Ellis, R., *The great spermwhale: a natural history of the ocean's most magnificent and mysterious creature*, University Press de Kansas, 2011, p. 269 e ss..

Quando separadas do óleo extraído dos tecidos adiposos, as massas de espermacete eram usadas para os modernos produtos cosméticos, como cremes faciais, batons e outras unturas<sup>73</sup>. Em consequência, a procura centrava-se em países industrializados, na indústria têxtil, química e farmacêutica, além da procura dispersa de combustíveis líquidos. Nos períodos de guerra, além do benefício colateral da valorização dos óleos de baleia comestíveis, converte-se numa mercadoria cobiçada tanto pelo conteúdo de glicerina que permite o fabrico de explosivos como pelo uso de lubrificante de maquinaria específica para material bélico e vários tipos de motores submetidos a baixas temperaturas (p.ex. motores de aviões). O desenvolvimento da indústria química alemã nos anos anteriores à Segunda Guerra terá motivado o aumento das importações de óleo de cachalote<sup>74</sup>. Mas regra geral, a sua aplicação não era insubstituível nem indispensável; no caso português concorria com outros óleos vegetais coloniais com níveis semelhantes de ácidos gordos e produzidos em maior quantidade.

À escala regional, a baleação costeira nos Açores não cessou até aos anos sessenta do século XX. Os portos onde se concentraram mais unidades de pesca – como, por exemplo, as Lajes e Ribeiras no sul da Ilha do Pico, as Capelas em São Miguel ou o porto do Castelo em Santa Maria – não perderam preponderância nem foram deslocados. A exploração intensiva e global dos recursos costeiros até ao esgotamento nos anos anteriores à primeira Grande Guerra não atingiu as ilhas portuguesas do Atlântico. Neste sentido, as paralisações ocasionais dever-se-ão mais à flutuação do negócio que às consequências biológicas de uma pesca excessiva, o que não deixa de ser um padrão de originalidade. Alheadas dos primeiros exercícios de regulação internacional centrados nas nações concorrentes no Antártico, na delimitação geográfica da acção dos navios-fábrica e na co-gestão dos *stocks* de baleias-de-barbas, as estações costeiras açorianas permaneceram fora de toda a equação, mesmo quando reportados os altos níveis relativos de captura de cachalote<sup>75</sup>.

A exportação do óleo de cachalote, destino da quase totalidade da produção, é a ligação umbilical com a indústria global. Ao contrário da produção do Antártico que atinge os mercados europeus em grande quantidade uma vez por ano, o óleo exportado dos Açores dá entrada na Europa de forma gradual e em lotes de pequenas e médias quantidades, como sugerem as

---

<sup>73</sup> A título de exemplo, e tratando-se já de documentação corporativa, cfr. o *Industrial Memorandum Bailey* enviado em Circular pelo GAPB a todas as armações em 1952. Dá a conhecer um total de 26 produtos, patenteados nos EUA com a utilização do óleo de cachalote, 11 durante os anos da Guerra. Cfr. Anexo X.

<sup>74</sup> Cfr. Brandt, K., *ob. Cit.*, 1940, p. 133 e ss.; R. Clarke, R., *ob. Cit.*, pp. 23-25; e Mousinho de Figueiredo, *Introdução ao estudo...*, pp. 178-183.

<sup>75</sup> Cfr. Clarke, R., “Spermmwhales of the Azores”, *Discovery Reports* 28, 1956, pp. 237-298. As diferenças entre a baleação industrial e a pesca artesanal no arquipélago dos Açores vão ser exploradas na obra literária e cinematográfica de Mário Ruspoli. Cfr. *À Pesca do Cachalote*, Lisboa, Clássica, [s.d.]. (tradução do original publicado em 1955).

estatísticas oficiais do comércio externo, com países a importarem contingentes inferiores a 100 toneladas, ou a documentação empresarial, onde constam vendas regulares de partidas de óleo.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) afectará profundamente a indústria global. A nível global as capturas recuaram até aos números de 1909. Os activos da pesca no Antártico foram desviados para o transporte de óleos minerais, arsenais de guerra e fretamento de outras mercadorias, quando não torpedeados pelos submarinos ou atacados por esquadras inimigas. O aumento dos custos operacionais e a insegurança no Atlântico desaconselha as idas ao Antártico, onde praticamente só se mantêm as frotas japonesas. A maioria dos navios-fábrica e um terço dos *catchers* sucumbiram no esforço de guerra<sup>76</sup>. Os países beligerantes recorrerão aos óleos armazenados nos anos anteriores mas em breve sentirão o défice de gorduras animais. O óleo de cachalote, por sua vez, será valorizado como lubrificante com alta procura para material bélico. As capturas mundiais de cachalote, principalmente nos Açores e no Pacífico Sul, mantêm níveis elevados em tempos de guerra, atingindo a percentagem inaudita de 60% do total mundial entre 1941 e 1943.

Como é bem sabido, os Açores ganham também um importante papel geopolítico no decorrer do conflito. Segundo António José Telo, a soberania portuguesa nos Açores teria sido o principal trunfo da política externa dos diferentes regimes do século XX, factor permanente de aliança com a Inglaterra e apoio fulcral à intervenção decisiva dos Estados Unidos nos dois conflitos mundiais<sup>77</sup>. Mas a importância estratégica do arquipélago não alterará o essencial das suas estruturas económicas. O predomínio do sector primário com pequena representação das pescas e as principais exportações na pecuária e nos lacticínios, com considerável aumento e especialização no pós-guerra, conformam o quadro geral que perdura no pós-guerra. Certos produtos, como o ananás micalense, sofrem na Guerra a paralisação das exportações para o mercado de Hamburgo. Outros resultantes da produção industrial local (açúcar, tabaco, cerveja) enfrentam as velhas dificuldades de colocação no Continente por afectarem os interesses metropolitanos ou coloniais aí sediados<sup>78</sup>.

### **2.3.2. A exportação.**

Perante este quadro, importa caracterizar a evolução diacrónica da exportação do óleo de cachalote, isoladamente e no conjunto dos óleos animais; reconhecer os destinos de exportação e

---

<sup>76</sup> Tonessen&Johnsen, *ob. Cit.*, p. 744.

<sup>77</sup> Para uma síntese de investigações anteriores, cfr. “Os Açores e as estratégias para o Atlântico” in AAVV, *História dos Açores...*, pp. 217-264. Sobre o tema em várias perspectivas, veja-se também Ferreira, José Medeiros, *Os Açores na Política Internacional*. Lisboa, Tinta da China, 2011.

<sup>78</sup> Cfr. Enes, Carlos, “Uma economia em transformação, mas uma pobreza que persiste”, in AAVV, *História dos Açores...*, pp. 185-215.

quantidades exportadas; compreender as lógicas de “economia de guerra” e “guerra económica” a que esteve submetida a produção e a exportação. Mudanças que alcançam significado com a leitura da Segunda Guerra Mundial como um conflito de carácter total onde prevalece o domínio político sobre os mais distintos sectores da vida económica que contribuem às lógicas de abastecimento interno e bloqueio de fornecimento aos países beligerantes. Guerra que funciona, sob uma complexa neutralidade portuguesa, como teste aos modelos de autarcia económica prosseguidos pelo Estado Novo, por confronto com a realidade da dependência externa, e oportunidade para a reformulação das estruturas produtivas internas<sup>79</sup>.

A primeira característica a salientar é que o óleo de cachalote desempenha um papel maioritário (46,6%) no volume de exportações de óleos animais durante o conflito, superior aos óleos de fígado de bacalhau, de sardinha e de outros animais marinhos. No primeiro triénio do pós-guerra o volume aumenta para 58,3%. No que respeita ao valor, o óleo de cachalote representa cerca de 36% do total durante todo o conflito. Em 1939 e 1940 representa 51% mas a percentagem desce frente à extraordinária valorização do óleo de sardinha. No pós-guerra, à semelhança do volume de exportações, o valor ascende até 61% do total. Na interpretação destes números deve estar presente o facto do óleo de cachalote ser o produto principal da indústria baleeira, enquanto no caso do bacalhau ou da sardinha constitui um subproduto derivado do aproveitamento de partes específicas (fígados) ou dos resíduos sobrantes do processo de conservas (sardinha), quando não convertidos em guano ou farinhas.

Em segundo lugar, é relevante o baixo volume de exportação entre 1941 e 1944, inferior às 1000 toneladas anuais, em contraste com os anos anteriores e sobretudo com o primeiro triénio do pós-guerra. Desta forma, num processo semelhante ao que ocorre na exportação das conservas de peixe<sup>80</sup>, assiste-se a uma extraordinária sobrevalorização do produto que compensa a descida do volume das exportações. Para dar uma ideia eloquente, o valor médio do óleo exportado passa de 1\$15/kg em 1939 para 7,5\$00 em 1943. Será esta sobrevalorização que está, por um lado, na origem da subida da produção, ultrapassando por primeira vez as 2 mil toneladas anuais em 1943 – factor divergente das conservas de peixe que dependia de outras questões para conter a produção – criando elevados *stocks* que só serão escoados no pós-guerra. Por outro lado, a sobrevalorização provocará uma euforia que resulta na multiplicação de pedidos de instalação de

---

<sup>79</sup> Cfr. Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990, em especial pp. 190 e ss. Para uma análise recente dos conceitos de “guerra económica” e “economia de guerra”, cfr. Avelãs Nunes, João Paulo, “Corporativismo e Economia de Guerra: o Salazarismo e a Segunda Guerra Mundial” in *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra, Almedina, 2012, pp. 165-177

<sup>80</sup> Cfr. Lumbralles, J. P. da Costa Leite, *Economia de Guerra*. Porto, [s.l.], 1943, pp. 267 e ss. Para o caso das conservas cfr. Rodrigues, J. M. Vieira, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865 – 1945)*, dissertação de Mestrado em História do Século XX, Universidade Nova de Lisboa, 1997; em especial todo o 2º volume.

novas unidades artesanais e industriais, só travada em parte pelo condicionamento industrial. O outro traço distintivo é que a valorização do óleo de cachalote prolonga-se para lá do conflito até ao encerramento da década, resistindo inicialmente à crise de exportações que afectará o país logo em 1946, atingindo a maior valorização entre 1945-1948, acompanhando a conjuntura de procura externa de gorduras animais e beneficiando do tempo que os países concorrentes tardaram em recompor a sua capacidade produtiva<sup>81</sup>.

Por sua vez, as quantidades e destinos da exportação revelam vicissitudes da “guerra económica” e da “economia de guerra”. Ainda antes do conflito, a exportação do óleo fora prejudicada pela sobreprodução do Antártico e as políticas protecionistas da Alemanha, seu principal importador. Fora da colocação nos mercados coloniais, não sofreu as restrições do comércio marítimo bloqueado pelas potências navais. Mas as Ilhas Adjacentes foram fortemente atingidas pelo condicionamento das carreiras marítimas que as ligam ao continente europeu. A partir de Junho de 1940, a Inglaterra amplia o sistema de controle das mercadorias exportadas para a Europa com a intenção de bloquear os fornecimentos aos países do Eixo, adoptando os *navicerts*, passaportes comerciais emitidos pelas autoridades consulares britânicas, garantes de que cada mercadoria tem como destino um país aliado ou neutro e maiores dificuldades para o contrabando. No caso do óleo abundam as discussões e lamentos associados à dificuldade da concessão dos *navicerts*, sistema que exigia a influência do requerente e uma certa concentração de contingentes para a viabilização das operações<sup>82</sup>. Em todo o caso, o sistema terá circunscrito a poucos a possibilidade de exportar as existências de óleo.

É também na fase adiantada do conflito que o óleo de cachalote terá sido alvo de compras peremptivas por parte de Inglaterra de forma a limitar o acesso do inimigo a um produto que deixara de produzir. Assim, desde 1940 que cessam as exportações para a Alemanha, mantendo-se ainda um número alto de países importadores de pequenos lotes; mas entre 1942 e 1944 – período que coincide com o reforço da importância estratégica do arquipélago dos Açores - a exportação cinge-se principalmente a Inglaterra, e menos à Espanha franquista e pequenos lotes à Suíça<sup>83</sup>.

Em 1941 tinham-se exportado mais de 3000 toneladas de óleo de origem animal. Em Novembro do ano seguinte, frente à escassez de combustíveis líquidos e dentro do propósito de

---

<sup>81</sup> Cfr. Anexo III. Cfr. também Rosas, Fernando, *Portugal entre a paz e a guerra*, pp. 139-153. Como veremos a situação evolui no pós-guerra. Albano Cymbron dá-nos uma importante noção da evolução dos lucros da empresa de São Miguel: “Assim, em 1940/1941 o preço de venda ronda os 2\$50/kg sendo o preço de custo 1\$40; em 1943/44 o óleo sobe para 5\$80/6\$00Kg e o custo de produção para 3\$00 Kg. Em 1947, atinge os 14\$00/Kg sendo que o preço de custo é de 4\$20/kg”; cfr. *A Fase industrial...*, p. 65.

<sup>82</sup> cfr. Cymbron, A., *ob. Cit.*, pp. 53-55. Cfr. também, entre outros, a rubrica “Interesses Açoreanos” em *Portugal, Madeira, Açores*, 8 de Abril de 1943.

<sup>83</sup> Todos os cálculos até aqui apresentados são nossos, a partir das *Estatísticas do Comércio Externo*, INE.

manter a normalização dos abastecimentos e da produção interna, o governo de Salazar fixa a proibição da exportação e determina o aproveitamento do óleo de cachalote como combustível de substituição. Para tal deviam efectuar-se os manifestos ao serviço de racionamento do Instituto Português de Combustíveis através dos governos civis dos distritos insulares; reservava-se 440 toneladas para uso industrial; ficando por nomear os responsáveis pela distribuição e fixação do preço de aquisição aos produtores<sup>84</sup>. Cenário muito diferente dos óleos de peixe em geral, sobre os quais atuam a tutela administrativa do Estado, o organismo de coordenação económica e os grémios patronais: o preço é estabelecido pelo Ministério da Economia; os manifestos declaram-se ao Instituto Português das Conservas de Peixe (IPCP) ou por intermédio dos Grémios de Industriais; e o IPCP ficava encarregue de inscrever todos os distribuidores e possibilitado de executar contratos colectivos de exportação<sup>85</sup>.

A julgar pelas repercussões, a proibição só resultou em prejuízo tanto de armadores como exportadores. Escassos cinco meses depois, em vésperas do início de uma nova temporada e sem que os óleos tivessem sido aproveitados como sucedâneos, foi de novo autorizada a exportação, condicionada às licenças emitidas pelo Conselho Técnico Corporativo do Comércio e da Indústria<sup>86</sup>. Fosse por impedimento tecnológico, falta de intervenção especializada ou relutância dos importadores em adquirir o óleo sem preço fixo, ou ainda pelas acentuadas dificuldades do transporte marítimo, a medida tinha-se tornado fugaz e artificial.

Os resultados da proibição fixada pelo Governo em 1942 permitem-nos antecipar novamente o perfil de ausência da intervenção do Estado na baleação. Na realidade, a entrada no mercado interno resultava apenas das contingências de guerra quanto à importação de outros combustíveis. A proibição fora decretada sem prever a distribuição nem a manutenção do comércio exportador fundamental às armações. Ficava claro que o ciclo de produção não era vigiado por nenhum organismo de coordenação económica ou Grémio obrigatório que executasse as medidas decretadas. Caso diferente dos óleos de peixe e também de outros óleos vegetais: o óleo comestível de mendobi cuja importação era condicionada pela Junta Nacional de Azeite, e os óleos coloniais de sementes oleaginosas cujo fornecimento à indústria metropolitana – principalmente como matéria-prima para a indústria de sabão - passa a ser dirigido a partir de

---

<sup>84</sup> Cfr. Portaria 10:256 de 18 de Novembro de 1942. Desde Setembro de 1939 (dec. 29904) que o governo anunciara a possibilidade de medidas extraordinárias para assegurar o abastecimento do País. A partir de Dezembro (dec. 30:137) as exportações autorizadas passavam a ser celebradas por contratos colectivos pelo organismo corporativo ou de coordenação económica do respectivo sector. O Governo suspendeu a exportação de vários produtos e outros passaram a necessitar de licença prévia do Conselho Técnico Corporativo – caso do óleo de cachalote, a partir de Setembro de 1939 (Portaria 9316). Cfr. Lucena, Manuel de, “Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura”, in *Análise Social*; nº 57, vol XV, 1979 (II), p. 134 e ss.

<sup>85</sup> Cfr. Portaria 10: 257 de 18 de Novembro de 1942.

<sup>86</sup> Cfr Portaria 10:371 de 19 de Abril de 1943.

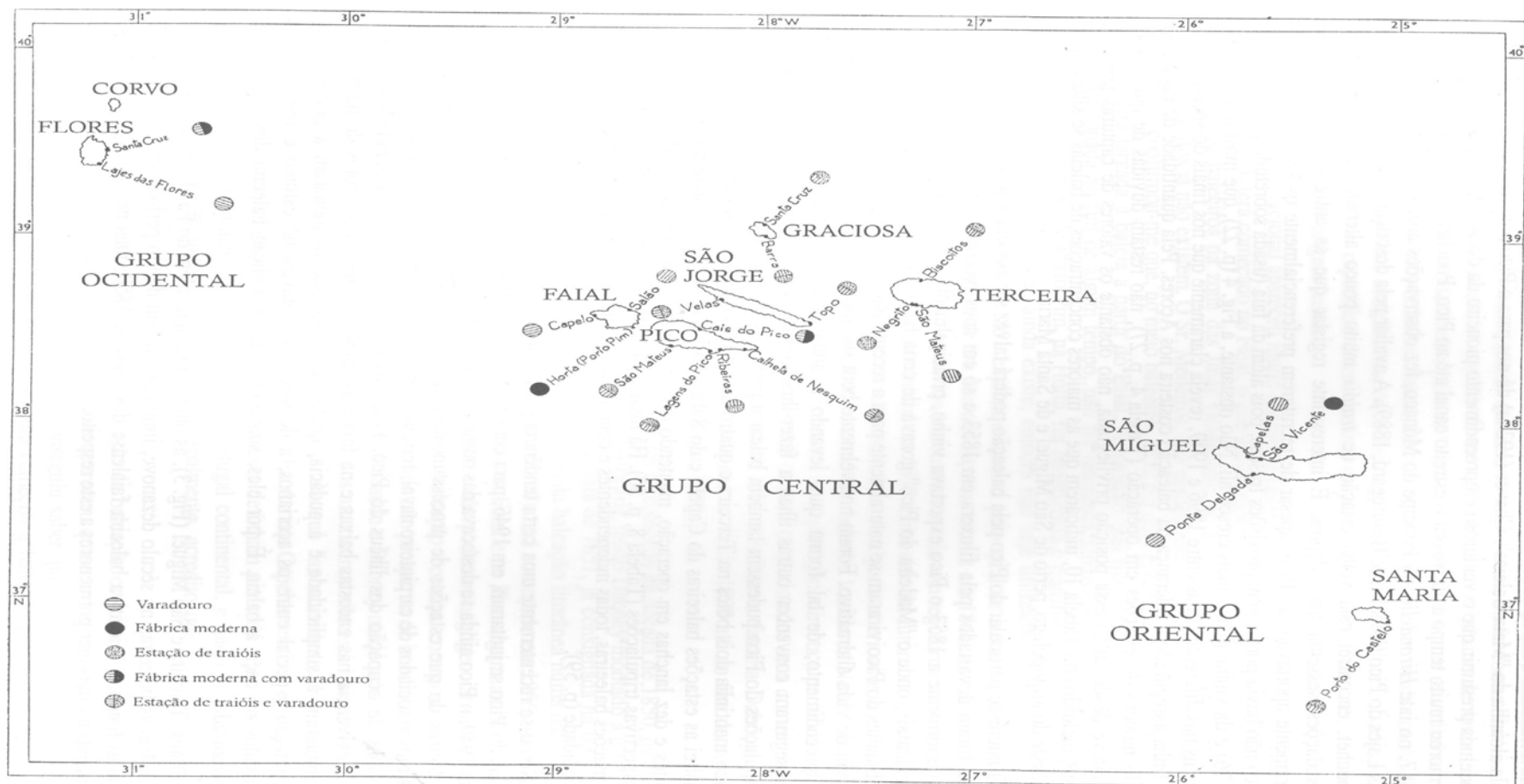
1939 por um organismo de coordenação económica, a Comissão Reguladora de Óleos e Oleaginosas<sup>87</sup>.

Será antes e durante a Guerra que a baleação atravessará uma fase de industrialização caracterizada pela transformação gradual dos meios de produção com investimento privado, a expansão a novas áreas e uma acirrada concorrência na instalação de novas unidades industriais. Mesmo que o Estado não tenha uma política industrial específica, a intervenção circunstancial sobre os movimentos de concorrência e expansão produzirá resultados palpáveis. Por isso, ante a necessidade de identificar o processo de industrialização, mais que procurar um dirigismo económico importa identificar o comportamento das “forças vivas” actuates, mais tarde enquadradas na organização corporativa.

---

<sup>87</sup> Cfr. decreto 30:021 de 3 de Novembro de 1939. De acordo com os dados apresentados por F. Rosas, a importação de oleaginosas coloniais era superior (79%) ao estrangeiro (22%) em 1931; cfr. *O Estado Novo nos anos trinta*. Lisboa, Editorial Estampa, 1986, pp.80-83. Tal como a indústria algodoeira, a indústria de sabão e sabonetes, onde a CUF mantém uma posição preponderante desde 1938, é um bom exemplo de como as colónias funcionavam como fornecedoras de matérias primas e extensão do mercado interno de produtos manufacturados. Segundo Araújo Correia, no final dos anos trinta as colónias forneciam cerca de metade do valor das sementes oleaginosas importadas e o resto vinha de colónias britânicas; cfr. *Portugal Económico e Financeiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, p. 138 e ss. Veja-se também a cronografia do *Album Comemorativo da CUF*, 1945, p. 36.

Imagem 1. Instalações terrestres da baleação costeira no arquipélago dos Açores em 1949.



Obs: Em 1955 entrará em laboração a fábrica das Lajes do Pico, compondo o núcleo final de 5 unidades industriais. Os “traíóis” (corruptela de *try-works*) referem-se aos sistemas de caldeiros.

Fonte: R. Clarke, *Baleação em botes de boca aberta...*, p. 18.

### 3. As “forças vivas” na etapa de industrialização.

#### 3.1. Iniciativa privada: o processamento integral do cachalote.

A industrialização ou “fase industrial” na baleação já foi referida em trabalhos monográficos sem que houvesse uma definição ou delimitação do termo. Poderá, em geral, ser entendida como “um aumento do peso da indústria transformadora nos níveis de actividade e do emprego, acompanhado de mutações tecnológicas profundas e transformações na estrutura da produção e da procura”<sup>88</sup>, embora aqui com alguns matizes. Apesar das mutações tecnológicas, a produção principal continua a ser o óleo de cachalote, a que se acrescentará a produção de farinhas; as diferenças entre o produto artesanal e industrial colocar-se-ão, principalmente, a nível da qualidade. Por outro lado, o advento da fase industrial não modificará substancialmente a estrutura da procura, mantida na base da importação de países europeus.

De acordo com Fernando Rosas, é incontestável o crescimento, mesmo que moderado, da estrutura e da produção industrial portuguesa no decurso da década de trinta<sup>89</sup>. Período em que se verificou a liquidação de certos sectores artesanais ou oficinais e a concentração sectorial de estruturas de produção favorecida pela concentração de capital industrial e também pela participação de capital estrangeiro (na indústria química, por exemplo), embora pouco confessada. A partir da conjuntura depressiva que marca o início da década deram-se várias reacções: de uma parte, o Estado intervém, seja na cartelização obrigatória de pequenas unidades empresariais e na restrição da concorrência através do condicionamento industrial<sup>90</sup>; seja na participação directa como empresário industrial. Perfil que se manterá nas décadas subsequentes, com a lógica instrumental de certos mecanismos, como o condicionamento industrial, a tornarem-se controladores do próprio desenvolvimento industrial. De outra parte, por necessidade de investimento ou aquisição de tecnologia, determinados sectores preconizam uma concentração sem intervenção estatal. Caso, por exemplo, das cervejas e dos tabacos. A produção industrial continuará em grande medida subordinada à produção agrícola, nacional e colonial, legitimada pela ideia pragmática de substituição de importações, embora, ironicamente, dependa em muitos sectores da importação de matérias primas para o ciclo de fabrico. A concentração vertical verificada pela Companhia União Fabril será uma demonstração excepcional de concentração industrial. Mas os proprietários industriais, de uma forma ou outra, vão depender em

---

<sup>88</sup> Cfr. a entrada “Indústria”, da autoria de João Confraria, em Barreto, António e Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa, Figueirinhas, 1999, p. 262. Para a análise conjuntural da industrialização no pós-guerra, cfr. Rollo, M. Fernanda, “A industrialização e os seus impasses”, in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal: o Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII. Lisboa, Estampa, 1998, pp. 450-471.

<sup>89</sup> Sobre este debate cfr. Rosas, Fernando, *O Estado Novo nos anos trinta...*, pp. 245-252.

<sup>90</sup> Brito, J. M. Brandão de, *Industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965): o Condicionamento Industrial*. Lisboa, Dom Quixote, 1989.

grande medida das decisões do Estado, tanto no arbítrio do licenciamento como nos casos em que são eximidos desse controle, no acesso a crédito barato e à concessão de exclusivos, notada em especial durante o segundo conflito mundial. Apesar da promulgação da Lei de Reconstituição Económica (1935) e da assembleia reunida em torno do I Congresso da Indústria (1933), teremos que esperar até ao segundo pós-guerra para o arranque de uma estratégia industrialista, encabeçada pelo engenheiro Ferreira Dias e defendida como um processo inevitável<sup>91</sup>.

Difícilmente poderíamos enquadrar, à primeira vista, a periférica indústria baleeira nestas grandes linhas de interpretação. Em termos diacrónicos, o processo de industrialização inicia em 1936, não se interrompe durante a Segunda Guerra, apesar de dificuldades várias, e prolonga-se até 1955. Na realidade, vamos caracterizar uma lenta proto-industrialização. Os poucos diagnósticos não anteviam uma modernização do subsector. Os Açores continuavam longe do Antártico, da expansão global norueguesa e do raio de acção da baleação pelágica. O impulso industrial resultará, por tudo isto, do estudo autónomo e voluntário, dentro do arquipélago, dos subprodutos do cachalote.

Em 1936 surge em São Miguel um estudo de importância basilar para a futura indústria baleeira. Pedro Cymbron, engenheiro formado no Instituto Superior Técnico (IST) e Delegado do Consórcio Português de Conservas de Peixe nas Ilhas Adjacentes (e mais tarde do IPCP)<sup>92</sup>, apresenta a este organismo um relatório sobre as possibilidades de fabrico de farinha de cachalote, ricas em albuminoides, com o argumento de estas constituírem um poderoso aditivo às farinhas de peixe produzidas no Continente. Antes de o tomarmos em análise, vejamos em que situação se encontravam as farinhas de peixe. Em 1936, o recém-formado Instituto Português das Conservas de Peixe, organismo de coordenação económica, promove a instalação de uma fábrica experimental de subprodutos (óleos e farinhas) em Matosinhos, um dos principais centros conserveiros do País. O engenheiro responsável e dirigente do IPCP, Henrique Parreira, referia que a instalação se estabelecia sobre um princípio de racionalização e solidariedade “corporativa” sobre o qual todas as fábricas locais deviam entregar os resíduos a uma instalação central. Reinvocando as ideias defendidas por Salazar anos antes - como tão habitualmente se fez, dentro e fora do sector - Parreira referia que o aproveitamento integral da sardinha procurava aliviar a pressão recíproca das fábricas sobre o esforço

---

<sup>91</sup> Cfr. Brito, J. M. Brandão de, “Os Engenheiros e o Pensamento económico do Estado Novo”, in *Contribuição para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa, Dom Quixote, 1988.

<sup>92</sup> Nascido em São Miguel em 1898, Pedro Cymbron foi também vereador (1933-1937) e presidente (1959-1962) da Câmara Municipal de Ponta Delgada e ascendeu ao mais alto cargo administrativo regional de presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada (1950-1958). Deputado à Assembleia Nacional na 4ª, 5ª e 6ª legislaturas (1945-1957) e representante da “pesca da baleia” na Corporação das Pescas e Conservas desde 1958. Foi engenheiro assistente da União das Fábricas Açorianas de Álcool (Bensaúde) e gerente da União das Armações Baleeiras de S. Miguel desde a sua fundação, em 1936, até 1970. Esteve envolvido nos planos de modernização económica dos Açores na década de 60. Foi ainda, em grande medida, o impulsionador da baleação costeira no arquipélago da Madeira.

de pesca e do preço da matéria-prima para a produção de conservas<sup>93</sup>. Concluía que o aproveitamento dos subprodutos, talvez à imagem do próprio IPCP, devia ser uma actividade lançada pelo Estado capaz de ganhar autonomia entre a iniciativa privada; as tecnologias a empregar deviam ser as mais simples, sem mão-de-obra especializada ou estrangeira, excluindo por exemplo, a produção de adubos químicos; a tecnologia ideal seria por isso a cozedura de vapor em autoclave com prensagem; os produtos deviam dirigir-se, tal como as conservas, ao mercado externo.

Ainda que não seja óbvio, é legítimo sugerir que as propostas de Cymbron colheram inspiração no desenvolvimento da indústria conserveira, não apenas no aspecto particular dos subprodutos, mas nos cuidados que autoridades e associações comerciais do país lhe votaram desde os anos da Ditadura Militar. Sector cuja reorganização atendera aos interesses da indústria transformadora e do comércio exportador, no contexto de pulverização de pequenas unidades industriais herdadas do primeiro pós-guerra, agudizado pela queda de preços na Grande Depressão. Entre outros problemas, a indústria conserveira enfrentava os perigos de desemprego maciço e quebra de qualidade dos produtos colocados no mercado externo. Servirá como tubo de ensaio para o condicionamento industrial e a cartelização obrigatória dos industriais. Acção reformadora que o tempo ajudará a enlaçar à célebre visita de Salazar aos centros industriais do Algarve, em 1931, onde produziu um breve estudo, frequentemente revisitado por industriais e economistas próximos do Governo<sup>94</sup>.

Para constituir uma indústria próxima às farinhas de peixe havia que estudar o completo aproveitamento dos cetáceos e antes dissecar, como noutros ilustres estudos, o estado actual da indústria. Cymbron começa por observar os problemas diagnosticados por Otero Salgado e Fastio Boavida à escala das três armações concentradas na costa norte de São Miguel. Entre elas era reprovável a rivalidade dos vigias, codificados entre si e concentrados num pequeno trecho da extensa costa micalense, e a competição entre as canoas de diferentes armações, criadora inesgotável de perigos na faina e de “animais espantados” que tornavam as arreadas improdutivas. Em terra, o desmancho procedia em condições lamentáveis, com material deficiente, sem a rapidez necessária para evitar a putrefacção dos animais e a acidez do óleo - característica fundamental para garantir a qualidade - nem o cuidado de separação dos óleos, grande parte desperdiçado durante o desmancho

---

<sup>93</sup> O autor elencava vários desafios da indústria conserveira: “O preço de venda das conservas tem limites, condicionados pelos mercados consumidores, que uma vez excedidos resultam numa diminuição do consumo, principalmente, pela concorrência de artigos de substituição. Por outro lado, as condições de trabalho da pesca exigem uma remuneração [...] suficiente para cobrir as despesas da exploração, atribuindo também uma justa recompensa ao capital empregado em negócio tão contingente”. Cfr. *Fábrica experimental de farinha de peixe de Matozinhos: Relatório de Contas do 1º Exercício*. Lisboa, IPCP, 1938, p. 6. No primeiro ano exportaram óleos e farinhas para a Alemanha, Bélgica e Inglaterra.

<sup>94</sup> Cfr. *Estudo do Sr. Doutor Oliveira Salazar: notas sobre a indústria e o comércio de conservas de peixe*. Lisboa, [s.n.], 1953 [1ª ed, 1931]. Entre outros, cfr. também Barbosa, A. M. Pinto, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*. Lisboa, [s.n.], 1941.

nas praias de calhau rolado. Sobre tudo imperava a “completa desorganização económica e ausência absoluta de conhecimentos técnicos”<sup>95</sup>. Mas não fica por aí. A partir da recolha estatística das capturas nos últimos anos, Cymbron procura estabelecer as variáveis da sazonalidade, dimorfismo sexual das capturas e consequente cálculo de rendimento médio de óleo por cachalote. Extrai análises das amostras de ossos, carnes e *jancos* de cachalote no laboratório distrital de Ponta Delgada<sup>96</sup>. Calcula as proporções entre o óleo e a quantidade de carne por animal e, ao mesmo tempo, tenta determinar a quantidade de farinha de carne que pode obter e o respectivo preço de custo.

Como vemos, Cymbron encara os problemas de ordem técnica e organizacional como um problema uno e indivisível. À semelhança de outros discursos doutrinários, já em 1936 apontava a concorrência desregrada entre pequenas armações como um mal endémico que importava liquidar. Coordenar esforços e evitar despesas inúteis era o móbil para uma nova acção dirigente. Eram possíveis melhoramentos imediatos na escolha das gorduras, na classificação dos óleos e na “exportação honesta” com os encargos de aumento de capacidade de laboração e mão-de-obra, medidas que cedo se tornariam compensadoras. Por ora, apenas se insinua a “transformação de aquecimento”, isto é, a utilização de autoclaves. De resto, Cymbron previa que a montagem de uma Fábrica de farinhas valorizasse a matéria-prima que era largada ao mar e as armações tentariam obter preços sobre os actuais despojos. Perante os seus pares do CPCP, não deixa lugares a dúvidas: a montagem de uma Fábrica exigia um “entendimento” com as armações já instaladas. Na conclusão esclarece que o assunto merecia “a atenção de alguém”, uma “melhor orientação directiva”, não sendo “perigoso tomar o encargo desta iniciativa”; era menos clara a “vantagem ou desvantagem do CPCP” mas – e esta parece-nos a extrapolação fundamental do estudo – a nova instalação fabril deveria aproveitar a carne (farinha) e o óleo de cachalote para ser viável<sup>97</sup>.

Após esta leitura, devemos recentrar a análise na geografia económica em que se move Pedro Cymbron, de onde era natural e onde regressara depois dos seus estudos superiores, a ilha de São Miguel. No período entreguerras, S. Miguel era uma ilha superpovoada com um modesto tecido industrial ligado à produção agrícola (chá, álcool-batata doce, beterraba sacarina, tabaco) aliado à maior regularidade, em relação a outras ilhas, nas carreiras marítimas asseguradas pela Empresa Insulana de Navegação (Bensaúde) para a metrópole e pelos Carregadores Açorianos para o Norte da Europa<sup>98</sup>. Na prática, a existência de unidades industriais aumentava a exequibilidade dos

---

<sup>95</sup> Cfr., “Estudo sobre o aproveitamento dos Cetáceos Pescados nos Mares dos Açores”, UABSM.

<sup>96</sup> O termo “janco” é um corruptela do inglês *junk*, utilizada pelos baleeiros, como muitas outras. Para um glossário Cfr. R. Clarke, *Ob. Cit.*, p. 13.

<sup>97</sup> Cfr. “Estudo sobre o aproveitamento dos Cetáceos Pescados nos Mares dos Açores”, UABSM.

<sup>98</sup> Brito, Raquel Soeiro de, *A ilha de São Miguel: estudo geográfico*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1955, pp. 154-168. Para um caso de história da indústria local, cfr. Dias, Fátima Sequeira, *Fábrica de Tabacos Micaelense. 145 anos. A marca de uma região: 1866-2011*. Ponta Delgada, FTM, 2011.

experimentos de Cymbron. O aluguer de autoclaves utilizados na destilação da batata doce para a obtenção do álcool permitiria mecanizar a extracção do óleo sem um investimento avultado, mesmo antes de iniciar a montagem da fábrica de Farinhas<sup>99</sup>. E se este ponto é importante para compreender a precedência de São Miguel face aos grupos centrais e ocidental, não é por si um factor suficiente ou determinante.

Embora redutor mas certamente operativo, vale a pena classificar Pedro Cymbron como um *engenheiro-gestor* à medida dos muitos que, desde 1911, frequentaram o IST e nos anos trinta alcançaram paulatinamente lugares de relevo na administração pública, nas associações comerciais e industriais e nas empresas privadas mais ou menos protegidas pelo Estado. De acordo com J. M. Brandão de Brito, enquanto os pressupostos teóricos do “corporativismo português” foram formulados por professores de Direito, o pensamento estratégico e as principais directrizes de política económica serão obra dos engenheiros<sup>100</sup>. Neste caso, enquanto Cymbron não se afirma como paladino da nova indústria baleeira, é o seu contributo individual e a formação de engenheiro que prevalece, seja na consulta com os fornecedores de maquinismos a vapor ou nos contactos afectivos que estabelece dentro do seu grupo sócio-profissional com o já mencionado Henrique Parreira<sup>101</sup>, com o industrial conserveiro Francisco Sanches ou com António Menano, também seu familiar, todos eles formados no IST, e com o professor Charles Lepierre, a quem recorre logo em 1937 para ensaiar a colocação do óleo de cachalote no mercado interno<sup>102</sup>. Aos intermediários do mercado exportador envia amostras de óleos separados (da cabeça e do *toucinho*) e pondera a instalação de uma oficina de hidrogenação. Em tudo se descobre a junção da “autoridade do conhecimento com a vontade de acção”<sup>103</sup>; rapidamente, Cymbron concentrará a iniciativa e a angariação de investimento, discutirá a organização do trabalho dos baleeiros e moldará um esquema de concentração vertical da pesca e da indústria, *União* de que será gerente durante mais de 30 anos.

---

<sup>99</sup> No período inicial Pedro Cymbron adquire a primeira maquinaria em segunda mão na ilha. Segundo o relatório de gerência de 1937, a UABSM comprara uma caldeira a vapor à Fábrica de Tecelagem da Ribeirinha e alugara um autoclave à Fábrica do Álcool, ambas propriedade da Bensaúde & C<sup>a</sup>. A produção de farinhas é autorizada apenas em 1938 e só inicia em 1942 com maquinismos importados do Continente. Cfr. Cymbron, A., *A fase industrial...*, pp. 115-116.

<sup>100</sup> Cfr. “Os engenheiros e o pensamento económico do Estado Novo”, in AAVV, *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988. Veja-se a caracterização que Nuno L. Madureira faz deste grupo sócio-profissional em *A Economia dos Interesses. Portugal entre as Guerras*. Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 100-116. Cfr. também uma análise sociológica, em especial no 1<sup>a</sup> capítulo, Rodrigues, Maria de Lurdes, *Os engenheiros em Portugal: profissionalização e profissionalismo*. Oeiras, Celta, 1999.

<sup>101</sup> Pelo menos desde o Verão de 1936, Pedro Cymbron e Henrique Parreira trocam longa correspondência sobre os novos produtos baleeiros, orçamentos e maquinismos para a produção de farinhas; noutra perspectiva, Parreira será também interlocutor na cativação de sócios metropolitanos para a nova empresa. Cfr. UABSM, Pasta 1, Capilha 1 “Documentos iniciais 1936 e estudo que deu origem à ideia de explorar a indústria da baleia”.

<sup>102</sup> Sobre esta tentativa, Cfr. Cymbron, A., *Ob. Cit.*, p. 28. Charles Lepierre foi também responsável pelo laboratório do IPCP e conduziu diversos estudos aplicados à indústria das conservas de peixe. Aquando do condicionamento da exportação de óleos em 1942, desenvolveu estudos comparativos sobre vários óleos animais marinhos, a pedido do Conselho Técnico Corporativo, incluindo o óleo de cachalote. Cfr. *Contribuição para o estudo de óleos animais marinhos*. Lisboa, Academia das Ciências, 1945 [Comunicações de 18 de Fevereiro de 1943 e 13 de Abril de 1944].

<sup>103</sup> Madureira, N. L., *Ob. Cit.*, pp. 115-116.

As perspectivas empresariais de construção de unidades fabris para o processamento integral do cachalote não animavam os poucos homens da indústria do arquipélago. Mas as hipóteses entrevistas eram positivas: aumento da produção com maior rendimento de óleo e produção de farinhas como subproduto a compensar as despesas do exercício da pesca; aumento da qualidade dos produtos com expectável subida de preços nos mercados externos; previsível aumento do número de arreadas, na medida em que os homens do mar não prolongariam o seu trabalho com o desmancho e processamento em terra. Expectativas que requeriam a construção de plataformas de betão para desmancho dos animais, rampas de alagem e sistemas elevatórios, plantas industriais com salas de autoclaves e farinhas, novos depósitos e maquinismos importados com, por vezes, serviços técnicos de manutenção e reparação associados. Medidas que visavam abater os pilares de uma *indústria-reliquia* subordinada ao recorte vulcânico da orla costeira e à imponente orografia insular. É significativo que os projectos de fábricas tenham sido licenciados antes da valorização conjuntural do óleo de cachalote em tempos de Guerra.

### **3.2. A composição das primeiras empresas industriais.**

Sublinhámos a ideia do processamento integral do cachalote resultar mais dos estudos de Pedro Cymbron e do ascendente da indústria conserveira continental do que a reprodução de qualquer modelo do exterior. Cymbron suspeitara que a existir uma empresa industrial esta deveria ser planeada e executada com as armações que obtinham a matéria-prima. Em pouco tempo, com a publicitação dos pedidos sujeitos ao condicionamento industrial e a entrada de novos concorrentes, Cymbron deixará de estar isolado. Vejamos de forma sucinta a instalação das primeiras empresas industriais e seus principais actores.

Em São Miguel, Pedro Cymbron desdobra-se em duas direcções: reunir os armadores, convencendo-os das vantagens de uma união, e convocar os interesses metropolitanos conserveiros para a participação directa como accionistas na nova empresa. Na primeira linha, é peremptório em afirmar que as armações reduziriam as suas despesas até 30% se unissem os meios na faina e no processamento das capturas. Depois de contactar os armadores pessoalmente, apresenta as *Bases* para a organização da empresa<sup>104</sup>. Cada armação participaria no capital social com uma cota de 50 contos, representada pelo material de pesca (canoas, lanchas a motor e aprestos), totalizando 150 contos, um quarto do capital total. Por ora, era incógnito quem seriam os restantes accionistas. A segunda vantagem comum seria o fim dos conflitos durante a faina, as perniciosas “lutas do mar”. As *Bases* continham a fórmula para assegurar o sucesso que os estudos prometiam mas dependiam do exercício de disciplina: “estabelecendo que as empresas só poderão restabelecer a sua liberdade

---

<sup>104</sup> Cfr. *Bases para a organização de uma empresa destinada à caça e ao aproveitamento dos cachalotes e algumas considerações sobre a sua organização*. UABSM, Pasta 1, Capilha 1 “Documentos iniciais 1936 [...]”.

quando o lucro for abaixo de um determinado quantitativo [...]” para evitar que se retirassem com “esse lucro consequência do estudo, do trabalho e da iniciativa de outros [e] ir estabelecer, ao abrigo do seu antigo alvará outra empresa montada nas mesmas bases [...]”<sup>105</sup>. Como se verá, a proliferação de licenças de equipamentos usados em terra pelas pequenas armações, consagrada pelo Regulamento da pesca de 1925, será um dos maiores óbices às formas compulsivas de concentração industrial. Mas ficavam, em suma, estabelecidas as ideias antiliberais de combate à concorrência com uma orientação directiva. Na segunda linha de captação de novos accionistas vemos como Cymbron, através de Henrique Parreira e Francisco Sanches, procura chegar aos altos dirigentes conserveiros e industriais, engenheiros da mesma fornada no IST, Alberto Soares Ribeiro, Luís Coutinho (presidente do IPCP) e o ex-ministro do Comércio e Indústria do primeiro governo de Salazar, o industrial Sebastião Ramires. É certo, porém, que estes se mostrarão desinteressados<sup>106</sup>. A desistência vai conformar uma empresa organizada sobre uma base familiar extensa associada a uma instituição de crédito local. Além das armações, participam os irmãos Pedro, José e Augusto Cymbron, o primo António Menano (representante da *União* em Lisboa) e o tio dos irmãos Cymbron, seu pai, Paulo Menano, mais a Caixa de Crédito Micaelense. Base duradoura que se reflectirá na direcção da *União*, na expansão ao arquipélago da Madeira e na comercialização dos produtos fabricados. Estrutura só transformada pela entrada de Francisco Marcelino do Reis como sócio da *União*, com o capital social de 240 contos, representado pelos maquinismos importados do Continente.

No grupo central, na vila de São Roque da ilha do Pico, encontramos um segundo modelo de agrupamento de armações com características distintas. Desde as últimas décadas do século XIX que conviviam no chamado “Cais do Pico” várias companhias com os seus conjuntos de caldeiros e casas de aprestos e canoas junto ao cais de embarque. Já em 1924, foi no “Cais do Pico” que se requereu a instalação experimental de canhões-arpões nas embarcações a motor, sem sucesso. Cerrados pelo canal de mar que une as ilhas do Pico e São Jorge, cedo partiram os baleeiros de São Roque para as temporadas sazonais nos portos das ilhas do Faial (Salão, Porto do Comprido) e São Jorge. Em 1936, as companhias *Velha*, *Livramento* e *Atlântida* reúnem-se por escritura de aluguer por dez anos; cinco anos mais tarde, a julgar pelo inquérito da Direcção de Pescarias, possuíam um sistema conjunto de pesca e extracção sem paralelo no grupo central<sup>107</sup>. Em 1942, depois de alguns anos reunidas *de facto*, constituíram a sociedade *Armações Baleeiras Reunidas Lda.* com o objectivo de

---

<sup>105</sup> *Idem.*

<sup>106</sup> O projecto de escritura da União das Armações Baleeiras de São Miguel (doravante a *União*) previa 3 cotas de 60 contos num total de 480 contos, o que perfazia outro quarto do capital social. Cfr. Cymbron, *Ob. Cit.*, pp. 21-24.

<sup>107</sup> Cfr. Garcia, J. C., *A Fábrica da Baleia de São Roque...*, p. 26. Em 1941, o inquérito da Direcção de Pescarias destacava 10 caldeiros com capacidade total de 7000 litros e depósitos com a capacidade 31.700 litros, além de 8 canoas auxiliadas por 4 lanchas a motor. Cfr. Anexo II.

fazerem o aproveitamento integral dos cetáceos e o comércio dos respectivos produtos<sup>108</sup>. Na escritura reúnem-se os 12 sócios, proprietários das três armações, com um capital social de 315 contos. Só a companhia *Livramento* tem, entre os seus sete sócios, três identificados como marítimos. A maioria são funcionários públicos ou administrativos, além de um médico e um farmacêutico e dois “proprietários”. Como proprietário único da armação *Atlântida* e detentor de um terço do capital, surge isolado José Cristiano de Sousa, também proprietário das armações *Atlântida Calbetense* (Sul da ilha do Pico) e *Maria Lucinda* (ilha de S. Jorge). Ainda que as fontes não permitam adiantar detalhes, José Cristiano é apontado em diversas ocasiões como o principal vendedor de óleo na ilha do Pico, cujas receitas teriam revertido para a construção da nova Fábrica. Os primeiros maquinismos serão autorizados em 1938 – num clima intenso de concorrência no triângulo das ilhas do grupo central – mas as instalações só começariam a laborar terminada a Guerra, em 1946<sup>109</sup>. O aspecto mais significativo a reter nesta análise local é a mobilização de interesses pela “pesca da baleia” em São Roque do Pico, desde a ampla base social na constituição das *Reunidas* à forma como esta se estende às elites insulares no Continente. Numa das visitas de José Cristiano a Lisboa, é-nos dado um retrato eloquente: acompanhado de Emílio Linhares de Andrade, dirigem-se na qualidade de delegados das *Reunidas*, da Câmara Municipal e da “Liga dos Amigos do Concelho de São Roque” aos Ministérios das Obras Públicas, da Economia e da Educação, para tratar das escolas do concelho, das obras para o porto do “Cais do Pico” e as novas licenças para a Fábrica da Baleia, orientados pelo Coronel Henrique Linhares de Lima, tio de Emílio Linhares de Andrade, e Manuel Cristiano de Sousa, Director Geral do Ensino Primário e irmão de José Cristiano<sup>110</sup>. Elite que se estendia ao Comandante Sá Linhares, futuro Director de Pescarias, à importante firma *import/export* João Machado da Conceição Lda., seus representantes em Lisboa, e ao jovem licenciado em Direito, Rodrigo Rodrigues, delegado do INTP em Trás os Montes e sobrinho de José Cristiano, que havia entretanto preparado os estatutos da “Liga do concelho”. Firmado em parentescos próximos e articulado com o exercício de cargos públicos, o grupo do “Cais do Pico” demonstrará coesão e será uma importante facção na esfera da organização corporativa da baleação instituída no segundo pós-guerra.

---

<sup>108</sup> Publicada no jornal lajense *O Dever*, a 11 de Setembro de 1942, e reproduzida na monografia de Garcia, J. C., *A Fábrica da Baleia de São Roque...*, pp. 97-99.

<sup>109</sup> Em 1940, uma visita de Emílio Linhares de Andrade e José Cristiano de Sousa à fábrica da *União* nos Poços de S. Vicente permitir-lhes-á observar os autoclaves já em funcionamento e que estavam a ser fabricados pela Alfredo Alves & C<sup>a</sup>, a quem encomendarão os seus maquinismos em 1940. A visita provoca a indignação de Marcelino dos Reis, concorrente directo das *Reunidas* no grupo central. Em causa estava o sigilo que impera na instalação da nova tecnologia. Cfr. a correspondência trocada por Marcelino e P. Cymbron entre Dezembro de 1940 e Fevereiro de 1941, UABSM, Pasta 9-Capilha 2 “Francisco [...] 1940 a 1942”.

<sup>110</sup> Cfr. *Portugal, Madeira, Açores* de 8 de Janeiro de 1941. O Coronel Henrique Linhares de Lima (1876-1953) era natural de São Roque do Pico, foi chefe de subsistências do Corpo Expedicionário Português (1917) durante a Primeira Guerra Mundial e seria Ministro da Agricultura (1929-1932) durante a Ditadura Militar, sendo um dos responsáveis pela instalação da “Campanha do Trigo”.

Frente aos Cymbrons em São Miguel e às *Reunidas* do Cais do Pico, Francisco Marcelino dos Reis dará entrada no armamento e na indústria da baleação de forma fulgurante. Comprador de óleo em todo o arquipélago desde pelo menos 1936, pouco se faz anunciar na imprensa insular, regional e metropolitana, ao contrário dos vários intermediários *import/export* que também comercializam óleo. Surge desde logo como um comprador especializado, com um perfil que manterá ao longo das décadas: compra óleo de todas as qualidades em várias épocas do ano, faz boas ofertas, nas quais inclui o aluguer do vasilhame e as despesas de transporte descontadas na operação<sup>111</sup>. Além dos depósitos no Cais de Santos em Lisboa, possui desde 1938 em Sacavém a única fábrica de refinação de óleos de cetáceos conhecida no país. Ainda em 1936, Marcelino dos Reis inaugura como armador no triângulo do grupo central, com a constituição da *Reis&Mendonça* na ilha de São Jorge, aliado ao notário da vila das Velas, Rui Mendonça<sup>112</sup>. Nos anos seguintes entrará como armador na ilha do Faial (no Porto do Comprido) e na ilha das Flores, onde constitui a *Reis&Flores* com José Jacinto Mendonça Flores, então presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz e Administrador do Concelho (1935 a 1944), agente comercial e bancário e representante da maior firma de lacticínios, a *Martins&Rebello*<sup>113</sup>.

Enquanto armador, Marcelino dos Reis promove a construção de novas lanchas a motor e participa dos lucros das pequenas empresas; no entanto, o que parece fundamental é a entrada na geografia económica insular, relacionando-se com outros armadores e industriais, e o acesso aos alvarás já existentes, transferidos para os pedidos de instalação das unidades fabris. É na constituição de empresas industriais que se define a sua escalada durante os primeiros anos da Guerra. A 23 de Setembro de 1939, é constituída a *Sociedade Industrial Marítima Açoriana* (SIMAL) na ilha do Faial para a instalação de uma fábrica na baía de Porto Pim, autorizada desde 1937<sup>114</sup>. Nela participam as firmas comerciais *Costa&Martins* e J. Peixoto Ávila, ligados à importação de combustíveis e fornecimento de navios, e uma extensa base social da cidade portuária da Horta onde se incluem três médicos, o governador civil Freitas Pimentel, um sacerdote, o comendador Eduardo Bulcão (administrador da Casa Bensaúde?) e quatro armações das Lajes do Pico<sup>115</sup>. A título pessoal, Marcelino é autorizado em 1941 a construir a fábrica no porto do Boqueirão, em Santa Cruz das Flores, ano em que entra como

---

<sup>111</sup> Cfr. Cymbron, A., *ob. cit.*, pp. 35-37. Esta relação depreende-se nos vários relatórios anuais entregues pelas armações à Direcção de Pescarias.

<sup>112</sup> Cfr. a escritura de constituição da armação *Reis&Mendonça* em DGRM, Fundo Direcção de Pescarias, *Código 23 – Pesca da Baleia (1930-1945)*.

<sup>113</sup> De resto, os principais armadores da ilha das Flores parecem todos ligados à pequena indústria transformadora e ao comércio de gado bovino e outros produtos insulares. Cfr. a identificação de António Caetano Serpa e Maurício António Fraga em várias entradas do jornal *As Flores*, entre os anos 1940 e 1944; e Gomes, Francisco António Pimentel, *Caça à Baleia nas Flores*. Lajes das Flores, Câmara Municipal, 1992.

<sup>114</sup> Dutra, Márcia e Porteiro, Filipe [et.al.], *A Baleação no Faial...*, p. 29. Para o desenvolvimento do condicionamento industrial, Cfr. Anexo V.

<sup>115</sup> Cfr. Os balanços anuais (vários anos) da sociedade industrial no Arquivo da *Costa&Martins – Reis&Martins* Lda.

um dos accionistas maioritários da *União* micalense e pede o exclusivo para o aproveitamento de cetáceos na costa continental, concedido em 1942. Procura instalar, sem sucesso, a indústria das conservas de peixe no Faial (por via da SIMAL) e na ilha das Flores, onde também propõe uma estação hidro-elétrica para fornecer as fábricas e iluminação da vila, para gáudio da população local<sup>116</sup>. Com a participação na *Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira* a partir de 1944, pouco restava da indústria no final da Guerra onde Marcelino dos Reis não tivesse um quinhão ou o domínio absoluto. Na base do impulso, como veremos, parece encontrar-se a exportação do óleo de cachalote, que Marcelino detém e articula reunindo lotes a partir dos seus representantes insulares, destacados accionistas ou colaboradores (Costa&Martins, José Jacinto Mendonça e outros).

Não é especialmente relevante definir o pioneirismo de São Miguel, do Pico ou do Faial nos pedidos de instalação das fábricas de aproveitamento integral em 1936/37. É certo que as experiências de Pedro Cymbron se desenvolvem com autonomia e que a instalação de unidades no “Cais do Pico” e em Porto Pim se caracterizará por uma concorrência arbitrada pelo Estado no âmbito do condicionamento industrial. Mas um aspecto fulcral na interpretação da industrialização nos anos da Guerra é a aliança estabelecida entre Pedro Cymbron e Marcelino dos Reis, o engenheiro insular e o industrial metropolitano, na instalação da indústria e na defesa perante os concorrentes<sup>117</sup>. Desde Agosto de 1937 que Marcelino propõe boas ofertas para comprar o óleo da *União* de São Miguel e se mostra agradado com o trato do seu gerente. Ambos trocam impressões sobre a separação dos óleos, o controle de acidez e o estado dos mercados. Marcelino ganha aos poucos a exclusividade na comercialização dos produtos da *União*, só quebrada no pós-guerra. Por outro lado, a partir de Fevereiro de 1940, Marcelino ficará encarregue da importação dos maquinismos para o fabrico de farinhas na fábrica dos Poços de S. Vicente. Ainda recebe as máquinas encomendadas antes da Guerra à norueguesa Myrens&Verksted, mas com os bloqueios da “guerra económica” deixará de as poder importar. Viragem fundamental, na medida em que encetará os contactos com o sector metalúrgico português, com a Alfredo Alves & C<sup>a</sup>, fornecedores dos maquinismos de farinhas de peixe ao IPCP e em breve seus associados na exploração continental<sup>118</sup>. A relação continua ao longo dos anos sob o signo da reciprocidade: Marcelino pede a Cymbron auxílio na montagem de equipamentos no Faial, nos pedidos como açoriano para a autorização das telefonias a usar pelas

---

<sup>116</sup> Cfr. *As Flores*, 29 de Abril de 1944.

<sup>117</sup> Para compreender todas as vertentes desta relação, é indispensável a consulta da correspondência entre ambos, UABSM, Pasta 9, Capilha 1 e 2 “Francisco Marcelino dos Reis Lda. 1937-1942”.

<sup>118</sup> A título de exemplo, veja-se os vários assuntos tratados por Cymbron e Marcelino na carta de 7 de Março de 1940, UABSM, Pasta 9, Capilha 2 “Francisco [...]”. O conflito mundial constituirá sem dúvida uma oportunidade para o sector metalúrgico, dependente até então da concorrência de maquinaria estrangeira e da importação de matérias primas essenciais como o ferro e o aço. Cfr. Pires, Ana Paula, “Persistência, tenacidade, ideia e arte. A metalurgia portuguesa durante a primeira metade do século XX”, in Heitor, Manuel [et.al.], *Momentos de inovação e engenbaria em Portugal...*, vol. II, pp. 208 e ss.

armações e vigias; Cymbron delega a Marcelino a aquisição dos maquinismos e a venda dos produtos no continente. Juntos fazem o difícil apetrechamento industrial em tempo de Guerra. Em 1943, a produção de óleo em autoclave e a farinação da carne, dos ossos e do sangue era uma realidade apenas tangível em São Miguel e no Faial que assim abriam a nova era do processamento integral<sup>119</sup>. Fosse pelos problemas de importação de maquinismos, da criação de infraestruturas ou da produção de energia, as fábricas das ilhas do Pico, Flores e Madeira tardarão vários anos – até à década de cinquenta - a entrar em pleno na fase industrial. Aliança ou conveniência, a relação entre os dois maiores propulsores diminuirá com a consolidação de poderes atribuídos a terceiros na Madeira e no Continente.

Resta-nos referir três aspectos adicionais à actuação das “forças vivas”: o apetrechamento marítimo nos anos da Guerra; as novas instalações industriais e a relação estabelecida entre as armações e as empresas industriais. Em primeiro lugar, é notável desde a segunda metade dos anos 30 um aumento da tonelagem devido ao crescimento do número de embarcações a motor<sup>120</sup>. Nos anos da Guerra, com os dividendos da venda do óleo e o aumento da concorrência, as lanchas com maior potência e velocidade seriam um factor diferencial. As novas embarcações serão armadas em madeira nos estaleiros locais dispersos por todas as ilhas, com larga preponderância para a construção naval na ilha do Pico. O apetrechamento ultrapassa as novas empresas industriais mas afecta-as de forma especial. Segundo a lista publicada em 1955 pelo Gabinete de Estudos das Pescas, a *União* micaelense e as *Reunidas* do “Cais do Pico” concentravam, cada uma delas, uma frota com mais de dez lanchas a motor, muito superior à media das restantes<sup>121</sup>. Ainda que não nos seja possível discernir sobre as fontes de financiamento, é certo que o apetrechamento da frota baleeira nada teve a ver com a renovação das frotas da marinha mercante e da pesca longínqua, mobilizadora de importantes capitais nos anos 40 nos estaleiros nacionais<sup>122</sup>. De resto, no final da Guerra era perceptível a sobrelotação de canoas e lanchas, e de armações, em especial no grupo central, onde a produtividade da pesca atingia valores muito baixos<sup>123</sup>.

Em segundo lugar, é de salientar as novidades infra-estruturais das novas Fábricas da Baleia. Por questões de salubridade e higiene pública, estarão todas ligeiramente afastadas dos núcleos

---

<sup>119</sup> Os modelos dos maquinismos eram, segundo Mousinho de Figueiredo, semelhantes à maquinaria norueguesa Myrens&Verksted utilizada na industrialização dos restos de arenque e bacalhau, não isentos de problemas quando aplicados à carne de cachalote; semelhantes, também, aos maquinismos das fábricas de farinha de peixe em Olhão e Portimão. Cfr. a análise crítica em *Introdução ao estudo...*, pp. 208-215.

<sup>120</sup> cfr. Anexo IV.

<sup>121</sup> Idem.

<sup>122</sup> Cfr., no seu conjunto, a obra de Ávila, Ermelindo, *Figuras e Factos: notas históricas*, Lajes do Pico, Associação de Defesa do Património, 1993.

<sup>123</sup> Cfr. o diagnóstico do Capitão do Porto da Horta enviado à Direcção de Pescarias a 27.06.1946., em DGRM, Fundo Direcção de Pescarias, *Código 11 – Pesca da Baleia (1949-1955)*.

populacionais, ao contrário dos famigerados caldeiros encostados aos cais de embarque, em especial nas ilhas do Pico, São Jorge e Flores. Servidas por rampas de alagem em betão ou cimento, próximas aos portos de embarque das mercadorias para o exterior (com a excepção de São Miguel) e com acesso a água doce, dispõem de amplas plataformas para o desmancho auxiliado por guinchos mecânicos. A alimentação dos guinchos e dos autoclaves com a energia do vapor, dependente do abastecimento de água e carvão às caldeiras, não terá gerado grandes dificuldades; mais difícil terá sido a importação dos motores e dos maquinismos de processamento das farinhas (desintegradores, peneiros, moinhos, espremedores e outros)<sup>124</sup>. A linha de produção de farinhas e de óleo era feita por laboração contínua; a grande maioria de operários concentrava-se na plataforma, onde cortava e maciava os *toucinhos* antes de entrarem nos autoclaves e preparavam a carne e os ossos para o processo de farinhação<sup>125</sup>.

A articulação entre as armações e as novas fábricas é mais uma especificidade da baleação no panorama da indústria transformadora dos recursos marinhos. Depois de capturados e rebocados para as fábricas, parte dos baleeiros continuavam a participar nas operações de desmancho. As armações não vendiam as suas capturas à transformação mas entregavam os cachalotes às fábricas, que os processavam e vendiam os seus produtos. Regra geral, os armadores recebiam em troca as receitas da venda do óleo, distribuídas em soldadas pelos baleeiros depois de deduzidas as despesas de laboração e uma taxa de 10% para a empresa industrial. A produção e venda de farinhas era negócio exclusivo das sociedades industriais. Excluía-se os casos de concentração da indústria e da pesca numa só empresa. Como aspecto fundamental, o aproveitamento integral das capturas nas instalações fabris arredou os armadores dos mecanismos de extracção artesanal do óleo mas também da comercialização dos seus produtos<sup>126</sup>.

### **3.3. A intervenção administrativa: o Condicionamento Industrial (1937-1954).**

No rescaldo da Grande Depressão, o Estado adoptará medidas de protecção com o reforço das pautas aduaneiras, para conter a concorrência externa, e intervirá com suposto carácter pontual na

---

<sup>124</sup> Para uma descrição do aproveitamento industrial, cfr. Figueiredo, Mousinho, *Ob. Cit.*, pp. 115-169; em comparação com o método artesanal, cfr. Clarke, R., *Ob. Cit.*, pp. 69-74. Para uma descrição dos maquinismos, cfr. Dutra, Márcia, *Fábrica da Baleia de Porto Pim...*, pp. 11-13, e Garcia, José Carlos, *A Fábrica da Baleia de São Roque...*, pp. 63-83.

<sup>125</sup> Cfr. o diagrama do aproveitamento integral do cachalote na obra de A. Cymbron, *A fase industrial da baleação micaelense...*, p. 179.

<sup>126</sup> A nível excepcional, a fábrica de Marcelino dos Reis na ilha das Flors cobrava uma taxa de 25% às armações. A *União* de São Miguel, as *Reunidas* do norte do Pico e a SIMAL (com a Reis&Martins e a Companhia Baleeira Faialense) conseguem concentrar todas as fases de produção da pesca e da indústria. As armações cliente que usam Porto Pim, Cais do Pico e Lajes do Pico (a partir de 1955) deixam de efectuar operações comerciais. Por outro lado, as empresas industriais mantêm outras dependências: não têm estaleiros navais, nem laboratórios (só a *União* e as *Reunidas*, mais tarde), têm que comprar vasilhame, óleos lubrificantes e contratar a manutenção de maquinismos. Na parte marítima, de acordo com os balanços anuais, a importação de combustíveis e manutenção das embarcações são os factores mais onerosos, além do vasilhame e gastos menos frequentes com os aparelhos ópticos das vigias.

limitação da concorrência interna em determinados sectores da produção industrial, a partir da instalação do condicionamento industrial em 1931<sup>127</sup>. O condicionamento implicava que as indústrias selecionadas dependessem de autorização prévia da administração estatal para qualquer instalação, reabertura, transferência ou ampliação da capacidade de produção. Embora fosse considerada uma medida contenciosa em tempo de crise, a lei 1:956 de 1937 daria ao condicionamento um carácter estrutural e permanente alargando-o à maioria dos sectores da indústria portuguesa. Através deste mecanismo o Estado passava a ser árbitro do próprio desenvolvimento industrial, decidindo caso a caso os pequenos e grandes investimentos e contando com as possíveis reclamações dos produtores já instalados. O condicionamento industrial implicava um processo administrativo ambicioso, progressivamente centralizado na Direcção Geral da Indústria (DGI)/ Serviços Industriais (DGSI, a partir de 1947), que incluía a publicação de todos os pedidos de instalação, a recepção de reclamações e pareceres de vários intervenientes, o estudo de cada processo e a tomada final de decisão. Como demonstrou J. M. Brandão de Brito, os processos no segundo pós-guerra não se revestiram da dignidade que pareciam incluir com tantos intervenientes; tornar-se-iam morosos e burocráticos, com argumentos circunstanciais exibidos por todos os intervenientes e abertos ao tráfico de influências<sup>128</sup>. À fragilidade técnica dos processos impôs-se o peso das reclamações dos instalados – os “direitos adquiridos” - e o poder discricionário nas decisões finais tomadas por despacho ministerial. Por via do condicionamento, mais que uma política industrial específica, o Estado podia ordenar cada sector relevante da indústria restringindo a concorrência, consentindo estruturas de monopólio ou oligopólio, mas também privilegiar a permanência de pequenas estruturas favoráveis aos equilíbrios económicos e sociais. No período de crescimento económico e modernização tecnológica que sucede à 2ª Guerra Mundial, o condicionamento poderá ter sido um mecanismo de “transição controlada” nas mãos do poder político conservador.

O caso em apreço manifesta algumas originalidades quanto ao enquadramento administrativo. Em 1937 a indústria baleeira em gestação será integrada no condicionamento das instalações de “resíduos e gorduras animais”. No entanto, desde 1925 que a regulamentação da “pesca da baleia” designara como *armação* o conjunto da parte marítima e instalações terrestres de aproveitamento das capturas. Desta forma, a armação que obtinha a licença de pesca devia manter o alvará das instalações com a sua utilização anual. Segundo o regulamento, a licença para transformação (artesanal ou

---

<sup>127</sup>Cfr. Decreto 19:409 de 4 de Março de 1931. Entre 1927 e 1931 tomaram-se as primeiras medidas de regulação autoritária da concorrência, em sectores ligados à exportação e mercado interno (moagem, resinosos) e no sector das conservas de peixe; cfr., a propósito, Madureira, Nuno L., “Cartelization and Corporatism: Bureaucratic Rule in Authoritarian Portugal, 1926-1945”, *Journal of Contemporary History*, Vol. 42, No.1 (Jan. 2007), pp. 79-96.

<sup>128</sup> J. M. Brandão de Brito, *Industrialização ...*, p. 206 e ss. João Martins Pereira explica como os processos da indústria de adubos azotados e siderurgia, pela sua importância, cumpriam as normas rotineiras do condicionamento industrial, mas na realidade eram decididos entre ministros, consultores, delegados de governo e Salazar. Cfr. *Para a história da indústria...*, p. 232.

industrial) era inseparável do exercício da pesca. Até 1937, a atribuição de licenças pela tutela da Marinha dependia das decisões tomadas pela Direcção de Pescarias, que admitindo os pareceres das Capitánias submetia cada caso ao seu organismo consultivo, a Comissão Central de Pescarias. Os pareceres da Comissão tomavam em ponderação todas as intervenções no processo e constituíam, regra geral, a fundamentação real na tomada de decisões. O que notamos nos últimos anos da década de 30 e início dos anos 40 é que a intervenção do Estado neste subsector industrial ligado às pescas, por via do alargamento do condicionamento industrial, interferiu de diversas formas com a tradicional tutela da Marinha<sup>129</sup>. São os próprios pareceres que acusam a situação incómoda de autorizações contraditórias entre as duas tutelas, levando a Comissão de Pescarias a reivindicar a autonomia de decisão, escudando-se nas excepções que a lei 1:956 previa, mas sem sucesso<sup>130</sup>. Em 1941, num parecer relatado pelo vogal naturalista Alfredo Magalhães Ramalho, a Comissão dava conta dos vários processos e requeria um inquérito para averiguar se todas as armações cumpriam a obrigação de possuir instalações terrestres<sup>131</sup>. Ainda em 1945 ter-se-ia acordado que a autorização do condicionamento industrial dependeria da autorização prévia da Marinha para o exercício da pesca, o que não se veio novamente a cumprir<sup>132</sup>. Na realidade, em todos os processos impera a decisão final do despacho ministerial que advém do condicionamento industrial. Mas apesar desta constatação, a Comissão de Pescarias não perdeu a sua influência relativa, na medida em que os pedidos recebidos pela DGI eram, regra geral, enviados à Comissão, que emitia o seu parecer. A intensidade com que o tema é tratado, por exemplo, na correspondência de Pedro Cymbron com Marcelino dos Reis e Paulo Menano, ajuda-nos a compreender o poderio latente deste organismo<sup>133</sup>.

---

<sup>129</sup> Esta mudança foi inclusive tomada de surpresa pelos novos armadores micaelenses. Cfr. Cymbron, A. *A fase industrial...*, p. 25.

<sup>130</sup> A título de exemplo, cfr. parecer nº 21 de 1939, para um caso de S. Miguel com a empresa Viúva de António Manuel Machado Lda. que requer autorização de pesca ao Ministério da Marinha. Pela decisão do Ministério do Comércio e Indústria de não autorizar os caldeiros depois de ter recebido uma reclamação, a Comissão alega que a caça e a sua industrialização são inseparáveis e por isso a concessão requerida se tornava impraticável. Neste caso, torna-se claro que a decisão do DGI foi imposta à Comissão. Já em 1941, quando Marcelino dos Reis pede em simultâneo o exclusivo para uma armação no Continente ao Ministério da Marinha e o exclusivo à DGI para o aproveitamento integral do cachalote, a Comissão de Pescarias reage considerando a caça e a industrialização como actividades complementares, sendo que a segunda dependia da primeira, e que a própria lei vigente do Condicionamento Industrial excluía a baleação costeira por estar dependente de outro Ministério (base III do Decreto nº 27:994, de 28 Agosto de 1937). Por se tratar de um pedido de exclusividade que deveria ser analisado pelo Conselho Superior de Indústrias, onde a Marinha não tinha assento, a Comissão receava que as novas instalações fossem autorizadas sob quaisquer condições, sem a sua consulta. Cfr. o parecer em DGRM, Fundo Direcção de Pescarias, *Código 23 – Pesca da Baleia (1930-1945)*.

<sup>131</sup> Parecer nº 36 de 7 de Fevereiro 1941. DGRM, Fundo Direcção de Pescarias, *Código 23 – Pesca da Baleia (1930-1945)*.

<sup>132</sup> Parecer nº 27 de 12 de março de 1945. DGRM, Fundo Direcção de Pescarias, *Código 23 – Pesca da Baleia (1930-1945)*

<sup>133</sup> Paulo Menano, atento à publicação do BDGI, adverte Pedro Cymbron dos novos pedidos e reclamações, isto é, do cenário de concorrência nas diferentes ilhas, e chega a enviar a listas dos assentos na Comissão Central de Pescarias; por sua vez, Cymbron indica a Marcelino dos Reis e Paulo Menano as várias personalidades a que devem chegar para influenciar o deferimento ou indeferimento dos processos que dão entrada na Direcção das Pescarias e na Direcção Geral da Indústrias. Entre elas inclui-se o Director Geral da Indústria (Fausto Carreira), vários membros da Comissão de Pescarias (Abílio Espírito Santo, Quelhas de Lima) e Sebastião Ramires .

Em seguida propomos um breve exercício analítico do condicionamento industrial da indústria baleeira entre 1937 e 1954. Dividimos a evolução diacrónica em três períodos operativos, nos quais procedemos à quantificação do número de pedidos de instalação, ampliação da capacidade de produção, reclamação e autorizações (deferimento e indeferimento) por áreas de baleação. Excluimos desta análise os pedidos de transferência e prorrogação de prazo para instalações. Dadas as características da indústria, adoptámos uma tipologia para a definição do tipo de instalações: sistemas de extracção de *caldeiros*; *unidades fabris* e instalações de *refinação* e tratamento de óleos. Finalmente, destacamos três casos que exprimem bem o comportamento do condicionamento neste subsector.<sup>134</sup>

### 3.3.1. Primeiro período: 1936-1940.

Quadro I.

Zonas/Tipos	Pedidos de instalação Qtd. e Tipo		Ampliação ou alteração da capacidade de produção. Nr. pedidos e deferimentos.		Reclamações	Deferimentos Nr. e tipo		Indeferimentos Nr. e Tipo	
Grupo oriental (São Miguel e Santa Maria)	2	Caldeiros	1	1	4	1	Caldeiros	2	Caldeiros
	2	Unidades fabris.				2	Unidades fabris.		
Grupo Central Sul (Faial, Pico e São Jorge)	2	Caldeiros	1	1	1	1	Caldeiros	1	Caldeiros
	2	Unidades fabris.				2	Unidades fabris.		
Continente	1	Refinação			1	1	Unidade fabril.		
<b>Total</b>	<b>13</b>		<b>2</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>7</b>		<b>3</b>	

Fonte: *Boletim da Direcção Geral da Indústria*, 1937-1940.

Estamos perante um cenário em que os primeiros grupos industriais, mesmo antes de constituídos em sociedades por cotas<sup>135</sup>, pediram licenciamento para o aproveitamento integral dos cetáceos nos grupos central e oriental dos Açores antes do começo da Guerra e da “sobrevalorização conjuntural” do óleo de cachalote. Em segundo lugar, estes pedidos concorrem com pedidos de instalação de caldeiros: no caso da ilha do Faial, com um pedido na baía de Porto Pim, e na ilha do

<sup>134</sup> À semelhança da organização corporativa, há poucos estudos dedicados à análise sectorial do condicionamento industrial. Para o seu desempenho num sector concentrado sem iniciativa estatal, cfr. Silva, Filipe, “História de uma concentração à margem do Estado: o condicionamento industrial no sector cervejeiro português” in *Actas do I Encontro Annual Indústria, História, Património*. Lisboa: FCSH-UNL, 2013 (no prelo; agradeço ao autor a gentileza para consulta do texto). À semelhança do trabalho de J. M. Brandão de Brito, que temos vindo a citar, procurámos destacar três casos em que se revele a natureza intrínseca do condicionamento industrial. Contudo, as fontes disponíveis impõem sérios limites: à falta de arquivo, cruzámos a informação publicada no BDGI/SI e os processos encontrados no fundo da Direcção de Pescarias; ainda que estes careçam do estudo final da DGI/SI e as propostas de despacho. Para uma perspectiva ampla de vários sectores submetidos a restrições sob o princípio de existir uma concorrência destrutiva, cfr. Confraria, João, “Política industrial do Estado Novo. A regulação dos oligopólios no curto prazo”, *Análise Social*, vol XXVI (112-113), 1991, pp. 791-803.

<sup>135</sup> Por via das armações que já possuíam alvarás para a extracção do óleo ou por ainda não estarem constituídas as empresas industriais, os primeiros pedidos são feitos pela Armação Espírito Santo (incorporada na *União* em São Miguel), por J. Peixoto Ávila e outros (antes de constituída a SIMAL na ilha do Faial) e pelas Armações Baleeiras Reunidas do “Cais do Pico”, só constituídas em sociedade em 1942. Cfr. Anexo V.

Pico, com um pedido em S. Mateus, a poucas milhas do “Cais do Pico”; acresce ainda a concorrência entre os dois pedidos de unidades fabris para as ilhas vizinhas Faial-Pico. No caso da ilha de São Miguel, o pedido da futura *União* para o norte da ilha (Capelas) concorre com a instalação de caldeiros (Mosteiros, Capelas) e de uma unidade fabril para o mesmo local.

Perante os dois focos de concorrência - São Miguel e Faial/Pico – há diferentes actuações do condicionamento industrial. Em São Miguel, Cymbron reclama da instalação de caldeiros pela firma Viúva de António Machado Lda. e consegue o indeferimento, mas não consegue impedir inicialmente a autorização a Nicolau Sousa Lima<sup>136</sup> para instalar uma unidade fabril. Durante praticamente 3 anos, desenvolve-se um longo processo que aqui não podemos resumir, mas no qual estará presente o tráfico de influências nos organismos consultivos da Direcção de Pescarias e na própria Direcção Geral da Indústria<sup>137</sup>. Derrotado N. S. Lima, o exclusivo informal da baleação em São Miguel ficará nas mãos da *União* até ao seu ocaso nos anos setenta. No caso do Pico/Faial, a tensão existia em paralelo no exercício da pesca e na instalação de unidades fabris. A concorrência entre as *Reunidas* e a nova armação de Marcelino dos Reis no porto do Comprido, na ponta Oeste da ilha do Faial, provocara a intervenção da Direcção de Pescarias e da Capitania do Porto da Horta na regulamentação das arreadas e do sistema de vigias. Por sua vez, a DGI exerce o poder arbitrário com o estabelecimento de uma ordem de prioridade: sem indeferir nenhum dos pedidos, deviam primeiro as *Reunidas* decidir o local de instalação e só depois a J. Peixoto Ávila e outros [Marcelino dos Reis] decidir o local não interferente com a primeira<sup>138</sup>. Em suma, neste período instalam-se as primeiras empresas industriais num clima de concorrência interna (S. Miguel) e inter-ilhas (Faial-norte do Pico). A tomada de decisões do condicionamento industrial permite um exclusivo informal no primeiro caso e disciplina a concorrência no segundo.

### 3.3.2. Segundo período: 1940-1947.

Quadro II.

Zonas/Tipos	Pedidos de instalação Qtd. e Tipo		Ampliação da capacidade de produção. Nr. de pedidos e Deferimentos.		Reclamações	Deferimentos		Indeferimentos	
						Qtd.	Tipo	Qtd.	Tipo
Grupo oriental (São Miguel e Santa Maria)	2	Caldeiros	4	3	4	1	Caldeiros	2	Caldeiros
	1	Refinação							

<sup>136</sup> Comerciante e produtor de farinhas de peixe; em 1948 funda a Sociedade Açoriana de Sabões, importando oleaginosas para a sua linha de produção.

<sup>137</sup> Cfr., a propósito, a correspondência trocada por Pedro Cymbron com António Menano e Marcelino dos Reis. UABSM, Pasta 3-Capilha 2, e Pasta 9-Capilha 2; para os vários processos, cfr. DGRM, Fundo Direcção de Pescarias, *Código 23 – Pesca da Baleia (1930-1945)* (Pasta Nicolau Sousa Lima).

<sup>138</sup> Cfr. Anexo V.

Grupo Central Norte (Terceira e Graciosa)	5	Caldeiros	2		1	4	Caldeiros	1	Caldeiros
	1	Unidade fabril.						1	Unidade fabril.
	1	Refinação				1	Refinação		
Grupo Central Sul (Faial, Pico e São Jorge)	3	Caldeiros	5	4	7	3	Caldeiros		
	3	Unidades fabris.				1	Unidade fabril.	2	Unidades fabris
	2	Refinação				2	Refinação		
Grupo Ocidental (Flores e Corvo)	3	Caldeiros			1	1	Caldeiro	2	Caldeiros
	1	Unidade Fabril.				1	Unidade fabril.		
Arquipélago da Madeira (Madeira e Porto Santo)	7	Caldeiros	2	1	5	3	Caldeiros	3	Caldeiros
	2	Unidades fabris				1	Unidade fabril.		
	6	Refinação				1	Refinação		
Continente	1	Unidade fabril.	2	2		1	Unidade fabril		
<b>Total</b>	<b>38</b>		<b>15</b>	<b>10</b>	<b>18</b>	<b>20</b>		<b>11</b>	

Fonte: *Boletim da Direcção Geral da Indústria*, 1940-1947.

A complexidade deste período dificulta qualquer síntese. Os anos da Segunda Guerra Mundial são um período de euforia motivado pela sobrevalorização do óleo em que se multiplicam os pedidos de entrada na indústria. Esta entrada é representada principalmente pelo esforço de instalação rápida de estruturas artesanais de baixo custo que não necessitam importação de maquinismos. Vários requerentes deste “negócio de guerra” não possuem nenhuma armação ou participação na pesca<sup>139</sup>. As áreas onde se concentra o maior número de pedidos são até então as menos exploradas (Madeira, Terceira, Graciosa) ou áreas satélite das zonas em industrialização (Corvo – Flores; S. Jorge – Norte do Pico). Nas ilhas Terceira, Graciosa, São Jorge e Madeira, vai ser autorizada a instalação de novos caldeiros para o exercício da indústria. Por outro lado, o elevado número de pedidos de instalação de maquinismos de refinação indica os problemas de qualidade do óleo e as operações a que devia ser submetido para aplicação no mercado interno do continente e das ilhas. No que respeita às unidades fabris, denota-se uma segunda fase de expansão a Ocidente e Oriente, à ilha das Flores, Madeira e Continente. Os pedidos de Marcelino dos Reis (Continente e Flores) e Pedro Cymbron (Madeira) serão autorizados em detrimento de outros. No Sul da ilha do Pico, onde se concentram os mais altos níveis de capturas pelas armações tradicionais, dá-se a tentativa de entrada separada de industriais (Marcelino dos Reis e Virgílio Martins Correia) para a construção de uma unidade fabril, barrada pelo próprio condicionamento industrial<sup>140</sup>. Em suma, a tomada de decisões neste período é bastante

<sup>139</sup> Caso, por exemplo, de todos os requerentes para a ilha da Madeira, à excepção de Pedro Cymbron; e da ilha Terceira, à excepção de Cristóvão da Mota Soares.

<sup>140</sup> Cfr. O caso SIBIL, em análise neste subcapítulo.

difusa e não revela uma política industrial específica para a baleação. Em simultâneo foram autorizados vários pedidos de caldeiros enquanto se lançava uma segunda fase de instalação de unidades fabris. Entre os reclamantes surgem os industriais que já identificámos. A pequena maioria de pedidos indeferidos depois de reclamados indica a defesa de “direitos adquiridos” dos instalados; processo que não é linear, se considerarmos, por exemplo, o indeferimento dado a Marcelino dos Reis para construir uma unidade fabril nas Lajes do Pico.

### 3.3.3. Terceiro período: 1948-1954.

Quadro III.

Zonas/Tipos	Pedidos de instalação Qtd. e Tipo		Ampliação da capacidade de produção. Nr. de pedidos e Deferimentos		Reclamações	Deferimentos Qtd. e Tipo		Indeferimentos Qtd. e Tipo	
Grupo oriental (São Miguel e Santa Maria)	1	Caldeiros.		1	2				
	2	Unidade fabril.				1	Unidade fabril	1	Unidade fabril.
	1	Refinação							
Grupo Central Norte (Terceira e Graciosa)	2	Caldeiros	3	2	3			2	Caldeiros
Grupo Central Sul (Faial, Pico e São Jorge)	2	Caldeiros	1	1	2			1	Caldeiros
								1	Unidade fabril
Grupo Ocidental (Flores e Corvo)	1	Caldeiros							
Arquipélago da Madeira (Madeira e Porto Santo)			2	2					
Continente			1	1					
<b>Total</b>	<b>9</b>		<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>1</b>		<b>5</b>	

Fonte: *Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais*, 1948-1954.

Período de consolidação da produção em unidades fabris nas Ilhas Adjacentes e no Continente e de instalação tardia (Sul do Pico) e concorrência de tentativas para a instalação industrial na ilha de Santa Maria. Nesta fase é já nítida a actuação da organização corporativa através do Grémio dos Armadores (1945) que intervém directamente nos processos com a elaboração de pareceres. Neste sentido, as missões técnicas do Grémio (1946 e 1948) observarão *in loco* as condições da indústria e insistirão na condenação do sistema de caldeiros. O indeferimento dos novos pedidos de caldeiros não impedirá, contudo, a continuação dos alvarás já instalados até 1954. A partir de 1952 estão em gestação os princípios mais efectivos de limitação à concorrência criados no subsector, mediante a criação de zonas de baleação concessionadas a um só armador ou sociedade. Neste sentido, os movimentos que se notam em 1952, particularmente de Álvaro Soares de Barros (Santa Maria) e

António Medeiros e Cristóvão da Mota Soares (S. Miguel) são o último ciclo de tentativas de entrada no grupo oriental, frente aos interesses instalados, prévio às alterações legais que estabeleceriam a longo prazo (10 anos) as concessões de pesca e transformação, nova ordem decretada em Maio de 1954.

Vejamos de seguida os três casos seleccionados.

#### 1.3.4 Cristóvão da Mota Soares

Cristóvão da Mota Soares apresentava-se em 1954 como cultivador e exportador de ananases, armador de “pesca da baleia” na ilha Graciosa, exportador de óleos de peixe e cachalote e de outros produtos, além de agente depositário de motores diesel<sup>141</sup>. Na segunda metade dos anos 30 era coproprietário da armação Herdeiros de Manuel da Mota Soares no norte da ilha de São Miguel. Quando Pedro Cymbron procura reunir os armadores micaelenses na *União*, em 1936, conta com o apoio de Cristóvão da Mota Soares. Por razões ainda pouco claras dá-se o afastamento entre ambos. Entre 1937 e 1940 sucedem-se os pedidos para novas instalações na ilha de São Miguel, reclamados sistematicamente pela *União* que alega ter unido os armadores contra os efeitos perniciosos da “luta no mar” e a favor da harmonia entre o “capital” e o “trabalho” das antigas armações rivais. O industrial alega mesmo que, por detrás dos sucessivos pedidos das firmas comerciais Viúva de António Manuel Machado e C<sup>a</sup> e Nicolau Sousa Lima se encontra Mota Soares<sup>142</sup>. É certo, porém, que nenhum foi autorizado e nos primeiros anos da década de 40 a *União* detinha um exclusivo informal em S. Miguel.

A 16 de Dezembro de 1940 C. Mota Soares já se deslocara para a ilha Terceira onde constituía uma sociedade com Álvaro da Costa Franco (Mota&Franco) no porto do Negrito, ressuscitando uma actividade que não se exercia desde 1929<sup>143</sup>. Durante os anos da Guerra, são deferidos os pedidos de C. M. Soares para a instalação de novos caldeiros na Praia da Vitória e no porto do Negrito enquanto todos os outros pedidos de instalação na ilha são reclamados e indeferidos. Em 1946, a Armação Baleeira Terceirense consolidava a posição como única entidade a exercer a baleação costeira na Terceira. Em 1944, C. M. Soares cede as suas cotas a Francisco Linhares dos Santos e é autorizado a instalar um pequeno estabelecimento com 2 caldeiros na vizinha ilha Graciosa, onde estava já instalada a Companhia Baleeira Graciosa com baixos níveis de captura e produção nos anos anteriores. Segundos os relatórios das Comissões de Estudo do Grémio, a entrada de um novo

---

<sup>141</sup> cfr. Revista *Madeira Açores*, Ano 1954, p. 21. Publicação anual destinada à promoção do intercâmbio comercial nas Ilhas Adjacentes, nela se encontram durante a década de 50 numerosos anúncios dos exportadores de óleo de cachalote. Junto à consulta do periódico *Portugal, Madeira e Açores* é mesmo possível identificar o perfil da maioria das companhias ligadas à exportação na baleação.

<sup>142</sup> Cfr. o *memorandum* entregue a Morais Sarmiento em Junho de 1943, fols. 6-8. UABSM, Pasta 3, Capilha 4 “Mota Soares-vários anos”.

<sup>143</sup> Cfr. Anexo II.

armador reavivou a actividade com uma nova frota e a expansão da área vigiada; sobravam, contudo, vários conflitos e os próprios membros tentariam *in loco* constituir uma coligação, sem sucesso. Em 1949, o conflito agudiza-se com um problema comum: por um lado C. M. Soares fora autorizado pela Marinha a instalar-se no porto da Folga, mas o Ministério da Economia (DGI) autorizara as instalações no porto da Barra, onde já existia uma instalação.

Passado o período de crise sentido no subsector no final da década, 1952 será para C. M. Soares o ano de todas as tentativas: pedido de transferência de armação (Marinha) e caldeiros (DGI) para a ilha de São Miguel; pedido de instalação de uma fábrica de aproveitamento integral em Vila do Porto, ilha de Santa Maria; pedido de ampliação da sua oficina em Santa Cruz da Graciosa. Nos primeiros dois processos encontramos como reclamantes a *Companhia Baleeira Mariense* e a *União* que conseguem o indeferimento dos dois pedidos para o grupo oriental. Por sua vez, C. M. Soares reclama do pedido de instalação de mais dois caldeiros da Companhia Baleeira da Graciosa, sua concorrente, conseguindo indeferimento e, ao mesmo tempo, o deferimento de ampliação da sua instalação com autoclaves. Vejamos parte destes processos com maior detalhe.

No caso da ilha de São Miguel, a maior do arquipélago, a faina da *União* estendera-se à costa Sul em 1943 com a utilização do porto de Ponta Delgada. Durante a Guerra, o condicionamento industrial permitira a coexistência de instalações de várias armações nas ilhas das Flores, São Jorge, Pico e Graciosa. A partir de 1947 a organização corporativa depara-se com este precedente frente ao propósito de criar zonas de pesca apenas com um concessionário. Nas vésperas de ser decretada a nova ordem, entre 1952 e 1954, vários pedidos de novas instalações serão novamente apresentados nas ilhas do Pico, Santa Maria e São Miguel. Neste contexto, António Damião de Medeiros pede licença ao Ministério da Marinha para instalar uma armação na costa sul da ilha, em Vila Franca do Campo, negado com os pareceres desfavoráveis do Grémio patronal, Capitania de Ponta Delgada e Comissão Central de Pescarias. Em particular, o Grémio alegava já ser suficiente o número de armações nos arquipélagos e a corrente sobreprodução em relação ao escoamento. Quase em simultâneo, a *União* é autorizada pela DGSI a novas instalações de caldeiros no mesmo concelho, neutralizando as pretensões sobre aquela área. Só o Capitão de Ponta Delgada, desassombrado face à disciplina da concorrência, sentenciava contra o monopólio da *União* que “O meio termo, isto é, uma certa dispersão, mas com concorrência e competição, é acto vantajoso para a economia geral e em particular para os trabalhadores, facto que não se pode esquecer, numa terra de tão baixo nível de ganhos e de tão grande número de pescadores desempregados”<sup>144</sup>. Quanto ao pedido indeferido de C. M. Soares, as reacções dos intervenientes é mais complexa: o Capitão do

---

<sup>144</sup> Cfr. os vários documentos referentes a este processo em DGRM, Fundo Direcção de Pescarias, *Código 11 – Pesca da Baleia (1949-1955)*.

Porto mostra-se favorável à instalação, o Director de Pescarias (Sá Linhares) também é favorável; no entanto, o Grémio é desfavorável, por maioria de pareceres, já que a dissensão interna provocou a rejeição do presidente e um dos vogais (Marcelino dos Reis e José Cymbron), mas o vogal Rodrigo Rodrigues (sobrinho de José Cristiano, na época associado a C. M. Soares) pronunciou-se a favor, segundo o princípio que São Miguel poderia ter mais uma armação e indeferir o pedido de Cristóvão da Mota Soares equivaleria a dar um monopólio ilegal à UABSM. Após ponderação, o parecer final da Comissão Central de Pescarias aponta para o indeferimento considerando que estava para breve a fixação de zonas exclusivas de pesca.

No caso de Santa Maria, reduto por onde C.M. Soares procura instalar a actividade no grupo oriental, onde reside, as posições oficiais serão mais consensuais. Depois da *Companhia Baleeira Mariense* apresentar a reclamação à DGSI, o processo é encaminhado para a Direcção de Pescarias que o remete ao parecer do Grémio. O Grémio é desfavorável por considerar que C. M. Soares não dispõe de meios de obtenção da matéria prima nem instalações industriais para o processamento de cachalotes e Baleia Azul (como sugeria); por outro lado, a Direcção de Pescarias aponta a incongruência dos vários pedidos simultâneos apresentados na Graciosa, São Miguel e Santa Maria, e previne a existência de conflitos em Santa Maria com o indeferimento.

Apontemos algumas conclusões. As decisões da DGSI demonstram que a iniciativa privada, quando irreverente, não se pôde impor aos argumentos dos principais reclamantes já instalados e à interpretação ambígua do “interesse nacional” pelas autoridades intervenientes. A aplicação do poder discricionário dos Serviços Industriais não esteve desligada dos organismos da Marinha, em concreto dos pareceres da Comissão Central de Pescarias, emitidos depois das reclamações e dos pareceres do Grémio, servindo como suporte da ponderação final para a tomada de decisões. A organização corporativa (Grémio) não actuou a uma só voz, revelando dissensões internas. Os pareceres do Grémio sustentaram-se em argumentos circunstanciais, como a sobreprodução cíclica ou as dificuldades de obtenção de matéria-prima (sendo certo que C.M. Soares era armador). As decisões implicaram um limite à concorrência e, no caso particular, que o armador não exercesse a pesca e indústria no grupo oriental apesar de várias tentativas ao longo dos anos. Os capitães dos portos, à semelhança de outros casos, mostram-se desalinhados com os interesses consolidados na organização corporativa e nas reclamações apresentadas à DGI.

### 3.3.5. Álvaro Soares de Barros<sup>145</sup>.

Proprietário natural e residente da ilha de Santa Maria, requer em 1942 ao Ministério da Marinha a instalação de uma nova armação constituída por duas canoas, uma lancha a motor e uma instalação de aproveitamento com dois caldeiros. No mesmo período, tal como exigido por lei, requer ao Ministério da Economia (DGI) a instalação da oficina no Lugar da Prainha, no concelho de Vila do Porto. O requerente alega os benefícios de uma nova armação como “mais uma fonte de trabalho” numa ilha que vive quase permanentemente em regime deficitário. No entanto, já em 1936 se constituíra a Companhia Baleeira Mariense, formada por quarenta e seis sócios “entre funcionários, comerciantes, proprietários e trabalhadores agrícolas” de toda a ilha<sup>146</sup>. A nova companhia adquiriu canoas e lanchas, contratou baleeiros nas Lajes do Pico e chegou a comprar uma lancha com motor a Á. S. Barros, retomando no porto do Castelo uma faina que se abandonara em 1904. Sem unidade fabril, entre 1939 e 1942 a *Mariense* apresenta o maior índice de eficácia das capturas de cachalote por unidade de pesca, segundo as estatísticas oficiais.

O Ministério da Marinha, contando com o parecer favorável da Comissão Central de Pescarias e a informação do Delegado Marítimo de Vila do Porto, este último assegurando que a *Mariense* exercia a actividade em condições deploráveis e que não deveria ser atendida a sua reclamação, autorizou a constituição da nova armação com as partes marítima e terrestre. Contudo, o pedido apresentado à DGI foi reclamado pela *Mariense*, alegando os esforços feitos desde 1938 e que não suportaria a concorrência; acabando por ser indeferido. No mesmo período, a *Mariense* foi autorizada a ampliar as suas instalações para o aproveitamento da carne e resíduos dos cetáceos com uma série de fossas *Becarri*, 1 esfacelador, uma serra de ossos e um motor de 8 CV. A. S. Barros não desistiu da sua pretensão e requereu novamente a autorização em 1943 para instalar uma oficina “proveniente da sua armação baleeira”, sendo novamente indeferido. Faz novo pedido em 1946 e consegue, a 10 de Abril de 1947, cinco anos depois da autorização para instalar uma armação, o deferimento da DGSI para instalar uma oficina de depuração de óleos e gorduras de várias espécies marinhas, na condição “que dos animais abrangidos por aquela licença estão excluídos os grandes cetáceos – cachalote e baleia”. Dada esta salvaguarda, que teria resultado da interpretação dos serviços da DGSI sobre a memória apresentada pelo requerente, o Grémio dos Armadores recusa-se a aceitar A. S. Barros como agremiado. No Verão de 1948, a Comissão de Estudos do Grémio analisa a situação *in loco*, considerando que uma nova armação em Santa Maria potenciaria o aumento da produção mas era condenável a continuação do sistema de caldeiros, pelo que Álvaro Soares de Barros poderia dar

---

<sup>145</sup> Cfr. os vários documentos referentes a este processo em DGRM, Fundo Direcção de Pescarias, *Código 11 – Pesca da Baleia (1949-1955)*.

<sup>146</sup> Cfr. Puim, Arsénio Chaves, *À pesca da baleia em Santa Maria...*, pp. 37-39.

entrada na indústria se se compromettesse a instalar o aproveitamento integral de cetáceos<sup>147</sup>. Nesta opção, não aplicável a outras ilhas, a entrada de um novo armador e industrial seria a forma de superar a persistência da *Mariense* em utilizar os sistemas artesanais durante uma década de industrialização. O Capitão da Vila do Porto entendia que era bem-vindo; e inclusive a *Mariense* devia ser suspensa dados os vários incumprimentos com as autoridades marítimas. Por outro lado, a Direcção das Pescarias demonstra, num circunstanciado parecer, que a autorização conferida em 1942 deveria ser mantida, que o Grémio dos Armadores deveria inscrever Álvaro S. Barros, pese às condições dadas pela DGSI, e que se devia finalmente coordenar a actuação do Ministério da Marinha e Economia no licenciamento das instalações terrestres das armações, excluindo-as do condicionamento industrial, porque a lei assim o previa, segundo os argumentos que já vimos. Procurava assim reabilitar o seu poder invocando, nomeadamente, as formas “anormais” e a morosidade com que o processo correra na DGSI ao longo de 5 anos.

O processo não estava, porém, concluído. A grave crise das exportações de óleo lançou a apreensão entre os armadores insulares entre 1948 e 1950 e terá contribuído para que A.S. Barros não actuasse. Com a retoma em 1952, já com 63 anos, faz um novo pedido à DGSI, sensível às opiniões da respeitada Comissão de Estudos de 1948, desta vez para o aproveitamento integral com a instalação de autoclaves e maquinismos para a fabricação de farinhas. A situação, contudo, mudara novamente: na sequência da crise, a *Mariense* contraíra um empréstimo junto do Grémio para a remodelação das suas instalações artesanais com vista ao aproveitamento integral, num processo linear que culmina no deferimento da DGSI em Novembro de 1953. No seu parecer, o Grémio dos Armadores alegou, em particular, a urgência da remodelação para combater a depreciação do óleo de cachalote, “produto da Economia Nacional”. Neste contexto, o pedido simultâneo de A. S. Barros desencadeará reacções diversas: da parte do Grémio, o pedido deveria ser negado porque a nova instalação traria escassez de matéria-prima e concorrência destrutiva à *Mariense*, a proteger, por estar a remodelar as suas instalações; o novo Capitão de Vila do Porto considera de atender o requerimento para terminar o regime de exclusividade da *Mariense* e a burocracia prejudicial que se arrastara por uma década; a Direcção de Pescarias, irredutível, defende a validade da licença concedida em 1942 e a necessidade da DGSI aceitar a decisão que compete ao Ministério da Marinha. As discordâncias alastram à própria DGSI: o engenheiro-chefe da 5ª Secção na 3ª Repartição, Mota Furtado, julga, em Janeiro de 1953, de deferir por respeito à decisão do Ministério da Marinha e pelas informações contraditórias apresentadas pelo Grémio ao longo dos anos; quase um ano mais tarde, a 18 de Janeiro de 1954, chegam os restantes pareceres: do chefe de repartição, que propõe o indeferimento por inoportuno (sem mais justificação); do Director Geral dos Serviços Industriais, que também indefere

---

<sup>147</sup> Cfr. *Comissão de Estudo aos centros industriais baleeiros na Madeira e Açores. 1948*, fol. 39.

com base na informação do Grémio, isto é, pelo processo de remodelação da *Mariense* estar em curso; e, finalmente, o despacho ministerial que, não acatando os pareceres anteriores, difere o pedido de A. S. Barros e recomenda que o Grémio submeta à Direcção Geral da Marinha os seus pontos de vista de forma prévia. A 19 de Março de 1954, doze anos depois da primeira autorização, com 66 anos, A. S. Barros viu o seu pedido deferido. No entanto, nunca viria a montar a indústria. Dois meses mais tarde, em Maio de 1954, publica-se o novo Regulamento da Pesca dos Cetáceos que pressupunha a concessão das zonas exclusivas de pesca, estando apenas uma zona reservada para a ilha de Santa Maria; a *Mariense*, beneficiando de novos créditos de fomento às pescas, arrecadará a concessão da zona por 10 anos.

Em suma, conclui-se para este processo: a morosidade do funcionamento burocrático do condicionamento industrial, particularmente entre 1942 e 1947, foi um elemento dissuasor para a instalação de concorrentes em Santa Maria; ao longo dos anos manifestou-se um conflito de poderes administrativos entre a tutela da Marinha e da Economia (condicionamento industrial), e entre estas e a organização corporativa em defesa dos agremiados. O tempo, as inclinações e o arbítrio sobre os pareceres e reclamações não coincidentes pertence aos despachos ministeriais do condicionamento industrial; só alterada com o regime de concessões aprovado pela nova regulamentação da pesca.

### **3.3.6 Sociedade Industria Baleeira Insular, Lda.**

Desde as últimas décadas do século XIX que as Lajes do Pico se convertem no centro da baleação costeira açoriana, local de recrutamento, em especial de marítimos especializados (mestres e arpoadores). Até 1955, o *Caneiro* do porto das Lajes ostentava a tradição com o funcionamento de quatro a cinco grupos de caldeiros, propriedade das sete armações da vila, constituídas pela associação das tripulações fixas das embarcações que repartiam o produto da pesca. Sem prejuízo da permanência, já desde 1939 se discutia a necessidade do aproveitamento integral<sup>148</sup>.

Em Julho de 1945, mal terminara o conflito mundial, Francisco Marcelino dos Reis pede para instalar uma fábrica de aproveitamento integral “com a obrigação de constituir uma sociedade com os armadores baleeiros das ilhas do Pico, Faial e S. Jorge que dela quiserem participar”<sup>149</sup>. Consumada a presença em todo o arquipélago, na Madeira e no Continente, o Sul da ilha do Pico seria o reduto que escapava à influência directa do industrial. No mesmo ano, Virgílio Martins Correia, armador em Portimão e industrial metalúrgico, faz um pedido de instalação semelhante. Os dois pedidos foram

---

<sup>148</sup> Para a compreensão das estruturas lajenses à entrada dos anos quarenta, cfr. Anexo II.

<sup>149</sup> A 28 de Outubro, em visita às Lajes do Pico, Marcelino anuncia a construção de uma nova Fábrica e faz-se acompanhar do seu séquito: sócios metropolitanos (Mário de Oliveira Pereira e Álvaro António da Costa Piano), os associados da vizinha ilha do Faial (Joaquim Martins do Amaral, José Francisco Machado e A. Mesquita), Tomás de Alberto Azevedo e o seu representante nas Flores, José Jacinto Mendonça. Cfr. *O Dever*, Lajes do Pico, 10 de Novembro de 1945.

indeferidos. Em reacção à investida dos industriais, as armações Joaquim José Machado, União, Felicidade e Nova Lajense, com possibilidade de se juntarem a outras armações do concelho e a industriais de curtimenta, fazem o pedido para instalar uma fábrica para o aproveitamento integral do cachalote e outros animais marinhos, extracção de peles e congelação de carnes. A firma de Marcelino dos Reis reclamou contra os pedidos de V. M. Correia e das armações lajenses, alegando a prioridade por ter apresentado primeiro o seu pedido. A autorização acabou por ser deferida aos armadores lajenses com o argumento insólito de que o Grémio dos Armadores (a que Marcelino presidia, julgando em causa própria) estava a proceder a um estudo sobre o assunto, pelo que não seria urgente existir novas unidades fabris. Frente a esta decisão, interpretada como uma vitória dos interesses locais, constituiu-se em 1947 a Sociedade Industria Baleeira Insular Lda. (SIBIL). Dela faziam parte todas armações do Sul do Pico com excepção de São Mateus e Calheta do Nesquim, mantidas sob a alçada das *Reunidas* de José Cristiano no “Cais do Pico”<sup>150</sup>.

Pese à mobilização de interesses, a construção da Fábrica da SIBIL será um longo processo – só terminado em 1955 - de avanços e recuos marcado pela ausência de capitais de investimento e a benevolência do condicionamento industrial na prorrogação de vários prazos de instalação. Em 1951, perante a indefinição, V. M. Correia faz um novo pedido de instalação, indeferido, mas com a introdução de uma nova modalidade cerceadora da concorrência: no caso da SIBIL não cumprir a última prorrogação, o seu pedido seria deferido com a condição de se constituir em sociedade com pelo menos 50% do capital de armadores e cumprir com as imposições determinadas à SIBIL; o que viria a acontecer<sup>151</sup>. Frente ao mesmo pedido, as *Reunidas* do “Cais do Pico” – que já tinham na sua fábrica alguns armadores lajenses como clientes – reclamam contra o pedido de V.M. Correia, e este contra o pedido de ampliação das instalações das *Reunidas* para a produção de farinhas e outros subprodutos<sup>152</sup>.

Já como gerente, a 19 de Fevereiro de 1954, Virgílio Martins Correia expõe ao Ministro da Marinha a necessidade da SIBIL constituir uma armação de pesca própria (sem enunciar os

---

<sup>150</sup> A 12 de Abril de 1947, *O Dever* anuncia o indeferimento dado às sociedades continentais. Mais uma vez, releva a importância da “pesca da baleia” que ocupa um quarto da população picoense. Pronunciam-se como “porta-voz da população interessada” e dissipam as dúvidas existentes: “temos capacidade financeira, administrativa, intelectual e moral para arcarmos com a responsabilidade da nova Fábrica”. Diz que a ela se deviam agregar outras entidades (curtimento) - é esta parte que será reformulada Cfr., 12 de Abril de 1947. Cfr. A escritura da SIBIL de 22 de Janeiro de 1948, publicada no mesmo jornal.

<sup>151</sup> Cfr. o processo de entrada de Virgílio Martins Correia na SIBIL em 1951, em DGRM, Fundo Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia (GAPB), Pasta *Armações baleeiras: instalação, transferências e remodelações*. Para as condições do despacho ministerial cfr. o Anexo V dedicado ao condicionamento industrial.

<sup>152</sup> De resto, a apreensão de J. Cristiano percebe-se na correspondência trocada com o gerente das *Reunidas* aquando das suas viagens de representação a Lisboa. Além de resistir com armações no sul do Pico, participará na nova Armação Baleeira Terceirense, em 1954, com a intenção de assegurar o processamento das capturas a Norte e Este do grupo central na fábrica das *Reunidas* no Cais do Pico.

armadores que eram seus associados) para poder, fundamentalmente, ingressar no Grémio dos Armadores e participar tanto no processo de concessão de zonas exclusivas como aceder ao crédito de fomento público das pescas. Mais uma vez, a reação dos intervenientes – neste caso um processo que se move apenas na Direcção de Pescarias - é diversa e necessita explicação. Em 1954, o Grémio controlava a atribuição de importantes financiamentos ao abrigo dos programas públicos de fomento, além de outros benefícios já conquistados, como a isenção da contribuição industrial às armações. Neste sentido, contraria o ingresso da SIBIL na organização por esta dispor de 60% do capital de “pessoas estranhas à indústria”, não armadores, acrescentando que uma nova armação serviria apenas para aumentar a concorrência no mar e prejudicar as relações entre a Fábrica e os armadores que entregavam as capturas e recebiam uma comparticipação das receitas de venda do óleo. Por sua vez, a Capitania da Horta levanta o problema original: desde 1946 que laboravam as Fábricas do Faial e do “Cais do Pico”, a poucas dezenas de milhas das Lajes, e teriam capacidade para receber as capturas de todas as ilhas do Triângulo; para o Capitão, as aspirações da SIBIL eram contrárias à “Economia Nacional”, movidas pelos interesses locais em sacrifício do aproveitamento racional e da concentração industrial desejada. De forma detalhada, mas talvez incauta, um oficial adjunto da Direcção de Pescarias produz um documento que invoca o precedente de Álvaro Soares de Barros, semelhante ao da SIBIL, ainda que inverso, pelo que devia ser autorizado a constituir uma armação. Contudo, o Director de Pescarias, comandante Sá de Linhares, natural do “Cais do Pico” e próximo aos interesses das *Reunidas*, desautoriza o parecer do oficial e pronuncia-se pelo indeferimento<sup>153</sup>. Em Agosto de 1954, já depois de publicado o novo Regulamento da Pesca, a Comissão Central de Pescarias emite o parecer final do processo, considerando que a SIBIL não estava nas condições determinadas pelo novo diploma em especial por este fixar os “direitos adquiridos” dos futuros concessionários que teriam exercido a pesca nos últimos cinco anos. Desta forma, a SIBIL começou a laborar no Verão de 1955 e o conjunto de armações do Sul do Pico, incluindo S. Mateus e Calheta do Nesquim, unir-se-ão numa parceria para poder usufruir da concessão<sup>154</sup>.

Em conclusão, o caso da SIBIL demonstra que o processo de condicionamento industrial esteve envolto numa lógica complexa com vários intervenientes e que o favorecimento aos industriais que pontificam no subsector (por ex. Marcelino dos Reis) não foi linear. No caso particular, revela-se um comportamento exclusivista da organização corporativa que tenta arredar novos investidores, como Virgílio Correia, da representação de interesses do Grémio. As políticas de fomento lançadas em 1953 e a instalação de equipamento fabril no Sul do Pico haviam sido previstas pelos planos da organização

---

<sup>153</sup> Mais uma vez, é possível discernir um jogo de interesses entre os industriais instalados na ilha do Pico. Segundo José Cristiano, gerente das *Reunidas* de São Roque do Pico, os seus interesses estariam a salvo pela intervenção de Sá Linhares, natural da mesma vila. Cfr. carta de 11 de Março de 1955 enviada a Tavares, gerente das *Reunidas*. ABR, Pasta 1/10.

<sup>154</sup> Cfr. Bettencourt, M. Moniz, *ob. Cit.*, pp. 59-63.

corporativa sem esperar que dessem entrada novos detentores de capital. A reação negativa da organização corporativa não impedirá, contudo, a entrada em laboração do estabelecimento autorizado por via do condicionamento industrial.

\*

Depois de identificado o problema sectorial do condicionamento industrial, os períodos de concorrência e alguns casos paradigmáticos, deixamos algumas ideias em síntese.

O condicionamento industrial, enquanto intervenção administrativa sobre os agentes económicos privados, revela um clima de acentuada concorrência que a formação de empresas industriais não pode dissimular. A concorrência manifesta-se em três períodos: um primeiro, anterior ao conflito mundial, com dois focos na ilha de São Miguel e no grupo Faial-Pico; um segundo, durante a Guerra, de euforia que leva à multiplicação de pedidos de instalação, muitos de unidades artesanais; um terceiro, do imediato pós-guerra até meados dos anos 50, já constituída a organização corporativa, em que os pedidos procuram preencher zonas já exploradas quando se prevê a eliminação da concorrência por via do estabelecimento de zonas de pesca e transformação exclusivas.

Desta forma, a existência de instalações artesanais no aproveitamento de cetáceos não é só devida às estruturas do território insular ou às infra-estruturas portuárias e de vigias. Por via do condicionamento, foi permitida a continuação e nova instalação de sistemas de caldeiros, desde que não interferissem directamente com os principais interesses reclamantes da nova indústria. Em consequência, a disciplina da concorrência em casos isolados, em determinadas ilhas, não resultou na homogeneização global da produção, isto é, na adopção em todo o território dos mecanismos de processamento integral do cachalote. Entre 1937 e 1955 formou-se um tecido industrial assimétrico, com áreas em que a produção está concentrada numa unidade fabril (Continente, Faial, S. Miguel), outras com sistemas mistos até à entrada nos anos 50 (Pico, Flores e Madeira) e algumas só com sistemas de caldeiros até à segunda metade dos anos 50 (Terceira, Graciosa, Santa Maria).

O condicionamento limitou a concorrência com diferente intensidade. Muito limitador nas ilhas de São Miguel, Madeira e Sul do Pico, foi menos na Graciosa ou nas Flores. Esta variação corresponde ao circunstancialismo associado à tomada de decisão em cada pedido. Regra geral mas não exclusiva, as reclamações de privados já instalados resultaram no indeferimento de novos pedidos.

De que forma se posicionaram os privados perante o procedimento do condicionamento industrial? Daquilo que se depreende na documentação empresarial e nos processos que chegaram à Direcção de Pescarias, houve posturas diferentes. Certos armadores e industriais utilizaram abundantemente a hipótese de reclamação e recorreram até ao Supremo Tribunal Administrativo de

alguns despachos ministeriais (casos de Marcelino dos Reis, Pedro Cymbron e Cristóvão da Mota Soares). Outros privados já instalados não reclamaram pelos “direitos adquiridos”, permitindo a entrada de concorrentes, em particular nos primeiros anos (casos da ilha das Flores e Graciosa). No início do processo sente-se mesmo alguma alienação perante o sistema burocrático do condicionamento industrial e a publicitação dos pedidos no Boletim da DGI<sup>155</sup>.

Com a protecção dada a Pedro e José Cymbron em São Miguel e na ilha da Madeira, a José Cristiano de Sousa na ilha do Pico e a Marcelino dos Reis no Continente e na ilha das Flores, segundo o arbítrio dos despachos ministeriais, julgamos estar perante um caso em que o condicionamento industrial limitou a concorrência e funcionou como agente de “corporativização da indústria”<sup>156</sup>; neste caso, a anteceder o ingresso na organização corporativa. Em 1945 o Grémio patronal formaliza e encaixa as figuras que pontificam na nova ordem industrial.

O facto da industrialização não alcançar o conjunto do arquipélago fará dos industriais representados na organização gremial os arautos de um progresso a que a baleação deveria ser rapidamente submetida no imediato pós-guerra. A direcção do Grémio verá com urgência a substituição do sistema de caldeiros por autoclaves de forma a não comprometer a qualidade dos produtos exportados. Por outro lado, o grémio obrigatório herdará uma estrutura pulverizada de armações, sistemas de caldeiros e unidades fabris pouco rentabilizadas que importará concentrar e reorganizar.

#### **3.4. A extensão ao arquipélago da Madeira e Continente.**

A extensão da baleação costeira ao Continente (1942) e ao arquipélago da Madeira (1940) inclui-se nos fenómenos analisados anteriormente: é resultado da expansão de industriais instalados no arquipélago dos Açores, em particular da família Cymbron e de Francisco Marcelino dos Reis; tocada pelo condicionamento industrial, com manifestações específicas nos dois casos. O novo território e clima na ilha da Madeira e a recuperação da baleação costeira no Continente contribuirão para diversificar a evolução tecnológica e o perfil biológico das capturas, com consequências na produção e na própria finalidade da indústria.

O arquipélago da Madeira estivera durante o século XIX longe das rotas dos navios baleeiros que escalavam os Açores. De acordo com Benedita Câmara, da segunda metade do século XIX até à

---

<sup>155</sup> A título de exemplo, José Jacinto Mendonça, das ilha das Flores, escreve a Pedro Cymbron para saber como apresentar reclamações aos pedidos de instalação. Cfr. UABSM, Pasta 2-Capilha 5 “Correspondência Fábrica das Flores 1937 a 1941”.

<sup>156</sup> Trata-se de uma das principais conclusões de J. M. Brandão de Brito, no sentido em que a experiência corporativa portuguesa teria sido artificial, não se fundindo com a sociedade nem com os sectores económicos, e por isso dependeu da intervenção do Estado a resolução dos conflitos de interesses, a disciplina da produção e a concorrência. Cfr. Brandão de Brito, *A industrialização portuguesa...*, p. 318 e ss.

primeira Guerra Mundial a economia madeirense assentou no “peso esmagador” da produção agrícola com sistemas protecionistas da produção de lacticínios e derivados de cana, acompanhado pelo aumento da população<sup>157</sup>. À semelhança dos Açores, a pesca marítima desempenhou um papel residual na actividade económica e com um valor absoluto a decrescer a partir de 1930<sup>158</sup>.

Em Abril de 1938, motivado pelos rumores dos pescadores madeirenses de atum que frequentavam as águas dos Açores, Pedro Cymbron realiza uma visita de estudo à ilha da Madeira, na qual traça um diagnóstico positivo: costas altas, o tempo mais bonançoso que no arquipélago dos Açores e avistam-se baleias e cachalotes ao largo. Pouco depois de consolidada a *União* em São Miguel, Cymbron deseja expandir a empresa à Madeira ou, na impossibilidade dos sócios aceitarem, fazê-lo a título individual. Contacta Marcelino dos Reis que prontamente se dispõe a colaborar e contactar Simplício Passos Gouveia, piloto do porto do Funchal. Segue-se um processo criativo em que Passos Gouveia dirige as operações de aquisição de terrenos e os pedidos à Alfândega, Obras Públicas, Junta Geral, e coordena a actuação dos primeiros vigias. No Verão de 1940 os primeiros caldeiros fixam-se junto à foz da Ribeira da Janela, dada a impossibilidade de os montar no Porto Moniz, junto ao cais de embarque, por questões de higiene pública. Objecções contrárias a práticas comuns no arquipélago dos Açores. Talvez movidos pela alta expectativa, os primeiros baleeiros embarcaram precocemente de São Miguel em Agosto de 1940, acompanhados pelo responsável das operações terrestres nas Capelas, Eleutério dos Reis<sup>159</sup>.

Mais uma vez, é na análise do processo administrativo que encontramos as formas de intervenção do Estado e os problemas inerentes. A autorização do Ministério da Marinha para o exercício da “pesca da baleia” é concedida a 22 novembro de 1940 por um período experimental de dois anos e com a aplicação do Regulamento da pesca em vigor nos Açores dada a utilização dos mesmos métodos<sup>160</sup>. Em 1942 o período experimental é prorrogado até 31 de Dezembro de 1944. Da outra parte, a DGI autoriza Pedro Cymbron a instalar caldeiros em Abril de 1940, antes da concessão de licença de pesca. É sintomático que entre 1940 e 1945 seja sempre Pedro Cymbron a apresentar os pedidos de instalação, transferência, ampliação e prorrogação de prazos, além das várias reclamações, sendo todos autorizados, beneficiando da boa reputação junto das instituições. É também evidente o circunstancialismo na tomada de decisões da DGI: enquanto em São Miguel a *União* reclama dos concorrentes alegando as formas retrógradas com que desejam instalar a indústria, na Madeira Pedro

---

<sup>157</sup> Cfr. Câmara, Benedita, *A economia da Madeira (1850-194)*. Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2002, pp. 303-308.

<sup>158</sup> Cfr. Santos, Filipe dos, “A pesca na história da Madeira: Estado dos Conhecimentos e Problemáticas futuras de Análise”, in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, nº 2, pp. 372.

<sup>159</sup> Para a caracterização de todo o processo, cfr. UABSM, Pasta 15-Capilha 1 “Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira Lda-1939 a 1942”.

<sup>160</sup> Cfr. o despacho ministerial nos termos do parecer nº 63 de 5 de Novembro de 1940. DGRM, Fundo Direcção de Pescarias, *Código 23 – Pesca da Baleia (1930-1945)*.

Cymbron é autorizado à instalação experimental do mesmo sistema artesanal. De resto, a concordância dos deferimentos do condicionamento industrial e das licenças da Marinha faria supor um processo linear, mas este será afectado pela extensão das licenças à ilha de Porto Santo. Autorizado desde 1941 pela DGI a instalar caldeiros em Porto Santo, Pedro Cymbron estava autorizado pela Marinha a exercer a pesca apenas na ilha da Madeira. A Comissão de Pescarias, num parecer relatado por Vasco d' Orey, reclama com veemência a autorização unilateral do Ministério da Economia, alegando que “se o ministério da Marinha entendesse que não devia autorizar o requerente a caçar cetáceos naquela área, os capitais investidos na oficina seriam perdidos”<sup>161</sup>. E no entanto, apesar da extensão da concessão a Porto Santo poder induzir um incómodo regime de exclusividade, acaba por deferir o pedido, em 1945, demonstrando a prevalência das decisões da DGI .

As hipóteses de baleiar na Madeira, num contexto de valorização do óleo de cachalote, provocaram uma verdadeira corrida especulativa de pedidos para novas instalações. Entre Março de 1942 e Março de 1945 surgiram quatro requerentes de novas instalações, mais dois para instalações de refinação e tratamento das massas de espermacete<sup>162</sup>. Com a habilidade de engenheiro-gestor, Pedro Cymbron desfere novos argumentos nas reclamações enviadas à DGI, atento aos direitos adquiridos no subsector e carregando o exemplo da *União* em São Miguel<sup>163</sup>. Como resultado, todos os novos pedidos submetidos ao condicionamento industrial serão indeferidos. Já em 1948, com o Grémio constituído, a concorrência indesejável será o principal argumento dos pareceres da organização corporativa na oposição ao pedido de exercício da pesca pela *Empresa Industrial de Porto Santo Lda.* ao Ministério da Marinha <sup>164</sup>. Em novo território, sublimavam-se os interesses instalados e os mecanismos, sob cobertura do Estado, para a sua defesa.

Com a anulação prévia da concorrência e esclarecida a posição de Marcelino dos Reis no novo empreendimento, a Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira (EBAM) constitui-se em Dezembro de 1944 com José Cymbron como gerente e acionista principal e Pedro Cymbron, Passos Gouveia e Marcelino dos Reis como restantes accionistas.

Seguiram-se outras dificuldades próprias da instalação de uma nova indústria: como a licença de pesca só foi atribuída em Novembro de 1940, os baleeiros de São Miguel não puderam exercer

---

<sup>161</sup> Cfr. processo em DGRM, Fundo Direcção de Pescarias, *Código 23 – Pesca da Baleia (1930-1945)*.

<sup>162</sup> Cfr. Anexo V.

<sup>163</sup> Veja-se o exemplo da reclamação apresentada em 1945 contra o pedido de instalação de uma fábrica de José Cristiano de Sousa na ilha da Madeira. Entre outros argumentos, a luta no mar fazia baixar o nr. de capturas, como demonstra com médias de S. Miguel e Madeira; os prejuízos da concorrência cairiam sobre o pessoal, porque na Madeira é onde o custo de produção é mais elevado. José Cristiano já tinha reclamado contra José Cymbron para a instalação da desodorização de óleos no Faial. Desfaz as dúvidas sobre a indefinição de ilhas, referindo que estão no Norte e Sul da Madeira e com tentativas em Porto Santo. Revela como precedente e trunfo o facto de na ilha do Corvo ter sido indeferido um pedido por ser zona de influência de armação nas Flores. Cfr. a cópia da reclamação enviada à DGI em UABSM, Pasta 15-Capilha 2 “Empresa [...] 1943 a 1949”.

<sup>164</sup> A empresa queria caçar baleias-de-barbas e hidrogenar o óleo. Cfr. *Comissão de Estudo...*, pp. 43-44.

durante o Verão e pediram para regressar à ilha a tempo do Natal; confrontado com a deslocação de baleeiros das Capelas para a Terceira, pelo generoso convite de Cristóvão da Mota Soares, com dificuldades em que a *União* ou Marcelino dos Reis disponibilizassem material e pessoal para a nova área de baleação, Cymbron vê-se obrigado a contratar baleeiros das Lajes do Pico para a temporada seguinte. Apesar do aumento dos custos de produção que deriva da deslocação dos marítimos e vigias, o sucesso das campanhas experimentais de 1941-43 representa o triunfo da extensão à Madeira. O clima e o estado do mar permitem capturas ao longo de todo o ano. Os baleeiros açorianos serão progressivamente substituídos por madeirenses. Em 1942 a investida já pareceria irreversível com as primeiras vendas de óleo, o alargamento à costa Sul e as tentativas em Porto Santo mais a autorização para a instalação de uma fábrica de aproveitamento integral.

A modernização das instalações será lenta e gradual, primeiro com a utilização de guinchos mecânicos e pequenos autoclaves e só mais tarde com a construção de uma unidade fabril. Os fracos resultados da exploração em Porto Santo ditarão o abandono; a indústria concentrar-se-á progressivamente na área Sueste da ilha, no Caniçal, com a utilização temporária da Deserta como zona de vigia.<sup>165</sup>

À semelhança da *União* micaelense, e até por reprodução, a baleação costeira na Madeira desenvolve-se com um planeamento e execução sistemáticos, elaborado em minuciosas contas de laboração e avaliação dos esforços de pesca, como se depreende nos relatórios, sobressaindo o novo perfil gestor de José Cymbron<sup>166</sup>. Práticas muito distintas da forma errática em que se instalara a pesca nos grupos central e ocidental dos Açores nas últimas décadas do século XIX e sintomáticas do desenvolvimento interno de uma *industria-reliquia*.

Quais seriam então os novos traços distintivos? Além de romper com a sazonalidade, a baleação madeirense demonstrará índices de eficiência muito superiores à baleação açoriana. O sucesso e rápida autonomização na Madeira criará alento para a expansão da indústria a outras paragens fora das Ilhas Adjacentes. Na segunda metade dos anos 50, a motorização das canoas alterará o modo da pesca. Mas ainda que se assinale a existência de outras espécies de baleias, o cachalote será praticamente a única espécie capturada<sup>167</sup>. Não há, portanto, qualquer alteração substancial ao tipo de produção, podendo considerar-se uma extensão da exploração nos Açores.

---

<sup>165</sup> Cfr. as múltiplas informações nos relatórios anuais submetidos à Direcção das Pescarias. DGRM, Fundo Direcção de Pescarias, *Código 23 – Pesca da Baleia (1930-1945)*; *Código 11 – Pesca da Baleia (1949-1955)*.

<sup>166</sup> A partir de 1946 José Cymbron estará instalado em Lisboa a gerir a EBAM e a comercializar os produtos das empresas de São Miguel e Madeira. Será membro da Direcção do Grémio e presidente da Cooperativa dos Armadores a partir de 1947. Para uma cronografia da constituição da EBAM, cfr. Cymbron, A., *ob.cit.*, pp. 151-164.

<sup>167</sup> Para uma análise das capturas até à primeira meados dos anos 50, sob o princípio de analisar possibilidades de “sobrepesca”, contemporâneo dos estudos de Robert Clarke, cfr. Capturas de cachalote ao largo da ilha da Madeira, de 1947 a 1954, e suas características biológicas”, *Boletim da Pesca*, nº 50, Março de 1956, pp. 69-83.

Naquilo que especialmente nos interessa – a identificação das empresas industriais e dos actores privados por detrás da industrialização e da limitação da concorrência pelo Estado – a Madeira representa a consolidação do grupo familiar Cymbron, com o ascenso de José Cymbron a um cargo directivo, o que também legitimará a sua presença nos corpos gerentes do futuro Grémio patronal. De resto, a articulação com Marcelino dos Reis, não isenta de dificuldades, revela uma certa concertação. No final da Guerra, esta concertação pareceria possível na direcção do Grémio e na cartelização das vendas para exportação.

### 3.4.2. Continente.

Francisco Marcelino dos Reis assegurava a preponderância na indústria quando decidiu tentar a exploração no Continente. Membro das empresas industriais de São Miguel e do Faial, proprietário da Fábrica das Flores e de armações no grupo central, importador dos maquinismos de aproveitamento integral do cachalote, seria aos olhos das instituições o autor e fundador das transformações em curso<sup>168</sup>. Instituições governadas por pessoas que conheceu e junto de quem interferiu nos processos de condicionamento industrial. Predomínio que se manifestava, talvez com o maior vigor, no negócio de exportação do óleo que em tempos de guerra exigira peso e influência na concessão dos *navicerts*. Marcelino parece ter convertido esta contingência em seu proveito, dirigindo grandes operações de venda de óleo por coligação de todas as empresas industriais.

No perfil empresarial ou organizacional, a derivação de Marcelino para a costa continental abarca duas mudanças: a centralização das várias participações espalhadas pelas Ilhas Adjacentes numa poderosa firma comercial, a quem será concedida a exploração; e a entrada de novos sócios metropolitanos, ligados ao sector da metalurgia, cativados pela nova orientação do negócio da baleação costeira<sup>169</sup>. Neste segundo ponto, Marcelino intensifica a relação com a Alfredo Alves&C<sup>a</sup>, principal fornecedora dos maquinismos de processamento integral do cachalote desde que se interrompera a importação dos modelos noruegueses. Associação estreita que permitia em tempos de guerra lançar um novo apetrechamento industrial sem depender da importação de maquinismos e estimular o sector metalúrgico existente. É mesmo de supor a intervenção do novo sócio Carlos Garcia Alves, vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa e membro do Conselho Superior da Indústria<sup>170</sup>, no processo de concessão do alvará de exclusividade a Marcelino. Mas antes teremos que compreender o alcance das novas propostas, começando pelos seus antecedentes.

---

<sup>168</sup> Cenário referido pelo próprio em *Francisco Marcelino dos Reis, Lda*. Lisboa, 1955, p. 4.

<sup>169</sup> Cfr. a escritura de Francisco Marcelino dos Reis Lda. publicada no *Diário do Governo*, III Série, nº 234, de 7 de Outubro de 1944.

<sup>170</sup> Carlos Garcia Alves (1898), engenheiro electrotécnico e mecânico formado na Universidade de Toulouse, industrial metalúrgico, foi vice-presidente e presidente da Associação Industrial Portuguesa. Procurador à Câmara Corporativa de 1953 a 1969 como representante do Grémio dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Sul. Terá assento no

Desde o século XI que se desenvolvera a baleação costeira no reino português, razão pela qual, sob uma perspectiva algo historicista, a Comissão Central de Pescarias alegava a importância de fazer reviver uma das indústrias mais antigas de Portugal<sup>171</sup>. Mas a pretensão de Marcelino dos Reis tinha um precedente mais recente, e polémico, como fora a instalação montada por uma companhia norueguesa na península de Tróia entre 1925 e 1927. Segundo a retrospectiva do antigo capitão do porto de Setúbal, a *Sociedade Portuguesa de Cetáceos* - na realidade composta por técnicos e equipamentos noruegueses - efectuou na Primavera de 1925 uma temporada experimental com três *catchers* a vapor e a fábrica flutuante *Professor Gruvel* ao largo da costa sadina. Os resultados animadores da primeira época - que incluíram a distribuição de carne de baleia-de-barbas para os mercados de Lisboa - levaram ao avultado investimento numa instalação moderna em Tróia com mais de 20 autoclaves, geradores a vapor, uma central eléctrica e um cais acostável que ocupava 320 metros de frente marítima<sup>172</sup>. Em 1926 foram capturadas 248 baleias e no ano seguinte as capturas desceram para apenas 178<sup>173</sup>. Nesse curto período, as autoridades marítimas receberam queixas dos marítimos e da população local, fosse porque a pesca afugentava a sardinha ou porque a exploração dos recursos estava nas mãos de estrangeiros. No final de 1927 a actividade foi abandonada. Com os resultados aquém do esperado, o antigo Capitão atribuía a principal responsabilidade ao desleixo do pessoal português que, sob a sua pressão, a companhia tivera que matricular<sup>174</sup>. Na análise historiográfica norueguesa, porém, outras causas são imputadas: o fracasso somava-se às tentativas do primeiro pós-guerra de instalar novas estações costeiras norueguesas na Península Ibérica, com a exploração intensiva do pequeno *stock* de baleia-comum a frequentar essas águas, reduzido rapidamente a poucos indivíduos<sup>175</sup>.

Contra a ingerência dos capitais estrangeiros e sobre os escombros das malogradas tentativas norueguesas, Marcelino dos Reis expõe ao ministro da Marinha as condições a que devia obedecer a nova instalação: colocação experimental de vigias nas Berlengas e no Cabo de São Vicente; desenvolver a pesca com duas ou três embarcações com canoas a bordo, utilizadas na aproximação e na caça com o arpão manual; instalar em terra inicialmente o sistema de caldeiros e entregar os resíduos para farinhação; numa segunda fase, instalar uma fábrica central para produção de óleos e

---

Conselho Superior de Indústrias, na Comissão Reguladora de Comércio de Metais e no Conselho de Administração da Companhia Reunidas de Gás e Electricidade. Apoiará a instalação da indústria siderúrgica em Portugal.

<sup>171</sup> Cfr. Parecer nº 14 de 11.02.1942. DGRM, Fundo Direcção de Pescarias, *Código 23 – Pesca da Baleia (1930-1945)*.

<sup>172</sup> Lopes, José Vicente, “A indústria de caça de cetáceos nas costas de Portugal”, em *Anais do Clube Militar Naval*, LXVIII, 1938, pp. 167-186 e 359-381.

<sup>173</sup> Do total dos dois anos, segundo as estatísticas oficiais, foram capturados 55 cachalotes e 372 baleias-comuns, mais um não identificado.

<sup>174</sup> Lopes, J. Vicente, *art. cit.*, pp. 363-364.

<sup>175</sup> Cfr. *History of Modern Whaling*, p. 321 e ss.; e ainda Hansen, Felipe Valdés, *Los Balleneros en Galicia (siglos XIII a XX)*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2010.; e Aguilar, A. y Sandberg, O. R. “Norwegians in Iberia. The Compañía Ballenera Española (1914-1927) in *Whaling and History IV*. Chr. Christensens Hvalfangstmuseum, Sandefjord (Noruega), 2013. Agradeço a Alex Aguilar ter-me facultado o acesso à comunicação que aguarda publicação.

farinhas, auxiliada por duas pequenas só com produção de óleo em autoclave, replicando as plantas industriais em montagem nos Açores. Com este plano, o industrial demarcava-se dos anteriores “grandes equipamentos” em Tróia ou do avultado investimento numa fábrica flutuante, apostando em condições modestas mas prometedoras, já ensaiadas, destacando a sua idoneidade<sup>176</sup>. Em 1941, na correspondência particular com o vogal da Comissão Central de Pescarias Abílio Espírito Santo, Marcelino explicitava o desejo de vender a carne de baleia ao público ao baixo preço de 3\$80/Kg, podendo suprir em parte a carestia de carne e de peixe fresco e seco que se notava durante a Guerra<sup>177</sup>. Por sua vez, a própria Comissão, ciente da diferente modalidade que Marcelino anunciava, desenvolve um original projecto de bases, por oposição à extensão que fizera do velho regulamento da “pesca da baleia” ao arquipélago da Madeira. Nele estabelece um sistema de concessão de *licenças especiais* que determina a divisão da costa em zonas de pesca e a instalação exclusiva de uma armação em determinada zona, acumulável com outras, desde que a concessionária assegure a instalação de vigias na(s) zona(s) concessionadas. Mais uma vez, o escrutínio da poderosa Comissão, habituada a dirimir os conflitos do exercício de pesca, demonstrava relutância em admitir um sistema de exclusividade, embora na realidade se pudesse subordinar a ele – e ao que viria decretado por via do condicionamento industrial.

Além do processo administrativo de regulação de uma nova pesca, o que estava em causa era a instalação de uma nova indústria alimentar, em pleno conflito mundial, ligada ao abastecimento público e a depender exclusivamente de matérias-primas e capitais nacionais. Por um lado, dominavam então os sistemas de controle da produção agrícola e respectivo racionamento por via de requisições e declaração de manifestos, tarefas impopulares que a organização corporativa assumira como executora e que lhe custarão a credibilidade no imediato pós-guerra<sup>178</sup>. Sob o princípio de manter a normalização da produção na “economia de guerra”, o Estado permitira a multiplicação de instituições para a regulação político-administrativa das actividades económicas e das relações sócio-laborais; mantendo a ordem, sem aproveitar a conjuntura para introduzir novas reformas<sup>179</sup>. Por outro lado, os bloqueios económicos, a dificuldade de importação de bens de equipamento e a possibilidade de fornecer o mercado interno mobilizam os industrialistas que vêm na Guerra uma oportunidade. A nomeação de Ferreira Dias como Subsecretário de Estado do Comércio e da

---

<sup>176</sup> Cfr. a exposição ao Ministro da Marinha de 30.07.1941. DGRM, Fundo Direcção de Pescarias, *Código 23 – Pesca da Baleia (1930-1945)*.

<sup>177</sup> Cfr. Carta de 24.09.1941. DGRM, Fundo Direcção de Pescarias, *Código 23 – Pesca da Baleia (1930-1945)*.

<sup>178</sup> Sobre esta questão, cfr. Rollo, M. Fernanda, *Desmandos da organização corporativa e reencontros do Corporativismo no rescaldo da II Guerra. O Inquérito à Organização Corporativa em 1947* in *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra, Almedina, 2012, pp. 191-227. A autora conclui que apesar da relevante autocrítica do modelo corporativo no referido Inquérito (uma “estratégia de risco”), a ordem corporativa sairia reforçada e de certa forma desculpabilizada pelas contingências de Guerra.

<sup>179</sup> Avelãs Nunes, J. P., *art. cit.*, p. 174.

Indústria em 1940 abre espaço a projectos de fomento e reorganização industrial que terão a sua aplicação só no pós-guerra<sup>180</sup>.

Ainda que as fontes consultadas nada explicitem sobre a sensibilização política para o projecto de Marcelino dos Reis, a aplicação do exclusivo ao aproveitamento dos cetáceos na Metrópole talvez resultasse da apreciação do seu inegável voluntarismo ou de iniciativas isoladas como a instalação de uma estação hidroeléctrica na ilha das Flores.

A 28 de Novembro de 1942, o Alvará nº 3 aprovado pelo Conselho de Ministros concedia o exclusivo por dez anos a Marcelino dos Reis. As instalações definitivas obrigavam à construção de três armazéns frigoríficos com capacidade suficiente para regularizar a distribuição da carne de baleia pelo país. Devia também cumprir as medidas proteccionistas da “economia nacional”: transferir a autorização para uma sociedade com capital 100% português; consumir combustíveis nacionais (carvão e madeira) e preferir os produtos nacionais; e não pagar salários inferiores a 15\$. Com uma generosidade mínima, reservara-se à tutela da Marinha a autorização das espécies a capturar e a supressão do exclusivo caso houvesse uma redução sensível do número de cetáceos<sup>181</sup>. Com a garantia do exclusivo e a reserva ao investimento de capital português, Marcelino enquadrava a pequena indústria baleeira nos propósitos de fomento e reorganização industrial em construção por Ferreira Dias<sup>182</sup>.

Na realidade, as três novas indústrias alimentares concessionadas durante a Segunda Guerra<sup>183</sup> - aproveitamento de cetáceos, hidrogenação de óleos e fabrico de margarinas - estavam estreitamente interligadas. O aproveitamento de cetáceos implicava a distribuição de carne das baleias-de-barbas para o consumo humano e a extracção de óleos; a hidrogenação era o processo tecnológico necessário à aplicação do óleo na produção de margarinas, sendo essa, como vimos, a principal alteração tecnológica que sustentou o crescimento da indústria baleeira mundial na primeira metade do século XX. O aproveitamento da carne, pouco divulgado pela indústria no Antártico, seria para Marcelino um modelo evoluído com menores encargos<sup>184</sup>.

A subcomissão da Direcção de Pescarias revela os primeiros acertos da iniciativa: os vigias das Lajes do Pico, instalados em Viana do Castelo, nas Berlengas, no Cabo Espichel e no Cabo São Vicente, avistaram sobretudo baleias-comuns ao largo da costa portuguesa. A proximidade de Lisboa e a maior frequência de cetáceos a Sul do Cabo Espichel determina a preferência pela região sadina.

---

<sup>180</sup> Sobre a assunção da política industrial em tempos de guerra, Cfr. Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra...*, pp. 193 e ss.

<sup>181</sup> cfr. Alvará nº 3 publicado no BDGI.

<sup>182</sup> O protecționismo não era só aduaneiro. A lei 1:994 de Nacionalização de Capitais previa, em 1943, a reserva de capital português para sectores estratégicos. cfr. Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra...*, p. 207 e ss.

<sup>183</sup> *Idem*, p. 219.

<sup>184</sup> *Francisco Marcelino dos Reis, Lda*. Lisboa, 1955, p. 5

As instalações deveriam situar-se na margem direita do Sado, por onde se poderia abastecer de carne fresca a cidade de Lisboa em apenas 12 a 15 horas. Com a dificuldade em adquirir embarcações no estrangeiro, adaptaram-se duas traineiras com a instalação de canhão-arpão nas proas reforçadas. Sem mais objecções, as bases estariam lançadas<sup>185</sup>. Em Outubro de 1943, a memória descritiva das instalações correspondia mais à singeleza das condições apresentadas ao Ministério da Marinha do que à importância que o investimento tinha para o “interesse nacional”, como fazia supor o alvará de exclusividade<sup>186</sup>. Os primeiros anos de faina estarão marcados pelo número baixo de capturas e pelo elevado número de baleias perdidas depois de arpoadas, revelador da incipiência de meios perante a tentativa de não depender dos materiais e mão-de-obra especializada. A influência da baleação sobre os *stocks* de sardinha volta a ser levantada pelos pescadores sadinos levando a Comissão de Pescarias a sugerir a suspensão das capturas nos últimos meses do ano<sup>187</sup>. É na produção que encontramos as maiores novidades: entre 1946 e 1952, as instalações de Setúbal produziram óleos de baleias-de-barbas, vendidos à Fábrica Imperial de Margarinas (FIMA), farinhas e carne fresca para consumo e para conserva, precedendo a tendência de novos aproveitamentos da indústria baleeira do pós-guerra<sup>188</sup>.

Mas sobre a modéstia das capturas e da produção, nunca superada, , podemos sugerir duas interpretações: ou Marcelino dos Reis, pela sua credibilidade e experiência conseguiu mobilizar os interesses plurais da indústria e da pesca com a promessa de bons resultados; ou o esforço de autarcia se cobriu de irracionalidade, na tentativa de acrescentar meios de subsistência de execução rápida e baixa tecnologia na conjuntura de Guerra. As décadas precedentes haviam mostrado em todo o Mundo, e também no continente europeu, a fragilidade e enorme risco da exploração intensiva das bases costeiras, mas talvez não fosse perceptível essa realidade. De qualquer forma, tudo indica que a intervenção estatal na concessão do exclusivo não se estendeu à concessão de crédito público nem à

---

<sup>185</sup> Cfr. o relatório da subcomissão que acompanhou a instalação em 1942. DGRM, Fundo Direcção de Pescarias, *Código 23 – Pesca da Baleia (1930-1945)*.

<sup>186</sup> A memória descritiva incluía uma rampa de varagem dos cetáceos e plataforma de esarteamento mais um alpendre com os caldeiros de extracção e maquinismos de preparação da carne para distribuição. Só mais tarde a firma de Marcelino será autorizada a completar o apetrechamento. Cfr. o projecto de construção arquivado no Arquivo Distrital de Setúbal; para a ampliação da capacidade produtiva, cfr. o Anexo V.

<sup>187</sup> O assunto estava a ser estudado por Alfredo Magalhães Ramalho. Cfr. a sua introdução à “Caça de Baleias” na *Estatísticas das Pescas...*, 1944, p. 23; e as observações feitas ao “estrénuo e enérgico” armador, por Carlos P. M. De Sousa Bentes, na mesma publicação no ano seguinte (p. 28). Com a utilização de 3 *catchers* e um navio de apoio em 1945, com tonelagem total de 256 toneladas, a frota de Marcelino dos Reis representava 62 % do total da tonelagem das ilhas Adjacentes – composta exclusivamente de lanchas a motor e canoas armadas em madeira.

<sup>188</sup> Segundo o próprio, “a carne que se obteve dos cetáceos [...] foi vendida ao público a 8 Escudos o Kilo, com excepção da que se aplicou à conserva que teve consumo no País e no estrangeiro”; “até princípios de 1949 a FIMA adquiria à Firma Francisco Marcelino dos Reis Lda óleo de baleia com a acidez máxima de 2% que ultimamente pagava a 7\$50 0 kilo posto nas suas instalações de Sacavém”. Por outro lado, a publicação *Conservas de Peixe* assinala, em artigos dispersos, o interesse sectorial nas novas conservas de carne de baleia [Cfr. “Fontes impressas”]. Cfr. Anexo XII com a produção da exploração continental.

participação directa do Estado, como noutras situações, pelo que qualquer insucesso não reverteria em prejuízo directo das contas públicas<sup>189</sup>.

A entrada fugaz da baleação na indústria alimentar acaba por ser o elemento mais distintivo. A baleia como recurso marinho iguala outros recursos piscícolas dentro das lógicas de abastecimento interno e de redução de dependência das importações. A retórica legitimante está ancorada na compensação às disponibilidades pecuárias do país através do abastecimento de carne de baleia. Resta perceber, porquanto a nossa análise poderá ser inconclusiva, em que medida esta entrada no mercado interno constituiu, ou não, um motivo adicional à integração da baleação na organização corporativa das pescas em 1945. Outra novidade importante e por sinal bastante paradoxal: com a utilização de *catchers* e captura de baleias-de-barbas, supera-se o estatuto de *indústria reliquia* e equipara-se a indústria à tecnologia do Antártico; permitindo, contudo, colocar os produtos no mercado interno, até então vedado, dada a especificidade das capturas de cachalote e a concorrência sofrida por outros óleos coloniais não comestíveis. Afinal, o investimento de Marcelino dos Reis no Continente terá tanto arrojo quanto dose de risco, e à inicial mobilização de interesses sucederá, no final da década, uma profunda crise derivada da sua insustentabilidade.

\*

A encerrar este capítulo, propomos a síntese de alguns elementos fundamentais. Excluímos o condicionamento industrial, sobre o qual já tecemos alguns comentários conclusivos.

Em primeiro lugar, é de notar que a segunda Guerra Mundial, ao desempenhar um papel fundamental na sobrevalorização do óleo de cachalote, não será o elemento impulsionador da fase industrial da baleação. Os projectos de instalação do processamento integral começam antes e devem-se, no aspecto económico ou de investimento, à evolução que a indústria global sofre depois da recuperação da Grande Depressão no início da década de trinta, aumentando a procura do óleo e estimulando o aumento das capturas e produção açorianas; no aspecto técnico, ao contacto com os subprodutos da indústria das conservas de peixe e ao enlace a Pedro Cymbron, numa primeira fase de planeamento, e de importação de bens de equipamento ao sector metalúrgico do Continente, numa segunda fase de execução.

A composição das primeiras empresas industriais é por isso um processo anterior ao furor especulativo da Guerra. As empresas em São Miguel, no “Cais do Pico” e no Faial incluem parte dos tradicionais armadores, profissionais liberais e funcionários da administração regional. Nas gerências distingue-se um grupo restrito e influente sobre o território: José Cristiano de Sousa nas ilhas de São

---

<sup>189</sup> Nos anos 50, em ambiente de crise, Marcelino dos Reis vai reclamar o “crédito pessoal” e responsabilidade da iniciativa. Cfr. *Francisco Marcelino dos Reis Lda...*, p. 1.

Jorge, Terceira e Graciosa, além da ilha do Pico; Marcelino dos Reis no Continente, na ilha das Flores e no Faial; Pedro e José Cymbron nas ilhas maiores, São Miguel e Madeira. No sul da ilha do Pico, bastião de resistência das pequenas armações ao fomento industrial, a que o Estado não foi insensível, a industrialização será *sui generis*, tardia e resolvida com a entrada de capital estranho à indústria, movimento que a organização corporativa não soube conter. Finalmente, em 1944, a *Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira* e a *Francisco Marcelino dos Reis Lda.* evidenciam um perfil diferente, com a concentração em poucos accionistas capazes de capitalizar grandes investimentos. Com elas compõe-se o triângulo Açores/Madeira/Continente que coincidirá com a integração patronal na organização corporativa e se reflectirá nas directrizes dos planos reformistas por ela gizados. Mas até então, o impulso industrial poderá ser atribuído às “forças vivas” da iniciativa privada. Não houve investimento estrangeiro e só ocasionalmente participaram técnicos estrangeiros no apetrechamento industrial<sup>190</sup>.

Os estabelecimentos industriais preconizam um modelo de concentração vertical da pesca e da indústria, com excepção na ilha das Flores. Em alternativa à compra da matéria-prima ao produtor, as fábricas recebem as capturas, processam e comercializam os produtos, deduzindo pela laboração uma parte das receitas. Por via da nova transformação, os industriais ganham também terreno nas operações comerciais, arredando baleeiros e armadores. No entanto, dada a dispersão geográfica, a resistência de algumas armações tradicionais e o licenciamento de sistemas artesanais, nem toda a pesca será inicialmente incluída neste modelo.

A morosidade dos processos de condicionamento industrial e a difícil importação de maquinismos estão entre os principais factores de uma lenta industrialização. O pleno aproveitamento integral tardará até à segunda metade dos anos 50. A prioridade clara foi a instalação de autoclaves capazes de produzir óleo de melhor qualidade. Com a crise comercial de 1948-1950 ficará a descoberto a excessiva dependência da exportação deste produto.

Se antes da construção das primeiras fábricas o problema centrava-se no desperdício, agora havia o problema de conseguir matéria-prima suficiente para manter a capacidade de laboração. Já em 1946 Mousinho de Figueiredo referira o “esbanjamento de equipamento industrial”; quase uma década depois, o engenheiro Mota Furtado ainda procurava várias soluções para um melhor uso da capacidade de laboração<sup>191</sup>.

---

<sup>190</sup> Cfr. o pedido de registo de patente nr. 29.376, de Alfred Fladmark, engenheiro que esteve em contacto com Pedro Cymbron e Marcelino dos Reis. *Boletim de propriedade industrial* n.º 12, de 16 de outubro de 1952. Por outro lado, as *Remidas do Cais do Pico* vão contratar o engenheiro austriaco Ludwig Konstandt para instalar em 1951-1952 os mecanismos de fabrico de farinhas. Cfr. a longa documentação trocada sobre o assunto em ABR, Pasta 1/2 (1952).

<sup>191</sup> Figueiredo, Mousinho, *Introdução ao Estudo...*, pp. 161 e ss; e Furtado, J. C. Da Mota, “Da indústria baleeira e sua projecção na agricultura”, Separata do *Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais*, Ano 5, n.º 233-238, 1953.

A permanência dos sistemas de caldeiros, muitos autorizados durante o conflito mundial, comprometia o bom desempenho das empresas industriais. Em certos casos, como no grupo oriental (S. Miguel e Santa Maria), a instalação de unidades fabris e novos caldeiros é contemporânea, e consentida pelo Estado, que protege grandes e pequenos investidores que não questionem os equilíbrios sociais. O problema não se colocava apenas no fornecimento de matéria-prima às fábricas mas também na disparidade da qualidade dos óleos destinados à exportação, muitas vezes agrupados em grandes lotes para fazer frente à economia de escala e às contingências do transporte marítimo.

E sobretudo, as novas unidades fabris não introduziram alterações significativas na organização e nos métodos da pesca. A sazonalidade, as arreadas improdutivas<sup>192</sup>, a fragilidade das canoas e das capturas com lanças e arpões, os limites dos vigias às 30 milhas, a insegurança dos marítimos na faina e nos sistemas de pagamento de “soldadas”, nada se alterou em profundidade. Entre 1930 e 1955 manteve-se um elevado número de armações, entre 26 e 30, dispersas pelas Ilhas Adjacentes, em particular no grupo central açoriano, algumas com apenas três embarcações<sup>193</sup>. O apetrechamento marítimo, particularmente na construção de lanchas a motor segundo modelos já existentes, concentrou o investimento dos capitais resultantes das vendas de óleo durante o pós-guerra. Neste sentido, os modelos de concentração vertical da pesca e da indústria não chegaram a implicar a modernização das frotas e dos métodos de captura e avistamento.

---

<sup>192</sup> A título de exemplo, em S. Miguel, entre 1938 e 1954 as arreadas improdutivas foram na ordem dos 34,5 %, sem uma evolução clara ao longo dos anos. Cfr. *A fase industrial...*, p. 197 [Reprodução de gráfico do *Relatório de Gerência* de 1954].

<sup>193</sup> Cfr., respectivamente para o início da década de quarenta e para 1955, os Anexos II e IV.

## **4. A pesca e indústria baleeira no pós-guerra: a actuação do Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia.**

### **4.1. A integração da baleação na organização corporativa das pescas.**

Ao longo deste capítulo centraremos a análise na actuação do organismo primário em que foi enquadrada a baleação costeira. Como introdução e sem pretensão de contribuir para o debate teórico sobre o(s) corporativismo(s), registamos apenas as linhas gerais assinaladas nos últimos anos pela historiografia portuguesa<sup>194</sup>.

#### **4.1.1 O corporativismo como regime.**

O Corporativismo apresenta-se como fórmula e síntese de dois sistemas de organização social, o capitalismo liberal e o socialismo. Na realidade, não repudia as instituições magnas do sistema capitalista, a propriedade e a iniciativa privadas, mas propõe uma alternativa económica, social e cultural que supere a crise das instituições liberais; enquanto fórmula superior de resolução dos conflitos de interesses privados e das relações entre o “capital” e o “trabalho” com a convergência para a defesa de equilíbrios macroeconómicos que substituam a regulação pelos mercados. No caso da teorização do “corporativismo português” que nasce no vazio ideológico da Ditadura Militar, a construção de modelos revela várias influências, desde a procura pelas corporações do Antigo Regime associadas ao catolicismo social, ao nacionalismo e integralismo, com as ideias de intervenção do Estado na vida individual e colectiva formuladas na doutrina do fascismo italiano<sup>195</sup>.

Por outro lado, a crise capitalista internacional de 1929 e a crise do pensamento económico liberal desde o final da Grande Guerra poderão ter motivado ao Estado Novo em construção, como a outros regimes de natureza autoritária em ascensão na Europa, a reacção pela intervenção do Estado nas relações económicas e sociais, contando com a intermediação corporativa. Neste sentido o “corporativismo português” teria também um carácter estrutural, de sistema económico capitalista reordenado pelo Estado que aspira a uma economia nova. A reconstrução autoritária seria elaborada por um processo de institucionalização da “economia nacional corporativa”<sup>196</sup>.

Ainda que não tenha produzido grandes resultados, desenvolveu-se um debate entre dois modelos de “corporativismo de associação” e “corporativismo de Estado”. O primeiro consagrava a autodirecção da organização corporativa como entidade semiautónoma dos poderes públicos com capacidades de regulação económica. Neste sentido o Estado manteria uma postura liberal apenas

---

<sup>194</sup> Cfr. os estudos citados no 1º capítulo.

<sup>195</sup> Cfr. a entrada “corporativismo”, da autoria de J. M. Brandão de Brito, em Rosas, Fernando e Brito, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*. 2 Vols. Lisboa, Círculo dos Leitores, 1996, pp. 216-224.

<sup>196</sup> Cfr. Garrido, Álvaro, “Contexto, fundamentos e lógica de construção da Economia Nacional Corporativa”, in *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra, Almedina, 2012, pp. 143-164

com moderação económica na instalação e agrupamento das corporações. A cooperação económica entre produtores e a colaboração solidária entre classes pretendia-se orgânica e permanente. Por sua vez o “corporativismo de Estado” implicaria a promoção dos agrupamentos de cooperação económica e social para implantar a ordem corporativa segundo o princípio de defesa do “interesse nacional”; o que à partida revela desconfiança sobre as capacidades e intenções da iniciativa privada. Como vários autores já referiram, a Constituição de 1933 e o Estatuto do Trabalho Nacional de 1934 já estabeleciam princípios de intervenção do Estado através da regulação corporativa e de responsabilidade na instalação da ordem corporativa. No caso das organizações patronais, serão constituídos grêmios de inscrição obrigatória para os produtores de um determinado sector; e grêmios facultativos que também necessitavam de reunir 50% dos produtores. Nos anos seguintes, com uma postura de pragmatismo, o Estado criará diversas instituições, segundo uma abordagem casuística e com diferentes intensidades, para vigiar os sectores produtivos fundamentais para a “economia nacional” e estabelecer a disciplina social sobre o “trabalho”. O pólo de decisão sobre a disciplina de produção e a concorrência centra-se na actividade legislativa, nas medidas por decreto e portaria que definem os organismos como executores.

Neste sentido a experiência corporativa poderá ser tomada como ordenamento da vida económica promovido pelo Estado, incluindo a restrição de liberdades, por exemplo, a nível sindical. As instituições corporativas tornam-se instrumentos de uma política dirigida. No seu conjunto, o corporativismo funciona como regime<sup>197</sup>. Na opinião de Vital Moreira, “o corporativismo real assentou essencialmente no papel do Estado, já como construtor da organização corporativa, já como disciplinador da regulação corporativa, já como substituto da regulação corporativa. Veio a ser a regulação estadual da economia por meio de corporações públicas.”<sup>198</sup>

#### **4.1.2. A posição dos Açores no Estado Novo em construção.**

A integração da indústria baleeira na economia insular obriga-nos à breve identificação do novo aparato institucional criado para os sectores económicos e para o enquadramento do “capital” e do “trabalho” no arquipélago dos Açores. Há que sublinhar, à partida, a ausência de qualquer estudo que enfrente esta problemática. Além do mais, a análise será muito limitada porque só vamos fazer referência aos organismos com sede distrital no arquipélago dos Açores. A ausência de regulação corporativa poderá parecer ilusória: os organismos de coordenação económica e grêmios obrigatórios centralizados no Continente receberam competências para intervir na importação e distribuição de produtos insulares e ultramarinos colocados no mercado interno. O controle da importação de carne

---

<sup>197</sup> Rosas, Fernando, “O Corporativismo enquanto Regime” in Rosas, Fernando e Garrido, Álvaro (coords.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 17-47.

<sup>198</sup> Cfr. Moreira, Vital, *Auto-regulação profissional e administração pública*, p. 138.

(gado bovino) das ilhas a cargo da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, desde 1939, é apenas um exemplo<sup>199</sup>.

Ultrapassados os episódios “revirralhistas” vividos com particular intensidade nas Ilhas Adjacentes<sup>200</sup>, o Estado Novo necessitou escolher um modelo político-administrativo para o arquipélago. Como sublinhou J. Guilherme Reis Leite, o texto constitucional de 1933 permitia a existência de uma lei que atendesse às circunstâncias da insularidade, mas essa sensibilidade não significou a retoma das pretensões autonomistas conquistadas em 1895<sup>201</sup>. A 30 de Abril de 1938 foram fixados por lei os princípios administrativos e políticos do novo regime. Quase ao mesmo tempo, Marcelo Caetano efectua uma viagem de estudo antecedendo a elaboração final do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, publicado a 31 de Dezembro de 1940<sup>202</sup>. A manutenção das Juntas Gerais como principais órgãos administrativos não diminuiria, em princípio, a intervenção directa e centralizadora do Estado. Uma análise à política orçamental seguida por estes organismos poderá ser elucidativa da capacidade de manobra que mantiveram. Em 1941, em plena Guerra Mundial, a viagem triunfal do presidente Carmona confirmava a soberania portuguesa no território e a nova aragem política vinda do Continente.

Quanto à instalação da organização corporativa com sede distrital nos Açores, é possível deixar algumas ideias incipientes. De 1934 até ao eclodir da Segunda Guerra Mundial, a maioria dos organismos criados são de enquadramento do “trabalho”, sindicatos nacionais de actividades transformadoras, construção, transporte e armazenagem, entre outros. Mais tardias e em maior número são as 12 Casas do Povo, organismos mistos de integração do “capital” e do “trabalho”. A distribuição regional é relevante: largo predomínio da ilha de São Miguel, seguida da Terceira e apenas 2 organismos na ilha do Faial (uma Casa do Povo e um Sindicato de Construção); as restantes seis ilhas permaneciam alheias à organização corporativa distrital. Afiguram-se duas excepções importantes: o Grémio obrigatório dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas de S. Miguel (1934), dedicado à comercialização do ananás, e um organismo “pré-corporativo”, a Comissão

---

<sup>199</sup> Cfr. Lucena, Manuel de, “Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura (II)”, *Análise Social*, vol XV (57), 1979-1º, p. 124, p. 125.

<sup>200</sup> Na definição de “revirralho” cabem todos os movimentos revolucionários republicanos entre 1926 e 1940 que alongaram a instauração do Estado Novo. Segundo Luís Farinha, o “revirralho” não constitui “um movimento uniforme, antes pelo contrário, move-se num campo político contraditório, tanto mais rico e conflitual quanto o seu apoio social de base se vai empobrecendo.”; cfr. *O Revirralho: revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*. Lisboa, Estampa, 1998, p. 19. Para uma análise centrada nas Ilhas Adjacentes, cfr. Reis, Célia, *A revolta da Madeira e Açores* (1931). Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

<sup>201</sup> Leite, J. Guilherme Reis, “Os acertos da governação, a ilusão da autonomia e a continuidade do divisionismo”, in AAVV, *História dos Açores: do Descobrimento ao século XX*. 2 Vol., Angra do Heroísmo, IAC - Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p. 175.

<sup>202</sup> Em registo observador, Marcelo Caetano envia dois relatórios ao Ministro do Interior nos quais se detém a identificar as rivalidades políticas no distrito da Horta e a avaliar condições económicas de cada distrito, comentando a gestão dos orçamentos das Juntas Gerais. Cfr. Enes, Carlos, “Açores e Madeira vistos por Marcelo Caetano em 1938”, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, nº 14, 2005; bem como Leite, J. Guilherme Reis, *art. cit.*, pp. 181-184.

Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores (CRCAA, 1936)<sup>203</sup>. No decurso da Guerra é bem visível o aumento quantitativo de organismos<sup>204</sup> no caso açoriano com a instalação, entre outros, dos Grémios de Lavoura distritais e dos grémios facultativos de comércio também por distrito (Ponta Delgada, Horta e Angra do Heroísmo). Apontemos duas conclusões preliminares: sem contar com a CRCAA, não houve organismos de actuação regional, reflexo em parte do mosaico económico insular; em segundo lugar, a par do estatuto político-administrativo, a arquitectura institucional corporativa no arquipélago parece ser uma evidência dos efeitos da política centralizadora<sup>205</sup>.

Celebrado em Lisboa em 1938, o célebre Congresso Açoriano reuniu uma assembleia insular de escrutínio às questões que ligavam o arquipélago ao continente português. Como salienta Medeiros Ferreira, no Congresso é perceptível um “atrofiamento político” que centra a discussão nos mais variados aspectos económicos, sociais e culturais das nove ilhas<sup>206</sup>. O problema dos limites à emigração norte-americana, com a dupla face de ausência de remessas e sobrepovoamento, a defesa da exportação de produtos para o mercado continental e estrangeiro, a regularidade e barateamento das comunicações marítimas ou a construção de comunicações terrestres, entre outros, estarão na ordem do dia. A promoção do turismo insular surge especialmente apegada a uma visão de integralismo açoriano: os Açores seriam o escaparate das “velhas usanças”, santuário da “velha alma portuguesa”, espaço onde se podia resgatar do passado uma tradição corporativista. De resto, o coro de pedidos a favor da instalação da organização corporativa em alguns sectores – e a “Baleia” é um deles – explicitam a desejada aproximação de algumas “forças vivas” à protecção do Estado. A pesca, com apenas quatro comunicações, é um parente pobre na discussão, mas conta com contributos interessantes. Bruno Carreiro, por exemplo, pedia uma Casa dos Pescadores na vila da Lagoa inspirada na confraria de S. Pedro Gonçalves, procurando, sem aparente contradição, “nas reminiscências do passado as bases para a actual organização corporativa nos Açores, visto o nosso corporativismo tradicionalista. Será esta a melhor maneira do povo compreender este movimento de regeneração nacional”<sup>207</sup>. Por sua vez, a baleação terá cerca de uma dezena de referências soltas, sobressaindo a sua dimensão pitoresca e menos a sua importância económica. Numa perspectiva cultural, o “baleeiro” surge como figura idiossincrática que condensa o carácter épico das viagens

---

<sup>203</sup> Como outros organismos, a orgânica da CRCAA foi remodelada em plena Guerra, acrescentando poderes de veto ao Presidente que passava a ser de “livre escolha do Ministro da Economia”. Cfr. decreto 33:066 de 18 de Setembro de 1943. A CRCCA irá estabelecer preços mínimos de compra no mercado interno e preços mínimos para a exportação, sujeitos à homologação da delegação distrital da Junta Nacional de Frutas e Produtos Hortícolas. Cfr. *Boletim da Comissão Reguladora de Cereais do Arquipélago dos Açores*. 1945, Ano I, nº 1 Janeiro 1945, pp. 61 e 64.

<sup>204</sup> Cfr. Nunes, J. P. Avelãs, *art. cit.*, p. 175.

<sup>205</sup> Para uma caracterização abrangente, veja-se o quadro de organismos corporativos com sede distrital nos Açores instalados entre 1934 e 1958 no Anexo VII.

<sup>206</sup> Veja-se o prefácio à reedição das actas do Congresso em AAVV, *Livro do Primeiro Congresso Açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 18 de Maio de 1938-1939*. [2ª ed.]. Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, p. XI.

<sup>207</sup> Cfr. *Livro do Primeiro Congresso Açoriano...*, p. 680.

transatlânticas com a intrepidez dos ilhéus<sup>208</sup>. Mas nem as associações comerciais nem as figuras de administração lhe darão outro destaque. Um ano mais tarde, a Conferência Económica do Distrito da Horta só contará com o lamento da Companhia Baleeira Faialense sobre os pesados fretes cobrados em São Miguel pelos Carregadores Açorianos<sup>209</sup>.

#### 4.1.3 As aspirações particulares a uma associação patronal.

Nos últimos anos da guerra o jovem tecido industrial baleeiro revelava concentração de interesses. Eliminada a concorrência em São Miguel, a organização familiar encimada por Pedro Cymbron estendera-se com sucesso ao arquipélago da Madeira enquanto Marcelino dos Reis começara a baleiar no Continente. Após sucessivos anos de desentendimento, as *Reunidas* do Cais do Pico e a SIMAL do Faial chegaram a um acordo em 1943 que permitia às armações utilizarem as duas unidades industriais e conviverem nas temporadas sazonais no posto baleeiro do Comprido. Mas tal como demonstrara o Congresso de 1938 e a Conferência de 1939, a baleação não contara com qualquer tribuna pública de defesa de interesses. É certo que em 1938 se enfrentavam com dificuldades de exportação ante nova crise internacional de sobreprodução. Dispersão imobilizadora, falta de integração regional, sigilo profissional, são apenas outras hipóteses para essa ausência.

Não significa, contudo, que as “forças vivas” na etapa de industrialização não se tenham movimentado a favor de uma organização patronal. Entre 1937 e 1942 são claras as iniciativas pessoais de Cymbron para sensibilizar as autoridades a constituir uma associação patronal integrada no Estado e tendencialmente “corporativa”. Por um lado, Cymbron procura cativar armadores de todas as geografias para sugerir às autoridades a constituição de um grémio de inscrição obrigatória; por outro, transmite as ideias aos seus colaboradores próximos na metrópole a quem pede que amparem a iniciativa com figuras ilustres das ilhas<sup>210</sup>. Ao longo dos anos, a “ideia do Grémio” percorre os ministérios e sofre várias mutações mas sempre subordinadas a um princípio maior: a limitação da concorrência na ilha de São Miguel, e se necessário noutras ilhas também. Através de detalhados memoriais, Cymbron apresenta em síntese as condições económicas de cada ilha para demonstrar a importância relativa da baleação e a necessidade de não serem autorizados novos

---

<sup>208</sup> A título de exemplo, veja-se sobre este arquétipo Narciso, Armando, “Conferência Inaugural”, in *Livro do Primeiro Congresso...*, p. 71.

<sup>209</sup> Cfr. Trabalho n° 53, “Interesses Baleeiros”, Companhia Baleeira Faialense, Pastas *Conferência Económica do Distrito da Horta de 1939*, BPARJJG.

<sup>210</sup> Entre eles contam-se Emílio Linhares de Andrade (São Roque do Pico) e Jacinto Mendonça Flores; no Continente, o General Lacerda Machado, Gil Nova Goa e Gil de Castro; além dos seus colaboradores António Menano, Marcelino dos Reis e José Cymbron. Cfr. Cymbron, A., *ob. Cit.*, pp. 135 e ss.

pedidos de instalação<sup>211</sup>. Finalmente, em 1938 dirige-se a Oliveira Salazar para expor os problemas da indústria e reclamar a intervenção do Estado<sup>212</sup>. Fáz-lo em nome da *União* à falta de “uma entidade que represente e exponha as necessidades com a autoridade que, na nova orgânica do Estado, dispõem os Grémios patronais”. Refere os avanços da *União* na harmonização das relações entre o “capital” e o “trabalho” e a nova orientação de Marcelino dos Reis no Faial como o “início de uma nova era de cooperação a que o Grémio, uma vez organizado, daria o auxílio final”. Além da denúncia das “lutas no mar” como expressão da concorrência desregrada e a ausência de conhecimentos técnicos, dava conta ao Presidente do Conselho sobre a retracção da procura externa do óleo de cachalote pedindo-lhe um contingente de exportação para a Alemanha, “se possível com preço remunerador”. O tom e os argumentos deixavam claro que os particulares não apelavam a um “corporativismo de associação” consentido pelo Estado, mas antes à sua protecção, perante um modelo de política económica intervencionista sobre as relações de concorrência entre produtores e as trocas comerciais internas e externas.

A segunda iniciativa privada assinalável pertence a Marcelino dos Reis. Em Maio de 1945, recém-terminado o conflito mundial, o industrial lisboeta vai propor uma cartelização privada do comércio exportador de óleo. Ainda sob o clima restritivo do sistema de *navicerts*, Marcelino lança uma proposta com um conjunto de vantagens e condições de acesso<sup>213</sup>. Depois de fixar o preço, as vendas seriam rateadas por todos os armadores na proporção das suas existências; a firma de Marcelino abonava os custos de frete, despesas e vasilhame e quando terminassem os *navicerts*, que podiam envolver embarques nos Açores, passaria a receber e armazenar o óleo nas suas instalações. No caso das vendas serem superiores ao preço estipulado, Marcelino ficaria com a diferença. Os armadores podiam controlar as operações mas não poderiam vender fora da coligação sem consulta prévia. Na realidade, ao estabelecer preços, rateios, manifestos e gestão de *stocks*, Marcelino não estaria muito longe das tarefas desempenhadas por certos organismos de coordenação económica em tempo de Guerra. Anos mais tarde defenderia a tentativa de cartelização como uma primeira manifestação de espírito corporativo dentro do subsector. Mas ao contrário do Estado, os fins e os meios não se vão dispor com a mesma facilidade e pouco depois, como veremos, a coligação falhará.

---

<sup>211</sup> Cfr. os memoriais enviados a Gil Nova Goa (1937) e Morais Sarmiento (1943) em UABSM, Pasta 3, Capilha 4 “Mota Soares-vários anos” (1943).

<sup>212</sup> Cfr. ANTT/SGPCM-GPC/cx. 2, proc. 140/2, nº 24, *Exposição apresentada pela União das Armações Baleeiras de São Miguel, Lda. solicitando auxílio para a organização de um grémio contribuindo para o desenvolvimento da indústria do óleo de cachalote.*

<sup>213</sup> “Contando Francisco Marcelino dos Reis com a anuência a este pacto das armações do Faial, Flores, Santa Maria, S. Miguel e Madeira, JCS [José Cristiano de Sousa] procurará obter a adesão da Graciosa, Terceira e S. Miguel afim de que nenhum elemento baleeiro a ele fique estranho.”. Para ver todas as condições impostas por Marcelino dos Reis, cfr. UABSM, Pasta 9, Capilha 3 “Francisco[...] 1943 a 1946”.

#### 4.1.4. Henrique Tenreiro e a organização corporativa das pescas.

Referir o pulsar da iniciativa privada tem interesse na medida em que ela resulta de poderes emergentes dos protagonistas na nova “fase industrial” que percorre a Segunda Guerra Mundial. Mas sendo a baleação há longas décadas considerada uma pesca pelas instituições estatais, em especial pela tutela do Ministério da Marinha, será natural a sua permeabilidade a outro tipo de poderes neste segmento do próprio Estado. Em 1945 já se intensificara a direcção política do oficial de Marinha Henrique Tenreiro sobre os subsectores da pesca longínqua do bacalhau e do arrasto e menos sobre a sardinha, que dependia mais dos interesses da indústria das conservas de peixe.

Como refere Álvaro Garrido, desde 1936 que Henrique Tenreiro tivera uma notável ascensão política depois de ingressar no gabinete do Ministro da Marinha – o açoriano Ortins de Bettencourt – e participar activamente, com o estalar da Guerra Civil espanhola (1936-1939), nas manobras de abastecimento e fornecimento de material de guerra à armada “nacionalista” liderada pelo general Franco e temporariamente fundeada no Tejo. Resultado do seu voluntarismo, no mesmo ano Tenreiro inicia uma “escalada de poderes” com a entrada no partido único, a União Nacional, na milícia anticomunista criada pelo Estado (Legião Portuguesa, onde criará a Brigada Naval) e a nomeação como Delegado do Governo para o Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau (GANPB). Junto a Ortins e Américo Tomás, Tenreiro colaborará no arranque dos programas de fomento das pescas e sairá beneficiado com um poder pessoal perante a “difícil coabitação entre a Marinha e a organização corporativa”. A sua ascensão revela tensões: por um lado, dentro da Marinha havia quem preferisse a renovação das frotas da marinha mercante e dos navios da Armada ao fomento da “marinha de pesca”; por outro, desde 1935 que Sebastião Ramirez, a dirigir o Ministério do Comércio e Indústria, sucedido depois por Pedro Teotónio Pereira, criara os primeiros organismos de coordenação económica incluindo a comissão reguladora do abastecimento de bacalhau, além do grémio obrigatório dos armadores de navios. Nesta encruzilhada, Tenreiro construirá o seu poder apoiado no fomento às pescarias e no enquadramento social dos pescadores em instituições de pendor tradicionalista que representam os homens do mar como um “núcleo de fidelidade” do regime<sup>214</sup>.

Na sequência dos vários contactos encetados por Pedro Cymbron com os vogais da Comissão Central de Pescarias e os membros da Direcção Geral da Indústria, só em 1940 temos notícia de ser remetido a Henrique Tenreiro um projecto do Grémio destinado a enquadrar os armadores da pesca do cachalote. Em resposta, apenas em 1942 Tenreiro enviará um novo projecto. Na correspondência

---

<sup>214</sup> Sobre todas estas questões, veja-se a biografia política escrita por Álvaro Garrido, *Henrique Tenreiro: uma biografia política*. Lisboa, Círculo dos Leitores, 2009, pp. 95-251.

com José Cymbron, Pedro sentia a origem “puramente marítima do criador” que não incluía poderes institucionais para condicionar o estabelecimento de unidades terrestres nem o assento na Comissão Central de Pescarias. As fontes não nos permitem avançar mais interpretações sobre esta configuração<sup>215</sup>. Anos mais tarde, em 1945, no momento decisivo do término da guerra, ficava também esclarecido o distanciamento dos interesses metalúrgicos e da AIP quanto a uma organização corporativa dos novos industriais baleeiros<sup>216</sup>.

Com a formação do Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia (GAPB) em 1945, conformava-se uma relação dupla entre a baleação costeira e o Estado Novo: a falta de integração vertical dos circuitos da produção, transformação e comércio dos produtos baleeiros (óleos e farinhas) e a aglutinação horizontal do subsector nas organizações da pesca onde pontificava a direcção pessoal de Tenreiro. No primeiro caso, tal ausência era evidente nos múltiplos actores do ciclo produtivo mesmo depois de constituído o Grémio obrigatório: as autoridades marítimas na regulamentação da pesca, na autorização da construção de embarcações e nos contratos de matrícula até aos anos 50, quando serão assinadas as convenções com as Casas dos Pescadores; o condicionamento industrial na restrição da concorrência de instalações terrestres até 1954; o Conselho Técnico Corporativo na autorização de contingentes de exportação desde 1939; bem como os múltiplos intermediários exportadores<sup>217</sup>. Arredada da vigilância da Comissão Coordenadora de Óleos e Oleaginosas, também estará, sem surpresa, ausente dos pareceres da Câmara Corporativa e muito raramente levada a debate na Assembleia Nacional nos anos quarenta e cinquenta. No segundo caso, a “Baleia” integrará, a passo lento, vários mecanismos que dão uma certa unidade e autonomia à organização nacional das pescas, como a assistência social aos pescadores e o acesso a um plano de fomento específico nos anos cinquenta. À semelhança de outros sectores mais vigiados, as imposições conjunturais, como a atribuição de financiamento público extraordinário ou o condicionamento das exportações, virão decididas por decreto ou portaria ministerial.

Ficam no entanto algumas perguntas por responder: terá sido o interesse do Governo pelo óleo em tempo de guerra a desencadear a organização corporativa de um modesto subsector? Foi a recente baleação metropolitana a inspirar a entrada da baleação na organização das pescas que contribuíam ao abastecimento alimentar do país? Dever-se-á apenas à sensibilidade política de resposta aos interesses particulares com a garantia de estender os poderes pessoais de Henrique Tenreiro? Ou à oportunidade de estender a crescente obra social das pescas às Ilhas Adjacentes tomando a

---

<sup>215</sup> Cfr. o destaque que Albano Cymbron dá a esta correspondência em *A fase industrial da baleação...*, pp. 137-138. Infelizmente, não nos foi possível localizar os dois projectos referidos.

<sup>216</sup> Em carta a Pedro Cymbron dois meses antes da constituição do Grémio, Carlos Garcia Alves considerava não existir “clima oficial” para a sua constituição. Cfr. Cymbron, A., *ob. Cit.*, p. 138.

<sup>217</sup> Cfr. Anexo VIII com base em *Lista de Exportadores de Mercadorias de Produção ou Fabrico Nacional*. Direcção Geral do Comércio do Ministério da Economia. Lisboa, Imprensa Nacional, 1946.

espectacular baleação e os “baleeiros” como fundamento e pretexto? Ainda que controlada por industriais exportadores, a jovem indústria estava irremediavelmente comprometida com a manutenção do equilíbrio social mantendo um alto número de unidades de pesca e algumas centenas de baleeiros. Seria também inegável a extraordinária sobrevalorização dos produtos e o advento da nova fase industrial.

Nas décadas subsequentes, a baleação parece mover-se num binómio de marginalização e usufruto. Marginalização no interior da organização corporativa das pescas, subordinada às preocupações do abastecimento alimentar de pescado mas também robustecida com a encenação épica e historicista do “regresso ao Mar” e a obra social junto das singelas comunidades piscatórias do litoral. Paradoxalmente, as Ilhas Adjacentes parecem poucos lembradas nessa reconstrução da tradição *maritimista* portuguesa<sup>218</sup> associada aos Descobrimentos. Usufruto, por outro lado, de uma suboligarquia industrial arrumada num Grémio patronal que intervirá na gestão da pesca e da indústria. As nomeações inaugurais dos corpos gerentes reflectem sensibilidade para com os interesses criados durante a industrialização e seus representantes em Lisboa: nomeado Francisco Marcelino dos Reis presidente da Direcção com José Cymbron e Rodrigo Rodrigues como vogais efectivos e Manuel Cristiano de Sousa a presidir o Conselho Geral; Tenreiro nomeado Delegado do Governo e o comandante Sá Linhares, oficial de Marinha açoriano e então capitão do porto de Setúbal, adjunto do Delegado de Governo<sup>219</sup>. Com sede em Lisboa, entrosado com outras organizações, a centralização superava a lógica arquipelágica que impedira qualquer associação patronal anterior. A “Baleia” seria, contudo, dona de uma arquitetura corporativa frágil, especialmente se a comparamos com outras pescas<sup>220</sup>.

#### 4.2. Um grémio, uma cooperativa, uma mútua?

Como vimos, a constituição de um grémio patronal é reclamado por industriais num contexto de acirrada concorrência dos primeiros anos da Guerra, com vista à sua participação na disciplina da concorrência, facto que o condicionamento industrial protagonizara com arbítrio suficiente para colocar todos os requerentes numa situação vulnerável. Na realidade, o grémio obrigatório de iniciativa ministerial será imposto num quadro de corporativismo das pescas por efeito de aglutinação

---

<sup>218</sup> Cfr. Garrido, Álvaro, “O Estado Novo e a recriação historicista de uma ‘tradição marítima nacional’”, in Nunes, Francisco Oneto (coord.), *Culturas Marítimas em Portugal*. Lisboa, âncora, 2008, pp. 95-119.

<sup>219</sup> Cfr. respectivamente, os despachos do Ministro da Marinha de 3 de Agosto, 28 de Agosto e 5 de Novembro de 1945 em BCM-AH. Núcleo 423 – Comissão de Extinção das Instalações do Almirante Tenreiro, *Reuniões no 3: Baleia, Atum*.

<sup>220</sup> No caso do bacalhau, por exemplo, encontra-se uma rede complexa de organismos, entre grémios de armadores e importadores, uma Cooperativa e uma Mútua, e o enquadramento das relações entre o “capital e o “trabalho” nas Casas dos Pescadores, organismo misto. O que ressalta porém é o controle administrativo exercido pelo organismo de coordenação económica, a Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau (CRCB). Para a análise das várias instituições e a explicação da “inversão da pirâmide corporativa”, cfr. Garrido, A., *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau...*, pp. 156-234. Para a explicação desta pirâmide a partir dos textos legais, cfr. Lucena, M. de, *A evolução do sistema corporativo...*, pp. 207-331.

de vários subsectores. Neste sentido, depois do Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau (1935), ainda dependente do Ministério do Comércio e Indústria, havia-se constituído o Grémio dos Armadores da Sardinha (1938) e do Arrasto(1939), da Baleia (1945) e do Atum (1960). Do ponto de vista administrativo, os grémios da Baleia, da Sardinha e do Arrasto estarão dependentes do Ministério da Marinha, configuração que parece favorecer a própria direcção de Henrique Tenreiro enquanto Delegado do Governo. A semelhança formal entre os diplomas que constituem os três Grémios é clara, apesar das disposições específicas quanto ao perfil de cada faina e a sua distribuição territorial. Fosse pelo impulso de uma fase industrial, pela valorização do óleo de cachalote em tempo de Guerra, ou por ambas, a integração da baleação na organização gremial parece surgir – muito ao estilo do crescimento da organização corporativa em geral – numa conjuntura específica em que urgia a concentração industrial e a produção de qualidade para manter as exportações no mercado europeu. Também segundo propósitos conjunturais de quebra das capturas no Algarve e de exploração de novos recursos ictiológicos no Atlântico se constituirá o Grémio do Atum (1960). Organismos metropolitanos que actuam nas Ilhas Adjacentes, colocando desafios particulares de interpretação sobre o funcionamento e representação interna.

Comecemos este subcapítulo pela definição estatutária do GAPB<sup>221</sup>. No capítulo de competências deveria “orientar, fiscalizar e disciplinar” não apenas o exercício da pesca mas também a exploração da indústria “em cooperação com os serviços do Ministério da Economia e da Marinha”; emitir pareceres sobre a “oportunidade da criação, capacidade financeira e organização industrial das entidades que pretendam, de futuro, explorar a pesca dos cetáceos” (arts. 2 e 9) e disciplinar e regulamentar, pelos seus serviços, as empresas e condições da pesca, farinhação, fabrico e vendas de óleo, tendo em vista os interesses de armadores em harmonia com os “superiores interesses da economia nacional” (art. 10). Acção que se estendia ao estabelecimento de serviços estatísticos e regulação dos rendimentos da pesca e sobretudo à promoção da federação de empresas, designação por ora abstracta. Um segundo nível de competências, fundamental na posterior actuação, seria a concessão de crédito aos agremiados (art. 5º). Um terceiro: participar, como representante do “capital”, no enquadramento social do “trabalho”, cooperando com a Junta Central das Casas dos Pescadores na celebração dos Contratos Colectivos de Trabalho, e assumir a previdência com a criação de uma mútua seguradora das embarcações, apetrechos e protecção contra acidentes de trabalho e riscos de profissão dos tripulantes e pescadores (arts. 11 e 12). Devia também criar a Cooperativa de fornecimentos, ficando, tal como a Mútua, anexa ao Grémio. Em suma, o Grémio assumiria responsabilidades enquanto associação patronal e sob a organização que representa o

---

<sup>221</sup> Cfr. o Decreto 34:665, de 13 de Junho de 1945.

“capital” organizar-se -iam os serviços de previdência e cooperação nos fornecimentos materiais; a organização do “trabalho seria” partilhada com a Junta dirigida por perto por Henrique Tenreiro.

A amplitude das competências do Grémio no exercício da pesca, transformação e venda da produção legitima-se tanto pela tradicional organização das pequenas armações açorianas como pela manutenção do obsoleto regulamento que determinava a indivisibilidade dos activos da pesca e dos meios de extracção. Entre os seus direitos, os agremiados podiam exercer tanto a pesca como o aproveitamento industrial e o comércio dos produtos. Por detrás da moldura legal abria-se o espectro à larga actuação dos industriais que ocupam os corpos gerentes e elaboram as directrizes submetidas à aprovação do Conselho Geral, onde se fazem representar, por vezes acumulando funções, através de um sistema permeável de representação. No caso da Baleia, elegem-se sete membros que representam as empresas reunidas em círculos de representação. A amplitude dos círculos e a possibilidade de designar os sócios como representantes permitirá uma verdadeira concentração nos accionistas das empresas industriais, residentes em Lisboa, que dominam a exportação dos produtos baleiros<sup>222</sup>.

A Direcção, eleita pelo Conselho Geral, nomearia os Delegados do Grémio. Por conveniência e pragmatismo, os Capitães dos Portos e delegados marítimos seriam os nomeados. Em contacto com as “forças vivas”, os Capitães acumularão a autoridade marítima sob a tutela do Ministério com a presidência das Casas dos Pescadores, organismos mistos de integração do “capital” e do “trabalho”, mais a representação da organização patronal. Modelo de centralização política que exclui *a priori* quaisquer possibilidades de negociação entre grupos profissionais. Estratégia que favorece a supervisão reforçada de Tenreiro que em 1946 ascende a Presidente da Direcção da Junta Central das Casas dos Pescadores. Quanto ao GAPB, o Delegado do Governo tinha o essencial direito de veto sobre as deliberações dos órgãos, entre outros poderosos meios de fiscalização, como a consulta dos documentos relativos ao movimento comercial das empresas(art. 20). A presença tutelar nas reuniões do Conselho Geral evidencia o seu poderio nas organizações das pescas.

O capítulo das receitas do organismo corporativo permite-nos entender os seus alicerces e dimensão. O Grémio arrecadava a jóia de inscrição (com valores por tonelagem e tipo de embarcação próximos aos do Grémio da sardinha), cotas mensais por embarcação e principalmente uma taxa sobre a produção declarada de óleo - produção constante entre todos os agremiados, ao contrário das farinhas - fixada em 10 centavos/Kg, semelhante ao bacalhau; além do produto de multas, juro de

---

<sup>222</sup> Ainda que o sistema formalmente propusesse a “reunião de empresas” que M. Caetano sugerira para os grémios obrigatórios, o registo de presenças do Conselho Geral demonstra uma situação perversa. Os armadores do Pico estiveram sempre representados por figuras próximas a José Cristiano (Manuel Cristiano e Rodrigo Rodrigues, Joaquim Severino), apesar de a ilha conter 14 armações. Por outro lado, o Grupo oriental, Madeira e Continente foram constantemente representados por Pedro e José Cymbron, além de Marcelino dos Reis. Ilhas como a Graciosa, Santa Maria ou São Jorge não tiveram representação nem com empresas eleitas nem com indivíduos a elas associados. Cfr. *Actas do Conselho Geral* (vários anos), DGRM, Fundo GAPB.

fundos, donativos e outros rendimentos. Como refletem os relatórios e contas anuais, entre 1946 e 1958, fora o convulso período de crise em 1950, o funcionamento do Grémio dependeu largamente da cobrança da taxa do óleo, sem receber transferências de outro tipo de receitas dos organismos corporativos ou do Estado. Na prática, a solidez financeira dependeu da oscilação da produção anual, e não da exportação, mais volátil, o que contribuirá para uma certa estabilidade, como demonstram os modestos saldos positivos acumulados<sup>223</sup>. A aplicação dos saldos era dividida em quartos: 25% para fundo de reserva (5%) e conta nova (20%); 25% para o saneamento financeiro da JCCP, à semelhança de outros organismos; 25% para o fundo corporativo que previa “financiamentos, aquisição de materiais ou outra aplicação, com o acordo do Delegado do Governo”; e 25% para o fundo de Estudos. Tal como no Arrasto, ambas com um menor aparato institucional, a aplicação de um quarto das receitas a estudos talvez se fundamente pelo impulso que os Grémios dariam a encontrar soluções técnicas para a modernização dos meios de captura e aproveitamento; papel desempenhado modestamente, a partir dos anos 50, pelo Gabinete de Estudos das Pescas, também sob a alçada de Tenreiro<sup>224</sup>. Finalmente, o decreto constitutivo incluía nas disposições transitórias um importante e generoso artigo que satisfazia as pretensões dos particulares: o organismo poderia representar ao Ministério da Marinha todas as modificações desejáveis ao regulamento da pesca de 1925, ainda em vigor.

Tal como previsto, os trabalhos de uma comissão do Grémio levam à constituição da Cooperativa dos Armadores (CAPB) em Maio de 1947. Segundo os estatutos, prestava-se ao fornecimento e assistência técnica desempenhando actividades comerciais com a distribuição dos bónus de consumo entre os agremiados<sup>225</sup>, seus únicos associados, além do GAPB. Disposição não cumprida, na medida em que grémios e cooperativas de outras pescas também participarão com acções, dentro do espírito solidário que se procurara incutir ao mundo das pescas. A aplicação da quase totalidade das receitas era decidida anualmente por Assembleia Geral (90%) e o restante como fundo de reserva legal (5%) e previdência e assistência do pessoal (5%). A direcção é ocupada longos anos por José Cymbron e outros vogais representantes das sociedades industriais no Conselho Geral, caso de Delfim Linhares de Andrade e Joaquim Severino. Sem surpresa, os principais accionistas são a firma de Marcelino dos Reis, a *União* micaelense, a *EBAM* e as *Reunidas* do Cais do Pico, que ocupam mais de 70% do capital subscrito, distinguindo-se das duas dezenas de armações com a

---

<sup>223</sup> Cfr. Anexo IX. Além da taxa sobre o óleo, as receitas das quotas e da emissão de certificados do óleo (até 1000\$00/ano) são insignificantes. A principal fonte de despesa prendia-se com a administração (pessoal, Delegações e adjunto do Delegado de Governo). Nos *Relatório e Contas* inclui-se uma rubrica de despesas não especificadas, em redor dos 60 contos anuais, significativa para a dimensão do organismo.

<sup>224</sup> Cfr. Decreto 38:638 de 9 de Fevereiro de 1952, cria em definitivo o Gabinete de Estudos das Pescas.

<sup>225</sup> Cfr. *Estatutos da Cooperativa dos Armadores da Pesca da Baleia*, [s.l.], C.A.P.B., 1947.

simbólica subscrição de uma acção, integradas de forma compulsiva, perfil que se mantém até à segunda metade da década de 50<sup>226</sup>.

A Cooperativa tentará solucionar os problemas das armações insulares centrando-se nos fornecimentos que mais oneravam a pesca, o transporte e o armazenamento da produção: o vasilhame, os combustíveis - carvão, gasóleo e gasolina - e produtos como a *linha de baleia* e os óleos lubrificantes. O primeiro e o segundo estão interligados. A venda e aluguer de vasilhame, tradicionalmente a cargo das maiores firmas comerciais que assim tomavam vantagem nas ofertas lançadas à compra do óleo, só será em parte administrada pela Cooperativa a partir de 1949, a propósito da aquisição pelo GAPB de 3.000 toneladas de óleo na célebre “operação dos combustíveis”; e em 1954, quando a Cooperativa consegue beneficiar as vendas de gasóleo e adquire as taras para o seu transporte. Tal como recordava a Comissão de Estudo de 1948, o abastecimento de combustíveis originava uma desigualdade de circunstâncias entre os pequenos e grandes armadores que convinha mitigar. A diferença colocava-se entre aqueles que, ligados ao comércio *import/export*, possuíam armazéns alfandegados, e outros que tinham que custear a armazenagem do produto reexportado. A sugestão seria o grémio criar esses armazéns; tarefa digna que não chegará a impor, demonstrando importantes limites infra-estruturais na gestão e armazenamento de *stocks*. A partir de 1954 a Cooperativa conseguiu vender gasóleo cativo de direitos, decuplicando as vendas até 1956<sup>227</sup>.

A vida financeira da Cooperativa terá sido pouco estável e dependeu mais das vantagens oferecidas à importação de certos produtos que do fornecimentos regular às armações. Na realidade, apesar das extensas listas endereçadas aos agremiados, a Cooperativa apresentava várias limitações. A variação dos bónus atribuídos aos associados, além dos próprios lucros, demonstram a vulnerabilidade<sup>228</sup>. A aquisição e distribuição de certos produtos mais delicados e de difícil aquisição, como os aparelhos ópticos e rádios, continuaram a cargo de particulares, como evidencia a documentação empresarial<sup>229</sup>. Nunca terá deixado de concorrer com outros fornecedores<sup>230</sup>. A julgar pelo número de circulares sobre o assunto, a Cooperativa sofreu a demora na liquidação dos débitos, tal como o Grémio na cobrança das taxas, adoptando sucessivamente medidas extraordinárias, como

---

<sup>226</sup> O arquivo da CAPB não chegou até nós. As melhores fontes para conhecer o funcionamento interno são as Circulares enviadas às Delegações e os *Relatório e Contas* anuais. A primeira lista de accionistas data de 1951.

<sup>227</sup> Cfr. *Comissão de Estudo aos centros industriais baleiros na Madeira e Açores. 1948*, fol. 50. Cálculo das vendas de combustível a partir dos *Relatório e Contas* anuais.

<sup>228</sup> A conjuntura 1949-1954 é elucidativa. Dada a instabilidade em 1949, a Cooperativa suspende nesse ano a atribuição de bónus entre os associados; em 1950 acumula receitas com a venda de vasilhame e transfere 90% dos lucros para o fundo de aquisição de Mercadorias; em 1951, apesar da recomposição da maioria dos armadores, as vendas descem e 90% do saldo volta a ser distribuído como bónus. Entre 1952 e 1954 os bónus atribuídos rondam os 10%. Cfr. *Relatório e Contas* 1949-1954. Para a evolução das vendas, com dados completos a partir de 1952, cfr. AnexoIX.

<sup>229</sup> É o caso tanto da *União* micalense como das *Reunidas*, onde os gerentes tratam das aquisições sem recorrer à Cooperativa, como explicita a documentação empresarial.

<sup>230</sup> No caso da *linha de baleia*, por exemplo, a Cooperativa concorria em 1948 com pelo menos 5 fornecedores. Cfr. *Comissão de Estudo[...]*1948..., fol. 52.

a redução das taxas de juro<sup>231</sup>. A resistência à entrada dos produtos da Cooperativa na economia local ter-se-á sentido em mais que uma das ilhas do arquipélago. No caso do Sul do Pico, onde a pujança da indústria “baleeira” estimulava os ofícios de construção naval, ferraria, tanoaria, entre outros, as armações das Lajes e das Ribeiras unem-se na contestação à entrada compulsiva na Cooperativa, duvidando da sua utilidade<sup>232</sup>. Em resposta, a Cooperativa critica os tradicionais hábitos dos armadores de fracos recursos e apela às concentrações para poder responder a um maior poder de compra. Fosse por esta dificuldade estrutural, pela sede metropolitana, pelo encarecimento dos produtos com o transporte marítimo ou, em geral, por toda a ingerência na economia local, a Cooperativa não cumpre os seus objectivos e questiona a fusão dos armadores com a ideia corporativa que resultava, afinal, numa imposição.

As maiores dificuldades iniciais do Grémio vão focar-se, todavia, na tentativa de constituição da Mútua dos Armadores. Em 1947 o Conselho Geral do Grémio discute em pormenor as suas características e os serviços procuram recolher em detalhe o número de embarcações, datas de construção e respectivos valores, mais as categorias e respectivos vencimentos do pessoal<sup>233</sup>. No discurso mobilizador da Direcção, a Mútua seria uma entidade seguradora especializada em que os próprios armadores fariam os “levantamentos mais gravosos”. Em 1948, depois de concedido um empréstimo de 550 contos pela CGDCP, só parecia faltar a autorização das “autoridades competentes”. Mais uma vez opunham-se aos esquemas de previdência, ou pelo menos mostravam-se indiferentes, os armadores das Lajes do Pico, e possivelmente outros, “em virtude dos baleeiros não serem permanentes, nem terem vencimentos fixos, recebendo apenas uma percentagem sobre o produto líquido da pesca”<sup>234</sup>. Fosse pela demora e animosidade manifestada pelos armadores, pela renitência das “autoridade competentes” ou pelo efeito desorientador da crise comercial pressentida no final de 1948, certo é que a Mútua da Baleia não se chegará a erigir. No rescaldo da crise e ainda com o problema por resolver, em Fevereiro de 1951, as embarcações e os baleeiros (acidentes de trabalho) passam a estar segurados pela Mútua dos Pescadores, aliás obrigatório<sup>235</sup>.

Associado ao problema da Mútua está a complexa situação de enquadramento do “trabalho”, do qual traçamos apenas as linhas gerais. Afinal, pelo menos em teoria, o propósito primeiro da

---

<sup>231</sup> Cfr. o perfil das circulares emitidas pelo GAPB e a CAPB em Anexo X.

<sup>232</sup> Veja-se a contestação de 28.03.1947 de 9 armações do Sul do Pico à entrada na Cooperativa, na documentação da Delegação Marítima das Lajes do Pico. [BCM-AH].

<sup>233</sup> Cfr. *Actas do Conselho Geral*, livro I, fols. 15 a 18 (reuniões de 28.04, 29.04, 30.04, 02.05 e 03.05. de 1947); bem como as Circulares do GAPB n.º 3-47 e n.º 6-47 [BCM-AH].

<sup>234</sup>

<sup>235</sup> No âmbito da remodelação dos poderes da Junta Central das Casas dos Pescadores, todos os sócios efectivos que não estivessem abrangidos por mútuas dos organismos patronais deviam ser integrados na Mútua dos Pescadores. Cfr. Dec. 37.750 de 4 de Fevereiro de 1950 (art.5º). Para a história desta instituição, cfr. Garrido, Álvaro, *Mútua dos Pescadores: Biografia de uma seguradora da economia social*. Lisboa, Âncora, 2012.

organização corporativa seria a integração entre o “capital” e o “trabalho”. É certo que, especialmente no mundo da pesca artesanal, as fronteiras entre o proprietário e o assalariado seriam ténues ou até mesmo inexistentes; embora neste caso, com a pesca tão ligada à nova indústria transformadora, a situação alcance outro significado. Além da Horta em 1942, as Casas dos Pescadores de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada foram constituídas em 1946, ao que parece, depois de solicitadas a Tenreiro pelos armadores no Conselho Geral. No Verão de 1946, a Comissão de Estudos do Grémio levava o encargo de estudar a situação material dos pescadores de cachalote e reportá-la à JCCP. No relatório, o novo oficial de Marinha adjunto do Delegado do Governo, comandante Zola da Silva, conclui pela necessidade de recuperar o sistema de pagamentos fixos com prémios sobre a produção do óleo, sendo esta a forma tradicional que denunciava o antigo Inquérito Industrial de 1890, por oposição ao sistema de soldadas eventuais que se fizera habitual. Na realidade, a projecção dos novos contratos colectivos era mais complexa e supunha uma tarefa ingente para os escassos recursos administrativos do Grémio. Havia que considerar, na realidade assimétrica das Ilhas Adjacentes, as diferentes categorias do pessoal marítimo, entre mestres de canoas e lanchas, *trancadores*, maquinistas e marinheiros; o “trabalho” em terra, nas plataformas de desmancho das fábricas e nas vigias; os tradicionais contratos de matrícula para as campanhas de Verão, que envolviam a atribuição de subsídios para os baleeiros deslocados nos postos sazonais, no Grupo Central e Ocidental, e os contratos das campanhas de Inverno; e sobretudo, as diferentes práticas, entre ilhas e pelas múltiplas armações, de remuneração fixa, percentagens ou soldadas calculadas a partir das receitas da venda do óleo, bem como a comparticipação do “trabalho” no lucro das empresas<sup>236</sup>.

Retomado o problema na Comissão de 1948, com a colaboração do Capitão da Horta (Melo de Carvalho<sup>237</sup>) e Pedro Cymbron, apontam-se três tendências decisivas: para terminar com o problema das arreadas improdutivas e mobilizar os homens do mar, devia ser atribuído um salário fixo a todo o pessoal baleeiro durante a campanha de Verão, e aos mestres, *trancadores* e vigias durante a campanha de Inverno; opcionalmente, uma percentagem de lucros sobre as receitas da venda de óleo; e excluir a hipótese do “trabalho” participar nos lucros do “capital”. Subjacente a toda a negociação colectiva estará a vontade de unir e hierarquizar categorias de salários bem como fixar a separação entre o “capital” e o “trabalho”, pouco óbvia nas armações tradicionais que mantinham um sistema

---

<sup>236</sup> A Comissão de 1948 considerava inoperante a comparticipação do “trabalho” nos dividendos do “capital” porque estaria sujeita à “ocultação do armador desonesto” ou à “desconfiança injusta do pescador”; cfr. *Comissão de Estudo[...]1948...*, fols. 67-68. Mousinho de Figueiredo, num registo desassombado, referia a existência de armadores que mantinham a utilização de caldeiros e obtinham maiores lucros que os “industrializados”. Cfr. *Introdução ao estudo...*, pp. 153 a 162. Para o estudo global da questão, Cfr. Fátima Patriarca, *A questão social no Salazarismo*, 2 vols. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

<sup>237</sup> Oficial de Marinha e Capitão do Porto da Horta na segunda metade dos anos quarenta, participa com destaque na concepção do novo regulamento, nos projectos de contrato colectivo de trabalho e na tentativa de expansão da indústria ao Ultramar. A partir de 1950 será um dos directores do Gabinete de Estudos das Pescas.

cooperativo na repartição do produto da pesca. Garantida a matrícula de todos os componentes do “trabalho” e regulada a parte variável da fortuna da pesca, com direitos e deveres inerentes, os futuros contratos poderiam resolver as tendências de especulação e corrigir o “natural desregramento do pescador, cuja tendência é para gastar tudo quanto ganha”. Assim se resumia o principal objectivo: mobilizar e garantir uma importância mínima fixa, nivelando pela contratação colectiva<sup>238</sup>.

O estabelecimento dos Contratos Colectivos arrastou-se até aos anos 50, o que revela a dificuldade ou pouca urgência do GAPB e das Casas dos Pescadores em reformar a ordem estabelecida no “trabalho”. Em 1952, Melo de Carvalho desloca-se em nova Missão para resolver as questões paralisadas nas Capitánias. De sucessivas reuniões nas diferentes ilhas parecem ter nascidos os primeiros contratos que só entrariam em vigor entre 1953 e 1957. Tardamente, neles se consagravam os princípios gerais estabelecidos em 1948, com variantes locais<sup>239</sup>.

De resto, e tal como a Cooperativa, sobram indícios da resistência das armações e sociedades industriais aos esquemas de assistência e previdência da organização corporativa das pescas. A aplicação do abono de família e a dificuldade em arrecadar as contribuições dos armadores é um dos problemas elucidativos. Estendido à pesca dos cetáceos em 1953, desde o início que o sistema se mostra altamente deficitário. Às irregularidades na declaração dos dias efectivos de trabalho soma-se a falta de pagamentos de contribuições e solicitações de dispensa<sup>240</sup>. Ao compulsar a documentação empresarial, denota-se a constância dos incumprimentos e a relação conflituosa para assumir os encargos impostos pela Junta Central das Casas dos Pescadores<sup>241</sup>.

### **4.3. Fiscalização e regulação corporativa: os meios de actuação do Grémio patronal.**

Como vimos, as competências atribuídas ao Grémio de Armadores são extensas mas abstractas. No que toca à produção, o organismo não trata a distribuição das capturas nem assegura o abastecimento das fábricas. No entanto, a necessidade premente de “federação de empresas” remete à vontade de rentabilizar o investimento feito durante a Guerra e manter a qualidade dos produtos de

---

<sup>238</sup> *Comissão de Estudo[...]1948...*, fol. 66. Veja-se também M. de Lucena, *A Evolução do sistema...*, p. 100 e ss.

<sup>239</sup> Para os tardios contratos no subsector baleeiro, Cfr. *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência* (BINTP), Ano XX nr. 6 (31.03.1953) nr. 11(15.06.1953) Ano XXI, nr. 22 (30.11.1954), 22/24 (31.12.1955) e Ano XXV, nr. 16 (31.08.1958). A eles parece aludir M. de Lucena, quando refere que entre 1950 e 1959 só foram celebradas entre as Casas dos Pescadores e os grémios de armadores cinco convenções e que “Vinte cinco estavam então em vigor, tendo a maioria pelo menos dez anos de idade.”. Cfr. *A evolução do sistema...*, p. 264. De notar que o contrato de S. Miguel mantinha excepcionalmente o sistema de gratificações aos baleeiros, há muito estabelecido pela *União*, podendo chegar à distribuição de 15% dos dividendos anuais.

<sup>240</sup> A correspondência com a Junta Central das Casas dos Pescadores é bem expressiva. De acordo com Carlos Affonso de Carvalho, em 1953 só 3 das 29 armações baleeiras tinham cumprido com as contribuições para o abono de família. A situação viria a melhorar mas os encargos do serviço de abono de família – com tabela idêntica à pesca do atum e secas do bacalhau – elevaram-se a 262% das correspondentes receitas. O sistema acabou por ser reformado para contabilizar os abonos proporcionais com os dias de trabalho do beneficiário; sobressaía o carácter complementário da ocupação na baleação costeira. Cfr. as Circulares nrs° 3 e 4 de 1955 emitidas pela JCCP em ABR, Pasta 1/10.

<sup>241</sup> Cfr., a partir de 1955, ABR, Pasta 1/10.

exportação. Criada tardiamente, a organização na baleação surge como uma réplica distorcida de um modelo a que falta a disciplina coerciva. A relação hesitante das “forças vivas” com as instituições anexas do GAPB são uma boa demonstração.

Neste sentido, importa caracterizar de que forma o organismo corporativo se propunha a fiscalizar e a exercer a regulação corporativa sobre o sector, com um esclarecimento prévio sobre a definição de regulação. Segundo Vital Moreira, a regulação económica pode ser entendida como “o estabelecimento e a implementação de regras para a actividade económica destinadas a garantir o seu funcionamento equilibrado, de acordo com determinados objectivos públicos”<sup>242</sup>. Para alcançar este objectivo a regulação teria que ser um condicionamento externo à própria actividade económica. Em certos casos o Estado regula a prestação de serviços públicos com o estabelecimento de condições de acesso, preços e outras medidas. Como vimos, o paradigma doutrinário do “corporativismo português” transferia a regulação económica para a auto-regulação corporativa a desempenhar pela organização. A experiência concreta revela, no entanto, uma postura contrária. Em muitos casos os organismos de coordenação económica (“comissões reguladoras”) e grémios obrigatórios vão intervir nas relações económicas como agentes da direcção estatal, não podendo por isso ser agentes exclusivamente reguladores<sup>243</sup>.

Retomando a ideia de que o corporativismo representou uma política instrumental de resolução de problemas sectoriais, atendendo a diversas circunstâncias<sup>244</sup>, compete-nos agora compreender em que condições se instalou o Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia. Em 1945 não se tratava de um subsector em crise, não era afectado por uma sobreprodução nem pela desvalorização da produção. Pelo contrário, reabriu o comércio externo para uma Europa que clamava por gorduras animais e outros bens alimentares antes de recuperar as suas estruturas produtivas. Mesmo que o óleo de cachalote tenha uma aplicação exclusivamente industrial, acompanha a valorização de outros óleos animais e vegetais alimentares. Entre 1945 e 1948 abre-se uma fugaz época de ouro na indústria com o óleo exportado a ultrapassar os 10\$/Kg. A exportação deixa de estar subordinada aos bloqueios da “guerra económica” e aos intentos de canalização para o mercado interno próprios da “economia de guerra”, multiplicando-se os países importadores através da inclusão do óleo de cachalote em vários acordos comerciais bilaterais<sup>245</sup>.

---

<sup>242</sup> Cfr. Moreira, Vital, *Auto-regulação profissional e administração pública*, p. 34.

<sup>243</sup> *Idem*, p. 38. Daí a contradição que apontava M. de Lucena para as competências da Comissão Reguladora de Óleos e Oleaginosas, prevendo tanto a “regulação” do abastecimento como a intervenção na distribuição. Cfr. “Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura (II)”, *Análise Social*, vol XV (57), 1979-1º, p. 124.

<sup>244</sup> Em jeito de ensaio, Fernando Rosas revisita algumas questões fundamentais de trabalhos anteriores em *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa, Tinta-da-china, 2012, pp. 304-309.

<sup>245</sup> Cfr. os lotes de óleo de cachalote incluídos nos acordos comerciais divulgados na revista da Associação Industrial Portuguesa, *Indústria Portuguesa* (vários anos).

Segundo a Direcção, o GAPB formara-se numa época de “ressurgimento” que importava acompanhar e assegurar. Sensível à retórica legitimante da organização das pescas agremiadas centrada na renovação das frotas, a ordem de trabalhos não deixa de assumir outras prioridades: reformar os sistemas de produção terrestres, anulando a prática dos caldeiros, sem criar roturas excessivas com os pequenos armadores dispersos em várias ilhas; exercer a disciplina económica com a vigilância da produção e a certificação dos produtos a exportar; criar zonas de pesca para servirem a capacidade de laboração das novas unidades industriais. A manutenção da qualidade do óleo exportado e o reflexo dos preços na balança comercial de pagamentos era o argumento mais recorrente de articulação com o sempre evocado “interesse nacional”. O desenvolvimento da frota e até as políticas de enquadramento do “trabalho” das cinco centenas de baleeiros seriam secundadas.

Instalado de forma precária na sede do Grémio do Arrasto, próximo da observância do Delegado do Governo, o Grémio inicia actividade. Em primeiro lugar acerta as formas de controle da produção, discute e define a taxa legal sobre o óleo arrecadada pela Alfândega no momento de embarque das mercadorias. As Delegações ficam encarregues de executar as directrizes tomadas em Lisboa e recolherem as informações requeridas pelo organismo central. São instrumentos de actuação e não de representação, como se verifica noutros organismos das pescas. Vigiam a instalação de novas armações, cobram as cotas, emitem certificados, reúnem estatísticas, distribuem letras de abonos financeiros, comunicam as circulares aos armadores, reúnem-nos nos momentos difíceis e deles recebem representações e outros pedidos.

Em segundo lugar, o Grémio considera indispensável o envio de uma Comissão de Estudo aos arquipélagos capaz de inventariar todas as condições de exercício da pesca e da indústria. Na realidade, a Comissão composta pelo adjunto do Delegado do Governo e um consultor técnico também satisfazia o propósito de “viagem de propaganda[...]” proposta por Tenreiro<sup>246</sup>. Celebrada durante o Verão de 1946, o relatório oficial levanta os problemas das estruturas permanentes de varagem das embarcações, os sistemas de caldeiro ainda em uso e as Fábricas que não produziam as farinhas, falhando o aproveitamento integral. Atentos ao exame dos aspectos sociais e materiais da pesca, deixam conclusões optimistas quanto ao término das perigosas “lutas do mar” e corridas desenfreadas na arreada à baleia. À margem do relatório, Mousinho de Figueiredo publica o seu trabalho técnico mais relevante<sup>247</sup>. Menos original, a Comissão enviada em 1948, com um representante da Direcção Geral da Indústria, detém-se a analisar os casos problemáticos que corriam nos ministérios da Marinha e Economia sobre o licenciamento de novas armações e o condicionamento industrial. Documentos pouco técnicos resultantes da observação *in loco*, os

---

<sup>246</sup> *Actas do Conselho Geral*, livro I, fol.2 (reunião de 16.03.1946).

<sup>247</sup> Referimo-nos à já citada obra *Introdução ao estudo da indústria baleeira insular...*

relatórios das Comissões são de extrema relevância para fundamentar os projectos de nova regulamentação e concentração industrial preconizados pelo Grémio.

O controle quantitativo e qualitativo da produção dá-se com a emissão de certificados prévios à expedição das mercadorias e com a elaboração de circunstanciadas estatísticas sobre a pesca e a laboração industrial. O desmancho do cachalote nas plataformas industriais, a produção em autoclave e as melhorias no armazenamento contribuíram para um aumento da qualidade do óleo reduzindo as margens de acidez, humidade e outras impurezas. Como se depreende da consulta da documentação empresarial, a percentagem de acidez do óleo era um factor essencial no valor das ofertas e nas próprias aplicações industriais do produto. Durante os anos da Guerra, a procura permitira a exportação, quando autorizada, do óleo extraído por processos tradicionais. O Grémio impunha agora a urgência de evitar o “óleo de caldeiro” de forma a manter os bons preços e clientes, sendo expectável a breve alteração dos mercados com o regresso em força das frotas estrangeiras ao Antártico. Em Dezembro de 1947 fixaram-se as medidas mais contundentes: em defesa do “nome do produto e sua aceitação no mercado mundial”, os despachos alfandegários de exportação ficavam a depender da apresentação de um certificado de qualidade passado pelo GAPB; e caso as condições o exigissem, o GAPB podia registar todos os exportadores<sup>248</sup>. Aos certificados obrigatórios o Grémio acrescentou a passagem de certificados de origem, peso e análise, através dos Delegados, procurando substituir a prestação de serviços intermediários na fiscalização dos embarques, contratados pelos importadores, e cujos problemas e faltas tantas vezes opunham vendedores e compradores. É de crer, contudo, que a emissão dos vários certificados a partir de 1947 não limitou, por si, o uso dos tradicionais caldeiros; nem o GAPB dispôs de uma estrutura que absorvesse toda a fiscalização do transporte das mercadorias, mantendo-se na concorrência com outras instituições, como a Sociedade Geral de Superintendência.<sup>249</sup>

O *Boletim de Informações da Actividade Baleeira* permitia ao Grémio exercer a lógica de vigilância apertada à produção das armações insulares com certa autonomia. Na senda dos boletins de capturas requeridos às armações pela Direcção das Pescarias, o Grémio refina e amplia o modelo para

---

<sup>248</sup> Cfr. Portaria 12:206 de 23 de Dezembro de 1947. O GAPB estabelecera previamente no Conselho Geral as características legais dos óleos (humidade, índices de iodo e saponificação, entre outros), sancionadas pelo CTC.

<sup>249</sup> O problema persistia em 1952 com os certificados de origem “não procedentes de organismos corporativos ou de coordenação económica, por virtude de nenhum dos existentes regular a actividade desses exportadores”. Em alternativa, o GAPB passaria a emití-los mas sem exclusividade; cfr. Decreto 38:652 de 20 de Fevereiro de 1952. De acordo com a documentação empresarial e os certificados passados pelos Delegados na ilha do Pico, verificaram-se duas modalidades de transporte do óleo para exportação: em barris, pequenos e médios lotes, nas carreiras marítimas com Lisboa e países europeus; a granel em navio-tanque, com a reunião de grandes lotes (500 t.) que exigiam a união de várias produções e mistura de diferentes qualidade de óleo. A título de exemplo, em 1956, com exportação superior a 4400 toneladas, foram emitidos pelo GAPB 58 certificados de qualidade, 37 certificados de origem, 28 certificados de peso e 27 certificados de análise. Alguns países (Itália, Suécia, Suíça) importaram contingentes inferiores a 150 t. Cfr. Anexo III e *Relatórios e Contas* do GAPB de 1956, p. 11.

criar uma rede de informação especializada e um verdadeiro sistema, não assumido, de manifesto das produções. Idealmente, os Boletins mensais proviam o organismo central de todos os detalhes de cada armação e empresa industrial sobre as arreadas produtivas e improdutivas, as dimensões e rendimentos médios das capturas e o cálculo de valor de cada produto obtido; e recolhiam, sobretudo, as quantidades de óleos e farinhas vendidas e em *stock*. Aos olhos dos armadores, os Boletins proporcionariam o “contacto íntimo, seguro e permanente com a indústria, sem sofrer as consequências da dispersão em que esta se encontra”<sup>250</sup>, trariam a compreensão das diferenças técnicas e das circunstâncias que mais ou menos pendiam no êxito da pesca. Nos relatórios da Direcção encontramos frequentes epígrafes dedicados à análise da produção com o destaque para as regiões mais produtivas. Na realidade, o interesse em recolher estes dados era múltiplo: permitia supervisionar a economia de cada armação e cada ilha; atribuir financiamentos e abonos financeiros caucionados com o óleo em *stock*; aos representantes do Grémio, ter uma noção geral da produção e uma sequência de dados que sustenta as negociações dos contingentes de exportação e a colocação de pequenos lotes no mercado interno; colocar o Grémio como responsável na protecção dos limites “sustentáveis” da pesca, questão que se levantará com maior veemência na década de 60. A julgar pelo número de circulares e pela magnitude dos dados coligidos nos Relatórios anuais, esta foi sem dúvida a sua principal tarefa administrativa, apenas complementada por outros questionários periódicos. E no entanto, o domínio estatístico das variabilidades da pesca e da produção não acrescentou especiais poderes de direcção económica ao organismo.

De facto, para lá dos aspectos técnicos de fiscalização que caracterizámos, em grande medida legitimantes da actuação de um organismo patronal que impõe taxas sobre a produção e sobre os capitais fixos da pesca, o organismo central não chegou a impor a regulação corporativa dos preços de exportação nem condicionou directamente os movimentos comerciais da iniciativa privada, como as vendas à consignação, por exemplo. Para melhor compreendermos esta questão devemos recuar à tentativa de cartelização privada movida por Marcelino dos Reis. Em 1945 as vendas em coligação com as armações da Madeira, São Miguel, Grupo Central e FMR Lda. alcançam as 2000 toneladas, valor superior à exportação total de qualquer ano da Guerra. Porém, em 1946 e 1947, num contexto de alta cotação do óleo, as armações da Madeira e São Miguel abandonam a coligação e José Cristiano entra em incumprimento. Ainda em 1947, o Conselho Geral propunha fixar o preço do óleo para exportação em 7\$00/Kg FOB Lisboa, sem resultado<sup>251</sup>. A medida aparecia de forma isolada, isto é, sem presumir outro tipo de controle nos preços da produção – neste caso, da entrega de cachalotes às

---

<sup>250</sup> *Relatórios e Contas* do GAPB [...].

<sup>251</sup> *Actas do Conselho Geral*, livro I, fol. 7 (reunião de 23.04.1946). Além da fixação de preços, propunham a orientação de venda dos produtos, “de modo a serem os mesmos controlados pelo Grémio”. Nisto incluía-se a vontade de registar todos os exportadores, mas nenhuma fonte nos assegura que tenha sido feito.

fábricas – ou de aquisição de matérias primas, como o carvão e combustíveis, necessária ao processamento integral. Em 1948, a Comissão de Estudos esclarecia que não era possível fixar um preço porque haveria sempre condições de negociar em bases fictícias. Em todo o período é escassa – até mesmo evitada, por exemplo, nos relatórios e contas anuais – a alusão aos preços e cotações de óleo nas praças europeias.

Como pano de fundo, o facto da produção não ser canalizada para o mercado interno nem haver armazenamento e centralização de vendas para exportação na metrópole ou nas ilhas. Problema agudizado pela dispersão das ilhas e a concorrência de vários intermediários *import/export*. Marginalizado, o GAPB não dispôs de receitas ou transferências que permitissem compensar os produtores com as grandes flutuações do mercado e proteger a sua produção com a fixação de um preço mínimo. Ao revés, a cúpula político-administrativa composta por Tenreiro e Américo Tomás apoiará, pela via regulamentar e de fomento das pescas, a necessidade imperiosa de concentração do número de armações para que pudessem existir desenvolvimentos ulteriores. Nunca houve resposta à grande flutuação dos preços que lançava os armadores na incerteza e paralisação, salvo na crise comercial e existencial de 1948-1950. Neste propósito a ordem corporativa falharia redondamente. Resta-nos tentar perceber porque o Grémio desenvolveu esquemas tão apurados sobre os dados da produção. Podiam os sistemas de informação montados no organismo, sem reverterem como bases para o intervencionismo do Estado, constituir simplesmente instrumentos úteis para o grupo de industriais/exportadores que ocupa os órgãos do Grémio e dele usufrui?

Fora as actuações que vimos, o GAPB mantém-se activo na emissão de pareceres nos processos de condicionamento industrial da indústria propriamente “baleeira” mas também de extracção de óleos de peixes esquilidos<sup>252</sup>, nem sempre mantendo uma só voz e actuando de acordo com as circunstâncias e interesses envolvidos. Emite também pareceres sobre a autorização de novas embarcações e actua como representante dos armadores enquanto grupo de pressão na diminuição dos fretes de transporte marítimo do óleo e farinhas, negociado com a Junta Nacional de Marinha Mercante, e na isenção da contribuição industrial, medida significativa alcançada em 1950.

Mas a pouca regulação corporativa cingiu-se, praticamente, à classificação da qualidade mínima dos produtos e excluiu qualquer fixação de preços. Na outra margem, não tão distante, os esforços privados de cartelização revelam-se insuficientes para a mobilização espontânea que se esperava do “corporativismo de associação” depois de impulsionado pelo Estado.

---

<sup>252</sup> Os pedidos de instalação de caldeiros e prensas para o aproveitamento do óleo de peixes esquilidos constituía, em princípio, depois de negada autorização para exercício da baleação, a substituição pela produção de um produto próximo. Sendo alguns dos requerentes armadores “baleiros” com pedidos recusados, tornava-se evidente a intenção. Entre 1945 e 1954 o GAPB chegou a emitir 13 pareceres deste tipo. Cfr. DGRM, Fundo GAPB, Pasta *Aproveitamento de produtos e subprodutos de peixes e animais marinhos*.

### 4.3.2. Um novo Regulamento a favor da reorganização da indústria.

No Final da Segunda Grande Guerra restavam poucas dúvidas quanto à vulnerabilidade da estrutura produtiva portuguesa. Se é certo que a balança comercial alcançara valores positivos pela sobrevalorização conjuntural das exportações, as dificuldades de importação de bens de equipamento, de matérias-primas e combustíveis espelharam as contradições do modelo de autarcia ensaiado nos anos trinta. Menos hostilizadas, as ideias industrialistas do engenheiro Ferreira Dias, nomeado Subsecretário de Estado do Comércio e da Indústria em 1940, ganhariam força e expressão legal, primeiro com a Lei de Electrificação do País nº 2002 (1944) e principalmente com a lei de fomento e reorganização industrial nº 2005 (1945). Contra a popular preservação das estruturas tradicionais e do trabalho humilde, o arauto da industrialização sugeria o estabelecimento de um conjunto de indústrias-base e a reorganização das existentes através da concentração das capacidades de produção. Procurava assim estabelecer uma política industrial sistemática que a longo prazo exigisse compromisso e não retorno<sup>253</sup>.

Não é nosso objectivo colar a tentativa de actuação dos industriais reunidos no GAPB à interpretação das ideias de Ferreira Dias; não existem indícios que comprovem a filiação ao programa enunciado na lei nº 2005. O próprio autor de *Linha de Rumo* criticara abertamente a tendência da organização corporativa na preservação das dimensões modestas das indústrias<sup>254</sup>.

No entanto, o problema de concentração industrial colocava-se com especial acuidade e originalidade na jovem indústria baleeira. No Verão de 1946, Mousinho de Figueiredo denunciava a situação: por um lado, as fábricas coexistiam com o funcionamento dos sistemas de caldeiros<sup>255</sup>; por outro, a especialização no processamento do cachalote, fruto de capturas aleatórias e sazonais, não permitia a transformação de outras matérias primas similares e passíveis de aumentar o rendimento. Frente ao “esbanjamento industrial” inserido, paradoxalmente, num frágil tecido industrial, o médico veterinário apresentava um plano de rentabilização que incluía outras matérias primas<sup>256</sup>. Na mesma linha, Zola da Silva sugeria a exploração de outras espécies de cetáceos de forma a contrariar a baixa

---

<sup>253</sup> Para um desenvolvimento desta doutrina, cfr. Dias Júnior, J. N. Ferreira, *Linha de rumo I e II e outros escritos económicos: 1926-1962*. Lisboa, Banco de Portugal, 1998. [intro. de J. M. Brandão de Brito]. Para uma leitura recente desta problemática, cfr. Folgado, Deolinda, *A Nova Ordem Industrial no Estado Novo. Da Fábrica ao Território em Lisboa (1933-1968)*. Lisboa, Livros Horizonte, 2012. pp. 61-67.

<sup>254</sup> Citado por Brandão de Brito, J. M., em *A industrialização portuguesa no pós-guerra...*, p. 168.

<sup>255</sup> Caso das ilhas Flores e Pico. Noutras tinha-se dado a instalação de caldeiros durante ou depois da construção de unidades fabris: Santa Maria (1937), Terceira (1940) e Graciosa (1944).

<sup>256</sup> Segundo o autor, “o que constituirá um paradoxo para o caso insulano, cujo bloco fabril é menos que débil: assistiremos amanhã à montagem de fábricas de farinhas de peixe, à de postos de recuperação de cadáveres e a instalações de fabrico de adubos ao lado das fábricas baleeiras que estão inactivas por aparente escassez de matéria-prima, as quais, contudo, podiam ter-se preparado [...] porque eles são de produção constante e regular. [...] porque o fundamental da economia açoriana, quer no conjunto, quer parcialmente, é a agricultura e é a pecuária, e, que nós sabemos, as ilhas são consumidoras de adubos, forragens [...] e não produtoras [...]”. Cfr. *Introdução ao Estudo...*, pp. 161-162.

média anual de 50 dias de laboração<sup>257</sup>. Propostas silenciadas, na nossa opinião, pela conveniência de salvaguardar a especificidade do aproveitamento do cachalote nos processos de condicionamento industrial e licenciamento da pesca. Menos decisiva que as decisões administrativas do Estado e a “intervenção corporativa”, a rígida estrutura económica arquipelágica também dificultava a concentração dos meios de pesca e laboração.

Neste contexto, a Direcção do Grémio empunhava no discurso oficial um plano vincadamente reformista. “Organização adequada e conhecedora dos modernos processos industriais”, como referia a nota preambular, o Grémio procurava “elevar o nível desta indústria”<sup>258</sup>. Comandado por um núcleo de industriais que oportunamente revelará as suas desavenças, concordavam com um número fixo de instalações fabris e uma nova regulamentação que obrigasse as armações à sua utilização. Como se o modelo ensaiado pela *União* de Pedro Cymbron em São Miguel pudesse ser reproduzido no resto do arquipélago, mormente nas zonas onde maior número de armações se mantinham em concorrência e algumas a evitar o uso das modernas Fábricas. Desde o início, o Grémio considerou o estabelecimento de zonas onde se reunissem os armadores que não dispunham de “capital” em redor das unidades industriais, sugerindo até a criação de agregados piscatórios e industriais – visão especialmente antagónica do modelo complementar e agro-marítimo que caracterizava a “pesca da baleia”<sup>259</sup>. Plano que não colidia com a preservação da *indústria-reliquia*, do emprego dos marítimos e dos seus baixos salários, fixos ou em soldadas, sobre o produto da pesca. A cada ideia, o Grémio via a hipótese de alcançar todas as soluções. A criação de zonas de baleação afigurava-se como estratégia criadora de benefícios para os industriais e redução de encargos gerais de cada armador, permitindo suportar melhor as flutuações do mercado e as condições do produto.

Se houve período em que o Grémio procurou impulsionar a indústria, terá sido entre 27 de Abril e 16 de Maio de 1947. Reunidos o Conselho Geral com a Direcção, o Delegado do Governo e seu Adjunto, representantes dos armadores de São Jorge e Sul do Pico, vindos expressamente a Lisboa e a expensas do Grémio, constroem-se ao longo de várias sessões os alicerces esperados da organização: estatutos da Cooperativa, projectos de Apólices da Mútua e de Contratos Colectivos de Trabalho, condições de entrada de novos armadores e grupos de trabalho para a revisão do Regulamento da pesca e para a formação de cooperativas locais entre as empresas industriais e as armações insulares<sup>260</sup>. Nas *Bases para as concentrações baleeiras* remetidas às Capitánias e Direcção das Pescarias, podemos discernir o modelo de cooperativas formulado por Marcelino dos Reis e aplicável ao conjunto de ilhas Faial-Norte do Pico-São Jorge, Sul do Pico e Flores-Corvo. As cooperativas

---

<sup>257</sup> *Relatório da Comissão de Estudos aos Açores e Madeira (de 17 de Agosto a 26 de Setembro de 1946)*, p. 26.

<sup>258</sup> *Relatório e Contas de 1947*, p. 9.

<sup>259</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>260</sup> cfr. *Actas do Conselho Geral*, livro I, fols. 11 a 41. (vários dias; total de 14 reuniões)

deveriam ser constituídas por todos os armadores e industriais, com fábricas e armações a manterem as suas gerências privadas, mas obrigadas a usar exclusivamente as novas unidades fabris; teriam sede nas ilhas, conselhos administrativo e técnico e deveriam criar os seus fundos de reserva e renovação do material, só podendo dissolver-se com autorização do GAPB. Em 1948, a nova Comissão de Estudos rebate o modelo no terreno, considerando que a coligação de empresas não resolveria o problema das melhorias técnicas e organizacionais que se impunham e de que a Madeira e São Miguel, com empresas únicas, seriam exemplo<sup>261</sup>. Noutra reacção, o Capitão do porto da Horta felicitava as medidas por necessárias ao grupo de empresas mal organizadas e sem capacidade financeira e acrescentava a sua preocupação pela “entrada em competição nos mercados internacionais de outros países com produções melhores e maior organização”<sup>262</sup>. A consciência de oportunidade de reforma sobre as estruturas entre 1945 e 1948, entrevista também pelas autoridades marítimas, é fundamental para compreender a amplitude dos planos da Direcção e do Conselho Geral. É certo, porém, que o sistema de cooperativas locais não se veio a estabelecer.

Se a constituição de zonas de baleação seria o fim, o meio forjava-se com a alteração do antigo Regulamento de pesca dos cetáceos. Publicado como “provisório” em 1925, constituía por décadas um manancial de problemas à interpretação de competências entre as tutelas da Marinha e da Economia. Desde pelo menos 1941 que a Comissão Central de Pescarias se incumbira de preparar um novo Regulamento, incitada pela contestação de uma das figuras maiores na indústria<sup>263</sup>. Em 1947, o Conselho Geral discutirá um anteprojecto elaborado pelo Comandante Manuel Melo de Carvalho, rebatido, mais uma vez, pelos membros da Comissão de Estudos de 1948, onde se destacam as novas propostas do engenheiro da DGI, Mota Furtado. Subjacente à proposta ainda estava a preocupação de não prejudicar os pequenos armadores, mesmo que os resultados da sua laboração não fossem satisfatórios. É certo, porém, que a crise comercial de 1948-50 mobilizou os meios do Grémio nas tarefas de auxílio e adiou temporariamente a discussão do novo Regulamento. Em 1951, ultrapassada a situação grave, é apresentado um novo projecto que origina o “decreto revolucionário” de 1954. Nele se condensava as propostas mais contundentes da organização corporativa para a concentração industrial através da fixação de Zonas de Baleação concessionadas a uma única entidade.

---

<sup>261</sup> *Comissão[...]1948*, p. 37.

<sup>262</sup> Cfr. a resposta à consulta de Melo de Carvalho, a 15.04.1948. DGRM, Fundo Direcção de Pescarias, *Código 11 – Pesca da Baleia*, Proc. 23/9.

<sup>263</sup> Em Julho de 1941, Marcelino dos Reis dirige-se ao Ministro da Marinha expressando várias dúvidas sobre o articulado do Regulamento da pesca de 1925, ainda em vigor. Entre elas acusava de “devassa comercial” a obrigação das armações entregar uma conta com as receitas e despesas anuais à Capitania. Em resposta, os Capitães dos Portos tecem duras críticas a Marcelino, novo armador e fator de instabilidade com o aumento da concorrência no grupo central. Cfr. as várias intervenções em DGRM, Fundo Direcção de Pescarias, *Código 11 – Pesca da Baleia*.

O Regulamento de 1954<sup>264</sup> alterava profundamente a organização da indústria baleeira em terra e no mar, a começar pela nova definição jurídica dos seus elementos. Em primeiro, revogava a tradicional definição de armação, deixando de ser constituída pelos meios da pesca e extracção. Em seguida definia a concessão como uma autorização para o exclusivo da pesca numa zona definida pela tutela da Marinha por um longo período de 10 anos. Para ser concessionário, o indivíduo ou sociedade necessitava ter exercido actividade na mesma área durante os últimos 7 anos; prerrogativa que concedia direitos adquiridos aos instalados. No capítulo dos deveres, obrigava-se os concessionários a exercer regularmente a pesca com um número mínimo de lanchas e canoas e uma produção mínima anual de óleo fixada por portaria; a matricular as tripulações completas durante pelo menos 4 meses; e principalmente, obrigados ao aproveitamento integral do cachalote (art. 27). Onde houvesse mais de uma armação na mesma zona, dever-se-iam constituir sociedades dentro de um prazo para o requerimento da concessão. Estava também implícita a necessidade de remodelação ou construção de unidades fabris de raiz nas ilhas isoladas que requereriam as concessões. Fora estas alterações, mantinham-se em geral as regras do exercício de pesca; o decreto justificava-se, explicitamente, pela imposição da nova ordem.

Cientes dos conteúdos “revolucionários”, a habitual consulta aos Capitães dos Portos (e Delegados dos Grémios) revela opiniões muito variadas. Da Horta, centro nevrálgico do problema, chega apenas a reclamação de que as zonas deviam respeitar as áreas de jurisdição das Capitánias, não sendo possível agrupar as ilhas do Faial e norte do Pico com a ilha de São Jorge, e os limites deviam ser fixados em terra; de Angra do Heroísmo, o desalento do Capitão que, sem meios de fiscalização não poderia dirimir os previsíveis conflitos entre zonas, nem contrariar as práticas de perseguição dos cachalotes e a navegação de lanchas e canoas sem cartas; de Ponta Delgada vêm as mais duras críticas a um processo que não contara com os baleeiros nem as Capitánias, e a contestação à atribuição de uma única zona de baleação em S. Miguel, onde haveria pleno campo para a actividade de dois concessionários e emprego de mais marítimos. Do Funchal requeria-se apenas que, por via de dúvidas, se estendesse a zona única de Baleação às Ilhas Selvagens<sup>265</sup>.

Foi no seio do grupo central, onde se concentrava maior número de armações com mobilidade entre os pontos da costa, que se levantaram as maiores oposições à compartimentação territorial das zonas de baleação. Em 1954 a tipografia *Telégrafo* dava à estampa uma exposição encabeçada pelas *Reunidas* de São Roque do Pico e subscrita pela *entourage* de 10 armações clientes da Fábrica do “Cais do Pico”, acusando a ingerência de um modelo artificial que terminava com 90 anos de liberdade. A Sul, as armações lajenses repassavam o passado glorioso da baleação costeira, em que foram

<sup>264</sup> Cfr. o decreto nº 39657 de 19 de Maio de 1954, que promulga o novo Regulamento da Pesca dos Cetáceos.

<sup>265</sup> Para as diferentes intervenções, cfr. DGRM, Fundo GAPB, Pasta *Áreas de baleação. Concessões. Concentrações baleeiras*.

pioneiros, para reivindicar a extensão da 5ª zona de Baleação até ao Topo, na costa oriental de São Jorge<sup>266</sup>.

Perante as tensões e necessidade de resolução, é convocada uma reunião de armadores em Novembro de 1954 na sede do GAPB. Entre a publicação do Regulamento e a fixação das zonas de baleação ficavam os escolhos para a eficácia do diploma: definir as condições em que se podiam constituir as sociedades concessionárias e fixar o limite das áreas. Tal como em alguns pareceres de condicionamento industrial, revelam-se novas dissensões internas no seio de representação do Grémio. Do grupo do “Cais do Pico”, amparado pelo Director de Pescarias Sá Linhares, vêm as críticas ao “duro golpe desfechado sobre os princípios da organização corporativa porque nos regemos”; a que Tenreiro, muito de acordo com a designação de “patrão das pescas e guardião de Salazar”<sup>267</sup>, prontamente responde que sempre protegera os pequenos armadores do bacalhau e que os presentes deviam seguir o exemplo da indústria das conservas, em que Salazar fechara fábricas para seguir a “Revolução Nacional”<sup>268</sup>. Em concreto, Tenreiro referia que a concentração era necessária para o subsector poder beneficiar dos planos de fomento e assim modernizar-se. À ideia de *concentração*, Rodrigo Rodrigues e outros opõem-se com a ideia de *parceria* marítima, constituída por armações que mantêm as suas gerências e gerem as suas despesas mas rateiam a produção e receitas. Por outras palavras, os interesses industriais preferiam a manutenção de uma estrutura pulverizada ao limite coercivo e territorial das zonas de captura. Em segundo lugar, pediam que as zonas de Baleação se limitassem às 3 milhas a partir da costa (viriam a ser fixadas em 6 milhas). Zonas fictícias, portanto, assumidas linhas imaginárias que na prática apenas condicionavam o estacionamento das embarcações em terra mas não as capturas ao largo para lá das 6 milhas. Com o consentimento das *parcerias* e zonas de baleação fictícias, o Delegado de Governo convencera-se que os armadores não teriam o desejo de resolver os seus problemas.

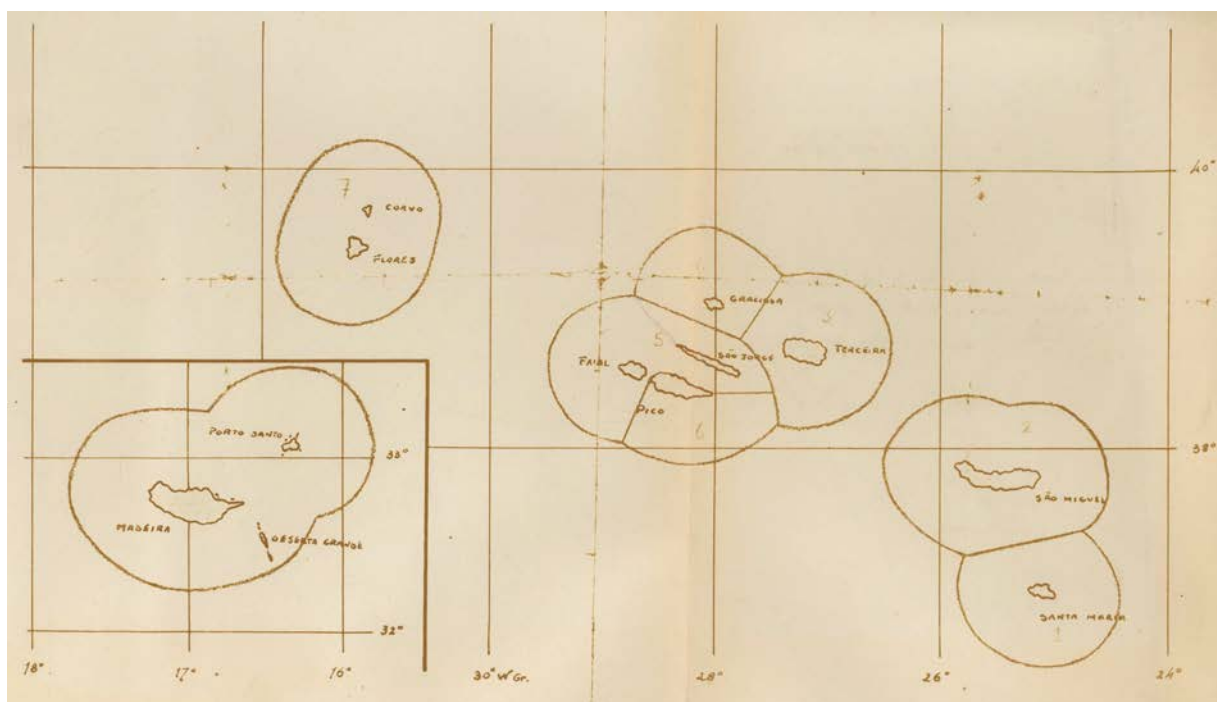
Imagem 2. Distribuição das zonas de baleação nos arquipélagos da Madeira e Açores.

---

<sup>266</sup> Cfr. respectivamente, *Exposição sobre as áreas de baleação no Grupo Central dos Açores: Fayal, Pico, São Jorge, Graciosa e Terceira*, [s.l.], Tip. do Correio da Horta, 1954; e a *Exposição dos Armadores Baleeiros do Sul do Pico ao GAPB sobre as áreas de baleação* [sem data], DGRM, Fundo GAPB, Pasta *Áreas de baleação. Concessões. Concentrações baleeiras*. Segundo os dados apresentados por José Carlos Garcia, a maioria da produção fabril das *Reunidas* correspondia às armações-cliente que entregavam as capturas para processamento. A título de exemplo, a produção total de óleo em 1954 atingira as 1276t, mas só 304t pertenciam aos cachalotes entregues pela armação das *Reunidas*. Cfr. *A Fábrica da Baleia de São Roque...*, p. 85.

<sup>267</sup> Cfr. Garrido, A., *Henrique Tenreiro...*, pp. 133 e ss.

<sup>268</sup> Cfr. a acta da reunião de armadores de 17.11.1954 em DGRM, Fundo GAPB, Pasta *Áreas de baleação. Concessões. Concentrações baleeiras*.



**Nota:** os círculos em redor das ilhas não correspondem aos limites reais das zonas, estabelecidas até ao máximo de 6 milhas a partir da costa. **Fonte:** Colecção Documental Reis&Martins Lda.

Em Junho de 1955 foi publicada a portaria a definir as dez zonas de Baleação: duas no Continente, zona única no Arquipélago da Madeira e sete no arquipélago dos Açores<sup>269</sup>. Durante os dois anos seguintes foram sucessivamente dadas as concessões a todas as áreas, excepto no Continente. O novo mapa termina em Agosto de 1957, dez anos depois das primeiras reuniões celebradas em Lisboa. Estrutura dispersa que parecia secundar os propósitos de concentração enunciados em 1947 e satisfazia, essencialmente, a miríade de interesses agora representados na organização corporativa. Ficavam finalmente assegurados alguns exclusivos formados nos anos da Guerra (São Miguel e Madeira) e a protecção à entrada de novos armadores, em que o caso mais disputado nos últimos anos tinha sido a ilha de Santa Maria. A União de Armações nas Flores e Corvo resultara mais do interesse em recorrer aos créditos de fomento para a aquisição da Fábrica do Boqueirão do que a uma nova “orientação directiva”. De resto, os interesses do “Cais do Pico” não parecem ter sido afectados, na medida em que as armações das ilhas Terceira e Graciosa, cada uma com uma zona de baleação, continuaram a processar as suas capturas no norte da ilha do Pico, num claro incumprimento das obrigações dos concessionários. A disparidade de companhias, uniões e parcerias marítimas que beneficiam das concessões e a aparente ausência de critérios comuns de produção mínima são evidências dos limites do projecto<sup>270</sup>. Tal como referiu Moniz Bettencourt, é

<sup>269</sup> Portaria 15:426 de 18 de Junho de 1954.

<sup>270</sup> Eis algumas disparidades e contradições: na ilha de Santa Maria era exigida uma produção mínima anual de 35 toneladas de óleo, a que corresponde, *grasso modo*, a captura de apenas 8/9 cachalotes. Em São Miguel exigia-se a produção mínima de 190 toneladas, enquanto no Sul do Pico, com uma frota muito superior mas menos eficiente, requeria-se apenas a produção mínima de 130 toneladas. Para uma análise completa, Cfr. Anexo XI.

provável que a constituição de parcerias tenha apenas forçado um entendimento entre armações rivais e obrigado ao processamento integral<sup>271</sup>. A nova ordem terminava cabalmente com a concorrência, anulando a aplicação do condicionamento industrial e a constituição de novas armações fora dos sistemas de parcerias, recentrando o controle da indústria na tutela da Marinha, mas não alcançava a concentração desejada nem promovia a transformação dos métodos da pesca. A eficácia do modelo conservador não chegará a ser testada porque no término da década de 50 outros factores pesarão mais no devir da baleação costeira.

#### **4.4. Os impasses da indústria baleeira nos anos 50.**

##### **4.4.1. A crise comercial de 1948-1950.**

Vimos até agora como, no quadro do corporativismo e influenciado pelas organizações das pescas já existentes, se constituiu a orgânica do Grémio de Armadores e suas instituições anexas, as medidas adoptadas para fiscalizar e orientar a actividade, e se possível modernizá-la, mantendo o equilíbrio de interesses dos industriais nele representados. Abstraímos-nos, entretanto, de indicar as linhas gerais da produção e exportação entre o final da Guerra e o início da década de cinquenta, referindo apenas a existência de um período breve de prosperidade em que paira um certo temor pela recomposição da indústria mundial e os efeitos esperados no incremento da concorrência no mercado externo.

Na apresentação dos pareceres das Contas Gerais do Estado de 1946 e 1947 na Assembleia Nacional, Araújo Correia destacava na exportação de matérias primas os altos valores do óleo de baleia e cachalote. Contraste absoluto com a quebra de exportações nacionais sentida já em 1946, junto à recuperação do comércio importador depois de ultrapassados os constrangimentos da Guerra. Portugal regressava assim ao perfil tradicional de uma balança comercial deficitária<sup>272</sup>. No nosso caso, se em 1938 a exportação se reduzira a 665 toneladas com o valor absoluto de 824 contos, em 1946 a exportação chegara à 3236 toneladas valendo 23920 contos. Em 1947, com a exportação superior a 3600 toneladas e o valor médio superior a 10\$16 por quilograma, a indústria atingia o seu auge<sup>273</sup>. Incentivada pela procura externa, a produção ainda cresce mais na temporada de 1948, chegando às 3846 toneladas, contabilizando os dois arquipélagos e a segunda maior safra anual da companhia de Marcelino dos Reis no Continente<sup>274</sup>. No entanto, é no segundo semestre de 1948 que surgem as primeiras dificuldades com a exportação a cair para menos de metade do ano anterior, 1600

---

<sup>271</sup> Veja-se o seu testemunho sobre a difícil constituição da União dos Armadores do Sul do Pico em *Os Picoenses e a Odisseia da Baleação...*, pp. 45-47.

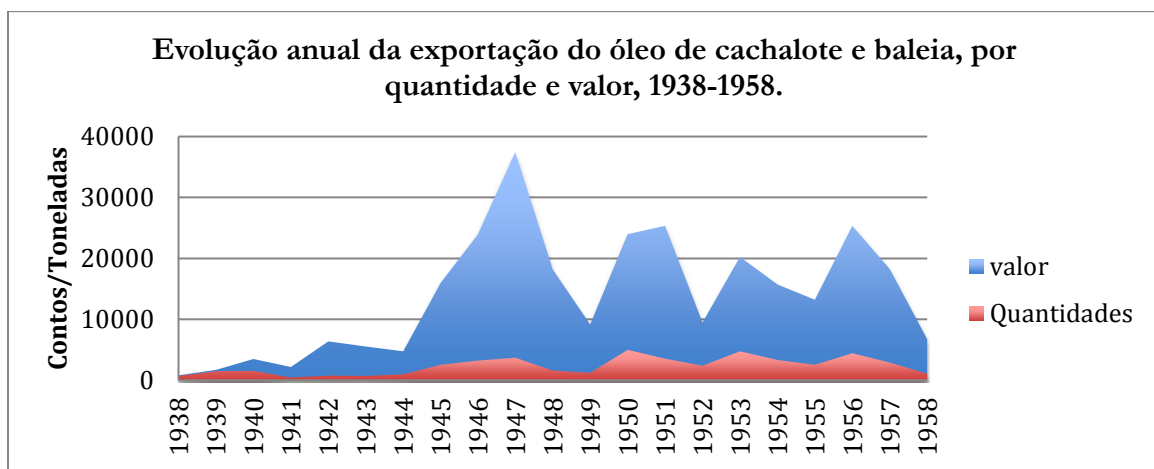
<sup>272</sup> Cfr. *Diário das Sessões*, nr. 132, de 4 de Março de 1948, p. 176. Sobre as tendências inversas em que seguia o comércio externo e as opiniões de Araújo Correia, cfr. Rollo, F., *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós Guerra. O Plano Marshall e a Economia Portuguesa dos Anos 50*. Instituto Diplomático do MNE, pp. 119 e ss.

<sup>273</sup> Cálculos a partir de *Estatísticas do Comércio Externo*, INE (1938-1947).

<sup>274</sup> Para uma estatística dos resultados da exploração continental entre 1945-1951, Cfr. Anexo XII.

toneladas. Os outros óleos animais marinhos seguem a mesma tendência. Justificavam-se, sem grande surpresa, os piores receios dos industriais reunidos na organização corporativa. O afluxo à Europa das produções oleaginosas retidas nos países produtores nos anos da Guerra, a saturação dos mercados externos e a falta de divisas dos países importadores, a reconstrução dos navios-fábrica dos países produtores/consumidores que frequentam o Antártico, a entrada de novas nações e a gestão multilateral de recursos com imposição de quotas anuais para as baleias-de-barbas e ainda o aumento de capturas de cachalote a caminho do Antártico e do Pacífico Sul, tudo concorria para uma grave situação de descida dos preços em geral e da menor procura do óleo de baleia e de cachalote português em particular<sup>275</sup>.

Gráfico 1.



Fonte: *Estatística do Comércio Externo*, INE. 1938-1958.

A temporada de 1949 inicia com apreensão da parte dos armadores, que ainda assim saem a baleiar. No final do ano nota-se uma acentuada quebra na produção, de 2545 para 1670 toneladas, devido principalmente à quebra de grandes produtores (Madeira, São Miguel e Pico). Pelo segundo ano consecutivo, a exportação cai para 1240 toneladas, e também o valor médio para 7,3\$/kg. A crise agudiza-se com os valores mais baixos desde o término da Guerra, apesar da recuperação do principal importador na segunda metade dos anos 30, mais debilitado e dividido, a Alemanha<sup>276</sup>.

Entre o segundo semestre de 1949 e o Verão de 1950, com depósitos e taras cheios e sem receitas para assumir os encargos da pesca, multiplicam-se as declarações de crise nos arquipélagos. Entre a Madeira e São Miguel, Pedro e José Cymbron trocam correspondência a recomendar a suspensão da actividade. Em Lisboa, o Grémio pondera avisar as armações para reduzirem a sua

<sup>275</sup> Para aprofundar todos os assuntos abordados em síntese, cfr. entre outros as obras de K. Brandt (1949); Tonessen&Jonsen (1982) e Paliza e Clarke, “Resumenes de las Investigaciones Balleneras en el Pacífico Sureste y otros Océanos”, in *Boletín del Instituto del Mar del Perú*, Vol. 23, n°s 1 e 2, Janeiro-Dezembro de 2008.

<sup>276</sup> Cfr. o quadro sinóptico da evolução da produção e exportação no quinquénio 1945-1950 em Anexo I, Gráfico 4.

produção ao mesmo tempo que recebe, por via dos Delegados, os primeiros avisos de paralisação e o anúncio inquietante da armação terceirense a querer desfazer-se de toda a produção a qualquer preço. No grupo central, o maior posto “baleeiro” sazonal, o Porto do Comprido, encerra a actividade com particular dramatismo. Na ilha do Pico, Américo Bento descreve como as armações picoenses mantinham no Verão mais de 1600 toneladas de óleo em depósito, o que lhes valeria mais de 1000 contos; a quebra das exportações ameaçava arrastar “centenas de lares” para a miséria e paralisar todo o pequeno comércio que vivia do fiado dos clientes marítimos<sup>277</sup>. O Capitão do Porto da Horta (Melo de Carvalho) dirige-se a Lisboa e consegue um subsídio de 500 contos para financiar as armações do Pico. Entre vários factores, a crise expunha a vulnerabilidade do sistema de pagamento de soldadas aos baleeiros só depois de vendido o óleo e deduzidas as despesas.

Numa acção inédita que exprime bem o tempo de crise, Tenreiro leva a “pesca da baleia” a debate na Assembleia Nacional. No seu discurso estabelece bem a prioridade do escoamento das 4 mil toneladas em *stock* com um valor que intervém no equilíbrio económico do País. Com o dever de não deixar que “pereçam à mingua centenas de pescadores especializados” mas reconhecendo que o “ponto crucial” exige um auxílio mais eficaz do que a organização corporativa das pescas consegue assegurar, Tenreiro solicita uma intervenção salvífica ao Governo. Na discussão, os deputados Pedro Cymbron e Coronel Henrique Linhares de Lima alertam o problema crucial das soldadas dos baleeiros pendentes do êxito das operações comerciais<sup>278</sup>. O discurso do Delegado do Governo será sempre um documento raro para compreender as suas preocupações públicas em torno da baleação mas nada nos adianta sobre o peso do seu poder “fáctico” na mobilização dos apoios que se vieram concretizar<sup>279</sup>.

De resto, a organização corporativa já se havia mobilizado. Em Dezembro de 1948 o GAPB contacta com o Conselho Técnico Corporativo (CTC) para uma operação de compensação com o cimento importado pelas fábricas portuguesas. Num subsector em crise prestes a ser intervencionado, a Comissão Delegada para o Comércio Externo do CTC requeria a regulação corporativa com a “equitativa distribuição dos contingentes a exportar, cumulando esta função com o controle dos preços das referidas mercadorias”, evitando transacções paralelas, o que na prática significava um acréscimo das responsabilidades até então assumidas. Contudo, a operação seria abortada depois de um equívoco relevante: a oferta em Londres de 3 mil toneladas destinava-se a óleo de baleia-de-barbas comestível<sup>280</sup>. Em paralelo, o consultor do Grémio M. Figueiredo enumera as

---

<sup>277</sup> Cfr. *O Dever* de 9 de Julho de 1949.

<sup>278</sup> Cfr. *Diário das Sessões* n.º 21, de 27 de Janeiro de 1950, p. 286. Como habitual, o discurso foi publicado no boletim oficioso da organização das pescas. Cfr. “A pesca da baleia”, *Boletim da Pesca*, (26), Março, 1950, pp. 53-56.

<sup>279</sup> Sobre a dimensão do poder fáctico e tentacular de Tenreiro, cfr. A. Garrido, *Henrique Tenreiro...*, p. 220 e ss.

<sup>280</sup> Cfr. a Circular n.º 2 - 1949 emitida pelo GAPB [BCM-AH].

possibilidades de consumo imediato do óleo de cachalote no mercado interno como aditivo a óleos minerais importados (petróleo e gasóleo) e outras aplicações específicas (curtumes, cordoaria, sacaria)<sup>281</sup>. No Verão de 1949, o Grémio recebe uma oferta de venda de óleo a 5\$00 CIF norte da Europa, rejeitada pelos armadores picoenses que a consideram apenas suficiente para cobrir os encargos da operação. A 17 de Agosto, a isenção da contribuição industrial apenas às armações converte-se porventura na mais duradoura e benéfica conquista para os agremiados, em especial daqueles que ainda se serviam dos caldeiros na orla costeira.

Os dois apoios mais contundentes seriam concedidos por despacho ministerial já em 1950. A 16 de Março, o Ministro das Finanças autoriza o fundo especial de compensação a realizar um empréstimo de 3000 contos ao Grémio para financiar as armações; e a 25 de Abril, o Subsecretário do Comércio e Indústria autoriza a aquisição de 1000 toneladas de óleo de cachalote “devidamente refinado” para serem consumidos no País, misturados com outros combustíveis. Em resposta, o Grémio cria uma linha de financiamento com contratos de penhor mercantil sobre os *stocks* de óleo armazenado nas ilhas ou em Lisboa e encarrega-se de todas as operações de transporte, separação, refinação e contacto com companhias petrolíferas. Bem aceite pelos armadores, o lote de mil toneladas foi adquirido a 4\$/kg com o adiantamento em abonos de 50% do valor para custearem as operações. O Grémio dirigia a sua primeira operação comercial com relativo sucesso em tempo de crise. Todavia, uma mudança importante estava ainda por acontecer. Com o início da guerra da Coreia e a revalorização do óleo de cachalote, a procura externa aumenta subitamente com melhores ofertas. Inundado de consultas e com o *stock* de mil toneladas ainda por aplicar na mistura de combustíveis, o Grémio consegue a suspensão da operação e canaliza o óleo para o exterior. Deduzidas as despesas, a célebre “operação dos combustíveis” resultara em vendas de óleo a 6\$13 kg, com a exportação a render mais de 50% aos armadores<sup>282</sup>.

A crise asfíxiante nas Ilhas Adjacentes tornou-se quase fatal para a firma de Francisco Marcelino dos Reis no Continente. No final da década em que fora o principal artífice da industrialização, afigurava-se o princípio do fim justificado por investimentos desmedidos. Se por um lado as pequenas armações necessitaram amiúde de pequenos financiamentos para evitarem a paralisação, os extremos que Marcelino alcança em poucos anos exprimem bem o risco elevado do negócio da baleação, em particular com o armamento de *catchers* a vapor ou diesel. A investida desastrosa no Continente vinha confirmar a fatalidade da baleação costeira na Península Ibérica, mantida apenas na costa ocidental da Galiza. Entre 1949 e 1950 a estrutura de Marcelino decompõe-se com a cedência

---

<sup>281</sup> Cfr. os estudos de Mousinho de Figueiredo em 1949-1950, compilados em DGRM, Fundo GAPB, pasta *Relatórios, Estudos e Informações*.

<sup>282</sup> Cfr. a Circular n.º 3 – 1950 emitida pelo GAPB [BCM-AH]; no ano seguinte o organismo envia aos armadores um mapa da “operação dos combustíveis” – cfr. Circular n.º 4 – 1951 [BCM-AH].

de quotas dos accionistas metalúrgicos Carlos e Alfredo Alves à sua esposa; com a cedência da participação na SIMAL (Faial) e a entrega da Fábrica do Boqueirão (Flores), avaliada em 1400 contos, a António José Piano Jr, situação incómoda para a organização corporativa, como veremos. A fábrica de refinação de óleos em Sacavém é colocada à disposição da FIMA e são abandonados os projectos de instalação da indústria de conservas de peixe (Faial e Flores) e a electrificação de Santa Cruz das Flores, bem como a participação nas armações florentina e jorgense. Nos primeiros anos 50, Marcelino deixara de ser armador e acionista principal de qualquer empresa industrial, mantendo apenas as cotas na *União* micaelense e na *EBAM*, a fábrica de Setúbal e o negócio exportador que lhe permitirá a breve trecho uma relativa reabilitação. Inventivo, procurará rapidamente alternativas com a deslocação de *catchers* para experiências no arquipélago da Madeira ou a entrada na importação e comercialização de sementes de algodão, entre outros. Coincidência ou não, a queda de Marcelino é simultânea do recrudescimento de poderes do Grémio na conjuntura de crise, temporariamente dirigido por José Cymbron, cargo a que Marcelino regressará em 1952<sup>283</sup>.

#### **4.4.2. Mercado interno e Subprodutos: ideias forjadas em tempo de crise.**

A crise de 1949 expusera dois problemas fundamentais da incipiente indústria: por um lado, a dependência excessiva da procura externa do óleo, volátil e imprevisível, ao sabor dos resultados das colheitas de óleos vegetais, da produção baleeira internacional e dos conflitos político-militares constrangedores do comércio internacional. Por outro, a especialização na produção do óleo em autoclave, em detrimento dos subprodutos, realizada durante uma longa proto-industrialização iniciada em 1936. Só poderemos, por isso, falar do aproveitamento integral generalizado e de uma fase industrial plena já bem entrada a década de 50. Condições exógenas e opções endógenas, portanto, capazes de terem influenciado o rumo frágil da indústria.

A intervenção do Estado não foi permanente. Em 1950, perante a situação calamitosa anunciada pelo Delegado do Governo, o Estado aplicou um financiamento paliativo, de auxílio directo aos “baleeiros”, com a intermediação do Grémio na sua distribuição. Medida excepcional de apoio por concessão de crédito público que contrastava com a falta de subsídios ou participação directa no fomento de uma indústria com importância relativa na economia insular. Desprendidos da ideia de autarcia dos “interesses nacionais”, o grupo de industriais do Grémio abdicou de uma medida protecionista para retomar o ramo tradicional da exportação com a “operação dos combustíveis”. A organização saía, contudo, fragilizada, acompanhando o próprio redimensionamento da indústria. O ciclo de crescimento do imediato pós-guerra chegara ao fim e o sucesso das operações comerciais

---

<sup>283</sup> cfr. o documento “Reunião da Firma FMR em 1950” (06.11.1950), DGRM, Fundo GAPB, Pasta *Assuntos Diversos III*. Encontrámos variada documentação privada de Francisco Marcelino dos Reis Lda. depositada no arquivo do GAPB; indicador da promiscuidade público-privada que amiúde se manifestou nestes organismos.

passaria a depender de situações conjunturais. O abandono do projecto da Mútua de Armadores é um bom indicador de ajuste do subsector.

Num balanço do primeiro quinquénio, o GAPB procedia ao auto-elogio gabando-se da “operação dos combustíveis” sem aparentemente comprometer o “interesse nacional”<sup>284</sup>. Apesar da laudatória, é a partir do segundo semestre de 1950 que se encara o mercado interno continental de forma séria e algo isolada dos pequenos armadores insulares. Com a retórica invertida, a Direcção alegava que “o que mais tem prejudicado ultimamente o baleeiro insular é a falta de atenção dada pelo mercado interno a esta matéria prima da produção exclusiva do trabalho nacional”<sup>285</sup>. Intensificam-se os questionários sobre os custos de produção para averiguar a sua utilização na indústria nacional com a fixação de preços ao produtor. Em todo o discurso subjaz o final do curso da Guerra e o período em que, curiosamente, mais se reclamava uma direcção económica através do aparelho do Estado.

As aplicações do óleo no mercado interno necessitariam ensaios prévios. Entre Junho de 1950 e Setembro de 1952, os serviços do Grémio estabelecem uma longa negociação com a Sociedade Industrial de Santa Iria Lda. (SANTIL) que previamente transformara óleos de peixe em óleos secativos, com vista ao tratamento do óleo de cachalote para aplicação nas indústrias de sabão, tintas e vernizes. São elaboradas várias experiências químicas no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). Apesar dos primeiros resultados positivos e da proposta de constituição de uma empresa industrial, os sucessivos desentendimentos entre o Grémio e a SANTIL terminam com a oportunidade. Menos significativas, foram também infrutíferas as negociações com a Sociedade Portuguesa de Explosivos para o aproveitamento da glicerina e com a Sociedade Nacional de Sabões, a última referindo a impossibilidade do uso do óleo e recomendando ao Grémio a aquisição de equipamentos separadores e purificadores<sup>286</sup>.

O falhanço destas tentativas poderá ter várias explicações: por um lado, a própria precariedade da ideia, dada a dependência – e preferência confessada – pelas exportações mal surgisse oportunidade; por outro, as objecções tecnológicas dos vários interlocutores não parecem suficientes para compreender o magno problema, relacionado com a reserva do mercado português às grandes importações de oleaginosas, em grande medida controladas pela grande Companhia União Fabril (CUF).

---

<sup>284</sup> Cfr. “Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia: breve resumo da sua actividade desde a fundação até ao momento actual”, *Jornal do Pescador*, Ano XI, nº 144, Dezembro de 1950, pp. 27-30.

<sup>285</sup> *Relatório e Contas* de 1950, p. 9.

<sup>286</sup> Cfr. os vários processos com as diversas instituições em DGRM, Fundo GAPB, *Aproveitamento do óleo de cachalote. Refinação do óleo de cachalote. Tratamento de águas residuais*.

Para melhor compreendermos a actuação do Grémio, tracemos as linhas gerais da produção e exportação ao longo dos anos 50. Nelas encontramos, à partida, a permanência de características idiossincráticas, como a extraordinária flutuação das exportações, compensada por uma produção menos flutuante mas também instável. Por um lado, as taxas de crescimento médias anuais atingem frequentemente valores positivos e negativos superiores a 30% na produção e até 40% na exportação do óleo<sup>287</sup>. O segundo ponto é que esta evolução ambienta-se num período inflacionista e de crescimento económico dos países europeus ocidentais, a maioria dos importadores, o que contrasta com a estagnação e até descida do valor do óleo exportado<sup>288</sup>.

Ultrapassada a crise de 1948-1950, a produção anual de óleo de cachalote aumentou e manteve-se até 1958 em níveis superiores às 2500 toneladas, com um máximo de 3634 toneladas em 1957. Comparando a produção com o número de capturas - embora possam pesar alterações na dimensão dos cachalotes ou de outro tipo - verifica-se um aumento dos índices médios de rendimento até à estabilização nas 4 toneladas por cachalote, aumento certamente relacionado com a generalização do processamento industrial. Por outro lado, a exportação do óleo demonstra uma extraordinária flutuação que alcança valores tão díspares como, por exemplo, as 4996t de 1950, 2395t em 1952 e 4771t em 1953. As razões são múltiplas e não caberá aqui entrar em detalhes. Finalmente, podemos concluir que as armações insulares e empresas industriais lidaram muito frequentemente com elevados *stocks* de óleo que transitavam de época para época, graças às capacidades de conservação do produto. O óleo em depósito seria um factor de peso sobre as expectativas de cada temporada, o número de unidades de pesca matriculadas e o número de capturas. Os movimentos inversos da produção e da exportação demonstram bem o risco e vulnerabilidade do negócio, vertido para a instabilidade no pagamento de soldadas aos baleeiros que dependiam do sucesso das operações comerciais.

No que toca à produção anual de farinhas, a década de 50 regista um crescimento firme da produção declarada, atingindo em 1957 um máximo de 613t. Dentro da produção encontramos três especialidades: a farinha de carne, dominante, seguida da farinha de ossos; a partir de 1958, crescimento e generalização das farinhas de mistura. A exportação para países europeus (Inglaterra, Itália, Holanda e Alemanha) mantém-se a níveis baixos, inferiores às 300t, com a excepção de 1957 (543 t, com um lote de 400t à Alemanha). Outros subprodutos como a extracção de óleo de fígados –

---

<sup>287</sup> Cálculos nossos a partir, respectivamente, das *Estatísticas das Pescas Marítimas...*, e das *Estatísticas do Comércio Externo...* Para uma comparação entre a evolução da produção e da exportação cfr. Anexo III, Gráfico 4.

<sup>288</sup> Para uma comparação com a evolução do preço do óleo de cachalote na praça de Londres entre 1946 e 1958, cfr. Anexo III, Gráfico 6.

apenas na Fábrica de São Roque do Pico - e o aproveitamento de águas residuais, apesar de incentivados pelo Grémio, terão pouca divulgação<sup>289</sup>.

Com as fragilidades sentidas no virar da década, recrudescera a importância dos subprodutos e sua colocação em território nacional. A produção internacional de farinhas também aumentara perante a desvalorização do mercado do óleo<sup>290</sup>. Com as flutuações da procura do óleo as empresas insulares viram no escoamento seguro das farinhas uma tábua de salvação<sup>291</sup>. O contributo da baleação para a economia agrícola e pecuária, através da produção a larga escala de farinhas de cachalote, já fora reclamado no Congresso Açoriano de 1938 e pela Missão dos Portos das Ilhas Adjacentes (1945) e até motivara a primeira visita de Mousinho de Figueiredo enquanto técnico da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários. Mais tarde, num trabalho apresentado em 1954, o engenheiro agrónomo Mota Furtado calculava que o aproveitamento integral dos cachalotes poderia ter fornecido 12 mil toneladas de farinhas de cachalote, entre 1945 e 1950, suficientes para adubar mais de 123 mil hectares com carência de azoto ou ácido fosfórico. Valores utópicos, ou perfeccionistas, quando comparados com a produção anual declarada deste subproduto. Sensível ao discurso fisiocrático que persistia na imagem da “economia nacional” e cujo expoente máximo fora a construção da “campanha do trigo” (1928-1938) no Sul do país, o autor assentava uma análise extensa da indústria na harmonia a criar entre a transformação dos recursos marinhos insulares e os produtos da terra nacional<sup>292</sup>.

Em suma, apesar da volatilidade da procura externa, a maior regularidade da produção do óleo, com possibilidade de armazenamento a médio prazo, e o aumento da produção dos subprodutos, contribuíram à continuidade da pesca e da indústria até 1958, mesmo com uma fraca evolução no valor dos seus produtos.

#### **4.4.3. A baleação e os planos de fomento das pescas.**

Não é simples a identificação da proveniência dos capitais necessários ao exercício da pesca e da indústria no período em análise. Na pesca havia que assumir despesas sobretudo com a

---

<sup>289</sup> Em 1955 o GAPB dirigiu, sem sucesso, o processo de uma instalação experimental de águas residuais que se pretendia alargar a todas as unidades industriais com o apoio do FRAIP. Cfr., Circular do GAPB nº 4-55 [BCM-AH] e Carvalhosa, João Burnay e Figueiredo, J. Mousinho de, “Perspectivas de novas actividades fabris na indústria baleeira e aumento da sua rentabilidade”, *IV Congresso Nacional da Pesca*, 1955, pp. 161-164.

<sup>290</sup> Entre os anos cinquenta e sessenta a produção de farinhas no Antártico vai duplicar. Cfr. Tonessen&Jonsen, *History of Modern Whaling...*, p. 720.

<sup>291</sup> A relação entre a produção de farinhas e óleo no Arquipélago necessitará de uma análise mais aturada. Deixemos apenas dois exemplos: no caso de S. Miguel, a *União* apresenta ao longo da década de cinquenta prejuízos com a produção do óleo (1953 a 1955; 1959), mas estes serão compensados com os lucros constantes da produção de farinhas. Cfr. Cymbron, A., *Ob. Cit.*, p. 93. Noutra perspectiva, em 1951 as *Reunidas* vão beneficiar, no contexto de superação da crise, isenção de taxas para a importação dos maquinismos de origem nacional para o fabrico de farinhas. Cfr. Decreto 38:053.

<sup>292</sup> Furtado, J. C. Da Mota, “Da indústria baleeira e sua projecção na agricultura”, Separata do *Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais*, Ano 5, nº 233-238, 1953, p. 7 e ss.; para a participação do Estado na criação oligopolística e no investimento nos adubos químicos, cfr. J. Martins Pereira, *Para a história da Indústria em Portugal*, pp. 24-117.

importação de combustíveis líquidos e aprestos. Dentro das empresas que concentraram o processamento industrial com a pesca acrescentam-se em grande medida as despesas com óleos lubrificantes e a aquisição de carvão. Fora da produção, incluem-se despesas de armamento de canoas e lanchas com respectivos motores, na pesca, e a aquisição e manutenção de maquinismos e imóveis na indústria.

Como demonstram as estatísticas oficiais dos anos trinta e quarenta, em períodos de crise várias armações paralisaram a sua produção. O modelo aponta para uma crónica falta de reservas das pequenas armações para manter os custos de trabalho em períodos mais desfavoráveis. Por outro lado, o aumento da tonelagem e da construção naval parece directamente relacionado com períodos de sobrevalorização conjuntural das exportações de óleo (1941-1943) ou de aumento exponencial das quantidades exportadas (1950-1951)<sup>293</sup>. Como já referimos, a especificidade das capturas de cachalote, em perseguição depois de avistados, faziam das diferenças de apetrechamento marítimo entre armações um importante factor concorrencial.

Não existem pois, indícios que a baleação tenha beneficiado de créditos de natureza pública até à entrada na organização corporativa no segundo pós-guerra. Neste segundo caso é também pouco clara, até 1953, a dimensão do “crédito corporativo” às armações, fora os abonos paliativos concedidos entre 1949-50 no contexto de intervenção da organização corporativa numa operação comercial. A situação transformar-se-ia com a inclusão da baleação, e de todos os subsectores de pesca, no programa público de fomento às pescas, o FRAIP<sup>294</sup>.

O planeamento quinquenal requerido pelo FRAIP e os montantes a disponibilizar a juro baixo constituíam certamente uma novidade para a baleação, em geral, e para o grupo de industriais reunido no Grémio, em particular. Estando o FRAIP principalmente subordinado à ideia de fomento das pescas por via da renovação das frotas que mais contribuíam para o abastecimento do país (bacalhau e pesca grossa de arrasto), com a excepção da sardinha que contava com uma frota numerosa e pulverizada, a baleação colocava-se num campo marginal. Por um lado, com mais de 120 canoas dispersas pelas nove ilhas, denotava-se um excessivo número de embarcações de pesca, muitas construídas recentemente nos estaleiros locais, contribuindo para uma baixa produtividade, sobretudo em comparação com a baleação madeirense. Por outro, persistiam as características estruturais da

---

<sup>293</sup> Cfr. Anexo IV, Gráfico 1, sobre a evolução da tonelagem da pesca.

<sup>294</sup> Para a criação do Fundo de Renovação e de Apetrechamento da Indústria da Pesca (FRAIP), cfr. Decreto-lei nº 39283, de 20 de Julho de 1953. No rescaldo da crise e a preceder a inclusão no FRAIP, a Direcção do GAPB apresentara um plano para a criação de um fundo de financiamento às armações, a partir da cobrança de uma taxa de \$50 centavos às vendas de óleo. Mais tarde, com nova descida das exportações em 1952, o Grémio volta a conceder novos créditos caucionados com o óleo em *stock*. Cfr. as Circulares emitidas pelo GAPB nº 13-52 e 2-53 [BCM-AH]. Para uma descrição dos meios de financiamento da pesca e secagem do bacalhau, cfr. A. Garrido, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau...*, pp. 285-296.

*indústria-reliquia* que importava reformar<sup>295</sup>, como a finalização do apetrechamento industrial e a melhoria da produção de óleo e dos subprodutos. Neste sentido, a aplicação do FRAIP seria convenientemente desviada para as estruturas da indústria transformadora.

Em vésperas de aprovação do decreto “revolucionário” das zonas de baleação, a integração no FRAIP seria vista como meio de capitalização das concentrações e do reapetrechamento industrial almejado; a oportunidade de transformar o papel ausente do organismo nas vendas do óleo; e o meio de superação da *indústria-reliquia* com a expansão ao Ultramar. Nas palavras do Delegado de Governo, o planeamento entregue pelo Grémio, que seria o intermediário de todos os financiamentos, representava ao mesmo tempo “um estudo para o desenvolvimento da indústria baleeira em Portugal”<sup>296</sup>. Apresentado por José Cymbron no Conselho Geral em 1951, foi amplamente criticado por Marcelino dos Reis, que pouco participara nele, e que questionava em simultâneo o seu domínio na industrialização, refinação de óleos e antecipação da expansão ultramarina. Marcelino questionava, razoavelmente, a capacidade de armadores “cujos haveres industriais atingem apenas algumas centenas de contos” assumirem a construção de fábricas financiadas pelo Estado com empréstimos previstos de 3 mil contos; e considerava que as ilhas Terceira e Santa Maria não teriam dimensão de pesca para fornecer a matéria prima a novas fábricas. Ciente dos riscos, pedia cautela para o organismo corporativo não avalizar empréstimos desproporcionados<sup>297</sup>.

Por sua vez, a discussão sobre o organismo centralizador retomava a necessidade de conquistar o mercado interno para libertar a indústria da permanente flutuação da procura externa. Com o modesto investimento de 1500 contos o GAPB contava criar uma instalação capaz de fiscalizar e normalizar desvios de qualidade da produção, promover o fabrico de produtos para o mercado interno, entreposto de óleos brutos, libertar depósitos e centralizar gradualmente a venda dos produtos, normalizando os preços. Para tal supunham que seria obrigatório fixar em 20% a contribuição anual da produção dos armadores e praticar logo de início vendas para exportação para assegurar a sua sobrevivência. Condições precárias e apenas teóricas<sup>298</sup>.

---

<sup>295</sup> Sem contar com Robert Clarke (1954), o documento mais significativo de avaliação da *indústria-reliquia* à entrada dos anos 50 é outra comunicação de M. Figueiredo e Melo de Carvalho ao III Congresso da Pesca (1950), mais tarde publicada em “Problemas de Pesca e Indústria Baleeiras nas Ilhas Adjacentes”, *Boletim da Pesca*, nº 31, Junho de 1951, pp. 51-68.

<sup>296</sup> Transcrição do despacho nº 181 do Ministro da Marinha. Cfr. *Plano de fomento das pescas nacionais e fundo de renovação e apetrechamento da indústria da pesca*. Lisboa, GEP, 1953, p. 13.

<sup>297</sup> Cfr. *Actas do Conselho Geral*, livro II, fol. 8-13 (reunião de 21.06.1951).

<sup>298</sup> Cfr. *Actas do Conselho Geral*, livro II, fols. 7-13 (reunião de 21.06.1951). Na reunião estabelecem-se onde directrizes para a consecução do projecto. Enquanto consultor técnico do GAPB, M. Figueiredo expusera o alcance de um novo organismo no III Congresso da Pesca em “A acção de um entreposto fabril nos excedentes da indústria baleeira”, *Boletim da Pesca*, (31), Junho, 1951, pp. 69-75. Entre outras reflexões, o autor chega timidamente a propor que o organismo albergasse tecnologia que permitisse a sulfonação de óleos por processos químicos para ampliar os seus usos no mercado interno.

Longe de uma adesão imediata, a execução do FRAIP no subsector da baleação é maioritariamente tardia e produz resultados muito aquém do previsto. Os modestos financiamentos serão na totalidade aplicados na aquisição de equipamento industrial parcelar (São Miguel e Madeira), de uma unidade fabril (Flores) e pequenas infra-estruturas<sup>299</sup>. Já em 1954 se considerava o atraso na execução das três directrizes do plano e se desconfiava da concretização em tempo útil. Até ao Verão de 1958 a indústria contraiu empréstimos no valor de apenas 3450 contos, menos de 10% do previsto no subsector e pouco mais de 1% do total atribuído<sup>300</sup>. Fosse pela relutância privada em contrair os empréstimos, como acusou a Direcção do Grémio, ou pela falta de mobilização do Grémio para impelir os armadores a introduzir melhorias e dirigir a sua aplicação concedendo-lhes alguma protecção em troca, o plano de fomento das pescas teve na baleação pouco alcance. Em 1955 eram bem fundadas as críticas de Henrique Tenreiro aos “dinheiros parados” enquanto o modelo de *concentrações* cedia às *parverias*<sup>301</sup>.

Os processos de amortizações dos empréstimos concedidos dão-nos uma importante noção da desproporção entre os meios oferecidos e as possíveis garantias. Se no caso da Madeira e São Miguel não parece ter havido problemas, Santa Maria e Flores revelam grandes fragilidades. No primeiro caso, a *Mariense* era o último reduto do uso de caldeiros no arquipélago depois da publicação do novo Regulamento. A SIBIL nas Lajes do Pico já entrara em funcionamento e as armações da Terceira e Graciosa socorriam-se das fábricas do Faial e do Pico. Em 1957 foi-lhe atribuído um financiamento de 600 contos para remodelação com a instalação de autoclaves e maquinismos para farinação. Em 1959, ante uma nova crise que afectara a indústria, a *Mariense* solicita a primeira suspensão por dois anos da cobrança das anuidades; nos anos seguintes, por dificuldades várias, o Grémio entrega várias moratórias, mas a situação vai agudizando-se até que a *Mariense*, em 1966, encerra actividade com dívidas ao FRAIP. No extremo ocidental, a União das Armações Baleeiras das Flores e Corvo contraíra – e também para isso se constituíra - em 1955 um empréstimo de 900 contos para a aquisição da Fábrica do Boqueirão a António Piano Júnior. Em 1960, uma nota do Grémio dá-nos notícia dos inúmeros incumprimentos da União florentina com o FRAIP e com os limites mínimos fixados para a zona de baleação concessionada. A União não teria nova concessão e só a entrada de José Cristiano de Sousa permitirá a continuidade da indústria até 1981<sup>302</sup>.

No lançamento da segunda fase do planeamento das pescas (1958-1963), a “pesca da baleia” apresentava-se como uma oportunidade perdida. Os fundos disponíveis passaram a 6000 contos,

---

<sup>299</sup> Para uma descrição completa dos financiamentos previstos e sua aplicação, cfr. Anexo XIV.

<sup>300</sup> Cfr. *Seis anos de atividade do Fundo de Renovação e Apetrechamento da Indústria da Pesca: 1953-58*. Lisboa, [s.n.], [s.d.], p. 25 e ss.

<sup>301</sup> Cfr. a acta da reunião de armadores de 17.11.1954. DGRM, Fundo GAPB, Pasta *Áreas de baleação. Concessões. Concentrações baleeiras*.

<sup>302</sup> Cfr. os processos da *Mariense* e da UABFC em DGRM, Fundo GAPB, *Financiamentos. Amortizações*.

cerca de um sexto do plano anterior, quando o montante global subia a mais de 434 mil contos. Neste plano desistia-se do projecto ultramarino e da constituição de um organismo centralizador metropolitano. Novo ajuste à realidade concreta, embora o Ministro da Marinha considerasse que se podia “ter chegado mais longe”. Desta vez requeria-se a comparticipação em 25% dos armadores para a resolução dos problemas latentes: apetrechamento industrial de Santa Maria e Terceira e equipar as fábricas com maquinismos para fabrico de subprodutos, farinhas e águas residuais.

Terão sido os pequenos armadores a não querer modernizar as suas infra-estruturas, preservando instalações de baixo custo perante um negócio arriscado? Terão as empresas industriais preferido manter uma estrutura pulverizada de armações clientes com elevada mão-de-obra e baixos salários?

Noutra perspectiva especialmente reveladora, percebemos o desprezo votado ao óleo de cachalote no mercado interno português. Em 1957, o Segundo Congresso dos Economistas e da Indústria Portuguesa propunha um balanço do 1º Plano de Fomento (1953-1957), sucessor da lei nº 2005 e dos planos anuais de distribuição da “ajuda Marshall” no país. O Congresso reuniu todos os principais actores da industrialização no pós-guerra e produziu um balanço circunstanciado com dezenas de análises sectoriais retrospectivas. No relatório da indústria de “óleos, sabões e detergentes” vem esclarecido o perfil exportador mantido pelos óleos animais marinhos com aplicações industriais, junto aos excedentes de azeite, frente à importação a larga escala de oleaginosas coloniais para o fornecimento da indústria de sabão<sup>303</sup>. Não que o óleo de cachalote não pudesse ser utilizado como lubrificante de maquinaria industrial, tanante ou outras funções aplicado em estado bruto. No escrutínio às indústrias de tintas e vernizes, bem como os adubos azotados, a indústria baleeira não é sequer referida. A importância conjuntural do Congresso indica que os planos para o mercado interno formulados pela organização corporativa só terão sido vislumbrados pelos próprios interessados.

Em suma, as hipóteses tomadas em tempo de crise trouxeram poucos resultados. Assegurar a colocação permanente de uma parte da produção no mercado interno não funcionou. A instalação de um entreposto e dos métodos de hidrogenação e desodorização de óleos, solução tão redentora como as zonas de pesca, foi sucessivamente adiada, embora nunca esquecida<sup>304</sup>. O organismo corporativo primário não ficou a controlar mais ou melhor as operações comerciais, nem a isso foi obrigado, e só em 1959 voltará a actuar perante um novo cenário de crise comercial. Permaneceram os óleos misturados, sem a separação das massas de espermacete, produto que criou as mais variadas

---

<sup>303</sup> Cfr. Ferro, João Carlos Neves, “Indústria de óleos, sabões e detergentes”. Relatório 5.5 in *II Congresso da Indústria Portuguesa*, Associação Industrial Portuguesa, 1957.

<sup>304</sup> Ainda em 1966, numa visão prospectiva da indústria, destacava-se dentro das “realizações necessárias” a criação de um entreposto que preparasse e centralizasse as vendas de óleo de cachalote no mercado interno. Cfr. *Evolução [A] das Pescas e o seu contributo para o Abastecimento alimentar do País*. Lisboa, GEP, 1966, p. 129.

resistências às instituições económicas e aos grupos de estudo das matérias primas com aplicação industrial. Como se não bastasse, nos anos sessenta chegarão os primeiros produtos sintéticos substituíveis dos óleos não comestíveis<sup>305</sup>.

#### 4.5. O projecto ultramarino e a superação da indústria-relíquia

Pelos meios e esperanças que moveu e por vagamente ter parecido a nova solução para os problemas da indústria, torna-se importante identificar o projecto ultramarino. Tratando-se de um dos fracassos mais relevantes, ajuda-nos a compreender como a história de actuação do organismo corporativo não se fez só de realizações, mas também – talvez principalmente - daquilo que não concretizou.

Para melhor compreender, temos que regressar por breves instantes à exploração do Antártico no início do século XX. Dada a frequência de cetáceos, nomeadamente baleia-de-bossas e cachalote, os pedidos de concessão alargaram-se à costa ocidental africana (Angola e, mais a norte, no Gabão francês) e oriental (Moçambique), além da África do Sul, onde a companhia Lever Brothers começa a balear antes de constituir o grande *trust* Unilever. Fora da área de soberania britânica, as costas dos territórios coloniais portugueses serão terreno de competição e corrida especulativa à exploração dos recursos nos anos que antecedem a Grande Guerra. Entre 1909 e 1913 são dadas 7 concessões na província de Angola e é aprovado o regulamento de pesca, inspirado, segundo Tonessen&Johnsen, na regulamentação britânica em vigor no arquipélago da Geórgia do Sul<sup>306</sup>. A concorrência na costa ocidental entre companhias norueguesas, uma britânica e a Companhia Portuguesa de Mossâmedes levantou, de resto, uma polémica no início da primeira República, a que não seria alheia a memória do *Ultimatum* britânico e os interesses em manter a soberania nas colónias<sup>307</sup>. No caso de Moçambique também se multiplicaram as concessões estrangeiras, mais de vinte entre 1908 e 1931. Durante a primeira Grande Guerra, pese a valorização dos óleos de cetáceos pelos altos valores de glicerina, as dificuldades em manter a actividade em segurança provocarão uma queda abrupta. Das 26 companhias africanas em 1913 só sobravam 5 em 1917<sup>308</sup>. Durante os anos 20 todos os intentos de instalação da indústria com base costeira em Angola e Moçambique serão fugazes e pautados pelo insucesso. Segundo M. Figueiredo, o vinténio que começara em 1908 caracterizava-se pela alternância de duas fases com capturas iniciais abundantes logo seguidas por declives que tornaram a pesca

---

<sup>305</sup> Cfr. Alberto Camarina, “Óleos e gorduras: panorama geral”, Separata de *Indústria*, 1961.

<sup>306</sup> Cfr. *History of Modern Whaling...*, p. 214.

<sup>307</sup> Cfr.

<sup>308</sup> Sobre este “interlúdio” africano, cfr. novamente *History of Modern Whaling...*, pp. 208-219. A “caça à baleia” em Angola produziu vários registos de oficiais de Marinha e de outros profissionais que a relataram de forma impressionista e nostálgica nos anos seguintes. Sem espaço aqui para a sua descrição, cfr. Bibliografia no final [Fontes impressas].

impraticável. O entusiasmo febril seguido da depleção local era, segundo o autor, a regra perniciosa da “indústria baleeira livre”<sup>309</sup>.

Como já referimos, o período entreguerras denota uma mudança significativa nas operações da baleação internacional com a generalização progressiva da baleação pelágica movida por navios-fábrica e *whale-catchers*. Evolução que irremediavelmente afasta as companhias das bases costeiras, na maioria já saturadas por esquemas de exploração intensiva dos recursos. A disparidade entre a baleação costeira açoriana e a baleação industrial não inibiu as autoridades de prestar atenção aos acordos internacionais realizados durante a década de 30. A presença de um Delegado de Portugal na Convenção de Londres em 1930 está certamente motivada pelas capturas que se mantiveram em períodos intercalados nas costas de Moçambique e Angola no primeiro pós-guerra. Em plano secundário, as Capitánias das Ilhas Adjacentes reconheciam unanimemente a não incidência das medidas nos Açores, fosse porque se limitavam às baleias-de barbas ou porque o regulamento em vigor já previa limites às capturas, nomeadamente aos cetáceos “não adultos e às fêmeas que estivessem amamentando”<sup>310</sup>.

O segundo pós-guerra introduz mudanças apreciáveis na gestão multilateral dos recursos baleeiros. Entre outras, serão retomados os avanços de 1944 com a instalação de uma quota anual de capturas no Antártico, com distribuição por espécies (*Blue Whale Unit*), e a entrada de novas nações não “baleeiras” nos organismos de regulação internacional das capturas.

Nas vésperas da Convenção de Washington em 1946, o GAPB emite o seu primeiro parecer oficial sobre o último acordo de Londres em 1937, ainda em vigor: dada a dimensão da indústria portuguesa, a adesão seria apenas no “plano moral”; argumentando que já se procedia ao aproveitamento integral em todas as ilhas e se respeitava os tamanhos mínimos de capturas; tanto nas Ilhas como no Continente, o único ponto a objectar seria a obrigação de efectuar temporadas de 6 meses consecutivos. Em anexo, incluíam um revelador conjunto de observações dirigidas ao representante português em Washington, como a necessidade de requerer mais 4 anos para completar o apetrechamento industrial e estender as 12 horas do período de capturas<sup>311</sup>. Mas as afirmações das autoridades marítimas e a formalidade do parecer não são suficientes para contornar os pontos em que a baleação portuguesa, mesmo sem ser questionada, encontrava-se à margem. Desde o Conselho Internacional para o Estudo Mar (1929), renovado por acordos posteriores, o pagamento das tripulações não devia depender do número de cetáceos capturados; sistema há muito praticado e

---

<sup>309</sup> Cfr. “Pescarias de Baleia nas províncias africanas portuguesas”, *Boletim da Pesca*, nº 66, Março 1960, pp. 32-33.

<sup>310</sup> Cfr. Decreto 11:011 de 7 de Agosto de 1925 e as notas enviadas à Direcção das Pescarias sobre a convenção de Londres de 1930 pelos capitães dos portos da Horta (12.11.1931), Ponta Delgada (15.07.1930) e Angra do Heroísmo (16.07.1930). DGRM, Fundo Direcção das Pescarias. *Código 23 – Pesca da Baleia (1930-1945)*.

<sup>311</sup> Cfr. Parecer nº 1 do GAPB e respectivo anexo (06.11.1946) em DGRM, Fundo GAPB, *Assuntos Diversos I*.

prolongado nas ilhas com a aprovação dos Contratos Colectivos de Trabalho nos anos 50. Em 1937, o novo acordo de Londres fixa a obrigatoriedade de fiscais a bordo e o aproveitamento integral das capturas pelos novos navios-fábrica; quando nas ilhas persistia a falta de meios para as autoridades marítimas controlarem as “lutas de mar” e o aproveitamento integral só vir imposto por força de lei em 1956. Dada a especificidade açoriana e madeirense, o parecer do Grémio representava um alheamento conveniente que não levantasse demasiadas contradições com as normas regulatórias internacionais. Neste sentido, como revelam as fontes, a formulação e discussão dos anteprojectos do novo Regulamento da pesca em 1947, bem como os posteriores, denotam a preocupação em não contrariar os preceitos da Convenção de 1946.

Na sequência dos acordos alcançados em 1937-38 e 1944 sobre um limite global das capturas no Antártico, a Convenção Baleeira de Washington estabelecia a Comissão Baleeira Internacional (CBI), responsável pela regulação internacional e pela sua aplicação. Ainda em 1956, junto aos países sul-americanos com capturas de cachalote (Argentina, Chile e Perú) e Espanha, Portugal era dos únicos países “baleeiros” que não tinha ratificado a Convenção. Como demonstra o sistema de participação enquanto *observers* e a ordem de trabalhos seguida pela Comissão, o modelo tradicional de captura artesanal de cachalotes e a efémera captura de baleias-de-barbas no Continente não mereceu, pese o seu crescimento nos anos da Guerra, especial consideração da Comissão, incumbida de articular os interesses de velhas e novas nações “baleiras” no Antártico com medidas efectivas e sensíveis – como foram – às pretensões da transformação e venda dos produtos dos cetáceos. De limites questionáveis e imposições brandas, um dos poucos argumentos consentido pelas nações é o de prevenir capturas com navios-fábrica de determinadas espécies em zonas de amamentação (*breeding grounds*) tropicais e subtropicais, que não podiam ultrapassar as latitudes de 40°, arredando as Ilhas e o Continente das principais medidas regulatórias. Os *stocks* de cachalote nos Açores só serão directamente abordados pela CBI nos anos 60<sup>312</sup>. Até lá, só é de destacar o papel científico e diplomático do biólogo britânico Robert Clarke na divulgação de vários estudos sobre a baleação açoriana e a biologia do cachalote<sup>313</sup>.

Neste contexto, o interesse dos industriais portugueses na baleação a partir dos territórios coloniais no hemisfério Sul, nomeadamente Angola e Moçambique, só poderá ser compreendido depois de identificada a crise de 1948-50, no geral, acumulada com a queda abrupta das capturas em Setúbal, no caso particular de Francisco Marcelino dos Reis. Centremo-nos no caso particular. Tão cedo como em 1948 já se notava o descenso das capturas em torno da região sadina. Entre 1948 e

---

<sup>312</sup> Cfr. os Relatórios anuais da CBI, disponíveis em [www.iwc.int](http://www.iwc.int). Última consulta a 24 de Fevereiro de 2014.

<sup>313</sup> Cfr. Bibliografia no final. Muitos estudos publicados por Robert Clarke foram apresentados no Comité Científico da CBI, a que pertencia.

1949, a captura anual de baleias e cachalotes diminui de 141 para apenas 37 indivíduos. No mesmo ano, perante o cenário de ruína e desistência dos seus associados, Marcelino dos Reis apresenta um plano ao Ministro da Marinha com pedido de auxílio financeiro para o deslocamento da Fábrica de Setúbal e da sua frota para a Província de Angola. Segundo o próprio, o projecto não avançou pela discordância de um departamento oficial<sup>314</sup>. Certo é que, antes de soçobrar em 1952, manteve a exploração de Setúbal com parte da frota e pequenas capturas sem nunca desistir das pretensões ultramarinas. Quando o empreendimento e a concessão de 1942 terminam, Marcelino consegue salvar o *status* de armador – e presidente do Grémio de Armadores – com a deslocação do *catcher* “Persistência” para o arquipélago da Madeira, onde são testadas as primeiras capturas de baleia de bossas, sendo mais tarde adquirido pela EBAM<sup>315</sup>. Em 1954, na sequência da autorização concedida a Álvaro Soares Barros para a montagem de uma armação em Santa Maria, lançará a derradeira tentativa de se reinstalar no arquipélago dos Açores<sup>316</sup>.

Relatar a iniciativa privada de Marcelino dos Reis é relevante na medida em que, mais uma vez, as suas acções se confundem com os projectos da organização corporativa. Expansão ultramarina como terceiro vector de desenvolvimento, junto aos esforços de concentração industrial e criação de um organismo central em Lisboa. No início tudo estava por discutir: o tipo de instalação terrestre ou flutuante, a área de baleação, a mobilização de capitais. Em Junho de 1951, a Direcção do Grémio apresenta o primeiro plano de instalação da indústria nas já designadas “províncias ultramarinas”<sup>317</sup>. De acordo com as actas do Conselho Geral, Marcelino dos Reis parece tomar mais uma vez um papel assertivo na crítica, considerando a necessidade da adopção de um período experimental de dois anos, rejeitar o uso de caldeiros e recusar o entusiasmo à volta das instalações costeiras – que a experiência própria desaconselhava. Subjacente ao peso da sua intervenção estava a urgência em reutilizar os activos da pesca do Continente e submetê-los à “lógica incorporação” no projecto corporativo que substituiria a sua iniciativa privada. De resto, parecia lembrar aos agremiados e ao Delegado de Governo o *leit motiv* que não encontrava no projecto do Grémio: a exploração em África seria conveniente para introduzir “milhões de carne barata [...] disponibilidades pecuárias para o País”<sup>318</sup>.

Se por um lado a iniciativa se compreende dentro do pulsar interno da indústria, por outro devemos também atender ao novo ciclo da política de pescas do Estado Novo no segundo pós-guerra. Como refere A. Garrido, a “campanha do bacalhau” e a renovação das frotas para a pesca de

---

<sup>314</sup> *Francisco Marcelino dos Reis Lda*, p. 7. Também encontramos o seu projecto privado arquivado nas pastas do GAPB.

<sup>315</sup> Cfr. sobre a baleação na ilha da Madeira, Soulaire, Jacques, *A la recherche du Moby-Dick*. Paris, Hachette, 1959.

<sup>316</sup> Sobre a convenção que Marcelino dos Reis tenta estabelecer na ilha de Santa Maria, cfr. UABSM, Pasta 10-Capilha 2 “Francisco [...] 1954”. Em 1955 a empresa de Marcelino dos Reis entrará em processo de liquidação.

<sup>317</sup> *Actas do Conselho Geral*, livro II, fols. 13-14 (reunião de 21.06.1951).

<sup>318</sup> *Idem*, fol. 13.

arrasto de espécies demersais na costa ocidental africana estiveram entre as prioridades de fomento<sup>319</sup>. Contemporâneo do primeiro projecto ultramarino do Grémio é também a Missão de Estudo sobre as Pescas em Angola entre 1951 e 1952<sup>320</sup>. Iniciativa paralela aos objectivos da *Sociedade Baleeira Nacional* sob a orientação de Henrique Tenreiro.

Houve, contudo, um aspecto que parece ter acelerado as acções e reaberto o problema de ingerências estrangeiras durante as primeiras décadas do século: a instalação na ilha de S. Tomé, no Verão de 1951, de uma empresa norueguesa sob o nome da firma lisboeta Ed. Guedes Lda. Área de *breeding ground* de baleias-de-bossas, com uma economia rural onde predominam os cultivos de café e cacau, desde a primeira década do século XX que as companhias norueguesas exploravam a área com uma concessão em Port-Gentil, no Gabão Francês. A baleação com base em São Tomé foi autorizada pela primeira vez em 1932, sem actividade, e novamente em 1936 à Empresa Colonial de Baleias e Adubos, que exerceu a pesca apenas por uma temporada (1937) com o uso de um navio-fábrica e *catchers*. Havia-se cumprido mais um episódio da história de exploração intensiva dos recursos “baleiros”. Com o regresso a algumas estações costeiras no segundo pós-guerra, o acesso aos *stocks* de baleias de bossas em São Tomé volta a estar na mira norueguesa. O exclusivo de dez anos concedido por portaria provincial previa, entre outras condições, a distribuição gratuita de carne de baleia na ilha<sup>321</sup>. Com grande entusiasmo da população e autoridades locais levantam-se as instalações na praia da Rozema em escassos três meses, contando com uma capacidade de laboração equivalente ou superior ao conjunto de fábricas das Ilhas Adjacentes. Entre 12 de Julho e 26 de Outubro foram capturadas 658 baleias-de-bossas e 52 cachalotes, produzindo mais de 3600 toneladas de óleo de baleia e cachalote<sup>322</sup>. Frente a estes resultados manifesta-se a empresa francesa *Société de Pêcheries Cotières à la Baleine* (SOPECOBA) que detinha o exclusivo nos territórios franceses do Gabão e Madagáscar e apresentara bons resultados de pesca entre 1949 e 1950. Perante a nova concorrência norueguesa, a SOPECOBA propõe em 1952 um acordo ao GAPB para defesa conjunta dos interesses portugueses e franceses com o exclusivo dado a pescadores das Ilhas Adjacentes nas águas de São Tomé, pedido que o GAPB rejeitará liminarmente. Oportunamente, Marcelino recordava ao Delegado de Governo o seu plano privado que permitia uma resposta imediata e de cariz nacionalista.

---

<sup>319</sup> Cfr. *Economia e Política das Pescas Portuguesa: Ciência, Direito e Diplomacia nas pescarias do Bacalhau (1945-1974)*. Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2006, p. 21.

<sup>320</sup> Cfr. Portaria 13:494 do Ministério das Colónias, de 6 de Abril de 1951.

<sup>321</sup> Cfr. Portaria 1:537.

<sup>322</sup> Para o caso de S. Tomé, cfr. *Boletim Informação*, ano I, nº 8, Setembro e Outubro de 1951, p. 11 a 17. O tenente Machado de Sousa descrevia a existência de uma plataforma, dois grupos de vinte e cinco autoclaves, separadores de óleo, duas centrais eléctricas, uma oficina, e dois grupos de habitações para pessoal europeu, mais um posto aduaneiro, um posto médico e em construção uma fábrica para transformação de guano em farinhas. Havia ainda o projecto de construção de armazéns frigoríficos para carne de baleia e abastecimento das tripulações que escalavam a ilha nas rotas de navegação.

Sem solução à vista, também a SOPECOBA declararia maus resultados nos anos seguintes, terminando a sua exploração no final de 1952<sup>323</sup>.

Com a nova investida norueguesa nas águas do Golfo da Guiné não se levantara apenas a indignação no seio da organização nacional das pescas mas também o único incidente diplomático que parece ter existido no período em análise. Invocado na reunião anual da CBI em 1951, o Governo português foi acusado de permitir a depleção dos *stocks* de baleias-de-bossas no Golfo da Guiné, sendo pressionado a ratificar a Convenção de 1946. Apesar da insistência dos serviços do ministério do Ultramar, o Director das Pescarias Sá Linhares insistirá que a ratificação implicaria dificuldades insuperáveis para a baleação costeira nas ilhas e recomendará, em alternativa, que o Regulamento de Pesca em vigor se estendesse ao Ultramar sob o princípio de assegurar a protecção das espécies sem assumir obrigações internacionais<sup>324</sup>. A tensão resfriou com a paralisação da actividade na praia da Rozema em 1951, cumprindo-se, mais uma vez, a fugacidade dos empreendimentos africanos.

Com o pesado ascendente do passado e uma presente situação controversa, o Gabinete de Estudos das Pescas organiza uma missão de estudo composta por Melo de Carvalho, Mousinho de Figueiredo e José Cymbron. A Missão seguia um itinerário ambicioso pela praia da Rozema e Port-Gentil, Angola e Moçambique, onde os elementos se reuniram com as autoridades marítimas. Na discussão de hipóteses transcrita no relatório, supõe-se o receio de afastamento da costa, o risco económico e geopolítico da utilização de navios-fábrica, o desconhecimento e, em último caso, a dependência que criaria da mão de obra estrangeira e da adesão à CBI. As conclusões apontam medidas contenciosas e reactivas: a indústria devia ser explorada só por industriais metropolitanos e com o emprego de mão de obra nacional, sob regime de concessões em exclusividade, a que o volume do investimento obrigava, e com a orientação do Grémio metropolitano; do ponto de vista estrutural, instalações flutuantes a operar em águas territoriais e início de actividade em Angola, na Baía dos Tigres, distrito de Mossâmedes. Documento frágil, sobressai a falta de identificação das vantagens do empreendimento – o sempre referido “interesse nacional” – no que toca por exemplo

---

<sup>323</sup> Cfr. DGRM, Fundo Direcção das Pescarias, *Código 11 – Pesca da Baleia (1949-1955)* (Processo 11/9 Estabelecimento de uma empresa de pesca da baleia em S. Tomé); bem como as referências Paul Budker, em especial o capítulo “Whales of the tropics” in *Whales and Whaling*, Londres, George Harrap, 1958, pp. 122-138.

<sup>324</sup> Cfr. a correspondência entre a Direcção de Pescarias e o Ministério do Ultramar em DGRM, Fundo Direcção de Pescarias, *Código 11 – Pesca da Baleia (1949-1955)* (Pasta Adesão de Portugal à Convenção Internacional para regulamentação da caça à baleia - 1953). Atento ao assunto, Mota Furtado inclui na sua proposta para regulamento comum a extensão de competências às províncias ultramarinas. Cfr. “Da indústria baleeira e sua projecção na agricultura [...]”, pp. 22-23; bem como o Relatório anual da CBI de 1952, p.15. ([www.iwc.int](http://www.iwc.int) . Última consulta a 24 de Fevereiro de 2014).

ao abastecimento de produtos alimentares à metrópole; e a ausência de estudos ou informações de natureza biológica a acompanhar os vários comentários de natureza especulativa<sup>325</sup>.

Na realidade, o projecto ultramarino encerrava uma profunda contradição. Sob o imperativo de manter incólume a regulamentação permissiva da baleação artesanal nas Ilhas Adjacentes, o Grémio procurava expandir e equiparar a indústria a métodos mais modernos desde que as capturas ficassem pelas águas territoriais das colónias; com a defesa intransigente da mão-de-obra nacional opunham-se a toda a lógica de especialização norueguesa bem reconhecida na indústria; procurando evitar a ratificação da Convenção e adesão à CBI, cujos trabalhos eram cada vez mais abrangentes e se aplicavam, para bem ou para mal (porque ineficazes) nos locais ainda frequentados por cetáceos.

Outras motivações havia para que se fizesse a extensão ao Ultramar integrada no âmbito de acção da organização corporativa das pescas. A julgar pela quantidade e qualidade de documentação arquivada pelo Grémio, nenhum projecto ligado à baleação recebeu tanta atenção do Delegado do Governo como este. Com uma postura paternalista, Tenreiro considerara como estandarte do projecto a pretensão de melhorar as condições de vida dos pequenos armadores e pescadores dos Açores. Ainda antes da Missão, aconselhara *a priori* a Baía dos Tigres como o lugar eleito para a base costeira. Na realidade, Tenreiro estabelece um plano cuja plataforma é o GAPB e a exploração de cetáceos, mas com objectivos mais amplos: desenvolver a partir do distrito de Mossâmedes outras pescas, se possível com os *catchers* usados na baleação, promover a salga e secagem de bacalhau no Lobito e a farinação de peixes sem confrontar-se com a indústria conserveira instalada em Mossâmedes<sup>326</sup>. Com os membros da Missão e a colaboração de Duarte Silva são estabelecidos os princípios para uma sociedade com a participação maioritária do “Grémio da Baleia” - através do “fundo corporativo” que continha dividendos da “operação dos combustíveis” e crédito sobranter dos 3 mil contos atribuídos em 1950 - das armações baleeiras, de que não se esperava grande comparticipação, mas também das sociedades nacionais de armadores do arrasto e bacalhau, veículos de financiamento, além da possível adesão de mútuas e armadores individuais e, mais tarde, de empresas de Angola. Tenreiro sugere ainda a adesão de Joe Medina, picoense armador de frotas de atum em San Diego e colaborador próximo de José Cristiano, e pondera desviar dois dos dez novos lugres previstos no plano de renovação das frotas para África<sup>327</sup>. Para o arranque, o FRAIP destinaria

---

<sup>325</sup> Cfr. “Resumo da Missão Baleeira a África” e respectivas “Conclusões”. DGRM, Fundo GAPB, Pasta *Assuntos Diversos II*. Dentro do processo, opiniões pouco favoráveis. Cfr., em especial, a informação do delegado marítimo da Colónia de Moçambique (15.01.1952) que refere, depois de uma análise atenta dos dados disponíveis desde 1908, que a exploração só seria viável com navio fábrica que pudesse frequentar o Antártico.

<sup>326</sup> Cfr. a acta da reunião do GAPB como o Delegado de Governo sobre a missão a África (26.05.1951), em DGRM, Fundo GAPB, Pasta *Alargamento da Indústria Baleeira ao Ultramar*.

<sup>327</sup> Acção de acordo com o poder tentacular identificado por A. Garrido, pp. 220 e ss.

23500 contos à aquisição de dois *catchers* e uma estação flutuante onde seria reinstalado o equipamento industrial de Marcelino dos Reis. Em várias instâncias, o projecto da *Sociedade Baleeira Nacional* parecia rodear-se do entusiasmo de Tenreiro e a consequente mobilização do GAPB.

Já em 1952, perante novas dificuldades de exportação do óleo de cachalote, a reacção à consulta de vários armadores para subscrição de capital indica os vários interesses em jogo. De um lado, manifestam o seu apoio a União micaelense (500 contos), a EBAM (250 contos) e a Gomes&Severino, por Cristóvão da Mota Soares (40 contos); do outro, várias armações (Mariense, Reis&Martins, Serafina Bettencourt) manifestam a falta de capital disponível; a Sociedade Baleeira de São Mateus, porventura dando voz a uma preocupação comum, questiona a iniciativa que levaria ao “aumento da produção de um artigo que encontra dificuldade de vendas”<sup>328</sup>.

Não são claras as razões de desistência do projecto ultramarino. Fosse pela dificuldade de adaptação das embarcações da baleação a outras pescas, pela falta de mobilização de armadores do arrasto e do bacalhau, pela inércia dos armadores baleeiros nela interessados ou pela ausência de estudos biológicos que em tudo comprometessem as aspirações de uns e de outros, certo é que o projecto da *Sociedade Baleeira Nacional* se diluiu sem deixar rasto. Na apresentação da 2ª fase do plano de fomento das pescas nacionais, em 1958, só sobrava o mau exemplo dos “dinheiros parados” no subsector da baleação. Perante a mobilização de capitais destinados à construção naval para intensificação da pesca do atum no Atlântico, pedia-se a cautela para não se seguir com o mesmo entusiasmo o exemplo da Baleia<sup>329</sup>.

---

<sup>328</sup> Cfr. o projecto de estatutos da *Sociedade Baleeira Nacional* e as respostas dos armadores em DGRM, Fundo GAPB, *Assuntos Diversos III*.

<sup>329</sup> Cfr. *Renovação das Frotas de Pesca. 2ª Fase do Plano de Fomento das Pescas Nacionais*. Lisboa, GEP, 1957, pp. 89-90. O canto do cisne é dado no V Congresso Nacional da Pesca em Luanda no ano de 1958. Mousinho de Figueiredo refere que “se estas actividades tiverem alguma vez que ser retomadas” deverão ser modestas e com estudos biológicos que possam servir de defesa nas instâncias internacionais; cfr. “Pescarias de Baleia nas províncias africanas portuguesas”, *Boletim da Pesca*, nº 66, Março 1960, pp. 29-37. Por sua vez, Marcelino dos Reis refere o benefício trazido à Nação pela exportação do óleo, “conduzindo, assim, para a redução do deficit da balança comercial”. Cfr. “A indústria baleeira nacional e a possibilidade e conveniência da sua expansão ao Ultramar português”, Resumo da Tese nº 15, *V Congresso Nacional da Pesca*, Luanda, [s.n.], 1958.

## Conclusão

No início do exercício propusemos uma análise sectorial da indústria baleeira que acarretava dois desafios de compreensão num período lato: por um lado, o papel desempenhado pelo Estado na instalação da indústria e na promoção da sua “corporativização” num Grémio de armadores baleeiros; por outro, o papel da iniciativa privada, dissidente ou concordante com os aspectos de dirigismo estatal que se evidenciavam.

Apercebemo-nos cedo que a análise do pequeno subsector requeria conhecer a indústria de transformação mas também a actividade extractiva da pesca e o comércio dos produtos, todas elas interligadas. Ao centrarmos o discurso nos problemas sobre a obtenção e exportação do óleo de cachalote pudemos compreender a actuação dos poderes administrativos sobre um produto de relevante peso para a economia insular e escasso interesse para a “economia nacional”. Com o desenrolar da investigação descobriram-se outras relações mais complexas: dentro da “economia nacional”, que integra espaços insulares e ultramarinos, o principal produto da indústria concorre com outros tipos de matéria prima e interesses industriais que lhe estão adstritos, dificultando a sua entrada no mercado interno; na economia de escala do exterior, o óleo de cachalote será uma produção específica e pouco conhecida, frente à aplicação alimentar do óleo de baleias de barbas, cujo comércio demonstra enormes flutuações e dependências conjunturais como os conflitos político-militares. Nada disto impediu, contudo, que a indústria baleeira singrasse no arquipélago dos Açores e se estendesse à ilha da Madeira e ao Continente, mantendo práticas artesanais de captura e as tecnologias do vapor para a produção de óleo em autoclave e a farinhação do corpo do cachalote.

No fim da pista os resultados revelam-se, porém, em tudo incipientes. Além da compreensão do papel do Estado será pertinente desenvolver um programa de investigação sistemático, tanto quanto as fontes o permitam, para caracterizar o impacte económico da indústria baleeira na economia arquipelágica, se necessário com a redução de escala (por exemplo, na ilha do Pico ou, nos antípodas da importância relativa, na ilha de São Miguel). Dessa forma poder-se-á comparar no futuro a evolução do peso relativo da “pesca do cachalote” em comparação com outras pescas nas Ilhas e no Continente. A outra questão que esperamos ter deixado em aberto é mais ou menos clara: importa compreender, face à instalação e aos impasses que a indústria viveu nos anos quarenta e cinquenta, a forma como se manteve em pequenos núcleos de produção de 1959 aos anos 80 do século XX, atendendo às transformações do mercado internacional dos óleos de cachalote.

Parece claro que na maioria das ilhas dos Açores e Madeira o processo administrativo do condicionamento industrial, com todas as suas fragilidades processuais, constituiu desde 1937/38 um “agente de corporativização da indústria”, não tanto pelos pressupostos teóricos de criar uma ordem de harmonia e uniformização de processos industriais, mas protegendo uma elite industrial emergente com capacidade de aquisição e instalação dos maquinismos modernos. Apetrechamento industrial que não se interromperá durante os anos da Guerra pela ligação ao sector metalúrgico continental, como procurámos demonstrar. Mas a industrialização convive com a permanência de estruturas tradicionais de derretimento das gorduras do cachalote, junto aos pequenos portos, em funcionamento até 1954. A anulação definitiva dos processos artesanais só será feita, curiosamente, com um mecanismo regulamentar estranho aos processos de condicionamento industrial.

A actuação do Grémio patronal no pós-guerra evidencia, desde logo, um desfazamento entre o discurso de realizações e a experiência concreta submetida a uma análise crítica. Se por um

lado o GAPB não corresponde à caracterização de vários organismos de coordenação económica e grémios obrigatórios convertidos em executores da política governamental, também é certo que terá sido tão independente quanto impotente. Os escassos meios financeiros e a modesta actividade da Cooperativa limitaram a sua actuação. O fracasso da instalação de um organismo centralizador de vendas e refinação e de apoios à expansão às “províncias ultramarinas” são aspectos expressivos da ausência de fusão com a ideia corporativa interna e no seio da organização corporativa das pescas. Marginalizado, o GAPB propiciou uma ordem conservadora dos interesses industriais cimentados durante a Segunda Guerra Mundial, apesar das dissensões internas e de não conseguir conter a entrada de alguns concorrentes na indústria. A regulamentação aprovada em 1954 e o novo mapa de concessões concluído em 1957, processo controlado por perto pelo GAPB, revelaram-se as medidas mais contundentes contra a concorrência e defesa dos direitos adquiridos, sem terem promovido a concentração industrial.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA.

### I – FONTES.

#### Fontes primárias.

#### 1. Arquivos da Administração Pública.

##### 1.1. Arquivo Histórico da Direcção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos.

Fundo da Direcção de Pescarias. Pastas:

*Código 23 – Pesca da Baleia (1930-1945)*

*Código 11 – Pesca da Baleia (1949-1955)*

Fundo do Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia.

Livros de Actas do Conselho Geral:

*Livro nº 1: da Acta nº 1 à Acta nº 23.*(1946-1950).

*Livro nº 2: da Acta nº 23 à Acta nº 61.*(1950-1967).

Pastas:

*Relatórios, estudos e informações* (1947-1954).

*Alargamento da Indústria Baleeira ao Ultramar* (1946-1954).

*Áreas de baleação. Concessões. Concentrações baleeiras* (1947).

*Aproveitamento do óleo de cachalote. Refinação do óleo de cachalote. Tratamento de águas residuais* (1948).

*Armações baleeiras: instalação, transferências e remodelações* (1948-1972).

*Embarcações baleeiras: construção, motorização e compra* (1950-1967).

*Aproveitamento de produtos e subprodutos de peixes e animais marinhos* (1949-1954).

*Assuntos Diversos (I e III)* (1946-1960).

*Financiamentos. Amortizações* (1955-1969).

##### 1.2. Biblioteca Central da Marinha-Arquivo Histórico.

Núcleo 423 – Comissão de Extinção das Instalações do Almirante Tenreiro.

Pastas:

*Reuniões no 3: Baleia, Atum*

Documentação da Capitania do Porto da Horta, Delegações Marítimas da ilha do Pico [em

formato digital, resultado do projecto *Baleiaçor*].

### **1.3. Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça – Horta.**

Pastas da Conferência Económica do Distrito da Horta (1939).

Documentação avulsa da Alfândega do Porto da Horta.

## **2. Arquivos empresariais.**

### **2.1. Arquivo Costa&Martins – Reis&Martins Lda. (Faial)**

Livro de Actas da *Sociedade Industrial Marítima Açoriana* (1941-1958).

Balanços anuais da SIMAL (vários anos).

### **2.2. Arquivo da União das Armações Baleeiras de São Miguel Lda<sup>330</sup>.**

Pastas consultadas:

Pasta 1: Capilha 1 “Documentos iniciais 1936 e estudo que deu origem à ideia de explorar a indústria da baleia”. Capilha 2 “Correspondência Geral 1937”.

Pasta 2. Capilha 5 “Correspondência Fábrica das Flores 1937 a 1941”.

Pasta 3. Capilha 1 a 3 “Correspondência António Menano 1937-1965”. Capilha 4 “Mota Soares – vários anos”.

Pasta 9. Capilha 1 a 4 “Francisco Marcelino dos Reis Lda 1937 a 1949”.

Pasta 10. Capilhas 1 a 4 “Francisco Marcelino dos Reis Lda 1951 a 1961”.

Pasta 11. Capilhas 1 a 8 “Correspondência José Cymbron 1948 a 1955”.

Pasta 15. Capilhas 1 e 2 “Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira Lda. – 1939 a 1949”.

### **2.1. Arquivo das Armações Baleeiras Reunidas (São Roque do Pico)<sup>331</sup>**

Pastas consultadas: 1/1 (1951), 1/2 (1952), 1/4 (1953), 1/5 (1952), 1/6 (1955), 1/7 (1952), 1/8 (1958), 1/9 (1956).

## **Fontes Impressas**

### **Legislação**

*Collecção de leis sobre a pesca desde Junho de 1860 a Maio de 1894*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1894.

*Colecção de leis e disposições diversas com relação à pesca e serviço marítimo dos Portos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes e no Ultramar: anos de 1896 a 1905*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1907.

*Diário do Governo* (1902-1958).

### **Estatísticas**

*Estatísticas do Comércio Externo*, INE. 1938-1958.

---

<sup>330</sup> Referência de acordo com os índices já constituídos para esta documentação.

<sup>331</sup> Idem.

*Anuário Estatístico*, INE. 1920-1958.

*Estatísticas da Pesca Marítima no Continente do Reino e Ilhas Adjacentes*. Ministério da Marinha. 1920-1958.

### **Publicações de organismos oficiais e organismos corporativos.**

*Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*. 1953-1958.

*Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais*. 1937-1958.

*Relatório e Contas do Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia*. 1945-1958.

*Relatório e Contas da Cooperativa dos Armadores da Pesca da Baleia*. 1947-1958.

*Boletim dos organismos de coordenação económica criado pelo Ministério do Comércio e Indústria*. 1935.

*Boletim da Comissão Reguladora de Cereais do Arquipélago dos Açores*. 1945

*Boletim da Propriedade Industrial*. 1952

### **Jornais e Revistas**

*Jornal do Pescador*.

*Boletim da Pesca*.

*Conservas de Peixe*.

*Portugal, Madeira e Açores*

*Madeira-Açores*

*O Telégrafo*.

*O Correio da Horta*.

*O Dever*.

*As Flores*.

### **Organização corporativa das pescas.**

*II Congresso Nacional da Pesca*, 1947.

*III Congresso Nacional da Pesca*, 1950.

*IV Congresso Nacional da Pesca*, GEP, 1955.

*V Congresso Nacional da Pesca*, GEP, 1959.

Barbosa, A. M. Pinto, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*. Lisboa, [s.n.], 1941.

*Breve História da Indústria das Conservas de Peixe*, Instituto Português das Conservas de Peixe [ed.lit.], [s.d.].

Lemos, João de, “Organização das pescas agremiadas”, *I Ciclo de Palestras sobre a Pesca*. Lisboa, GEP, 1962-63, pp. 39-52.

Carvalho, Carlos Affonso de, “Previdência social na Pesca”, Separata do *Boletim da Pesca*, nº 30, Março de 1951.

*Plano de fomento das pescas nacionais e fundo de renovação e apetrechamento da indústria da pesca*. Gabinete de Estudos das Pescas, 1953.

Lacomba, Flávio, *Inventário de documentação do Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia*, Lisboa, [s.n.], 1987.

*Lista de embarcações das pescas industriais*. Gabinete de Estudos das Pescas, 1956.

*A Evolução das Pescas e o seu contributo para o abastecimento alimentar do País*. Gabinete de Estudos das Pescas, 1966.

*A Marinha nos últimos 40 anos*. Lisboa, Ministério da Marinha, 1966.

Parreira, Henrique, *Fábrica experimental de farinha de peixe de Matosinhos: Relatório de Contas do 1º Exercício*. Lisboa, IPCP, 1938

*Seis anos de actividade do Fundo de Renovação e Apetrechamento da Indústria da Pesca: 1953-1958*.

Salgado, Guilherme de Sousa Otero, “Relatório sobre as pescarias nos mares dos Açores”, Separata do *Boletim dos organismos de coordenação económica criado pelo Ministério do Comércio e Indústria*, nº 2, 1935.

Tenreiro, Henrique, *A orgânica pré-corporativa das pescas e a futura corporação das Pescas e Conservas*, Lisboa, Gabinete de Estudos das Pescas, 1956.

Tomás, Américo de Deus Rodrigues, *Impulso dado às Pescas e à Construção Naval em meados deste século pelo Ministro da Marinha (1944-1958)*, 2 vols., Lisboa, Orbis, 1971.

*Vinte e cinco anos de assistência às gentes do mar*. Lisboa, Junta Central da Casa dos Pescadores, 1962.

### **História do Arquipélago dos Açores.**

AAVV, *Livro do Primeiro Congresso Açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 18 de Maio de 1938-1939*. [2ª ed.]. Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.

*Conferência Económica do Distrito da Horta*. Horta, Tip. Minerva, 1939.

Fructuoso, Gaspar, *Saudades da Terra*. Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1988.

Macedo, António Lourenço da Silveira, *História das quatro ilhas que formam o distrito da Horta*. Horta, Typ. De Graça Junior, 1871.

*Plano Geral de Melhoramento dos portos do arquipélago/Missão técnica de Estudo dos Portos dos Açores*. Lisboa, Ministério de Obras Públicas, 1948.

Pacheco, Cristiano Frazão, *As Cinco Desgraças do Arquipélago dos Açores*. Ponta Delgada, C. F. Pacheco, 1961.

Rodrigues, M. M. Sarmiento, *Ancoradouros das Ilhas dos Açores*. Lisboa, Anaias da Marinha, 1943.

Serpa, José de, *A indústria piscatória nas ilhas Fayal e Pico*. Coimbra, Imp. Academica, 1886.

### **Baleação em território português.**

Almada, Antão de, “Ofício a Francisco Xavier de Mendonça Furtado de 1 de Outubro de 1768, sobre a pesca das baleias”, *Arquivo dos Açores*, Vol. VI, pp. 7-9, Ed. Fac-Similada, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1981.

Boavida, Fastio, *Relatório sobre a indústria baleeira no distrito da Horta, 1939* (inédito).

Carvalhosa, João Burnay, “Indústria baleeira nos Açores e Madeira: determinantes do seu progresso”. *Boletim da Pesca*, nº 72, Setembro de 1961, pp. 13-24.

Carvalhosa, J. Burnay e Figueiredo, J. Mousinho, “Perspectivas de novas actividades fabris da indústria baleeira e aumento da sua rentabilidade”, in *IV Congresso Nacional da Pesca*, Lisboa, 1955, pp. 161-164.

Chaves, F. Afonso, “A pesca da baleia nos Açores” in *A pesca marítima*, Lisboa, nº 14, 1924.

— “Cetáceos que aparecem nos mares dos Açores”, in *A pesca marítima*, Lisboa, nº 15, 1924, pp. 41 a 44.

— “Cetologia dos Açores”, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Vol. I, nº 2, 1957, pp. 93-97.

Clarke, Robert, *Baleação em botes de boca aberta nos mares dos Açores: história e métodos actuais de uma indústria-reliquia*. [s.l.], Ed. Do Autor e Tradutor, 2001. [Tradução do original publicado em 1954, por Fernando J. F. Da Silva].

- “Spermwhales of the Azores”, *Discovery Reports*, 28, 1956, pp. 237-298.
- *A biologia dos cachalotes capturados nos Açores*. Lisboa, Instituto de Biologia Marítima, 1956.
- “Marking whales from an helicopter”, Separata de *The Norwegian Whaling Gazette*, nº 6, 1956, pp. 311-318.
- “Whales and dolphins of the Azores and their exploitation”. *Reports of the International Whaling Commission* 31, p. 612.
- Clube de Filatélia “O Ilhéu” [org.], *Baleia à vista*, Horta, [s.n.], 2011 (2ª ed.).
- Carneiro, Carlos, “Baleias: a carne e a gordura destes cetáceos na alimentação da espécie humana”, *Boletim Geral das Colónias*, nº 274, Abril de 1948, pp. 22-34.
- Coutinho, António Ramos da Silveira, *Memórias relativas à ilha do Fayal Apresentadas à Junta Geral da Provincia Occidental dos Açores, Pelo Procurador pelo Concelho da Cidade da Horta em 1833*. Angra do Heroísmo, A. J. G. Costa, 1835.
- Cruz, Domingo, “A pesca dos cetáceos e de outras espécies, tem revelado acentuados progressos sobretudo nos altos valores-ouro atingidos”, in *Conservas de Peixe*, II (19), Outubro de 1947, pp. 29-30.
- Cruz, Frederico da, “A pesca da baleia: nova indústria em São Tomé”, *Revista do Ultramar*, nº 2, Abril de 1948, pp. 29-30.
- “A pesca da baleia”, *Boletim da Pesca*, nº9, Dezembro de 1945, pp. 23-35.
- Exposição sobre as áreas de baleação no Grupo Central dos Açores: Fayal, Pico, São Jorge, Graciosa e Terceira*. [s.l.], Tip. do Correio da Horta, 1954.
- Ferreira, Ernesto, “Gigantes dos Mares dos Açores”, *Açoreana*, nº 2, 1935, pp. 74-85.
- Figueiredo, José Mousinho, *Introdução ao estudo da indústria baleeira insular*. Lajes do Pico, Museu dos Baleeiros, 1996 [1ª Ed: Direcção Geral dos Serviços Pecuários, 1946].
- “Biologia e pesca dos cachalotes em S. Miguel, Açores”, *Boletim da Pesca*, nº 55, 1957, pp. 11-68.
- “A indústria baleeira dos Açores vista de relance por um americano”, *Jornal do Pescador*, Ano XIV, nº 171, Março de 1953, pp. 39-40.
- “Pescarias de Baleia nas províncias africanas portuguesas”, *Boletim da Pesca*, nº 66, Março 1960, pp. 29-37.
- “A acção de um entreposto fabril nos excedentes da indústria baleeira”, *Boletim da Pesca*, 31, Junho de 1951, pp. 69-75.
- “Capturas de cachalote ao largo da ilha da Madeira, de 1947 a 1954, e suas características biológicas”, *Boletim da Pesca*, nº 50, Março de 1956, pp. 69-83.
- “A indústria norueguesa de carne de baleias”, *Boletim da Pesca* (18), Março 1948, pp. 119-136.
- Franco, Francisco Soares, *História resumida da Companhia de Pescarias Lisbonense*. Lisboa, Typ do Gratis, 1840.
- Lopes, José Vicente, “A indústria de caça de cetáceos nas costas de Portugal”, in *Anais do Clube Militar Naval*, LXVIII, 1938, pp. 167-86 e 359-381.
- Matos, Pedro Fragoso de, “Recordações do passado: Caça da Baleia em Angola”, *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CIX, Jan-Mar 1979, pp. 65-83.
- Francisco Marcelino dos Reis, Lda. Lisboa, 1955.
- Furtado, J. C. da Mota, “Da indústria baleeira e sua projecção na agricultura”, Separata do *Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais*, Ano 5, nºs 233-238, 1953.
- Gamito, José de Noronha, “À caça de baleias ao largo do Espichel”, *Conservas de Peixe* II (21),

Dezembro de 1947, pp. 31-34.

Melo de Carvalho, Manuel e Carvalhosa, João Burnay, “Problemas da Pesca e Indústria Baleeiras nas Ilhas Adjacentes”, *Boletim da Pesca*, nº 31, Junho de 1951, pp. 51-68.

Melo, Dias de, *Na Memória das Gentes* (6 Vols.). Angra do Heroísmo, Direcção Regional de Orientação Pedagógica, 1985-1991.

Monteverde, Emílio Achilles, “A indústria baleeira na economia nacional”, *Jornal do Pescador*, Ano IX, nº 110, Fevereiro 1948, p. 24; Nº 114, Junho de 1948, p. 34-35; nº 118, Outubro 1948, pp. 26-27.

Reis, Francisco Marcelino dos, “A indústria baleeira nacional e a possibilidade e conveniência da sua expansão ao Ultramar português”, Resumo da Tese nº 15, *V Congresso Nacional da Pesca*, Luanda, [s.n.], 1958.

Salgado, Guilherme de Sousa Otero, “Relatório sobre as pescarias nos mares dos Açores”, Sep. do *Boletim dos Organismos Económicos criados pelo Ministério do Comércio e Indústria*, nº 2, 1935.

Silva, Henrique Correia da, “A pesca da baleia nos mares de Angola”, in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 52, Outubro de 1929.

Silva, José Bonifácio de Andrade e, “Memória sobre a Pesca das Baleias, e Extracção do seu Azeite, com algumas Reflexões a Respeito das nossas Pescarias”, in *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrade e Silva* [s.l.], [s.n.], 1963.

Tenreiro, Henrique, “A pesca da baleia”, *Boletim da Pesca*, (26), Março de 1950, pp. 53-56.

Vilela, Afonso José, *A Pesca e Industria derivadas no distrito de Mossamedes: 1921-1922. Relatório de um inquérito*. Porto, Oficinas de “O Comercio do Porto”, 1923.

“A indústria da pesca da baleia e as medidas tomadas para suavizar a crise”, *Jornal do Pescador*, nº 273, Outubro de 1961, pp. 45-46.

“A indústria baleeira foi atingida novamente por uma grave crise resultante da falta de vendas de óleo para o estrangeiro”, *Jornal do Pescador*, Ano XXI, nº 248, Setembro de 1959, pp. 29-31.

“A caça à baleia nos Açores”, *Jornal do Pescador*, Ano XIII, nº 160, Abril de 1952, pp. 31-32.

“Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia: breve resumo da sua actividade desde a fundação até ao momento actual”, *Jornal do Pescador*, Ano XI, nº 144, Dezembro de 1950, pp. 27-30.

“Carne de baleia”, *Conservas de Peixe*, nº 8, Novembro 1946, pp. 5-6.

“Fábrica flutuante de conserva de carne de baleia”, *Conservas de Peixe*, IV, nº 41, Agosto 1949, p. 17.

“O total das capturas de cachalote fora do Antártico tem aumentado consideravelmente”, *Boletim da Pesca*, (92), Setembro de 1966, pp. 39-56.

### **Baleação internacional.**

Annual Reports of the International Whaling Commission (1949-1958). [Disponível em [www.iwc.int](http://www.iwc.int). Última consulta a: 13 de Fevereiro de 2014].

Brandt, Karl, *Whale oil: an economic analysis*. California, Stanford University, 1940.

*Whaling and Whale Oil during and after World War II*. Stanford University, Food Research Institute, 1948.

### **Relatórios, brochuras e outras publicações**

*Álbum comemorativo da Companhia União Fabril* [pref. Jorge Botelho Moniz]. Lisboa, CUF, 1945.

- II Congresso da Indústria Portuguesa*, Vol. I a IX, Associação Industrial Portuguesa, 1957.
- Lista de Exportadores de Mercadorias de Produção ou Fabrico Nacional*. Direcção Geral do Comércio do Ministério da Economia. Lisboa, Imprensa Nacional, 1946.
- Dias Júnior, J. N. Ferreira, *Linha de rumo I e II e outros escritos económicos: 1926-1962*. Lisboa, Banco de Portugal, 1998. [intro. de J. M. Brandão de Brito].
- Lumbralles, João Pinto da Costa Leite, *Economia de Guerra*. Porto, [s.l.], 1943.

## II- BIBLIOGRAFIA

### Obras de enquadramento e consulta.

- Amorim, Inês (org.), “As Pescas”, in Nuno Luís Madureira (coord.), *História do Trabalho e Ocupações*. Vol II. Oeira, Celta, 2001.
- AAVV, *História dos Açores: do Descobrimento ao século XX*. 2 Vol., Angra do Heroísmo, IAC - Instituto Açoriano de Cultura, 2008.
- Barreto, António e Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa, Figueirinhas, 1999.
- Heitor, Manuel, Brito, J. M. Brandão de, Rollo, M. Fernanda (coord.), *Momentos de inovação e engenharia em Portugal*. 3 Vols. Lisboa, Dom Quixote, 2004.
- Hobsbawm, Eric, *Historia del Siglo XX*. Barcelona, Crítica, 1995.
- Mollat, Michel, *A Europa e o Mar*. Lisboa, Presença, 1995.
- Cruz, Manuel Braga da, e Pinto, António Costa [dir.], *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Lisboa, Assembleia da República/Imprensa de Ciências Sociais, 2004.
- Mumford, Lewis, *Technics and Civilization*, Nova Iorque, Harcourt, Brace and Company, 1940.
- Ramos, Rui (coord.) “A segunda fundação (1890-1926)”, in Mattoso, José (dir.) *História de Portugal*. Vol. VII. Lisboa, Círculo dos Leitores, 1994.
- Rosas, Fernando (coord.) “O Estado Novo (1926-1974)”, in Mattoso, José (dir.) *História de Portugal*. Vol. VIII. Lisboa, Círculo dos Leitores, 1994.
- Rosas, Fernando e Brito, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*. 2 Vols. Lisboa, Círculo dos Leitores, 1996.

### História de Portugal no século XX: industrialização e organização corporativa.

- Avelãs Nunes, *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933 – 1947): Actividade Mineira, “Grande Depressão” e Segunda Guerra Mundial*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010.
- \_ Avelãs Nunes, João Paulo, “Corporativismo e Economia de Guerra: o Salazarismo e a Segunda Guerra Mundial” in *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra, Almedina, 2012, pp. 165-177.
- Brito, J. M. Brandão de, *Industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965): o Condicionamento Industrial*. Lisboa, Dom Quixote, 1989.
- \_ “Os Engenheiros e o Pensamento económico do Estado Novo”, in *Contribuição para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa, Dom Quixote, 1988.
- Cardoso, José Luís, *História do Pensamento Económico Português. Temas e Problemas*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- Cardoso, José Luís, Rocha, Maria Manuela, “Corporativismo e Estado Providência (1933-1962)”, *Ler História*, nº 45, pp. 111-135.

- Confraria, João, *Condicionamento industrial: uma análise económica*. Lisboa, Direcção Geral da Indústria, 1992.
- Domingos, Nuno e Pereira, Victor, (org.), *O Estado Novo em Questão*, Lisboa, Edições 70, 2010.
- Ferreira, Nuno Estevão, *A Câmara Corporativa no Estado Novo: Composição, Funcionamento e Influência*. Dissertação de doutoramento em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, 2009.
- Folgado, Deolinda, *A nova ordem industrial no Estado Novo (1933-1968): da fábrica ao território de Lisboa*. Lisboa, Livros Horizonte, 2012.
- Freire, João, *Homens em fundo azul marinho: ensaio de observação sociológica sobre uma corporação nos meados do século XX*. Oeiras, Celta, 2003.
- *A Marinha e o poder político em Portugal no século XX*. Lisboa, Colibri, 2010.
- Garrido, Álvaro, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*. Rio Tinto, Círculo dos Leitores, 2010 [2ª ed.].
- *Henrique Tenreiro: uma biografia política*. Lisboa, Círculo dos Leitores, 2009.
- *Economia e Política das Pescas Portuguesa: Ciência, Direito e Diplomacia nas pescarias do Bacalhau (1945-1974)*. Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2006.
- “As pescas portuguesas no século XX”, in Manuel, Brito, J. M. Brandão de, Rollo, M. Fernanda (coord.), *Momentos de inovação e engenharia em Portugal*, Vol. II, Lisboa, Dom Quixote, 2004, pp. 321-345.
- “Contexto, fundamentos e lógica de construção da Economia Nacional Corporativa”, in *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra, Almedina, 2012, pp. 143-164.
- “Estado Novo e Corporativismo. Um em investigação de História económica e das instituições”, in Ribeiro, Maria Manuela Tavares [coord.] *Outros combates pela História*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010; pp. 297-309.
- Justino, David, *A formação do espaço económico nacional (1810-1913)*. Lisboa, Vega, 1988.
- Lains, Pedro, *Os Progressos do Atraso. Uma nova História Económica de Portugal, 1842-1992*. Lisboa, Imprensa de ciências Sociais, 2003.
- “O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990”, in *Análise Social*, vol . XXIX (128), 1994 (4º), pp. 923-958.
- Lucena, Manuel de, *A evolução do sistema corporativo português*. 2 Vols. Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976.
- “Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura”, in *Análise Social*, nº 56, vol. XIV, 1978 (I); nº 57, vol XV, 1979 (II), nº 58, vol XV, 1979 (III).
- Madureira, Nuno Luís, *A Economia dos Interesses. Portugal entre as Guerras*. Lisboa, Livros Horizonte, 2002.
- “O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957)”, *Análise Social*, Vol. XXXIII (148), 1998, pp. 777-822.
- Martins, Oliveira, *Portugal nos Mares*. Lisboa, Guimarães Editores 1994.
- Medeiros, Fernando, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do Salazarismo*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.
- Moreira, Vital, *Auto-regulação profissional e administração pública*, Coimbra, Almedina, 1997.
- Nunes, Francisco Oneto (coord.), *Culturas Marítimas em Portugal*. Lisboa, Âncora, 2008.
- Patriarca, Fátima, *A Questão Socail no Salazarismo, 1930-1947*. 2 Vols.

– “A regulamentação do trabalho nos primeiros anos do regime corporativo”, in *Análise Social*, Vol. XXIX, nº 128, 1994, pp. 801-839.

Peralta, Elsa, *A memória do mar: património, tradição e (re) imaginação identitária na contemporaneidade*. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa – ISCTE, 2008.

Pereira, Armando Gonçalves, *A Economia do Mar*. Lisboa, Livraria Morais, 1932.

Pereira, João Martins, *Para a história da indústria em Portugal: 1941-1965. Adubos azotados e siderurgia*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2005.

Pereira, Miriam Halpern, *Diversidade e Assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001.

– “As origens do Estado Providência em Portugal”, *Ler História*, nº 37 (1999), pp. 45-61.

– “A História e as Ciências Sociais”, *Ler História*, nº 49, 2005, pp. 5-29.

Reis, Jaime, *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX*. Lisboa, Imp. Nacional – Casa da Moeda, 1993.

Ribeiro, Maria Manuela Tavares [coord.] *Outros combates pela História*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010.

Rodrigues, J. M. Vieira, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865 – 1945)*, dissertação de Mestrado em História do Século XX, Universidade Nova de Lisboa, 1997.

Rodrigues, Maria de Lurdes, *Os engenheiros em Portugal: profissionalização e profissionalismo*. Oeiras, Celta, 1999.

Rollo, Maria Fernanda, *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós Guerra. O Plano Marshall e a Economia Portuguesa dos Anos 50*. Instituto Diplomático do MNE, 2007.

– “A industrialização e os seus impasses”, in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal: o Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII. Lisboa, Estampa, 1998, pp. 450-471.

– “Heranças de Guerra: o reforço da autarcia e os “novos rumos” da política económica”, *Ler História*, nº 50, 2006, pp. 131-172.

– “Desmandos da organização corporativa e reencontros do Corporativismo no rescaldo da II Guerra. O Inquérito à Organização Corporativa em 1947” in *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra, Almedina, 2012, pp. 191-227.

Rosas, Fernando, *O Estado Novo nos anos trinta*. Lisboa, Editorial Estampa, 1986.

– *Portugal entre a Paz e a Guerra*. Lisboa, Editorial Estampa, 1990.

– *Salazarismo e fomento económico (1928-1948)*. Lisboa, Editorial de Notícias, 2000.

Rosas, Fernando e Garrido, Álvaro (coord.) *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra, Almedina, 2012.

Torgal, Luis Reis, *Estados Novos, Estado Novo: Ensaios de História Política e Cultural*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009.

– “Os corporativismos e as “Terceiras Vias””, in *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra, Almedina, 2012, pp. 49-79.

### **História do Arquipélago dos Açores.**

AAVV, *Livros das Semanas de Estudo dos Açores*. 3 vols. Ponta Delga, Angra do Heroísmo e Horta, IAC – Instituto Açoriano de Cultura, 1964-1965.

Andrade, Luís Vieira, *Os Açores, a II Guerra Mundial e a NATO*. Ponta Delgada, Impracor, 1992.

- Andrade, M. Jacinto, *Políticos açorianos: nótulas biográficas*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1996.
- Ávila, Ermelindo, *Emigrados Imigrantes*. Ponta Delgada, Gráfica Açoreana, 1996.
- [Madeira] Câmara, Benedita, *A Economia da Madeira (1850-1914)*. Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2002.
- Costa, Susana Goulart, *O Pico (séculos XV-XVIII)*. Ponta Delgada, Associação de Municípios da Ilha do Pico, 1997.
- Dias, Fátima Sequeira, *Uma estratégia de sucesso numa economia periférica: a Casa Bensaúde eos Açores, 1800-1878*. [2ª ed.]. Ponta Delgada, Ribeiro&Caravana Editores, 1999.
- \_*A Fábrica de Tabaco Micaelense, 1866-1995*. São Miguel, Fábrica de Tabaco Micaelense, 1995.
- \_*Os Açores na História de Portugal, séculos XIX-XX*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008.
- Enes, Carlos, *A economia açoriana entre as duas Guerras Mundiais*. Lisboa, Edições Salamandra, 1994.
- \_*“Açores e Madeira vistos por Marcelo Caetano em 1938”*, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, nº 14, 2005.
- \_*“Uma economia em transformação, mas uma pobreza que persiste”*, in AAVV, *História dos Açores: do Descobrimento ao século XX*. 2 Vol., Angra do Heroísmo, IAC - Instituto Açoriano de Cultura, 2008. pp. 185-215.
- Ferreira, António de Brum, *A Ilha Graciosa*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1968.
- Ferreira, José Medeiros, *Os Açores na Política Internacional*. Lisboa, Tinta da China, 2011.
- \_*“A autonomia dos Açores e os regimes político em Portugal”*, *Ler História*, nº 31, pp. 157-168.
- Gomes, Francisco António Pimentel, *A ilha das Flores: da redescoberta à actualidade (subsídios para a sua história)*. Lajes das Flores, Câmara Municipal, 1997.
- Pereira, Armando Gonçalves, *Aspectos fundamentais da Economia Insular*. Lisboa, Gráfica Lisbonense, 1939. [Lição proferida na sessão de estudo da Economia insular realizada no ISCEF em 31 de Maio de 1939].
- João, Maria Isabel, *Os Açores no século XIX. Economia, sociedade e movimentos autonomistas*. Lisboa, Cosmos, 1991.
- Leite, José Guilherme Reis [org.; pref. e notas], *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa: 1892-1947*. Horta, Assembleia Regional dos Açores, 1987.
- \_*“Os acertos da governação, a ilusão da autonomia e a continuidade do divisionismo”*, in AAVV, *História dos Açores: do Descobrimento ao século XX*. 2 Vol., Angra do Heroísmo, IAC - Instituto Açoriano de Cultura, 2008. pp. 159 a 184.
- Madruga da Costa, Ricardo M., “Algumas notas sobre o 1º cônsul geral dos EUA nos Açores e um contributo para a bibliografia sobre os Dabney”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Vol. X, 1991-1992, pp. 89-140.
- Meneses, Avelino de Freitas, *Os Açores na Encruzilhada de Setecentos (1740-1770)*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995.
- \_*“A preponderância geoeconómica do Faial na conjuntura açoriana de Setecentos”*, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Volume IX (1989-1990), pp. 3-23.
- \_*“Os Açores e os Impérios: séculos XV a XX”*, in *Arquipélago – História*, 2ª série, XIII (2009), pp. 205-218.
- Miranda, Sacuntala, *O Ciclo da laranja e os “gentlemen farmers” da ilha de S. Miguel: 1780-1880*.

Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1989.

— *Portugal: o círculo vicioso da dependência (1890-1939)*. Lisboa, Teorema, 1991.

— *A Emigração Portuguesa e o Atlântico: 1870-1930*. Lisboa, Salamandra, 1999.

Pereira, João Gil, “Alguns dados sobre a pesca do atum nos Açores”, 2ª Semana das Pescas dos Açores, Horta, [s.n.], 1982.

Rocha, Gilberta Pavão Nunes, “O crescimento da população e os novos destinos da emigração”, in AAVV, *História dos Açores: do Descobrimento ao século XX*. 2 Vol., Angra do Heroísmo, IAC - Instituto Açoriano de Cultura, 2008. pp. 265-305.

Rodrigues, José Damião, “Entre duas Margens: A circulação atlântica dos Açorianos nos séculos XVII e XVIII”, in *Arquipélago – História*, 2ª série, VI (2002), pp. 225-245.

Riley, Carlos Guilherme, “As ilhas e a abertura da fronteira oceânica”, *Arquipélago*, 2ª série, Vol. I, nº2, 1995, pp. 17-31.

Silva, Susana Serpa, “Em busca de novos horizontes. Açores, emigração e aculturação nos finais do século XIX, inícios do século XX”, *Arquipélago*, 2ª série, VI (2002), pp. 347-360.

Telo, António José, *Os Açores e o controlo do Atlântico*. Lisboa, Asa, 1993.

— “Os Açores e as estratégias para o Atlântico”, in AAVV, *História dos Açores: do Descobrimento ao século XX*. 2 Vol., Angra do Heroísmo, IAC - Instituto Açoriano de Cultura, 2008. pp. 217-264.

Trigueiro, José Arlindo Armas, *Do Estado Novo à Autonomia dos Açores. Memórias: 1936-1980*. Horta, J. A. A. Trigueiro, 1996.

### **Baleação em território português.**

Afonso, João, *Mar de Baleias e Baleeiros*. Angra do Heroísmo, DRAC, 1998.

Ávila de Melo, António, *Avaliação da população de cachalotes (*Physeter catodon* LINNÉ 1758) para a área do Atlântico médio-oeste, de 1949 a 1967*. Relatório de estágio, Faculdade de Ciências de Lisboa, 1977-1978.

Barré, Michel, *Les dernières chasses au cachalot*. Paris, Éditions du Gerfaut, 2003.

Bettencourt, Manuel Moniz, *Os Picoenses na Odisseia da Baleação*. Lajes do Pico, Câmara Municipal, 1996.

Borba, Liduino, *Subsídios para a história de São Mateus da Calheta*. São Mateus da Calheta, Junta de Freguesia, 2008.

Brito Cristina, *Os Mamíferos marinhos nas viagens marítimas pelo Atlântico entre os séculos XV e XVIII; a evolução da ciência e do conhecimento*. Dissertação de doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, FCSH-UNL.

— “Assessment of catch statistics during the land-based whaling in Portugal”, *JMBA2 – Biodiversity Records*, 2006, pp. 1-5.

— “Portuguese Sealing and Whaling Activities as Contributions to Understand Early Northeast Atlantic Environmental History of Marine Mammals”, in Romero, Aldemaro e O. Keith, Edward, *New Approaches to the Study of Marine Mammals*, [s.l.], InTech, 2012.

Brito, Cristina e Reiner, Francisco, 2012, “Baleias e Golfinhos sob mira: A baleação e outras capturas históricas”, in *Cetáceos de Portugal: Passado, Presente e Futuro*. Lisboa, Escola de Mar, 2012, pp. 27-35.

Brito, Cristina e Carvalho, Inês (coord.), *Cetáceos de Portugal: passado, presente e futuro*. Lisboa, Escola de Mar, 2012.

- Clarke, Robert e Paliza, Obla, “Resumenes de las Investigaciones Balleneras en el Pacífico Sureste y otros Océanos”, in *Boletín del Instituto del Mar del Perú*, Vol. 23, nºs 1 e 2, Janeiro-Dezembro de 2008.
- Cymbron, Albano, *A fase industrial da baleação micaelense (1936-1970): contributos para a sua história*. Ponta Delgada, OMA, 2011.
- Dutra, Márcia, Sá da Bandeira, Rodrigo (fot.) *Fábrica da Baleia de Porto Pim/Porto Pim Whaling Station*. Horta, Observatório do mar dos Açores, 2008.
- Dutra, Márcia e Porteiro, Filipe (et. Al.), *A Baleação no Faial. Fase industrial 1940-1984/Whaling in Faial. Industrial phase 1940-1984*. Horta, Observatório do Mar dos Açores, 2010.
- Ellis, Myriam, *A Baleia no Brasil Colonial*. São Paulo, Melhoramentos, 1969.
- Esteves, Aniceto Garcia, “Pesca da Baleia ao longo dos tempos”, in *Anais do Clube Militar Naval*, Vol CXIV, Jan-Mar. 1984, pp. 33-53.
- Galhardo, Leonor, *Cetáceos que ocorrem nos Açores (biologia, ecologia e taxonomia), estudos sobre história da baleação nos Açores*. Tese de Licenciatura apresentada ao Departamento de Biologia, Universidade dos Açores, 1990.
- Garcia, José Carlos, *A Fábrica da Baleia em São Roque do Pico*. Pico, Município de São Roque, 2008.
- Gomes, Francisco António Pimentel, *Caça à Baleia nas Flores*. Lajes das Flores, Câmara Municipal, 1992.
- “As baleeiras do porto da Horta”, in *Boletim do Núcleo Cltural da Horta*, Vol. X, 1992, pp. 145-151.
- Gomes, Maria Gabriela de Oliveira, “Indústria baleeira em Santa Maria (1937-1966)”, *Atlântida*, Vol. XLVIII, Instituto Açoriano de Cultura, 2003, pp. 170-202.
- Lopes, João Carlos Correia, *Baleeiros do Faial*. Torres Novas, Gráfica Almondina, 2008.
- Costa, Ricardo Madruga da, *A ilha do Faial na logística da frota baleeira americana no “século Dabney”*. Horta, OMA/CHAM, 2012.
- Martin, A. R. E Ávila de Melo, A. M., “The Azorean Sperm Whale Fishery: A Relic Industry in Decline”, *Reports of the International Whaling Comission*, 33, pp. 283-286.
- Melo, Dias de, *Vida vivida em terra de baleeiros*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1983.
- Pereira, Rufino Cordeiro Dias, *Caça à Baleia: uma memória descritiva*. Santa Cruz da Graciosa, Câmara Municipal, 2005.
- Puim, Arsénio Chaves, *A pesca à baleia na ilha de Santa Maria*. Vila do Porto, Museu de Santa Maria, 2011.
- Russel, Edmund R., *O problema da sobrepesca*. Lisboa, Estação de Biologia Marítima, 1943. [trad. de Alfredo Magalhães Ramalho].
- Sousa, Ana Maria S. A. B., *Contribuição para o estudo da biologia e pesca do cachalote no Arquipélago da Madeira*. Relatório de estágio, Faculdade de Ciências de Lisboa, 1976-1977.
- Terra, Florêncio, “Caça à baleia nos Açores”, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Vol I, nº 3, 1958, pp. 193-211.
- Vieira, João Gomes, *O Homem e o Mar. Embarcações dos Açores*. Lisboa, Intermezzo-Audiovisuais, 2002.
- Warrin, Donald, *So ends this day: The Portuguese in American Whaling. 1765-1927*. Dartmouth, University of Massachussets, 2010.

## Baleação internacional

- Allen, K. Radway, *Conservation and Management of whales*. Seattle, University Washington Press, 1980.
- Budker, Paul, *Whales and Whaling*. Londres, George Harrap, 1958.
- Basberg, Bjorn L., “In the wake of Tonnessen and Johnsen: Trends in Whaling History Research after 1970”, *Whaling and History II. New Perspectives*. Sandefjord, 2006, pp. 11-20.
- Birnie, Patricia W., *International Regulation of Whaling: from conservation of whaling to conservation of whales and regulation of whale-watching*. [s.l.], Oceana Publications, 1985.
- Cazeils, N., *Dix siècles de pêche à la baleine*. [s.l.], Éditions ouest, 2000.
- Dolin, Eric Jay, *Leviathan: The History of American Whaling* [s.l.], W.W. Norton, 2008.
- Ellis, Richard, *The grey sperm whale: a natural history of the ocean's most magnificent and mysterious creature*. University Press of Kansas, 2011.
- Gambell, Ray, “International Management of Whales and Whaling: An Historical Review of the Regulation of Commercial and Aboriginal Subsistence Whaling”, *Arctic*, Vol. 46, n° 2, Junho de 1993, pp. 97-107.
- Gulland, J. A., “Whaling and whale management”, *9ª Semana das Pescas dos Açores*, 1989, pp. 119-127.
- Hansen, Felipe Valdés, *Los Balleneros de Galicia (siglos XIII a XX)*. Coruña, Fundación Pero Barrié de la Maza, 2010.
- Gustafsson, Ulaf, “Industrialising the Arctic: Settlement Design and Technical Adaptations of Modern Whaling Stations in Spitsbergen and Bear Island”, *Whaling and History: new perspectives*. Sandfjord, The Whaling Museum, 2006, pp. 47-59.
- Hoare, Philip, *The Whale: in search of the Giants of the Sea*. Nova Iorque, Harper Collins, 2010.
- Holt, S.J., “Sharing the catches of whales in the Southern hemisphere”, *FAO Fisheries Technical Paper*, n° 411, 2001, pp. 322-373.
- Jenkins, James Travis, *Whales and Modern Whaling*. Londres, Whiterby, 1932.
- Lebo, Susan A., “Hawaii's 19th century whaling economy: Whale Traditions and Government Regulation of Hawaii's Native Seamen and Whale Fishery”. *Whaling and History II: new perspectives*. Sandfjord, The Whaling Museum, 2006, pp. 103-115.
- Mackintosh, N. A., *The Stocks of Whales*. Londres, Fishing News Books, 1965.
- Matthews, L. Harrison, *The Sperm Whale, Physeter catodon*. Cambridge University Press, 1938.
- Ringstad, Jan Erik (coord.), *Whaling and History II: new perspectives*. Sandfjord, The Whaling Museum, 2006.
- Ringstad, Jan Erik (coord.) *Whaling and History III*. Sandfjord, The Whaling Museum, 2010.
- Rigstad, Jan Erik, “Who owns the History of Whaling? The Norwegian Whaling industry and the writing of Modern Whaling History”, in *Whaling History III*. Sandfjord, The Whaling Museum, 2010, pp. 11-25.
- Robertson, Robert B., *Of Whales and Men*. [s.l.], Simon and Schuster, 1954.
- Romero, Aldemaro, “Yankee whaling in the Caribbean Basin: its impact in a Historical context”, in Romero, Aldemaro e O. Keith, Edward, *New Approaches to the Study of Marine Mammals*, [s.l.], InTech, 2012.
- Schevill, W.E. (ed.) *The whale problema: a status report*. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

- Slipjer, E. J., *Whales*. Londres, Hutchinson, 1962.
- Smith, T. D. [et. Al.], “Spatial Dynamics of American Offshore whaling in the 19th Century: Were Spermwhales depeleted?”, *Whaling and History III*. Sandfjord, The Whaling Museum, 2010, pp. 85-93.
- Tonessen, J. N., *The History of Modern Whaling*. Londres, Australian University Press, 1982.

### **Património e memória.**

- Ávila, Ermelindo, *Figuras e Factos: notas históricas*. Lajes do Pico, Associação de Defesa do Património, 1993.
- Batista, Adelaide Monteiro, “Os Açorianos em Moby Dick”, *Semana dos Baleeiros*, Lajes do Pico, [s.n.], 1992, pp. 27-39.
- Brandão, Raul, *As ilhas desconhecidas: notas e paisagens*. Lisboa, Comunicação, 1988. [1ª ed. 1926; pref. António M. B. Machado Pires].
- Costa Jr., Manuel [et.al.], *Património Baleeiro dos Açores: Herança e Modernidade*. Ponta Delgada, Direcção Regional da Cultura, 2011.
- Corsépius, Yolanda, *Nas rotas de um bisavô*. [s.l.], SerSilito Grafica, 2005.
- Garcia, José Carlos, *O Museu dos Baleeiros e a Cultura da Baleação*. Lajes do Pico, Artesanato Lajense, 2002.
- Greaves, Manuel, *Outras Histórias que ouvi: póstuma*. Horta, Ed. E Família, 1958.
- Lemos, Alberto Pereira de, “Gente da Terra e do Mar”, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Vol. III, nº 3, 1964, pp. 487-555.
- Martins, Rui, “Das baleias e dos homens em terras e mares dos Açores”, in Vieira, João Gomes, *O Homem e o Mar. Artistas portugueses do marfim e do osso dos cetáceos – Açores e Madeira*. Lisboa, Intermezzo-Audiovisuais, 2003.
- Medeiros, Francisco Andrade de, *Homens de olhos encovados e Outras Estórias de Homens do Mar*. São Roque do Pico, Câmara Municipal, 2012.
- Mendonça, Nun’Álvares, *Memórias de um Baleeiro: Caça à Baleia nos Açores – Anos 1930 a 1945*. São Jorge, Câmara Municipal da Calheta, 1985.
- Nemésio, Vitorino, *Mau tempo no Canal*. Lisboa, Círculo dos Leitores, 1986.
- \_ *Corsário das Ilhas*. Lisboa, Bertrand, 1983.
- Ruspoli, Mário, *À Pesca do Cachalote*. Lisboa, Clássica, [s.d.] [tradução do original publicado em 1955].
- \_ *Les Hommes de la Baleine*. Paris, Editions Offidoc, 1972.
- Santos, Sara [et. Al.], *Cadernos SIBIL: cultura baleeira, ecologia e biologia dos grandes cetáceos*. Culturpico, Centro de Artes e de Ciências do Mar das Lajes do Pico, 2007.
- Soulaire, Jacques, *A la recherche du Moby-Dick*. Paris, Hachette, 1959.
- Venables, Bernard, *Baleia: the whalers of the Azores*. Londres Bodley Head, 1968.
- Vieira, João António Gomes, “A baleação e a identidade cultural duma ilha: o projecto de recuperação da Fábrica Baleeira do Boqueirão – um modelo museológico inserido em realidades locais”, *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 8 – 1996, pp. 95-107.

ANEXOS

I. **Legislação.**

II. **Descrição das armações e instalações terrestres nas Ilhas Adjacentes, segundo o Inquérito da Direcção de Pescarias de 1941.**

Nome da armação	Local e zona de pesca	Nr. de sócios/ proprietários	Nr. de embarcações	Instalações terrestres <sup>332</sup>	Valor <sup>333</sup>
Companhia Baleeira Mariense, SARL.	Porto do Castelo. Ilha de Santa Maria.	-	1 lancha 2 canoas	1 Casa para embarcações e apetrechos da armação. 1 Alpendre com: 2 caldeiros com a capacidade total de 1800 litros. 1 Cuba de ferro para arrefecimento, com capacidade de 2m3. 1 depósito com a capacidade de 15 m3.	24 500\$00
União das Armações Baleeiras de São Miguel Lda.	Porto das Capelas, ilha de São Miguel. Costa norte de São Miguel.	20	3 Lanchas 6 canoas	Lugar dos Poços: 1 Caldeira 40m2 de superfície. 8 autoclaves. 2 Serras circulares 1 Dínamo de 3KW. 1 motor Diesel de 17 HP 1 bomba a vapor. Bretanha: 2 caldeiros com capacidade total de 1200 litros. Capelas: 5 caldeiros com a capacidade total de 3300 litros.	112 400\$00
Armação Baleeira de S. Mateus.	Negrilo, São Mateus da Calheta, ilha Terceira.	2	1 lancha 2 canoas	Um barracão existente no antigo forte do Negrilo com 5 caldeiros de fogo directo com a capacidade total de 4m3	55 000\$00
Companhia Baleeira da Graciosa.	Porto da Barra, Santa Cruz da Graciosa.	1	1 lancha 3 canoas	Um barracão onde estão montadas duas caldeiras a fogo directo com a capacidade total de 2m3.	4 000\$00
Armação dos “Gambões”	Porto das Velas. Ilha de São Jorge.	1	1 lancha 2 canoas	Edifício, de pedra e cal, e terreno de 300 m2. 10 tanques com capacidade de 91000 litros de capacidade. 1 Caldeiro com a capacidade de 1000 litros.	30 000\$00
Armação Reis&Mendonça	Porto das Velas. Ilhas do Grupo central dos Açores.	2	3 lanchas 3 canoas	1 casa de derretimento e 1 armazém, construído em pedra e cal. Um barracão com cobertura de telha. 4 Caldeiros com a capacidade total de 2000 litros. 15 tanques com a capacidade de 107000 litros.	29 000\$00

<sup>332</sup> Não incluímos neste resumo a descrição dos apetrechos de pesca, com algumas variações entre armações.

<sup>333</sup> O valor aproximado das instalações foi calculado pelos serviços das Capitánias e Delegações Marítimas.

Armação Maria Lucinda	Porto das Velas. Ilhas do Grupo central dos Açores.	1	2 lanchas 4 canoas	Faixa de terreno com 92 m2 (arrendada ao Estado). Apendre com: 2 caldeiros com a capacidade total de 800 litros. 2 tanques com a capacidade total de 10000 litros.	7 000\$00
Armação do Topo	Porto da Ponta do Topo. Ilhas do Grupo central dos Açores.	1	1 lancha 2 canoas	Faixa de terreno junto ao cais. 2 caldeiros com capacidade total de 800 litros.	-
Nossa Senhora das Angústias	Porto do Salão. Ilha do Faial	1	1 lancha 1 canoa	“Não possui: todas as baleias pescadas vão derreter á fábrica pertencente à Sra. D <sup>a</sup> Amélia Leal Ávila, situada no Porto Pim, onde aliaz vão derreter todas as baleias pescadas pelas armações desta Ilha.	-
Armação Baleeira de Francisco Marcelino dos Reis	Porto do Comprido. Ilha do Faial	1	2 lanchas 6 canoas	“Estão inutilizadas e os caldeiros são a fogo directo., um de 300 litros e outro de 800. Presentemente o valor é só do edifício em vista da inutilização das instalações. Nas últimas épocas a extracção dos produtos faz-se na fábrica situada em Porto Pim”	-
Companhia Baleeira Faialense	Porto do Comprido. Ilha do Faial	26	1 lancha 4 canoas	“Esta armação não possui instalações [...] porque quando da sua constituição, já estava formada uma sociedade para o aproveitamento integral dos cetáceos, fábrica que actualmente se encontra em montagem [...]. Nas últimas épocas tem esta armação procedido à extracção dos produtos em caldeiros a fogo directo instalados numa fábrica antiga, pagando o respectivo aluguer.”	-
Estrela Lajense Lda.	Lajes do Pico.	21	3 canoas	Área descoberta à entrada do porto com: 2 Caldeiros com a capacidade total de 1000 litros. 2 cubas para arrefecimento com a capacidade total de 1100 litros. 2 cascos para depósito de óleo com capacidade total de 1600 litros.	13 500\$00
Lealdade Lajense Lda.	Lajes do Pico	22	2 canoas	2 Caldeiros a fogo directo com a capacidade, total de 110 litros. 2 cubas de ferro com a capacidade total de 100 litros.	12 800\$00
Venturosa Lagense	Lajes do Pico	22	2 canoas	2 Caldeiros com a capacidade total de 1000 litros 3 cubas de ferro com a capacidade total de 2100 litros.	11 300\$00
Joaquim José Machado	Lajes do Pico	1	1 canoa	Aluguer do material das armações Estrela, Lealdade e Venturosa, com as quais labora em sociedade.	
Felicidade Lagense Lda.	Lajes do Pico	22	2 canoas	2 cubas de ferro para arrefecimento e depósito de óleo com a capacidade total de 1500 litros. 1 casco para depósito de óleo com a capacidade de 800 litros. Utiliza-se do material pertencente às armações Nova e União Lagense, com as quais labora de sociedade.	3 800\$00
Nova Sociedade Lagense Lda.	Lajes do Pico	22	1 canoa	2 Caldeiros com a capacidade total de 1400 litros; 2 Cubas para arrefecimento com a capacidade total de 1100 litros; 2 cascos para depósito de óleo com capacidade para 1600 litros.	12 200\$00
União Lagense Lda.	Lajes do Pico	28	2 canoas	2 Caldeiros com a capacidade total de 1300 litros. 2 cubas de ferro com a capacidade total de 2700 litros.	10 600\$00
Sociedade Baleeira Americana Lda <sup>a</sup>	Ribeiras. Ilha do Pico	32	3 canoas	2 Caldeiros com a capacidade total de 1400 litros. 2 cubas de ferro para arrefecimento.	11 100\$00

Sociedade Nova Ribeirense Lda.	Ribeiras. Ilha do Pico	31	3 canoas	2 Caldeiros com a capacidade total de 1400 litros. 2 cubas de ferro para arrefecimento.	11 900\$00
Sociedade União Ribeirense Lda.	Ribeiras. Ilha do Pico	30	3 canoas	2 Caldeiros com a capacidade total de 1400 litros. 2 cubas de ferro para arrefecimento.	12 200\$00
Aliança Calhetense Lda.	Calheta de Nesquim. Ilha do Pico	3	3 canoas	2 Caldeiros com a capacidade total de 1400 litros. 1 cuba de ferro para arrefecimento.	11 000\$00
Atlântida	Calheta de Nesquim. Ilha do Pico	2	3 canoas	2 Caldeiros com a capacidade total de 1400 litros. 2 cubas de ferro para arrefecimento.	11 500\$00
Sociedade Baleeira de S. Mateus	São Mateus, Ilha do Pico	2	2 canoas	2 Caldeiros com a capacidade total de 1400 litros. 2 cubas de ferro com a capacidade total de 1600 litros.	12 500\$00
Velha, Atlântida e Livramento (Armações Baleeiras Reunidas)	Cais do Pico	3	8 canoas 4 lanchas	10 Caldeiros com a capacidade total de 7000 litros. 7 cubas de ferro para arrefecimento e depósito com a capacidade total de 23700 litros. 10 cascos de madeira para depósito de óleo com a capacidade total de 8000 litros.	53 200\$00
Maurício António Fraga	Vila das Lages. Ilha das Flores.	1	3 canoas 1 lancha	Casa em pedra e cimento com: 1 Fornalha com um caldeiro. Capacidade total de 12000 litros. 1 tanque de cimento com a capacidade total de 80000 litros. 1 compartimento para pernoita do turno em descanso.	-
António Caetano de Serpa	Vila de Santa Cruz. Ilha das Flores.	1	3 canoas 1 lancha	1 Caldeiro com capacidade de 2000 litros. “fazendo todo o serviço de extracção nas instalações de Maurício António Fraga”.	-
Reis&Flores Lda.	Vila de Santa Cruz. Ilha das Flores	3	3 canoas 1 lancha	2 Caldeiros com a capacidade total de 6000 litros. “Tinha uma casa de extracção no Porto do Boqueirão, que foi totalmente destruída pelo temporal de 20 de Setembro de 1940, aguardando autorização para a construção de uma nova casa.”	-
Sociedade de Pesca de Baleias “Santa Cruz das Flores”	Vila de Santa Cruz. Ilha das Flores.	15	3 canoas	Casa em pedra e cimento com: Duas fornalhas e dois caldeiros com a capacidade total de 6000 litros. 2 tanques de cimento com a capacidade total de 35000 litros.	-
Madeira [armação ainda sem designação]	Porto Moniz. Ilha da Madeira.	1	3 canoas	3 Caldeiros com capacidade de 2800 litros. “Provisoriamente”.	15 000\$00

**Fonte:** Respostas ao Inquérito da Direcção de Pescarias, DGRM, Fundo DP, *Código 23 – Pesca da Baleia (1930-1945)*.

### III. Evolução da exportação e da produção.

Quadro 1. Evolução da exportação de óleo de cachalote, por países, em toneladas.

Anos/Países	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
Alemanha	129	356		86								170	1066	428	1079	2240	1818	1155	1505	643	2
Angola									0,1												
Bélgica-Luxemburgo			20						46	25	62	10									
Checoslováquia										39											
Dinamarca									20		115	105	51	25							
Espanha		81	387	146	646	619	544	1364	751	420	131		155					38	532	575	
Estónia	5																				
EUA		24		10					263	201		1	640	504	20				1		
França	222	380	218					1058	898	1883	1033	695	35	466		302	214	499	1637	465	862
Grécia									74				20								
Holanda	186	221	91						498	966	208	259	398	50	600	501			467	509	
Hungria			76	104					117	40											
Inglaterra	124	403	606	140		63	432	100												581	
Itália		14	105	30					37	42			2379	1935	535	1592	432	678	119	101	211
Jugoslávia				9																	
Moçambique								0,1													
Noruega	17								347	70			200	100		134	837	161	73		
Suécia									5												
Suiça			49		125	50			175	8	50		48	11			50		100	20	
Outros países	0,03					91					0,1										
<b>Total</b>	684	148	1566	450	771	733	977	2522	3236	3699	1601	1242	4996	3521	2395	4771	3352	2533	4437	2897	1098

Fonte: Estatísticas do Comércio Externo, 1938-1958.

Quadro 2. Evolução da exportação de farinhas de cachalote, por países, em toneladas. 1953-1958.

Anos/Países	1953	1954	1955	1956	1957	1958
Alemanha				148,777	404,115	
Bélgica		80	67,465			
Holanda	123,640	20,020	105,805	25,020		
Inglaterra	20,345	134,619				
Itália	55,539	25,050			139,020	35
<b>Total</b>	201,524	279,689	173,270	173,797	543,135	35

Fonte: *Evolução [A] das Pescas e o seu contributo para o Abastecimento alimentar do País*. Lisboa, GEP, 1966, p. 127.

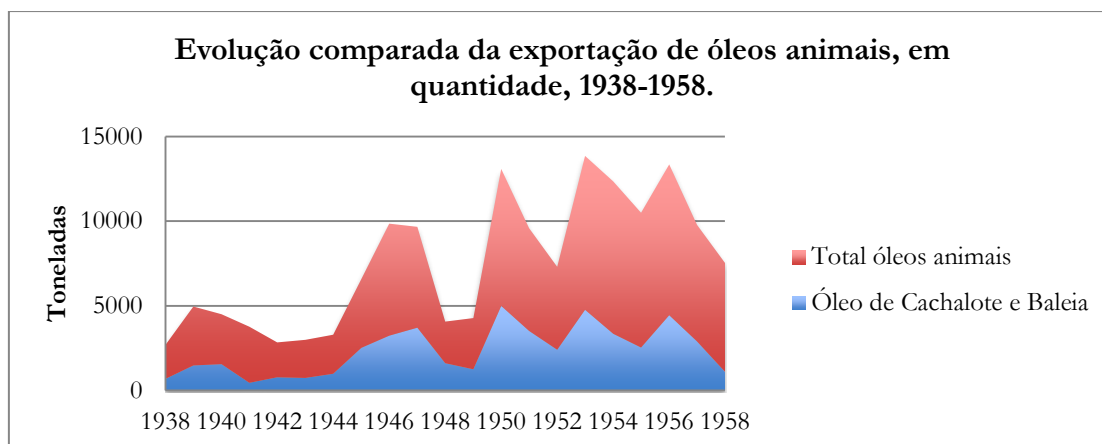
Quadro 3. Variações anuais aproximadas da produção de óleo de cachalote, 1951-1958, em toneladas.

Áreas de Baleação	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
Grupo Central dos Açores (Terceira, Graciosa, Faial, Pico, São Jorge)	1793,6	1800,2	1473,4	2069,9	1997,3	1803	2021,1	1601,9
Grupo Oriental dos Açores (Santa Maria e São Miguel)	610,6	714,3	552,7	449,6	427,6	468,6	510	631,5
Grupo Ocidental dos Açores (Flores e Corvo)	349,5	225,4	126,2	329,8	363,2	149,9	280	139,5
Ilha da Madeira	611	675	523,4	421,4	728,9	776,6	804,1	546,7
Total Açores	2753,8	2789,8	2152,4	2849,4	2698,1	2421,5	2811,1	2372,9
Total geral	3400,3	3414,8	2675,8	3270,8	3427	3193,1	3615,2	2919,6

Nota: O quadro não inclui o último ano da produção continental, 1951, com 35,5 toneladas de óleo de baleia e cachalote.

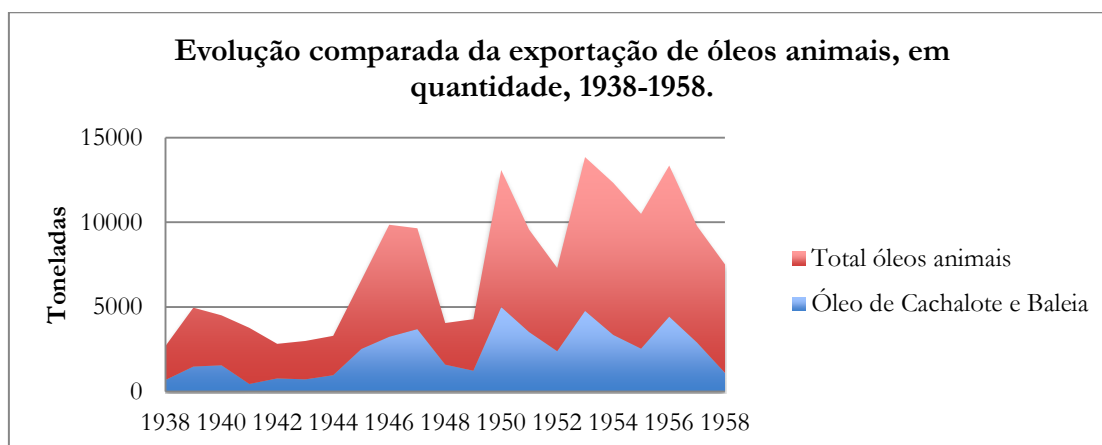
Fonte: *Relatório e Contas* do GAPB de 1958, p. 18.

Gráfico 1.



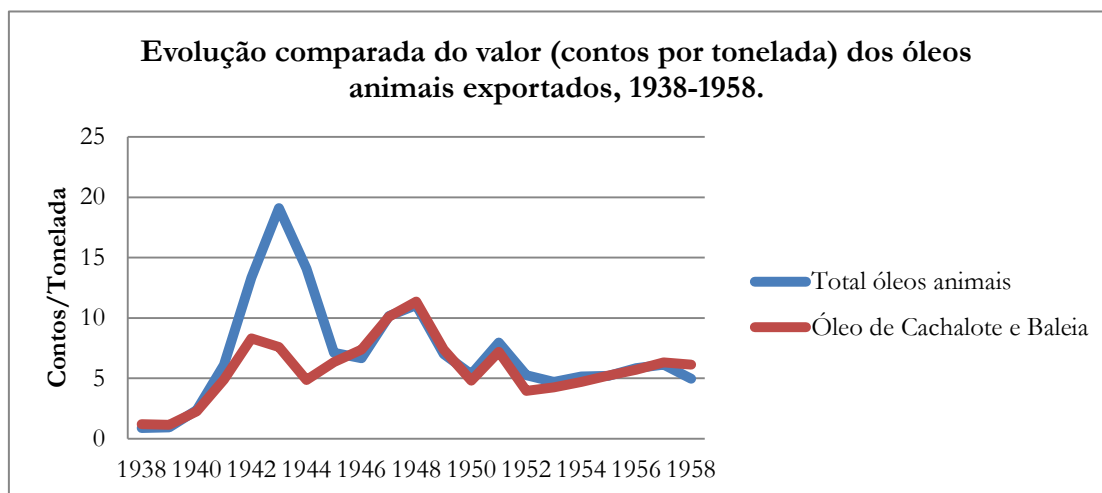
Fonte: Estatísticas do Comércio Externo, INE. 1938-1958.

Gráfico 2.



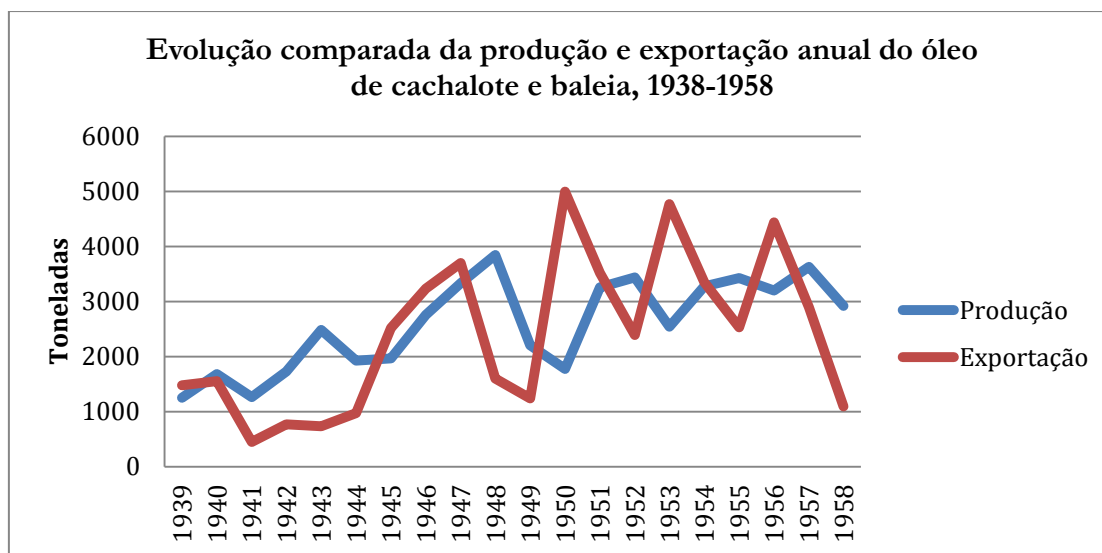
Fonte: Estatísticas do Comércio Externo, INE. 1938-1958.

Gráfico 3.



Fonte: Estatísticas do Comércio Externo, INE. 1938-1958.

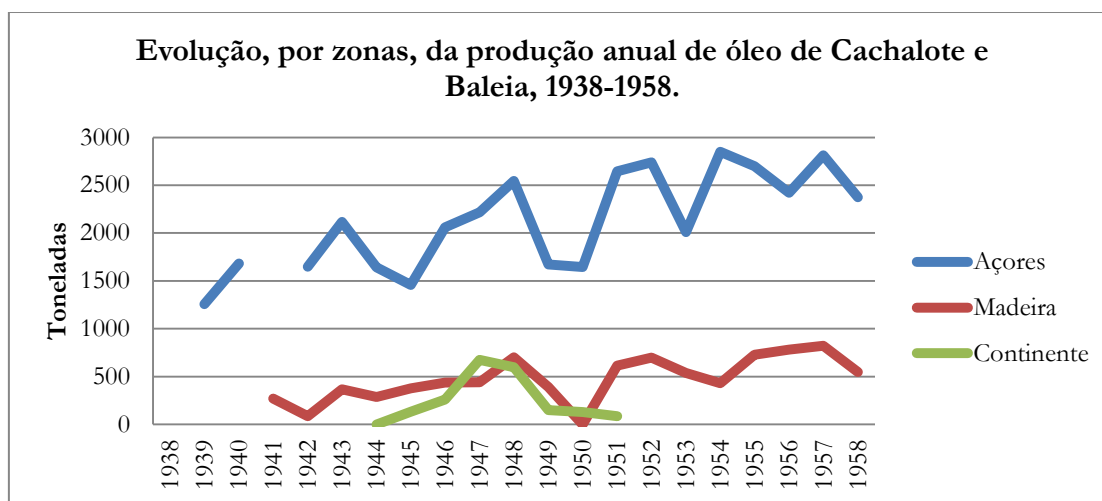
Gráfico 4.



**Obs:** As estatísticas oficiais revelam discrepâncias entre a quantidade de óleo produzido e exportado. Estes dados devem ser tomados apenas como indicativos.

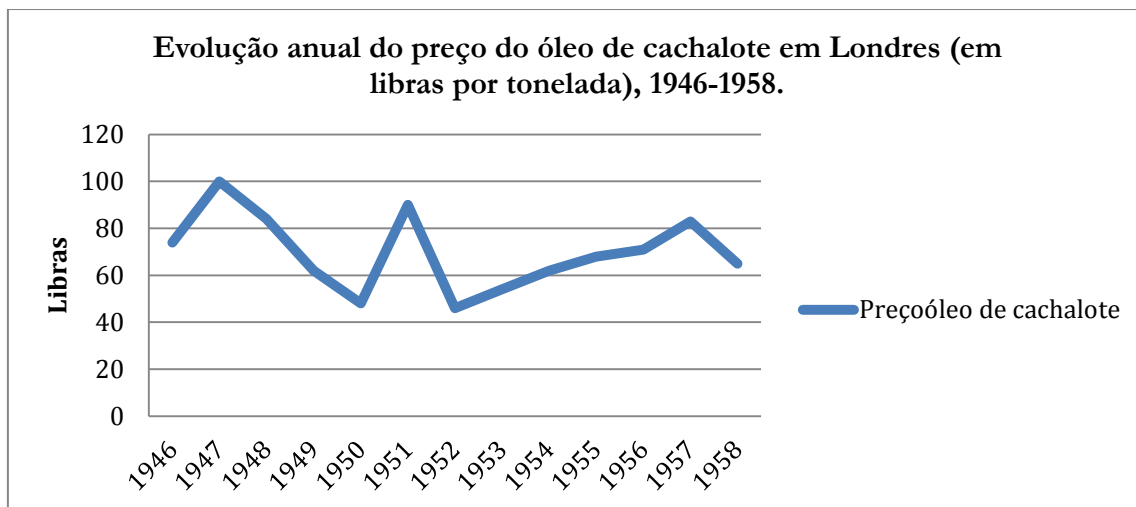
**Fonte:** Estatísticas do Comércio Externo, INE, 1938-1958; *Estatísticas da Pesca Marítima no Continente do Reino e Ilhas Adjacentes*, Ministério da Marinha, INE, 1938-1958.

Gráfico 5.



**Fonte:** *Estatísticas da Pesca Marítima no Continente do Reino e Ilhas Adjacentes*, Ministério da Marinha, 1930-1958.

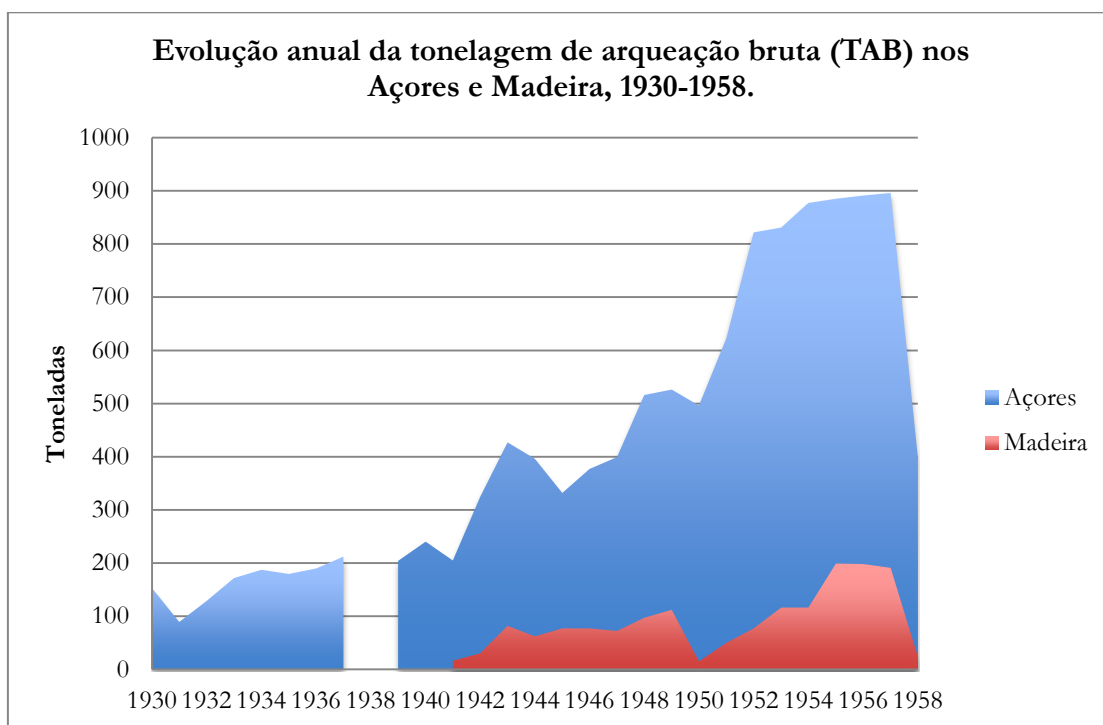
Gráfico 6.



Fonte: Tonessen&Johnsen, *The History of Modern Whaling*, p. 735.

#### Anexo IV – Frota baleeira: tonelagem e distribuição.

Gráfico 1.



Fonte: *Estatísticas da Pesca Marítima no Continente do Reino e Ilhas Adjacentes*, Ministério da Marinha, 1930-1958.

Quadro 1. Distribuição da frota por armações em 1955.

Fonte: *Lista de Embarcações das Pescas Industriais*. Lisboa, GEP, 1956.

Armação	Ilha	Nr. de lanchas a motor	Nr. de canoas	Total de unidades da frota.
Companhia Baleeira Mariense	Santa Maria	5	4	9
União das Armações Baleeiras de São Miguel	São Miguel	12	18	30
Armação Baleeira Terceirense	Terceira	2	6	8
Cristóvão da Mota Soares	Graciosa	2	6	8
Companhia Baleeira Graciosense	Graciosa	2	6	8
Armação Baleeira Maria Lucinda	São Jorge	3	4	7
Empresa Industrial de Pescarias Velense Lda.	São Jorge	1	2	3
Serafina Bettencourt	São Jorge	1	3	4
Aliança Calhetense	Pico	2	4	6
Armações Baleeiras Reunidas	Pico	11	11	22
Atlântida Calhetense	Pico	2	4	6
Estrela Lajense	Pico	0	2	2
Felicidade Lajense	Pico	1	2	3
Joaquim José Machado	Pico	2	2	4
Nova Sociedade Lajense Lda.	Pico	1	2	3
Sociedade Baleeira das Ribeiras Lda.	Pico	4	10	14
Sociedade Baleeira de São Mateus Lda.	Pico	4	6	10
União Lajense Lda.	Pico	1	3	4
Ventura Lajense	Pico	-	2	2
Companhia Baleeira Faialense	Faial	-	4	4
Reis&Martins Lda.	Faial	4	8	12
União das Armações Baleeiras das Flores e do Corvo Lda.	Flores	6	19	25

## Anexo V. Condicionamento industrial.

1937/1938

Tipo	Requerente	Local	Instalações	Observações
Autorização - Deferimento	Nicolau de Sousa Lima	Freguesia de Bretanha ou Capelas . São Miguel.	Uma pequena oficina de cozedura de carne e resíduos de cetáceos e outros animais, utilizando uma caldeira a vapor, dois autoclaves de cozedura de dois metros cúbicos de capacidade e uma prensa.	
Autorização - Deferimento	Armação Espírito Santo, Ltd. <sup>a</sup>	Poços de São Vicente, Capelas. São Miguel	Estabelecimento de extracção de óleos animais. Material: 2 caldeiros de 2,5 m3 de capacidade, para aquecimento a fogo directo. 3 caldeiros de 1,5 m3. 2 depósitos de ferro com 8m3 de capacidade cada. 1 tanque de alvenaria com 4m3 de capacidade.	
Autorização- Deferimento	J. Peixoto de Ávila e C <sup>a</sup> e Outros, e Armações Baleeiras Reunidas Velha, Atlantida e Livramento.	Locais a designar.	Equipamento industrial da fábrica de J. Peixoto de Ávila e C <sup>a</sup> e outros: 1 Caldeira. 1 autoclave “Harthman”. 6 autoclaves de 3 toneladas cada. 1 crivo triturador. 1 prensa. 1 desagregador. 1 secador. 1 moinho. 1 peneiro. 1 serra mecânica.  Equipamento de Armações Baleeiras Reunidas:  1 máquina de desfazer o toucinho e despedaçar os ossos. 1 caldeira com dispositivo de agitação.	9 condições: 1.as duas fábricas devem ficar em zonas não interferentes. (As ABReunidas têm prioridade; a localização da segunda fábrica fica pendente de aprovação ministerial). 2.depósito caução de 50.000\$. 3. autorizações de montagem válidas só com a fixação das localizações. 4. 75% do capital das sociedades deve ser português. 5. a maioria dos corpos administrativos deverá ser nacional.

			2 comportas de saída de 350 mm. de diâmetro cada. 2 tambores de derreter. 2 comportas de saída com 250 mm. de diâmetro cada. 2 prensas de parafuso. 2 separadores de óleo. 1 condensador. 2 depósitos de aquecimento. 2 máquinas desagregadoras. 1 secador. 1 caldeira para aquecimento. 1 depósito de vácuo.	6. O material e capacidade de laboração de laboração deverão ser os citados nos pedidos. 7. Instalação deve estar concluída em 24 meses. 8. Devem informar a DGS do início de laboração. 9. Submeter-se às disposições legais em vigor.
Autorização - Deferimento	Francisco Marcelino dos Reis	Estrada de Sacavém, nº 500. Freguesia de Arroios, Lisboa.	Instalar a indústria de filtração de óleos de animais marinhos, utilizando a seguinte aparelhagem: 2 máquinas geradoras de frio, trabalhando cada uma com um motor eléctrico de 2 CV. 1 prensa filtro. 1 prensa trabalhando com um motor eléctrico de 3 CV. 1 tanque subterrâneo com serpentina refrigerante. 1 câmara de refrigeração com 6 tanques para óleo. 1 tanque de salmoura.	Condição de estar instalada em 6 meses.
Autorização - Deferimento	Companhia Baleeira Mariense	Porto do Castelo da Maia. Vila do Porto – Santa Maria.	Instalar uma oficina de extracção de óleos animais. 2 caldeiras cilíndricas com a capacidade de 1.000 litros e um depósito subterrâneo, de cimento, com a capacidade de 10.000 litros, para recolha dos óleos obtidos.	Condição de estar concluído em 12 meses.
Autorização - Indeferimento	Firma de Viúva António Manuel Machado	Freguesia de Mosteiros. Ilha de São Miguel	Uma oficina de derretimento, a fogo nu, de gorduras de cetáceos.	
Autorização- Indeferimento	Firma de Viúva António Manuel Machado	Freguesia de Capelas. Ilha de São Miguel	Uma oficina de derretimento, a fogo nu, de gorduras de cetáceos.	
Ampliação da Capacidade de	UABSM, Lda.	S. Vicente, Capelas. Ilha de São	Ampliar a sua oficina e extracção	Condições: depositar caução de

produção.		Miguel	de óleos de cetáceos, de forma a fabricar farinha de peixe e dos resíduos dos cetáceos.	25.000\$. Apresentar em 6 meses o projecto definitivo. Conclusão em 18 meses após a aprovação do projecto.
Autorização-Deferimento	J. Peixoto Ávila &C <sup>a</sup> e Outros, Lda.	Baía de Porto Pim. Ilha do Faial	Autorização para a instalação da fábrica de aproveitamento integral dos cetáceos e outras espécies marinhas.	
Autorização Indeferimento	Firma Lemos&Lda. Sociedade Baleeira de S. Mateus.	Porto de São Mateus, Ilha do Pico.	Instalar uma oficina de aproveitamento de gorduras.	
Ampliação da capacidade produtiva.	Armações Baleeiras Reunidas Velha, Atlântida e Livramento.	Ilha do Pico	Alterar o equipamento da fábrica a instalar na ilha do Pico, destinado ao aproveitamento integral de cetáceos (...) de forma a permitir também o fabrico de subprodutos denominados “fibras”.	
Pedido de instalação	Francisco Marcelino dos Reis	Estrada de Sacavém, Lisboa	Instalar a indústria de filtração de óleos de animais marinhos, na estrada de Sacavém, 500, Lisboa.	
Pedido de instalação	Jacinto Silveira de Medeiros	Cais do Bacalhau, Monte da Guia. Ilha do Faial.	A laborar com uma instalação de derretimento de toucinho de baleia.	
Pedido de instalação	Firma Lemos Lda. Sociedade Baleeira São Mateus Lda.	Porto de São Mateus. Ilha do Pico	Instalar uma oficina para aproveitamento das gorduras de baleia.	
Pedido de instalação	Firma Viúva de António Manuel machado	Porto de Mosteiros. Ilha de São Miguel	Instalar uma oficina de derretimento de gorduras de cetáceos, a fogo nú.	
Pedido de instalação	Firma Viúva de António Manuel machado	Porto de Capelas. Ilha de São Miguel	Instalar uma oficina de derretimento de gorduras de cetáceos, a fogo nú.	
Pedido de instalação	UABSM	Ilha de São Miguel	Maquinismos para a fabricação de farinhas de peixe.	

### 1938/1939

Autorização - Deferimento	Jacinto Silveira Medeiros	Cais do Bacalhau. Monte da Guia. Ilha do Faial.	A laborar com quatro caldeiras para derreter toucinho de baleia e seis tanques para arrefecimento de óleo.
Ampliação da capacidade produtiva - Deferimento	Armações Baleeiras Reunidas Velha, Atlântida e Livramento	Ilha do Pico	A substituir a anterior autorização, com o seguinte material: 2 máquinas desagregadoras de óleo. 3 aparelhos para cozer e tirar o óleo.

			1 dispositivo de acumulação. 2 prensas de hélice. 1 máquina desagregadora. 1 aparelho de secar. 1 compressor de ar. 2 separadores de óleo. 1 crivo oscilante. 1 tambor para lavar fibras. 1 aquecedor preliminar. 1 depósito para toucinho desfeito.
Pedido de instalação	Francisco Marcelino dos Reis	Vila de Sacavém. Loures	Oficina de refinação.

### 1939/1940

Pedido de instalação	Pedro Cymbron	Ilha da Madeira	Pedido para montar a indústria de aproveitamento de cetáceos. (sem detalhes)
Ampliação da capacidade de produção – Deferimento.	Francisco Marcelino dos Reis	Lezírias Quintinhas e Areias, Sacavém	Autorizado a instalar: 2 máquinas geradoras de frio, cada uma com um motor eléctrico de 2 CV. 1 máquina geradora de frio, accionada por um motor eléctrico de 1,5 CV. 1 filtro prensa, filtrando em média diária 600 litros. 1 filtro prensa, filtrando em média diária 800 litros, trabalhando com 2 bombas eléctricas, accionadas por motores eléctricos de 1,5 e 2 CV. 1 prensa hidráulica de 400 kg/cm <sup>2</sup> . 1 tanque à superfície com serpentina refrigerante. 2 câmaras de refrigeração para envolver os filtros prensas. 1 câmara de refrigeração com 6 tanques para óleo. 1 tanque de salmoura. 1 bomba centrífuga eléctrica de 0,5 CV, e 2 tanques subterrâneos em cimento, para limpezas.
Autorização - Deferimento	Pedro Cymbron	Ilha da Madeira	A instalar em local a designar, uma instalação de produção de óleo de cachalote a fogo directo, utilizando-se oito caldeiras de 1m <sup>3</sup> de capacidade útil cada uma.
Pedido de instalação	Nicolau Sousa Lima	Porto de Santa Iria, Ribeira Grande. Ilha de São Miguel.	Instalar uma prensa na sua oficina de cozedura de carne e resíduos de cetáceos.

### 1940/1941

Autorização - Deferimento	Nicolau de Sousa Lima	Porto de Santa Iria. Ilha de São Miguel.	Autorizado a instalar uma prensa, na sua oficina de cozedura de carne e resíduos de cetáceos.
Ampliação da capacidade produtiva- Deferimento	Armações Baleeiras Reunidas Velha, Atlântida e Livramento	S. Roque da Ilha do Pico	Autorizado a substituir o material que lhe foi autorizado, pelo seguinte material de fabrico nacional:

			2 autoclaves com a capacidade de 10 metros cúbicos cada uma. 2 autoclaves com a capacidade de 8 metros cúbicos cada uma. 1 caldeira para uma produção horária de cerca de 800 quilos de vapor, a uma pressão máxima de 7 Kg/cm <sup>3</sup> . 1 serra mecânica e 1 prensa.
Autorização - Deferimento	Cristóvão da Mota Soares	Freguesia de São Mateus. Ilha Terceira.	Autorizado a instalar a indústria de extracção de óleos de cetáceos, utilizando dois caldeiros com a capacidade de 1 metro cúbico, cada, aquecidos a fogo directo.
Autorização - Deferimento	Francisco Marcelino dos Reis	Vila de Santa Cruz. Ilha das Flores.	Autorizado a instalar uma fábrica de aproveitamento integral de baleias e outras espécies marinhas, com o fim de obter óleos e farinhas para alimentação animal ou adubo, instalando os seguintes maquinismos: 4 autoclaves, 1 caldeira de vapor, 2 serras mecânicas, 1 máquina a vapor, 1 cozedor contínuo, 1 crivo rotativo, 1 prensa contínua, 1 secador, 1 moinho e 1 peneiro.
Autorização - Deferimento	Pedro de Chaves Cimbron Borges de Sousa.	Ilha de Porto Santo. Arquipélago da Madeira.	Autorizado a instalar uma oficina de aproveitamento de cetáceos, equipada com 3 caldeiros com a capacidade de 1 m <sup>3</sup> , cada, a fogo directo.
Pedido de instalação	Pedro de Chaves Cimbron	Ilha de Porto Santo. Arquipélago da Madeira.	Instalar uma oficina de aproveitamento de cetáceos, equipada com 3 caldeiros com a capacidade de 1 m <sup>3</sup> , cada, a fogo directo.
Pedido de instalação	Cristóvão da Mota Soares	Freguesia de São Mateus. Ilha Terceira.	Instalar a indústria de extracção de óleos de cetáceos.
Pedido de instalação	Francisco Marcelino dos Reis	Vila de Santa Cruz. Ilha das Flores.	Instalar uma fábrica de aproveitamento integral de baleias e outras espécies marinhas, com o fim de obter óleos e farinhas para alimentação animal ou adubo, instalando os seguintes maquinismos: 4 autoclaves, 1 caldeira de vapor, 2 serras mecânicas, 1 máquina a vapor, 1 cozedor contínuo, 1 crivo rotativo, 1 prensa contínua, 1 secador, 1 moinho e 1 peneiro.
Pedido de instalação	João Maurício Fraga	Ilha do Corvo	Instalar uma oficina de derretimento de toucinho de baleia, utilizando dois caldeiros, a fogo directo.
Pedido para instalação	Francisco Marcelino dos Reis	Costa de Portugal.	Instalar, em locais a designar, equipamentos destinados ao aproveitamento integral de cetáceos, em regime de exclusivo por 10 anos.
			Nos termos da Base VI da lei n° 1:956.

Pedido de instalação	Cristóvão da Mota Soares	Lado leste do Porto de Vila Nova, Praia da Vitória. Ilha da Terceira.	Instalar oficina de extracção de óleos de cetáceos, utilizando 2 caldeiras a fogo directo, com a capacidade de 2 metros cúbicos cada um.
Ampliação da capacidade produtiva.	Francisco Marcelino dos Reis	Lezíria Quintinha e Areias. Sacavém. Loures.	Ampliação da Fábrica de refinação de óleos de animais marinhos, com o seguinte material: mais um reservatório na câmara de congelação por ar frio; instalar uma nova câmara de congelação a ar frio, equipada com 7 reservatórios cilíndricos, de laboração contínua, utilizando a máquina geradora existente no tanque de serpentina; instalar uma câmara com duas prensas filtro, arrefecida por uma nova câmara geradora de frio, accionada por um motor de 2 a 3 CV; e instalar 7 prensas manuais, de parafuso.
Pedido de instalação	Francisco Marcelino dos Reis	Em local a designar na Ilha da Madeira.	Instalar uma fábrica para o aproveitamento completo de baleias e outras espécies marinhas, destinada à obtenção de óleos e farinhas para alimentação animal ou adubos, instalando o seguinte material: 4 autoclaves, 1 caldeira e máquina a vapor, 4 serras mecânicas, 1 cozedor contínuo, 1 crivo rotativo, 1 crivo separador, 1 deintegrador, 1 prensa contínua, 1 moinho e 1 peneiro.
Autorização – Indeferimento.	João Maurício de Fraga	Ilha do Corvo	Instalar uma oficina de derretimento de toucinho de baleia, com 2 caldeiras aquecidas a fogo directo.
Autorização - Indeferimento	Jaime Eloy Luis	Na praia compreendida entre a freguesia do Caniçal, Ponta S. Lourenço e Arco de S. Jorge. Distrito de Funchal. Ilha da Madeira	Instalar 2 caldeiros a fogo directo, com a capacidade de 1.000 quilos, cada um, para extracção e óleos e sucedâneos de baleias e similares.
Pedido de Instalação	Jaime Eloy Luis	Na praia compreendida entre a freguesia do Caniçal, Ponta S. Lourenço e Arco de S. Jorge. Distrito de Funchal. Ilha da Madeira	Instalar 2 caldeiros a fogo directo, com a capacidade de 1.000 quilos, cada um, para extracção e óleos e sucedâneos de baleias e similares.
Pedido de instalação	Luis Gaspar de Lima	São Mateus da Calheta. Ilha Terceira.	Autorizado a instalar uma extracção de óleos provenientes de cetáceos e outras espécies marinhas, empregando 2 caldeiras, com a capacidade de 2 m3, cada, aquecidas a fogo directo.
Ampliação da capacidade produtiva – Deferimento.	Francisco Marcelino dos Reis	Sacavém. Lisboa.	Autorizado a ampliar a sua fábrica de refinação de óleo de animais marinhos.
Pedido de instalação	Óscar Rocha	Porto do Boqueirão. Ilha do	Instalar uma oficina de aproveitamento de toucinho de baleia.

		Corvo.	
Ampliação da capacidade produtiva	Pedro Chaves Cimbron	Pedra Vermelha.Porto Moniz, Funchal. Ilha da Madeira.	Instalar um filtro prensa, na sua preparação de óleo de cachalote.
Ampliação da capacidade produtiva	Sociedade Industrial Marítima Açoreana (SIMAL)	Porto Pim. Ilha do Faial.	A instalar mais um crivo separador, na sua fábrica de aproveitamento integral.
Ampliação da capacidade produtiva	Sociedade Industrial Marítima Açoreana (SIMAL)	Porto Pim. Ilha do Faial.	Substituir uma serra mecânica por 4 serras circulares com o diâmetro máximo de 1 metro.
Ampliação da capacidade produtiva	Francisco Marcelino dos Reis.	Ilha da Madeira.	Instalar mais 2 autoclaves e 1 secador, na fábrica para o aproveitamento completo de baleias e outras espécies marinhas, destinada à obtenção de óleos e farinhas para alimentação animal ou adubo.
Pedido de instalação	Pedro Cymbron	Ponto a designar na costa sul da ilha da Madeira.	Uma oficina para extracção de óleos das matérias gordas dos cetáceos, equipada com 5 caldeiros a fogo directo, com a capacidade total de 8m3, e 2 reservatórios em ferro, com 12m3 de capacidade total.
Ampliação da capacidade produtiva – Deferimento.	SIMAL	Porto Pim. Ilha do Faial	Substituir uma serra mecânica por 4 serras circulares com o diâmetro máximo de 1 metro.
Autorização – Indeferimento.	Luis Gaspar de Lima	São Mateus. Ilha da Terceira.	Extracção de óleos provenientes de cetáceos e outras espécies marinhas, empregando 2 caldeiros com a capacidade de 2m3, cada, aquecidos a fogo directo.
Autorização – Deferimento.	Cristóvão da Mota Soares	Praia da Vitória. Ilha da Terceira.	Instalar uma oficina para extracção de óleos de cetáceos, utilizando 2 caldeiros a fogo directo, com a capacidade de 2 m3 cada.
Ampliação da capacidade produtiva - Deferimento	Pedro Chaves Cimbron	Pedra Vermelha.Porto Moniz, Funchal. Ilha da Madeira.	Instalar um filtro prensa, na sua preparação de óleo de cachalote.
Autorização – Indeferimento.	Óscar Rocha	Porto do Boqueirão. Ilha do Corvo	Instalar uma oficina de aproveitamento de toucinho de baleia.

### 1942/1943

Pedido de instalação	António Joaquim Júnior	Prainha, Freguesia do Caniçal, concelho de Machico. Ilha da Madeira.	3 caldeiras de 1m diâmetro por 1,20m de altura, aquecidas a fogo directo.
Pedido de Instalação	Companhia Baleeira Graciosa Lda.	Porto da Barra, freguesia de Santa Cruz na ilha da Graciosa.	Legalizar a oficina de extracção de óleo de baleia, equipada com 2 caldeiras para destilação de óleo de baleia, com a capacidade de 500 litros, cada, e 1 depósito com 3.000 litros de capacidade, sendo o derretimento das baleias feito a fogo directo.
Pedido de instalação	António Francisco de Rezendes	Em local a designar, na ilha	Instalar a indústria de purificação do óleo de baleia, e aproveitamento de

		Terceira.	resíduos de baleias e outras espécies marinhas, destinado à obtenção de adubos e farinhas para alimentação animal, com o seguinte equipamento: 4 autoclaves, 1 caldeira a máquina a vapor de 90 CV, 4 serras mecânicas, 1 cozedor contínuo, 1 crivo rotativo, 1 crivo separador, 1 desintegrador, 1 prensa, 1 moinho, e 1 peneiro.
Ampliação da capacidade de produção.	Armações Baleeiras Reunidas	Cais do Pico.	Instalar 8 caldeiros a fogo nu, de 900 litros, cada, destinados à eliminação da água que contém o óleo animal extraído nos seus autoclaves.
Ampliação da capacidade de produção.	Armações Baleeiras Reunidas	Cais do Pico	Substituir 2 autoclaves que lhe foram autorizados (...) , com 8 m <sup>3</sup> , por outros 2 com 10m <sup>3</sup> , cada.
Ampliação da capacidade de produção	Companhia Baleeira Mariense	Ilha de Santa Maria	Para instalar, anexo à referida oficina, 1 série de células, sistema Becarri, 1 esfacelador de carnes, 1 serra de ossos e 1 motor de 8 CV, destinados ao aproveitamento para adubos de carne e resíduos de cetáceos e outros animais.
Ampliação da capacidade de produção.	Nicolau Sousa Lima	Porto de Santa iria, concelho de Ribeira Grande. Ilha de São Miguel	Para instalar 2 caldeiros com 1 metro cúbico, cada, destinados ao derretimento de gorduras de cetáceos, a fogo nu, na sua oficina.
Pedido de instalação	Firma João da Silva & Irmão, Ltda.	Quinta do Leme, Santo António do Funchal. Ilha da Madeira.	Instalar 1 centrífuga manual, com a capacidade de produção de 500 litros/hora, 2 filtros, com a capacidade de produção 400 litros/24 horas, e 1 prensa manual, tipo de lagar, para uma produção de 100 litros/12 horas, destinados ao tratamento de óleo de cetáceos, com o fim exclusivo de ser utilizado como combustível de motores e iluminação.
Pedido de instalação	Firma Mota&Franco	Em local a designar, no concelho de Santa Cruz. Ilha da Graciosa.	Instalar um pequeno estabelecimento de extracção de óleos animais provenientes de cetáceos e de outras espécies marinhas, feita ao fogo nu com 2 caldeiras com 2m <sup>3</sup> ,00, cada.
Ampliação da capacidade produtiva.	Firma Mota&Franco	Freguesia dos Biscoitos, Praia da Vitória. Ilha da Terceira	Instalar no seu estabelecimento de extracção de óleos animais, 2 caldeiras com 2m <sup>3</sup> , cada.
Ampliação da capacidade produtiva.	Firma Mota&Franco	Negrilo. Ilha Terceira	Ampliar o seu estabelecimento de extracção de cetáceos, com 3 caldeiras de 3m <sup>3</sup> , cada e 1 prensa centrífuga.
Autorização - Indeferimento	Álvaro Soares de Barros	Lugar da Prainha, concelho de Vila do Porto, Ilha de Santa Maria.	Oficina de extracção de óleos de cetáceos, utilizando 2 caldeiros de 1.000 litros cada, aquecidos a fogo directo.
Autorização - Indeferimento	António Joaquim Júnior	Sítio da Prainha, freguesia do Caniçal, ilha da Madeira.	Instalar a indústria de extracção de óleos de cetáceos, utilizando 3 caldeiros de 1m de diâmetro por 1,20 m de altura, aquecidas a fogo directo.
Autorização - Deferimento	Companhia Baleeira Mariense.	Porto do Castelo da Maia. Vila do Porto. Ilha de Santa Maria.	Instalar, anexo à sua instalação de extracção, os seguintes elementos industriais, destinados ao aproveitamento para adubos da carne e

			resíduos e cetáceos e outros animais: 1 série de células, sistemas “Becarri”; 1 esfacelador de carnes; 1 serra para ossos e 1 motor da potencia de 8 CV.
Autorização - Deferimento	Firma João da Silva & Irmão Lda.	Quinta do Leme, Santo António do Funchal. Ilha da Madeira.	1 centrífuga manual, com a capacidade de produção de 500 litros/hora, 2 filtros, com a capacidade de produção 400 litros/24 horas, e 1 prensa manual, tipo de lagar, para uma produção de 100 litros/12 horas.
Autorização - Deferimento	Pedro Cymbron	Em local a designar, na ilha da Madeira.	Uma fábrica para aproveitamento completo de baleias e outras espécies marinhas, com o fim de obter óleo e farinhas para alimentação animal ou adubo e constituída pelos seguintes elementos industriais: 6 autoclaves, 1 secador, 1 caldeira de vapor, 1 máquina de vapor, 4 serras mecânicas, 1 cozedor contínuo, 1 crivo rotativo, 1 crivo separador, 1 desintegrador, 1 prensa contínua, 1 moinho e 1 peneiro.
Autorização - Deferimento	Pedro Cymbron	Em local a designar, na costa sul da ilha da Madeira.	Instalar uma oficina para extracção de óleos de matérias gordas dos cetáceos, equipada com 5 caldeiros, aquecidos a fogo directo, com a capacidade total de 8 m3, e 2 reservatórios em ferro, com 12 m3 de capacidade total.

#### 1943/1944.

Pedido de instalação	Abel Soares Dantas	Freguesia e concelho de Câmara de Lobos. Ilha da Madeira.	Instalar a indústria de extracção de óleos e respectivos sucedâneos a partir dos seus similares, empregando 3 caldeiros aquecidos a fogo directo.
Pedido de instalação	Álvaro Soares de Barros	Lugar da Prainha. Vila do Porto. Ilha de Santa Maria.	Instalar uma oficina de extracção de óleos animais, provenientes da sua armação baleeira, equipada com 2 caldeiros a fogo directo, com 1000 lt de capacidade, cada.
Pedido de instalação	César Fernandes de Andrade	Em local a designar, no concelho do Funchal. Ilha da Madeira.	Instalar uma oficina de preparação de espermacete e fabricação de gelatinas (colas), equipada com diverso material (não específica).
Pedido de instalação	Isabel de Ávila de Castro Neves e Ricardo Castro Neves, em nome dos Herdeiros de Amélia Leal de Ávila.	Monte da Guia, cidade da Horta. Ilha do Faial.	Instalar 1 caldeiro com a capacidade de 683 litros, na sua oficina de derretimento de gorduras de baleia.
Pedido de instalação	José de Chaves Cymbron	Em ilha e local a designar, no distrito de Angra do Heroísmo. Ilha da Terceira.	Instalar uma fábrica para filtrar e desodorizar óleos de cetáceos e óleos de peixe, e purificar o espermacete e ceras, extraídos dos óleos de cachalote, com o seguinte equipamento: 1 filtro 1 prensa, 1 caldeira a vapor, 2 caldeiras com a capacidade total de 1,5 metros cúbicos, e 1

			autoclave com a capacidade de 1 metro cúbico.
Pedido de instalação	José de Chaves Cymbron	Em local a designar, na ilha de São Miguel.	Idem
Pedido de instalação	José de Chaves Cymbron	Em ilha e local a designar, no distrito da Horta. Ilha do Faial	Idem
Pedido de instalação	José Cristiano de Sousa	Na ilha do Pico (sem especificar)	Uma fábrica destinada a separar o espermacete e a purificar o óleo de baleia, equipada com 1 máquina frigorífica com 640 a 885 calorias e 1 compressor com 1 CV, 1 prensa filtro, 1 prensa simples, 1 separadora “Sharples”, e 10 CV de força motriz.
Ampliação da capacidade de produção.	UABSM	São Vicente. Capelas. Ilha de São Miguel.	Instalar 1 filtro prensa para beneficiar óleo, na sua oficina de extracção de óleos de cetáceos.
Ampliação da capacidade de produção - Indeferimento	Nicolau de Sousa Lima	Porto de Santa Iria. Ilha de São Miguel	Instalar 2 caldeiros destinados ao derretimento de gorduras de cetáceos, a fogo nu, na sua oficina.
Ampliação da capacidade de produção - Indeferimento	Mota&Franco Lda.	Porto do Negrito. Ilha da Terceira.	Negada a autorização para ampliar o estabelecimento de extracção de óleos de cetáceos.
Ampliação da capacidade de produção - Indeferimento	Mota&Franco Lda.	Praia da Vitória. Ilha da Terceira.	Negado a instalar mais 2 caldeiras com 2m3, cada.
Autorização - Indeferimento	António Francisco de Resendes	Local a designar. Ilha Terceira.	Nega a instalação da indústria de purificação de óleo de baleia e aproveitamento de resíduos de baleias e outras espécies marinhas
Ampliação da capacidade produtiva - Deferimento	Armações Baleeiras Reunidas.	Caís do Pico. Ilha do Pico.	A substituir 2 autoclaves com 8m3 por outros 2 com 10m3
Autorização – Deferimento	Mota&Franco Lda.	Em local a designar, Santa Cruz da Ilha Graciosa.	Instalar um pequeno estabelecimento destinado à extracção de óleos animais provenientes de cetáceos e de outras espécies marinhas, feita a fogo nu com 2 caldeiros com 2m3,00, cada.
Ampliação da capacidade de produção - Deferimento	Armações Baleeiras Reunidas.	S. Roque. Ilha do Pico.	Instalar na sua fábrica 8 caldeiros a fogo nu, de 900 litros cada, destinados à eliminação da água que contém o óleo animal extraído nos seus autoclaves.
Autorização – Deferimento.	Companhia Baleeira da graciosa, Lda.	Porto da Barra. Vila de Santa Cruz. Ilha da Graciosa	Autorizada a manter em laboração e legalizar a oficina de extracção de óleo de baleia, equipada com 2 caldeiras para destilação do óleo de baleia, com a capacidade de 500 litros, cada, e um depósito com 3.000 litros de capacidade, sendo o derretimento de baleias feito a fogo directo.

1944/1945

Pedido de instalação	Firma Francisco Marcelino dos Reis, Lda.	Vila das Lajes. Ilha do Pico.	Fábrica para aproveitamento integral dos cetáceos.	Com a obrigação de constituir uma sociedade com os armadores
----------------------	--	-------------------------------	--	--

				baleeiros das ilhas do Pico, Faial e S. Jorge, que dela quiserem participar para a sua instalação e exploração.
Pedido de instalação	José Cristiano de Sousa	No distrito do Funchal. Em ilha e local a designar. Ilha da Madeira.	Para montar, no prazo de seis meses, Instalação de aproveitamento de óleo de cetáceos, por derretimento a fogo directo, com 2 caldeiros com a capacidade total de 1.600 litros, e substituir esta instalação no prazo de dois anos, por outra para aproveitamento integral de cetáceos, equipada com 2 caldeiros com a capacidade de 1.600 litros, 1 caldeira a vapor, 1 autoclave com a capacidade de 1.200 litros, 1 prensa e 1 filtro.	
Pedido de instalação	José Cristiano de Sousa	Vila do Tôpo. Ilha de São Jorge.	Instalar 2 caldeiros com a capacidade de 1.600 litros, aquecidos a fogo directo, destinados ao derretimento de parte dos despojos da sua armação baleeira estabelecida na Calheta, da citada ilha.	
Pedido de instalação	Virgílio Martins Correia	Vila das Lajes, ilha do Pico	Instalar, em seu nome ou no de uma sociedade portuguesa a constituir, uma fábrica para o integral aproveitamento de cetáceos e desperdícios de peixe, equipada com diverso material.	
Autorização – Indeferimento.	Álvaro Soares de Barros	Vila do Porto. Ilha de Santa Maria.	Instalar uma oficina de extracção de óleos animais, provenientes da sua armação baleeira.	
Autorização – Indeferimento.	Firma Armação Baleeira Terceirense	Biscoitos, S. Mateus. Ilha da Terceira	Negada transferência de metade da produção da capacidade de produção das oficinas de extracção de óleos de cetáceos, a fogo directo, do sítio dos Biscoitos, e em S. Mateus, para locais a designar em outras ilhas.	
Autorização – Indeferimento.	Abel Soares Dantas	Câmara de Lobos. Ilha da Madeira.	Instalar a indústria de extracção de óleos e respectivos sucedâneos a partir dos seus similares, empregando 3 caldeiros aquecidos a fogo directo.	
Autorização – Deferimento.	Armações Baleeiras Reunidas	Cais do Pico. Ilha do Pico.	Autorizada a continuar a utilizar as caldeiras a fogo directo no local onde se encontram enquanto não for concluída uma rampa destinada a varar baleias que permita o funcionamento da fábrica já acabada de aproveitamento integral de cetáceos, sita no norte do Cais do Pico, ilha do Pico.	
Autorização – Deferimento.	Francisco Marcelino dos Reis.	“A FMR, foi-lhe: 1º Aceite a declaração, feita de acordo com a condição 5ª do alvará nº 3 concedido nos termos da base VI da lei nº 1:956, de que deseja continuar definitivamente com a exploração do aproveitamento industrial de cetáceos, prevista no citado alvará, sendo-lhe: 2º anulada a obrigação de montar instalações nas áreas ao norte da foz do Tejo; autorizada a transformação do equipamento terrestre do período experimental para o equipamento do grupo industrial previsto no relatório, elaborado em		

		obediência à condição 5ª acima referida, com aplicação ao período definitivo, sob condição de dar cumprimento às demais condições impostas no citado alvará”.	
Ampliação da capacidade de produção - Deferimento	UABSM	S. Vicente. Ilha de São Miguel	Instalar um filtro prensa, para beneficiar óleo.
Autorização - Deferimento	José Cristiano de Sousa	Ilha do Pico	Uma fábrica destinada a separar o espermacete e a purificar o óleo de baleia, equipada com 1 máquina frigorífica com 640 a 885 calorias e 1 compressor com 1 CV, 1 prensa filtro, 1 prensa simples, 1 separadora “Sharples”, e 10 CV de força motriz.
Autorização - Deferimento	José Cymbron	Distrito da Horta. Em ilha e local a designar.	Instalar uma fábrica para filtrar e desodorizar óleos de cetáceos e óleos de peixe, e purificar o espermacete e ceras, extraídos dos óleos de cachalote, com o seguinte equipamento: 1 filtro 1 prensa, 1 caldeira a vapor, 2 caldeiras com a capacidade total de 1,5 metros cúbicos, e 1 autoclave com a capacidade de 1 metro cúbico.
Autorização- Deferimento	Isabel de Castro neves e Ricardo de Castro Neves	Monte da Guia, cidade da Horta. Ilha do Faial	Instalar 1 caldeiro com a capacidade de 683 litros, na sua oficina de derretimento de gorduras de baleia.
Autorização - Deferimento	José Cymbron	Distrito de Angra do Heroísmo. Ilhas e locais a designar.	Instalar uma fábrica para filtrar e desodorizar óleos de cetáceos e óleos de peixe, e purificar o espermacete e ceras, extraídos dos óleos de cachalote, com o seguinte equipamento: 1 filtro 1 prensa, 1 caldeira a vapor, 2 caldeiras com a capacidade total de 1,5 metros cúbicos, e 1 autoclave com a capacidade de 1 metro cúbico.
Autorização-Deferimento.	José Cristiano de Sousa	Vila do Tópo. Ilha de São Jorge.	Instalar 2 caldeiros com a capacidade de 1.600 litros, aquecidos a fogo directo, destinados ao derretimento de parte dos despojos da sua armação baleeira estabelecida na Calheta, da citada ilha.

#### 1945/1946

Pedido de instalação	Maria Serafina da Silveira Bettencourt	Vila do Tópo. Ilha de São Jorge.	Instalar uma oficina ao ar livre, para derretimento de gordura de cetáceos, provenientes da sua armação, equipada com 2 caldeiros de 400 litros cada, cada, a fogo directo.
Pedido de instalação	Óscar Rocha	Porto Novo. Ilha do Corvo	Instalar uma fábrica de extracção de gordura de cetáceos, equipada com 1 caldeira a fogo directo, com X [ilegível, má digitalização] de capacidade e 1 guincho de tracção animal.
Pedido de instalação	Das Armações baleeiras União Lajense Ltdª, Felicidade Lajense Ltdª, Nova Lajense Ltdª, e em nome individual Joaquim José Machado, para a sós ou com o	Concelho Lajes. Ilha do Pico	Instalar uma fábrica para o aproveitamento integral do cachalote e outros animais marinhos, para substituir as caldeiras a fogo directo usadas até à data pelos requerentes, por um processo mais moderno, equipada com os elementos industriais que indica para: a) extracção de óleos; b) extrair peles para as entregar às indústrias de curtimenta;

	concurso de todas as armações congéneres do concelho das Lajes do Pico, que livremente o desejem e ainda com alguns industriais de curtimenta.		c)congelação de carnes; d) aproveitamento de resíduos para fabrico de adubos orgânicos.
Autorização - Deferimento	Maria Serafina da Silveira Bettencourt	Vila do Topo. Ilha de São Jorge	Instalar uma oficina ao ar livre, para derretimento de gordura de cetáceos, provenientes da sua armação, equipada com 2 caldeiros de 400 litros cada, cada, a fogo directo.

### 1946/1947

Pedido de instalação	Álvaro Soares de Barros	Prainha, Vila do Porto. Ilha de Santa Maria.	Instalar uma oficina de extracção e depuração de óleos e gorduras e várias espécies marinhas, equipada com 3 caldeiros de cosedura, 1 caldeiro de depuração, 1 prensa, 1 filtro-prensa, 2 depósitos com a capacidade de 30.000 litros, 4 fossas “Beccarri”, para aproveitamento de carne e outros resíduos.
Autorização - Deferimento	Óscar Rocha	Porto Novo. Ilha do Corvo.	Instalar uma fábrica de extracção de gordura de cetáceos, equipada com 1 caldeira a fogo directo, e 1 guincho de tracção animal.
Autorização – Deferimento.	Álvaro Soares de Barros	Lugar da Prainha, Vila do Porto. Ilha de Santa Maria	Instalar uma oficina de extracção e depuração de óleos e gorduras e várias espécies marinhas, equipada com 3 caldeiros de cosedura, 1 caldeiro de depuração, 1 prensa, 1 filtro-prensa, 2 depósitos com a capacidade de 30.000 litros, 4 fossas “Beccarri”, para aproveitamento de carne e outros resíduos.
Autorização – Deferimento.	Das Armações baleeiras União Lajense Ltd <sup>a</sup> , Felicidade Lajense Ltd <sup>a</sup> , Nova Lajense Ltd <sup>a</sup> , e em nome individual Joaquim José Machado, para a sós ou com o concurso de todas as armações congéneres do concelho das Lajes do Pico, que livremente o desejem e ainda com alguns industriais de curtimenta.	Concelho Lajes. Ilha do Pico.	Instalar uma fábrica para o aproveitamento integral do cachalote e outros animais marinhos, para substituir as caldeiras a fogo directo usadas até à data pelos requerentes, por um processo mais moderno, equipada com os elementos industriais que indica para: a) extracção de óleos; b) extrair peles para as entregar às indústrias de curtimenta; c)congelação de carnes; d) aproveitamento de resíduos para fabrico de adubos orgânicos. E será equipada com os seguintes elementos industriais: prensa contínua com batedor; cozedor a vapor para extracção de óleos dos animais marinhos; serra para separação das peles; máquina para a preparação do gelo, e moinho de farinhação de resíduos.
Autorização – Indeferimento	Firma Francisco Marcelino dos Reis.	Vila das Lajes. Ilha do Pico.	Negada autorização para instalar a fábrica destinada a aproveitamento integral de cetáceos
Autorização – Indeferimento.	Virgílio Martins Correia	Vila das Lages, Ilha do Pico.	Negada autorização para instalar a

			fábrica destinada ao aproveitamento integral de cetáceos e desperdícios de peixe.	proceder a um estudo sobre este assunto e não parece urgente a existência de novas unidades deste tipo nos Açores.
--	--	--	---	--

### 1947/1948

Pedido de instalação	Firma Cordeiro & C <sup>a</sup> Lda.	Concelho da vila da Praia da Vitória. Ilha da Terceira.	Instalar 2 caldeiros a fogo directo, com 2m <sup>3</sup> cada, para extracção de óleos provenientes de cetáceos.
Pedido de instalação	Firma Cordeiro & C <sup>a</sup> Lda.	Concelho de Angra do Heroísmo. Ilha da Terceira.	Instalar 2 caldeiros a fogo directo, com 2 m <sup>3</sup> , cada, para extracção de óleos provenientes de cetáceos.
Ampliação da capacidade de produção.	Armação Baleeira Terceirense Lda.	Porto do Negro. Concelho de Angra do Heroísmo. Ilha da Terceira.	Para modificar, pela forma a seguir mencionada, a instalação da extracção de óleos de cetáceos: 1 <sup>a</sup> fase- alterar o processo de produção de óleo, que passará a ser feito pelo vapor em vasos fechados, instalando para isso 4 autoclaves de 15m <sup>3</sup> de capacidade, 1 caldeira a vapor de 80 m <sup>2</sup> de superfície de aquecimento e 2 guinchos mecânicos. 2 <sup>a</sup> fase: instalar mais o seguinte material: 1 prensa, 1 secador, 1 moinho, 1 peneiro, todos com a capacidade para tratar uma tonelada de matéria prima por hora, 1 moinho de cal, e 1 coagulador com a capacidade para 5m <sup>3</sup> por dia.
Ampliação da capacidade de produção.	UABSM	S. Vicente. Ilha de São Miguel.	Instalar o material indicado na respectiva memória descritiva (não específica)

### 1948/1949

Ampliação da capacidade de produção	Companhia Baleeira Graciosa Lda.	Vila de Santa Cruz. Ilha da Graciosa.	Instalar 3 caldeiros com a capacidade de 1.500 litros cada um, na fábrica de extracção de óleos de cetáceos.
Ampliação da capacidade de produção	Francisco Marcelino dos Reis	Setúbal.	Trabalhar com 6 autoclaves com 9,5 m <sup>3</sup> de capacidade na sua fábrica de aproveitamento de cetáceos.
Pedido de instalação	Ricardo de Castro Neves	Não específica.	Derreter, além do toucinho de baleias, gorduras de todas as espécies de

			cetáceos, bem como gorduras de fígados de todos os peixes que produzam óleo.
Pedido de instalação	EBAM e UABSM	Concelho de Ponta Delgada. Ilha de São Miguel.	Instalar uma fábrica de álcoois gordos (principalmente laurico, mirístico, palmístico, esteárico, oleico e cetílico)
Ampliação da capacidade de produção – Deferimento.	Armação Baleeira Terceirense Lda.	Porto do Negrito. Concelho de Angra do Heroísmo. Ilha da Terceira.	A instalação de uma fábrica destinada a obtenção de óleo e farinha de óleo e farinhas de carnes e ossos de cachalote.
Ampliação da capacidade de produção - Indeferimento	Companhia Baleeira Graciosa Lda.	Santa Cruz. Ilha da Graciosa.	Montagem de 3 caldeiras a fogo directo, na sua fábrica de extracção de óleo de cachalote.
Ampliação da capacidade de produção – Deferimento.	Francisco Marcelino dos Reis Lda.	Fábrica na estrada municipal de Setúbal, ao Moinho Novo, freguesia de Santa Catarina. Concelho de Setúbal. Continente.	O pedido de instalação de seis autoclaves verticais, com 9,5m3 de capacidade, cada.

#### 1949/1950

Ampliação da capacidade de produção.	Firma Armações Baleeiras Reunidas Lda.	S. Roque. Ilha do Pico.	Instalar vários maquinismos destinados a um melhor aproveitamento de cetáceos.
Autorização – Indeferimento.	Virgílio Martins Correia	Concelho das Lajes, ilha do Pico.	Indeferido por inoportuno; o qual, na hipótese do não cumprimento da autorização por parte da SIBIL, será avocado e deferido mediante as seguintes condições: 1ª - de o requerente se constituir em sociedade interessando em, pelo menos 50% do capital, armadores baleeiros.
Autorização - Indeferimento	Cordeiro e Cª Lda.	Vila Nova, Praia da Vitória. Ilha da Terceira.	Indeferido o pedido de instalação de um posto de derretimento, constituído por dois caldeiros, para extracção de óleo de cachalote.
Autorização - Indeferimento	Cordeiro e Cª Lda.	Concelho de Angra do Heroísmo. Ilha da Terceira.	Indeferido o pedido de instalação de posto de derretimento, constituído por dois caldeiros, para extracção de óleo de cachalote.
Ampliação da capacidade produtiva - Deferimento	EBAM	Baía do Caniçal. Ilha da Madeira.	Conclusão da montagem. Sob condição de elevar o depósito-caução a 30.000\$.
Autorização - Indeferimento	Óscar da Rocha	Porto Novo . Ilha do Corvo.	Indeferido o pedido de prorrogação.
Ampliação da capacidade produtiva – Deferimento	Armações Baleeiras Reunidas Lda	S. Roque. Ilha do Pico.	Autorizada a instalação de todo o maquinismo constante da memória descritiva.

#### 1950/1951

Autorização - Indeferimento	Ricardo de Castro Neves	Cais do Bacalhau. Concelho da	Negado, por inoportuno, a dedicar-se ao derretimento de outras espécies
-----------------------------	-------------------------	-------------------------------	---

		Horta. Ilha do Faial	marinhas, bem como dos fígados destas que produzam óleos.
--	--	----------------------	---

### 1951/1952

Pedido de instalação	Álvaro Soares de Barros	Freguesia da Assunção. Vila do Porto. Ilha de São Miguel.	Instalar uma fábrica de derretimento e aproveitamento integral de cetáceos e seus resíduos, apetrechada com o equipamento constante da memória descritiva apresentada.	
Ampliação da capacidade de produção.	Companhia Baleeira Graciosa Lda.	Vila de Santa Cruz. Ilha da Graciosa.	Instalar dois caldeiros, com a capacidade de 1000 litros, cada, na sua fábrica de extracção de óleo de baleia.	
Pedido de instalação	Cristóvão da Mota Soares	Concelho de Vila do Porto, ilha de Santa Maria.	Instalar uma fábrica de extracção de óleos e farinhas de baleia e de cachalote.	
Ampliação da capacidade de produção.	Cristóvão da Mota Soares	Porto da Barra, Santa Cruz. Ilha da Graciosa.	Instalar uma caldeira geradora de vapor, um guincho a vapor e quatro autoclaves, com a capacidade de 6 m <sup>3</sup> , cada, na sua oficina de derretimento.	
Ampliação da capacidade de produção – Indeferimento.	Companhia Baleeira Graciosa Lda.	Vila de Santa Cruz. Ilha da Graciosa.	Instalar dois caldeiros, com a capacidade de 1000 litros, cada, na sua fábrica de extracção de óleo de baleia.	
Ampliação da capacidade de produção-Deferimento.	Cristóvão da Mota Soares	Porto da Barra, Santa Cruz. Ilha da Graciosa.	Instalar uma caldeira geradora de vapor, um guincho a vapor e quatro autoclaves, com a capacidade de 6 m <sup>3</sup> , cada, na sua oficina de derretimento.	Sob condição de, no prazo de dois anos, completar a sua instalação com a mencionada aparelhagem de farinação.
Autorização - Indeferimento	Cristóvão da Mota Soares	Concelho de Vila do Porto, ilha de Santa Maria.	Instalar uma fábrica de extracção de óleos e farinhas de baleia e de cachalote.	

### 1952/1953

Ampliação da capacidade de produção.	EBAM	Caniçal, Ilha da Madeira.	Ser autorizada a instalar mais dois autoclaves com a capacidade de 12,00 m <sup>3</sup> , cada um, na sua fábrica de aproveitamento completo, de baleias e outras espécies marinhas.
--------------------------------------	------	---------------------------	--

### 1953/1954

Ampliação da capacidade produtiva – Deferimento.	Companhia Baleeira Mariense SARL	Porto do Castelo. Ilha de Santa Maria	A remodelar as suas instalações de derretimento de óleo, com o fim de obter, além do óleo, farinha de cachalote, remodelação que deverá ser efectuada em duas fases: na primeira instalará dois autoclaves de 12m <sup>3</sup> de capacidade, cada um e uma caldeira de vapor com 30m <sup>2</sup> de superfície de aquecimento; na segunda instalará uma prensa, um secador, um moinho e um peneiro.
--	----------------------------------	---------------------------------------	---

Ampliação da capacidade de produção – Deferimento.	EBAM	Caniçal. Ilha da Madeira.	Instalação de mais dois extractores (autoclaves) de 12 m3 de capacidade, cada, na sua fábrica de extracção de óleo de baleia e preparação de farinhas de carne e ossos.
Autorização – Deferimento.	Álvaro Soares Barros	Prainha. Vila do Porto. Santa Maria.	Instalar uma fábrica de derretimento e aproveitamento integral de cetáceos e seus resíduos, para produção de óleos e farinhas.

**Fonte:** *Boletim da Direcção Gerla da Indústria/ Serviços Industriais*, 1937-1954.

**Anexo VI.**  
**Anexo VII.**

### Anexo VIII.

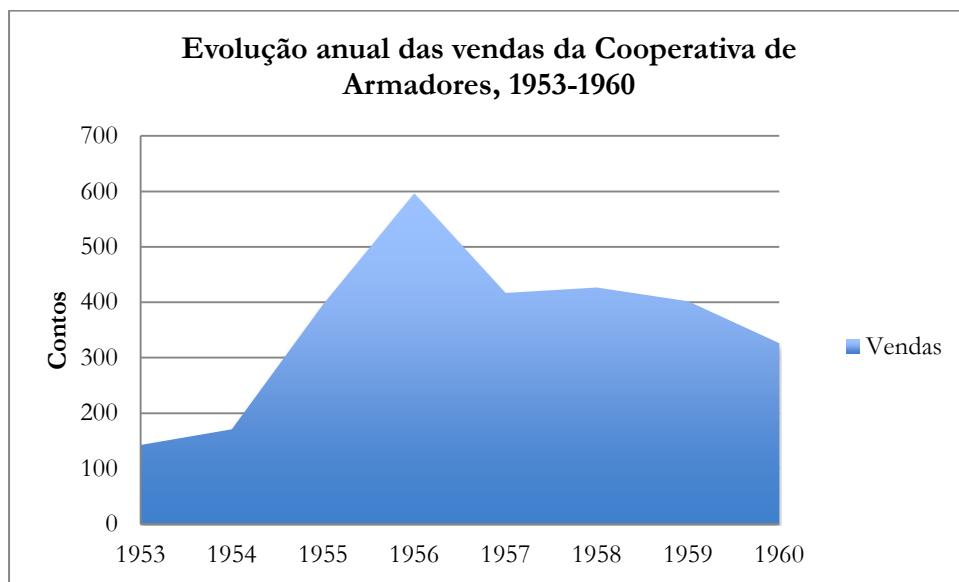
Quadro 1. Lista de exportadores 1946.

Entidade	Localidade
Companhia Baleeira Faialense	Horta, Ilha do Faial.
Companhia Baleeira Mariense	Vila do Porto, ilha de Santa Maria.
Companhia de Navegação Carregadores Açorianos	Ponta Delgada, ilha de São Miguel.
Companhias Baleeiras Reunidas	São Roque, ilha do Pico.
Francisco J. Lopes	Lisboa
Francisco Marcelino dos Reis	Lisboa
João Machado da Conceição & C <sup>a</sup> Lda.	Lisboa
Joaquim Baptista da Mota	Lisboa
José Cristiano de Sousa	São Roque, ilha do Pico.
Kurt Porst Lda.	Lisboa
Maurício António Fraga & C <sup>a</sup> Lda.	Lajes das Flores
Mondalco Lda.	Lisboa
Sociedade de Adubos Reis, Lda.	Lisboa
Sociedade Zickermann	Lisboa
Tomaz Alberto de Azevedo	Horta
União das Armações Baleeiras de São Miguel Lda.	Ponta Delgada, Ilha de São Miguel.

**Fonte:** *Lista de Exportadores de Mercadorias de Produção ou Fabrico Nacional*. Direcção Geral do Comércio do Ministério da Economia. Lisboa, Imprensa Nacional, 1946, pp. 282-283.

### Anexo IX.

Gráfico 2. Evolução vendas da Cooperativa. 1952-1958.



**Fonte:** *Relatório e Contas*, anos 1953-1960.

## **Anexo X.**

Quadro 1. Circulares emitidas pelo Grémio e Cooperativa às Delegações.

### **Grémio.**

<b>Circulares</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto/Tipo</b>
<b>1945</b>		
Circular nº 1	12.10.1945	Inquérito às armações
<b>1946</b>		
Circular nº 1	01.10.1946	Contrato com a Socony-Vacum Oil Company para o fornecimento de óleos lubrificantes.
<b>1947</b>		
Circular nº 2	27.03.1947	Questionário às armações sobre a existência de lutas no mar proveniente da desunião das armações;

		coligação de armadores baleeiros e respectivas instalações industriais. Condições em que a mesma se pode efectuar. Aumento do nr. De armações, lanchas, botes e velocidades respectivas.
Circular nº 3	07.07.1947	Dados para a constituição da Mútua
Circular nº 6	16.09.1947	Mútua (reenvio da circular de 7 de Julho)
Circular nº 10-47	10.10.1947	Envio de dados
Circular nº 10	05.11.1947	Lançamento dos Boletins de Informação da actividade baleeira
Circular nº 11	20.11.1947	Dados para a formação da Mútua
Circular nº 12	28.11.1947	Esclarecimentos sobre os Boletins de Informação da Actividade Baleeira
<b>1948</b>		
Circular nº 1	22.07.1948	Normas sobre a passagem dos certificados de garantia
Circular nº 2	07.10.1948	Convocatória de Assembleia Geral.
Circular nº 3	19.11.1948	Condições de voto na Assembleia Geral.
<b>1949</b>		
Circular nº 2	21.07.1949	Medidas tomadas pelo Grémio para enfrentar a crise.
Circular nº 3	07.09.1949	Anúncio da anulação da contribuição industrial às armações.
Circular nº 4	21.10.1949	Aditamento à Circular nº 3
Circular nº 5	03.11.1949	Frequência autorizada às Radiocomunicações utilizadas na pesca.
Circular nº 6	01.11.1949	Suspensão de cobrança de cotas devido à crise que atravessa a indústria.
Circular nº 7	06.12.1949	Reembolso da contribuição industrial aos armadores.
Circular nº 8	06.12.1949	Esclarece os casos em que se anula a contribuição industrial.
<b>1950</b>		
Circular nº 1	Sem data. [entrada a 18.02.1950]	Transcrição do Diário das Sessões da Assembleia Nacional com a intervenção do Delegado do Governo sobre a “pesca da baleia”.
Circular nº 2	29.04.1950	Taxas de exportação do óleo cobradas pelas Alfândegas.
Circular nº 3	24.05.1950	Aquisição de mil toneladas de óleo para mistura de combustíveis. Condições de compra e detalhes da operação.
Circular nº 5	19.08.1950	Prorrogação por mais três meses da suspensão da cobrança de cotas.
Circular nº 6	23.08.1950	O Grémio adverte os armadores da transferência do lote de mil toneladas para a exportação (“operação dos combustíveis”)
Circular nº 7	06.09.1950	Abonos financeiros em adiantamento para a venda de óleo ao Grémio.
Circular nº 8	28.11.1950	Montagem de aparelhos radiotelefónicos nas embarcações baleeiras
<b>1951</b>		
Circular nº 1	07.02.1951	Desistência da Mútua dos Armadores da Baleia e negociações com a Mútua dos

		Pescadores.
Circular nº 2	09.03.1951	Condições para concessão de financiamentos
Circular nº 3	17.04.1951	Seguro de Acidentes de Trabalho
Circular nº 4	07.05.1951	Resultados da venda de óleo pela organização corporativa em 1950.
Circular nº 5	Sem data.	Taxas da Mútua dos Pescadores para o seguro das embarcações.
Circular nº 6	06.07.1951	Aditamento à Circular nº 5.
Circular nº 8	04.10.1951	Instruções remetidas pela Direcção de Marinha Mercante quanto ao salvamento de náufragos.
Circular nº 9	17.10.1951	Funcionamento interno: votações na Assembleia Geral.
Circular nº 10	24.10.1951	Eleições: esclarecimento sobre votos para o Conselho Geral
Circular nº 11	07.11.1951	Aditamento à Circular nº 10
Circular nº 12	16.11.1951	Lista de seis empresas birmanesas autorizadas a importar gorduras animais
Circular nº 13	10.12.1951	Resultado das eleições para o Conselho Geral.
Circular nº 14	19.12.1951	Grémio reclama da morosidade e incumprimento no preenchimento dos Boletins de Informação da Actividade Baleeira.
Circular nº 15	19.12.1951	Questionário sobre o exercício da pesca.
<b>1952</b>		
Circular nº 1	07.01.1952	Elementos sobre o custo de produção de óleo
Circular nº 2	21.01.1952	Instruções para preenchimento dos Boletins de Informação da Actividade Baleeira.
Circular nº 4	07.03.1952	Certificados de origem.
Circular nº 5	07.05.1952	Sociedade Baleeira Nacional: projecto de escritura e pedido de comparticipação.
Circular nº 6	07.05.1952	Informações a prestar ao Gabinete de Estudos das Pescas (GEP).
Circular nº 7	09.06.1952	Estudo d farinhas de peixe enviado pelo GEP.
Circular nº 8	07.07.1952	Exportação de Âmbar.
Circular nº 9	07.07.1952	Exportação e importação de vários produtos.
Circular nº 10	15.07.1952	Emissão de Certificados de origem
Circular nº 11	07.08.1952	Condições para atribuição de financiamentos através do Grémio.
Circular nº 12	07.08.1952	Envio de documentação sobre o uso industrial do óleo de cachalote
Circular nº 13	19.11.1952	Atribuição de financiamentos em novo contexto de crise.
<b>1953</b>		
Circular nº 2	21.04.1953	Anúncio dos empréstimos e garantias previstas pelo plano de fomento das pescas.
Circular nº 6		Envio aos agremiados do estudo de Mota Furtado.

<b>1954</b>		
Circular n° 2		Aproveitamento de subprodutos: medidas a tomar pelo Grémio.
Circular n° 3	07.05.1954	Devolução de recibos de armadores à Mútua dos Pescadores, em falta.
Circular n° 4	16.06.1954	Envio de cópia do novo Regulamento da Pesca dos Cetáceos.
Circular n° 5	30.06.1954	Informações sobre as zonas de Baleação.
Circular n° 6	21.08.1954	Auxílio ao Estado Português da Índia.
Circular n° 7	02.09.1954	Incumprimento das contribuições para o serviço de abono de família.
<b>1955</b>		
Circular n° 1	17.01.1955	Resultado das eleições para o Conselho Geral.
Circular n° 2	07.04.1955	Materiais de divulgação da “pesca da baleia” no IV Congresso Nacional da Pesca.
Circular n° 3	04.10.1955	Publicação da portaria que fixa as áreas de baleação.
Circular n° 4	17.11.1955	Aproveitamento de subprodutos: águas residuais. Negociações.
Circular n° 5	17.11.1955	Redução do frete do óleo de cachalote Açores/Madeira – Continente.
Circular n° 6	18.11.1955	Grémio como intermediário da venda de dentes de cachalote.

**Cooperativa.**

<b>Circulares</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>
<b>1947</b>		
Circular n° 5	02.07.1947	Apresentação de lista de fornecimentos.

Circular n° 4	17.06.1947	Lista de fornecimentos.
Circular n° 8	05.12.1947	Fornecimento de <i>Linha de Baleia</i> .
<b>1948</b>		
Circular n° 2-48	21.07.1948	Prazos de liquidação de débitos .
<b>1949</b>		
Circular n° 2	03.03.1949	Oferta de Vasilhame
<b>1950</b>		
Circular n° 1	03.07.1951	Desejam reforçar a posição enquanto fornecedores no rescaldo da crise.
<b>1952</b>		
Circular n° 1	20.05.1952	Lista actualizada de fornecimentos.
Circular n° 2	09.06.1952	Informações sobre fornecimentos.
Circular n° 3	07.07.1952	Distribuição de bónus.
Circular n° 4	22.07.1952	Prazos de liquidação dos débitos.
Circular n° 5	21.10.1952	Contrato de aquisição de <i>linha de baleia</i> .
<b>1953</b>		
Circular n° 2	20.03.1953	Fornecimento de <i>linha de baleia</i> .
Circular n° 3	22.05.1953	Lista de fornecimentos com tabela de preços orientadores.
<b>1954</b>		
Circular n° 1		Lista de fornecimentos.
Circular n° 3		Novas condições de fornecimento de gasóleo.
Circular n° 4	16.09.54	Lista de preços e fornecimentos.
<b>1955</b>		
Circular n° 1	15.02.1955	Distribuição de bónus.
Circular n° 2	31.05.1955	Condições de pagamento de facturas.
Circular n° 4	24.11.1955	Redução dos fretes de gasóleo.

**Fonte:** Documentação das Delegações Marítimas de São Roque e Lajes do Pico. [BCM-AH].

## Anexo XI.

Quadro 1. Zonas de Baleação e concessionários.

Zonas	Zona de Baleação		Concessão			
	Capitania de Porto	Área	Concessionário	Frota mínima	Produção mínima anual de óleo de cachalote (toneladas)	Data de início da concessão
a) <i>Continente</i> 1ª Zona	Douro	Entre Caminha e Peniche, até 6 milhas da costa	-	-	-	-
2ª Zona	Lisboa	Entre Peniche e Rio Guadiana, até 6 milhas da costa.	-	-	-	-
b) <i>Arquipélago da Madeira</i> Zona única	Funchal	Ilhas da Madeira, de Porto Santo e das Desertas, até 6 milhas das respectivas costas	Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira	4 lanchas e caças e 5 baleeiras	250	01.01.1957.
c) <i>Arquipélago dos Açores</i> 1ª Zona	Vila do Porto	Ilha de Santa Maria, até 6 milhas da costa.	Companhia Baleeira Mariense	2 lanchas e 3 baleeiras	35	20.11.1956
2ª Zona	Ponta Delgada	Ilha de São Miguel, até 6 milhas da costa.	União das Armações Baleeiras de São Miguel Lda.	4 lanchas e 8 baleeiras	190	01.01.1957
3ª Zona	Angra do Heroísmo	Ilha Terceira, até 6 milhas da costa	Armação Baleeira Terceirense	2 lanchas e 3 baleeiras	80	01.01.1957
4ª Zona	Angra do Heroísmo	Ilha Graciosa, até 6 milhas da costa.	Parceria das Armações Baleeiras da Ilha Graciosa Lda.	3 lanchas a motor e 6 baleeiras	65	08.04.1957
5ª Zona	Horta	Parte da ilha do Pico, compreendida entre o paralelo que passa pela ponta este da Ilha e a linha definida pela direcção S.S.W da Madalena, até 6 milhas da costa.	Parceria dos Armadores Baleeiros do Sul da Ilha do Pico	10 lanchas e 20 baleeiras	130	06.08.1957
6ª Zona	Horta	Ilhas de S. Jorge, do Faial e do Pico, com exclusão da parte que pertence à 5ª zona, até 6 milhas das respectivas costas.	Parceria dos Armadores das Ilhas do Faial, S. Jorge e Norte do Pico.	9 lanchas e 18 baleeiras	316	06.08.1957
7ª Zona	Horta	Ilhas das Flores e do Corvo, até 6 milhas das respectivas costas.	União das Armações Baleeiras das Flores e Corvo Lda.	5 lanchas e 9 baleeiras.	100	01.01.1957.

**Fontes:** *Diário do Governo*, I Série, 18 de Junho de 1954, Portaria 15426. Concessões: *Diário do Governo*, III Série, 25 de Janeiro, 9 de Fevereiro, 24 de Fevereiro, 8 de Agosto, 28 de Agosto de 1957.

## Parcerias:

Parcerias	Armações
Parceria das Armações Baleeiras da Ilha Graciosa, Lda.	Cristóvão da Mota Soares Companhia Baleeira Graciosa Lda.
Parceria dos Armadores Baleeiros do Sul do Pico, Lda.	Armações baleeiras do Sul do Pico a) José Cristiano de Sousa (Atlântida Calhetense) Sociedade Baleeira das Ribeiras Lda. Amélia de Freitas Furtado (Aliança Calhetense). Sociedade Baleeira de S. Mateus, Lda.
Parceria dos Armadores Baleeiros das Ilhas do Faial, S. Jorge e Norte do Pico, Lda.	Armações Baleeiras Reunidas (Pico) Reis&Martins Lda. (Faial) Companhia Baleeira Faialense (Faial) José Cristiano de Sousa (S. Jorge) Serafina Bettencourt (S. Jorge)

- a) Resulta da associação das armações: Lealdade Lagense, União Lagense, Venturosa Lagense, Joaquim José Machado, Nova Sociedade Lagense, Felicidade Lagense, Estrela Lagense.

**Fonte:** DGRM, Fundo GAPB, Pasta *Áreas de Baleação, Concessões, Concentrações Baleeiras*.

## Anexo XII

Quadro 1. Exploração no continente.

Anos	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951
<b>Capturas de Cachalote</b>	<b>11</b>	<b>31</b>	<b>50</b>	<b>35</b>	<b>23</b>	<b>10</b>	<b>11</b>
Machos	a)	28	46	32	20	5	11
Fêmeas	a)	3	4	3	3	5	
<b>Capturas de Rorquais</b>	<b>36</b>	<b>42</b>	<b>111</b>	<b>106</b>	<b>14</b>	<b>34</b>	<b>11</b>
Machos	a)	25	45	66	5	17	7
Fêmeas	a)	17	66	40	9	17	4
<b>Óleo de Baleia e Cachalote</b> Quantidade (em toneladas)	132,8	260,7	676,2	598,4	149,3	129,7	85,9
<b>Carne para consumo</b> Quantidade (em toneladas)	b)	160,1	485,1	134,1	33,4	65,5	17,8 c)
<b>Carne para conserva</b> Quantidade (em toneladas)	a)	63,1	137,4	62,8			
<b>Farinha de carne</b> Quantidade (em toneladas)	a)	77,5	268,4	280,9	64,4 c)	54,8	
<b>Farinha de ossos</b> Quantidade (em toneladas)	b)	63,6	146,3	161,5	c)	32	
<b>Detritos para guano</b> Quantidade (em toneladas)	b)	299,2	787,4	901,6	141,5	208,4	
<b>Âmbar Cinzento</b> Quantidade (em toneladas)	-	-	-	0,137			
<b>Total</b> Quantidade (em toneladas)		924,2	2500,8	2139,3	388,8	490,4	103,7

**Fonte:** *Estatísticas da Pesca Marítima no Continente e Ilhas Adjacentes, 1945-1951.*

Nota: com exceção de 1945, as estatísticas oficiais não recolhem o valor dos produtos extraídos na exploração continental.

a) Sem referência.

b) No primeiro ano de faina as estatísticas apontam para o aproveitamento de 226,6 toneladas de carne, com o valor de 679,9 contos. Sem referência à produção de farinhas e detritos para guano.

c) Sem distinção entre farinha de carne e farinha de ossos.

### Anexo XIII.

## Anexo XIV. Financiamentos.

### 1ª Fase do Plano de Fomento das Pescas (1953-1958):

Aplicação	Financiamento (contos)
Apetreçamento industrial das armações baleeiras das Ilhas Adjacentes	12000
Organismo central normalizador e fiscalizador dos produtos da industrialização	1500
Alargamento da actividade da pesca de cetáceos às águas ultramarinas	23500
Total:	37 000

**Fonte:** “1ª Fase”, *Plano de fomento das pescas nacionais e fundo de renovação e apetrechamento da indústria da pesca*. Lisboa, GEP, 1953, p. 15.

### Financiamentos atribuídos pelo FRAIP à indústria baleeira:

Ano	Armação	Montante (contos)	Aplicação
1953 e 1954	Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira Lda. (EBAM)	1200	Aquisição de equipamento marítimo industrial: Navio Baleeiro “Persistência” 2 Geradores a vapor 2 grupos electrogéneos de 124 HP Equipamento para a extracção de óleos. Guincho para varagem de cetáceos. Câmara frigorífica de 30 m <sup>3</sup> .
1955	União das Armações Baleeiras das Flores e Corvo Lda.	900	Aquisição da Fábrica da Baleia de Santa Cruz das Flores a António José Piano Jr.
1956	Armações Baleeiras do Sul do Pico Lda.	210	Importações de dois motores para embarcação.
1957	Companhia Baleeira Mariense SARL	600	Renovação e substituição do equipamento industrial <sup>334</sup>
1958	União das Armações Baleeiras das Flores e do Corvo Lda.	300	Aquisição, para o funcionamento dos aparelhos de farinhação, de grupo electrogéneo.
1958	União das	750	Montagem de uma instalação de filtragem a frio.

<sup>334</sup> Inicialmente concedido pelo GAPB e transferido para o FRAIP.

	Armações Baleeiras de São Miguel Lda.		Aquisição de uma prensa hidráulica, um autoclave e um aparelho de elevação e transporte dos <i>toucinhos</i> . Liquidação ao GAPB de um empréstimo de 400 contos para a aquisição de: 1 lancha, 3 baleeiras, 3 motores marítimos e aparelhos de rádio; à edificação de uma garagem e melhoramento das instalações do pessoal.
--	---------------------------------------	--	--

**Fonte:** DGRM, Fundo Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia, Pasta *Financiamentos* (vários processos).

### 2ª Fase do Plano de Fomento das Pescas (1958-1963).

Aplicação	Empréstimos necessários (contos)	Comparticipação dos armadores (contos)	Total (contos)
Apetrechamento da zona de Santa Maria.	750	250	1000
Apetrechamento da zona da Terceira.	750	250	1000
Equipamentos para o aproveitamento de farinhas e águas residuais	4500	1500	6000
Total	6000	2000	8000

**Fonte:** “2ª Fase”, *Plano de fomento das pescas nacionais e fundo de renovação e apetrechamento da indústria da pesca*. Lisboa, GEP, 1953, p. 84.